



Túlio de Souza Muniz

“A MÃO DO MAR”: A EMERGÊNCIA DO DISPOSITIVO PÓS-COLONIAL. UM ESTUDO COMPARADO DE MARITIMIDADE PORTUGAL-BRASIL.

V o l u m e I

Tese no âmbito do Programa de Doutoramento em Pós-Colonialismos e Cidadania Global do Centro de Estudos Sociais (CES) da Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra. Orientador: Prof. Doutor António Sousa Ribeiro. Co-Orientador: Prof. Doutor Álvaro Francisco Rodrigues Garrido.

Fevereiro de 2011.



UNIVERSIDADE DE COIMBRA

“A MÃO DO MAR”: A EMERGÊNCIA DO DISPOSITIVO PÓS-COLONIAL. UM ESTUDO COMPARADO DE MARITIMIDADE PORTUGAL-BRASIL.

Tese no âmbito do Programa de Doutoramento em Pós-Colonialismos e Cidadania Global do Centro de Estudos Sociais (CES) da Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra. Orientador: Prof. Doutor António Sousa Ribeiro. Co-Orientador: Prof. Doutor Álvaro Francisco Rodrigues Garrido.

Dedicatória

A Maíra e Henrique, meus filhos.

A Rosana, com quem cruzei um oceano de paixão e tormentas em minha nau utópica, porém sensata.

A Juarez e Elza, meus pais.

A Daniel e Silvye, pela força e amizade, sempre.

A William, meu irmão, e a Ilcelena, *meio-irmã*.

Agradecimentos:

Ao Tana, Geovani, Deão, Madureira (*in memoriam*), Wanderlei, Canjirão, Vila, Sidnéia (Redonda, Icapuí-CE), Dudão, Luciano, Rapaizinho, Amadeu, Ezequiel, Faixa Preta, Zazinha, Marinheiro, Tércio Vellardi (Estêvão, Aracati-CE), Lili, Renato Silva, Tim Hirsch, Zé Grande (Espinho, Portugal), alguns, amigos, outros, agentes imprescindíveis para este trabalho.

Aos orientadores na trajetória acadêmica: Sebastião Pontes, Franck Ripard, António Sousa Ribeiro e Álvaro Garrido, pela orientação e cumplicidade.

Aos professores do Doutorado no CES: Boaventura Santos, Clemens Zobel, José Manuel Mendes, Margarida Calafate Ribeiro, Maria Paula Meneses.

Aos que colaboraram de maneira afectiva e/ou empírica, com este trabalho: Doniazad e José Lino, Sílvia Siqueira, Cláudia Siqueira, Fabrice Schurmans, Carlos Elias, Any Ávila, Paulo Rogers, Esther Barbosa, Fábio Fonseca, Alfredo Dachary, Cellina Muniz, Luciana Balestrin, Márcia Regina, Romain Guillian, José Airton, Alberto Fernandes, José Nunes Passos, Berenice Abreu, Amanda Silvino, Joana Macedo, Mari Cecília, Kristina, Renné Scharer, Sinval Diógenes, Maria José e Acácio (Biblioteca/CES), Toni Aguilo, Leonor, José Maria e Pedro Rodrigues (secretariado/Feuc), Pablo Almada, Fabien Lins, Sérgio Lins e Izaias Santos.

Ao Centro de Estudos Sociais (CES), em particular à coordenação do Programa de Doutoramento em Pós-Colonialismos e Cidadania Global, por ter acolhido meu projeto de pesquisa e por “nortear-me” ao Sul.

À Associação de Amigos do Recicriança, o “Reci”.

Ao Museu Marítimo de Ílhavo, ao Museu Municipal de Espinho e ao Centro Extremenho de Estudos Ibero Americanos da Universidade da Extremadura-Cáceres-Espanha.

Tese concluída com o apoio do Programa AIBan, Programa de bolsas de alto nível da União Europeia para América Latina, bolsa nº E07D400779BR.

Foto-montagem da capa: Maíra Muniz.

ÍNDICE

Apresentação	05
Introdução	19
“Identidades” e representações recíprocas entre Brasil e Portugal.....	21
A perspectiva pós-colonial.....	32
A multiterritorialidade marítima e o DPC.....	41
Procedimentos metodológicos.....	51

I PARTE

.....	57
<u>1 –A “guerra da lagosta”</u>	57
1.1. A descoberta do “ouro do mar”.....	57
1.2 - A “guerra da lagosta” e a emergência do DPC	71
1.3 - Da xenofobia à carnavalização e resistência.....	90
1.4 - Os pescadores e a guerra.....	96
1.5 - Novas traduções para a “guerra da lagosta”	98
1.6 – A retórica legitimadora do DPC.....	103
1.7 -Tipos de gestação do DPC.....	115
1.8 - A multiterritorialidade marítima: Oceanos, “patrimônio comum da humanidade”?	123

II PARTE.....**151**

1 - A ocupação do litoral	151
2 - Turismo: património para quem?	155
3 - Do Portugal litoral à “biopolítica” do Estado Novo.....	167
4 –Alguns aspectos históricos e geográficos do litoral do Brasil.....	185

5 - A importância do “local” na religião, na diferença sexual e na relação da identidade com a política.....	196
5.1 - A religião.....	201
5.2 - Corporalidades e as Mulheres do Mar: Saúde, heterocapitalismo e a diferença sexual	213
5.2.1- O “novo” corpo do pescador.....	219
5.2.2- Heterocapitalismo e as mulheres ao mar	223
5.3 - Identidades e poder local.....	229
5.3.1 - As eleições de 2009 em Espinho.....	225
5.3.2 - O cenário político-eleitoral na Redonda.....	229
5.3.3 - As revoltas.....	234
<u>III PARTE – A educação ecosófica baseada em “Oito Ecológicas”</u>	237
1 - Educação, racismo e biopoder	238
2 - As “Oito Ecológicas”	246
3 - Educação ecosófica: para desterritorializar a escola.....	250
CONCLUSÃO.....	269
BIBLIOGRAFIA.....	274
ANEXOS.....	288

APRESENTAÇÃO*

Antes de começar, creio que se faz necessária uma nota pessoal sobre minha trajetória profissional e académica, pois a considero alinhada a muitos dos factos que narro nesta tese. Em 1995 fui viver no litoral do Nordeste do Brasil, partindo do interior de Minas Gerais, onde nasci e vivia até então. Trabalhava, desde 1987, como jornalista, minha profissão atual à qual hoje somei a de professor de História. Antes de aportar no Ceará, vivi seis meses em Natal, capital do vizinho estado do Rio Grande do Norte, e quase que por acaso (se é que há acasos) estabeleci-me em Icapuí, município do extremo Leste do litoral cearense. Por 18 meses lá morei e trabalhei como assessor de Comunicação da Prefeitura Municipal. Nesse período, travei relações profissionais e afectivas com um universo de trabalhadores para mim até então desconhecido: pescadores, principalmente pescadores de lagosta (*Palinurus laevi* e *Palinurus argus*) da praia de Redonda¹. A produção da pesca artesanal² ainda era farta, o que dava sentido à expressão “ouro do mar”, como os pescadores costumam se referir a lagosta. A partir de 1955 o empresário norte-americano Davis Morgan se estabeleceu em Fortaleza e incentivou a captura de lagosta nas praias do Ceará, com fins comerciais e introduzindo modalidades industriais na pesca, contudo sem que fossem eliminadas as práticas artesanais. Antes da chegada de Morgan não havia no Brasil pesca da lagosta em larga escala voltada ao mercado nacional ou internacional e

* Este texto foi elaborado no período de adaptação de Brasil e Portugal ao Novo Acordo Ortográfico e adota, portanto, uma escrita híbrida, eliminando alguns acentos conforme recomenda o Acordo, e mantendo alguma grafia conforme ainda se utiliza em Portugal (nomeadamente na diferenciação, no uso lusitano corrente, entre “facto” e “fato”).

¹ Segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas (IBGE), em 2010 a população de Icapuí era de 18.271 habitantes, sendo que na vila da praia de Redonda viviam aproximadamente 1/6 da população (estimativa de 3.000 habitantes), que tinham na pesca artesanal de lagosta a principal atividade econômica (Fontes: IBGE e Prefeitura Municipal de Icapuí).

² “A pesca pode ter um carácter artesanal, quando caracterizada pela utilização de pequenas embarcações pertencentes a pescadores locais, onde, por norma, o produto da faina é repartido entre eles; ou industrial, quando caracterizada pelo uso de embarcações de grande tonelagem, implicando avultados investimentos, apenas ao alcance de algumas empresas” (Macedo, 2008: 8).

nenhum outro pescado proporcionava (e ainda não proporciona) rendimento significativo aos pescadores artesanais: hoje o quilo da lagosta é comercializado, diretamente pelo pescador, por cerca de 20 dólares. A atividade envolve o trabalho dos mais de oito mil trabalhadores no Ceará³.

Em 1997, fui viver em Aracati, município vizinho de Icapuí, onde trabalhei também como jornalista e como professor de estudantes do ensino fundamental e médio em cinco escolas municipais, sendo uma delas a Escola Zé Melancia, no bairro litorâneo de Canoa Quebrada. Coordenei aulas de História Local e Comunicação Escolar com os jovens destas escolas, coletando relatos de seus pais e avós acerca de práticas culturais, sociais e econômicas locais, em particular acerca da pesca artesanal. A partir de 1998 passei a residir na vila dos Estevão, anexa à Canoa Quebrada, distante cerca de 10 quilômetros de Aracati⁴. Colaborei na implantação de uma rádio comunitária (a Malazartes FM), com a fundação formal da Associação de Amigos do Recicriança (ONG voltada prioritariamente a Educação Ambiental), construí uma casa, passei a participar das discussões de organização local e intensifiquei minhas relações com vários pescadores.

Em 2003 concluíria o Bacharelado em História da Universidade Federal do Ceará (UFC). Um ano antes, ao definir um tema de monografia, procurei narrar os primeiros anos da pesca de lagosta no Ceará, a partir de pesquisa em arquivos e estatísticas, e estabelecendo o diálogo dessas fontes com a história das pessoas “comuns”, muitas delas amigos e vizinhos meus com

³ Segundo dados da Delegacia Regional do Trabalho no Ceará, em 2002 existiam cerca de 7.223 pescadores artesanais de lagosta em atividade num extenso litoral (são mais de 500 km). Tratava-se do maior número de pescadores em atividade num único estado, sendo quase a metade dos pescadores artesanais de todo o país, que somavam 15.792. Em 2004 este número foi superior a 8.600 pescadores no Ceará. Os números do Ministério do Trabalho foram obtidos junto aos cadastros de pescadores artesanais para concessão do Seguro Desemprego no período de proibição da pesca (Janeiro a Maio). A lei que regulamenta o Seguro Desemprego para pescadores está reproduzida nos Anexos.

⁴ Em 2010, segundo o IBGE, a população do município de Aracati era de 68.763. A população de Canoa Quebrada e dos Estevão foi estimada em 4.150 pessoas, que tinham no turismo e na pesca suas principais atividades econômicas (Fontes: IBGE e Prefeitura Municipal de Aracati).

quem, ao longo dos meus “anos de mar”, desde 1995, travei muitas conversas nas quais era recorrente uma História ainda não escrita, em cuja narrativa estava o próprio estabelecimento da pesca industrial no Brasil. Era possível sistematizar essa convivência, no que a formação então em andamento no curso de História da UFC, guiada sobretudo pela Escola dos Annales, foi fundamental, por pautar-se na utilização de fontes escritas, complementando-as com as fontes orais, relevando e priorizando a atividade humana na escrita da História, conforme indicou Marc Bloch, um dos fundadores dos Annales:

Por trás dos traços sensíveis da paisagem, dos utensílios e das máquinas, por trás dos documentos escritos aparentemente mais glaciais, e das instituições aparentemente mais distanciadas dos que as elaboraram, são exatamente os homens que a História pretende apreender (Bloch, 1980: 28).

Ao deslocar minha convivência cotidiana para uma abordagem historiográfica e analítica, lembrei-me de uma das minhas primeiras leituras, guiando-me pela sensibilidade de Edward Thompson: “Estou procurando resgatar o pobre descalço, o agricultor ultrapassado, o tecelão do tear manual ‘obsoleto’, o artesão, o ‘utopista” (*apud* Burke, 1992: 41-2). Os pescadores de lagosta com os quais convivia me pareciam estar em condição semelhante, com uma rica e, entretanto, desconsiderada História, possível de ser escrita e melhor compreendida posto que havia (e ainda há) a oportunidade de coletar relatos diretamente dos agentes sociais centrais. Nesse sentido, um intercessor importante à pesquisa foi Sérgio Buarque de Holanda:

Para estudar o passado de um povo, de uma instituição, de uma classe, não basta aceitar ao pé da letra tudo quanto nos deixou a simples tradição escrita. É preciso fazer falar a multidão imensa dos figurantes mudos que enchem o panorama da História e são muitas vezes mais interessantes e mais importantes do que os outros que apenas escrevem a História (*apud*, Dias, 1988: 11).

Dois anos depois do término da graduação, em 2005 viria a concluir o mestrado no mesmo departamento de História da UFC, sob orientação do

Professor Doutor Franck Pierre Gilbert Ribard, com proposta de aprofundar a pesquisa monográfica. Muitos aspectos da monografia foram mantidos, passando a ser guias importantes da dissertação de mestrado, e alguns aparecendo também nesta tese, ou seja, muitos dos testemunhos que colhi junto a pescadores com os quais convivi e convivo ainda hoje no Ceará. Também mantiveram-se muitas das percepções do ambiente de vida e trabalho com o qual eu tinha um contato cotidiano e direto (daí um dos esteios da metodologia desta tese ser a observação participante (ver pg. 47). No mestrado, ao trabalho de campo aliou-se uma pesquisa bibliográfica intensa nos arquivos da Biblioteca Pública Menezes Pimentel, em Fortaleza, Ceará, para dar conta de outro episódio marcante na pesca industrial do Brasil, um conflito diplomático com a França no ano de 1963 que ficou conhecido como “guerra da lagosta”, que raramente aparecia nos discursos dos pescadores, mas povoava as páginas de jornais da época. Entretanto, mesmo mantendo temas da monografia e da dissertação de mestrado, busco aqui dar-lhes novas abordagens e sentidos que outrora não foram evidentes, dada à reflexão restrita (mas não desimportante) ao campo da História. Assim, a narrativa difere em absoluto, sobretudo porque não constam na dissertação os muitos conceitos que aqui proporei para melhor compreensão de alguns episódios abordados anteriormente e outros que foram incorporados à tese.

Nesta tese, busco compreender as articulações globais dos factos históricos numa perspectiva mais ampla, considerando as práticas locais de determinadas “populações marítimas” (para usar terminologia de Moreira, 1987) de Portugal e do Brasil. No Brasil, a inserção do país no mercado e na indústria internacional da pesca desde 1955 a partir da prática da pesca da lagosta, e a disputa com a França que em 1963 tomou dimensões de conflito bélico, foram os motes para emergência de discurso que chamarei dispositivo pós-colonial (ou DPC), tanto da parte do governo civil quanto da parte dos militares, que em 1964 iniciaram uma longa e cruel ditadura de 21 anos no

país. O discurso oficial dos governos envolvidos na “guerra da lagosta”, bem como o discurso dos media de parte a parte, era emblemático, e apontava para possibilidades de ampliar a pesquisa visando compreender o que, na tese, passou a ser o objetivo central: demonstrar como discurso tipo DPC, de regulação e dominação, emerge de práticas governamentais e midiáticas e incide sobre camadas populacionais visando seu convencimento e controle social.

Nesse sentido, os acontecimentos históricos de Portugal abordados são algumas ações do Estado Novo salazarista visando a coerção e regulação do cotidiano das populações marítimas através das “políticas das pescas portuguesas” (Garrido), que não desconsideraram a gestão do imaginário, através da educação escolar, da religiosidade e do esporte (Macedo). Procuo entender como os argumentos de tal discurso do tipo DPC eram elaborados de acordo com a ideologia e estratégia dos emissores, incidindo sobre populações específicas e/ou sobre grandes camadas populacionais, dependendo da necessidade de coerção e convencimento acerca do que se pretendia impor ou conquistar (um território interno ou estrangeiro, uma nova norma).

Havia também que relevar que nem sempre a assimilação do discurso do tipo DPC resultava ou se dava sem resistência e enfrentamento, e nesse sentido as experiências locais das populações marítimas se demonstraram reveladoras, porque nelas residem práticas e costumes de diferentes temporalidades e matizes (religiosas, políticas, económicas) que, quando não impedem, dificultam a assimilação. Para demonstrar isso foi essencial tentar compreender, na atualidade, como se dá a participação local em processos eleitorais, pelos quais as populações marítimas visam assumir a gestão de aspectos governamentais que incidem diretamente em suas vilas, aldeias ou bairros, na busca da conquista do poder político e administrativo por seus próprios membros. Estabeleci uma comparação contemporânea entre o Bairro

Piscatório (ou da Marinha), em Espinho, Portugal⁵, e a vila da Redonda, em Icapuí, no Brasil. São também locais que tem como atividade prioritária a prática da pesca artesanal (apesar de modalidades diferenciadas) imbricadas com alguma atividade rural, práticas essas que perpassam as relações locais e cujas especificidades constroem relações de identidade e de sociabilidade hoje determinantes na busca pela autogestão local perante governos centrais e políticas globais de governação dos oceanos, cujos representantes e interventores geralmente não são escolhidos entre os membros das populações locais.

Os recortes locais e temporais e os contornos das populações escolhidas foram determinantes para as opções interdisciplinares e de utilização das fontes bibliográficas presentes na tese. Por se tratar de estudo comparativo focado em determinados períodos dos séculos XX e XXI em Brasil e Portugal, se buscou uma perspectiva mais historiográfica que holística, no sentido de vincar o trabalho em bibliografia que alinhasse os diferentes lugares e períodos selecionados. Também se optou pela referência a obras que diziam respeito à pesca artesanal de terra ou costeira, e nem tanto à pesca distante ou a aspectos migratórios a ela relacionados. No caso de Espinho e Redonda, a bibliografia específica era escassa, o que foi, paradoxalmente, um incentivo ao trabalho, pois tanto requereu a compreensão analítica e uma convivência por algum período nas localidades quanto levou à busca de novos paradigmas e conceitos. Em Espinho, por exemplo, uma edição autoral acerca de alguns aspectos estatísticos do Bairro Piscatório⁶ destaca que hoje menos de uma centena de trabalhadores estaria ligada diretamente à atividade da xávega, a

⁵ Espinho é um pequeno município da zona metropolitana do Porto, com 21,11 km² de área e 29.481 habitantes. Possui cinco freguesias. A freguesia Silvalde, com população estimada em 8.540 habitantes, abriga o Bairro Piscatório, ou da Marinha, onde se concentra mais da metade da população da freguesia. No verão, estima-se que o município abrigue dez vezes mais do que o número de habitantes, por conta da intensa atividade balnear (Informações: Câmara Municipal de Espinho, 2009).

⁶ Sousa, Maria Daniela Pereira de (2003), *Entre o Mar e a Terra. Breve Pesquisa Bibliográfica dos pescadores de espinho*, acessível em <http://www.scribd.com/doc/35924871/ESPINHO-Entre-o-Mar-e-a-Terra2>, acessado em Outubro de 2009.

pesca artesanal local, mas que mantem-se o vínculo da população em geral com a maritimidade, em particular com a pesca, a determinar o ritmo anual de trabalho local, de festas e celebrações religiosas e outros aspectos identitários. Portanto, foi mister acompanhar eventos locais, como a procissão de São Pedro, e a abertura recente de um museu municipal com temática voltada à pesca artesanal, com alguma produção impressa sobre o tema específico. E para se compreender questões relacionadas à identidade, tanto em Espinho quanto em Aracati e Icapuí, foi preciso abrir mão de conceitos que parecem não mais dar conta das especificidades locais e propor novos termos e paradigmas. Um exercício pelo qual, espero, “aprendi novas palavras e tornei outras mais belas” (*Carlos Drummond de Andrade em “Canção Amiga”*).

Não obstante, alguns temas afins são abordados considerando na metodologia uma perspectiva alargada (ver pag. 49). Entre essas questões, secundárias mas não desimportantes, estão aspectos relacionados ao turismo, à diferença sexual no mundo do trabalho da pesca e questões de geo-política global derivadas de disputa de território marítimo, como o caso dos “piratas” Somali, na I Parte. Espero ter minimizado eventuais debilidades de análise ou abordagem desses quesitos no processo de apreciação da tese pelos membros júri, aos quais sou grato pelas observações, ciente de que contemplar a todas elas não está ao meu alcance, mas convencido de estar a contribuir para ampliar os estudos de maritimidade mantendo o elemento humano em primeira perspectiva.

Dada a multiplicidade da abordagem e a necessidade de delimitar as escolhas interdisciplinares, optei pelo campo dos Estudos Pós-Coloniais como fio condutor da pesquisa e da escrita da tese. Por conta da minha formação acadêmica (e, igualmente, de suas limitações), a narrativa se atem prioritariamente aos campos da História, da Educação e da análise de certo discurso jornalístico, midiático e literário. Daí em muitos momentos a tese recorrer a artigos e matérias jornalísticas de variadas fontes, inclusive a artigos

jornalísticos e entrevistas de cientistas e/ou personagens que narram factos relacionados às abordagens propostas. Esses escritos jornalísticos, com raras exceções, foram considerados quando o autor, em se tratando de pesquisador ou intelectual, fosse reconhecidamente competente para emitir sua opinião, mesmo não contando com espaço para reflexões aprofundadas, próprias dos artigos científicos. Haverá ainda um ou outro caso de artigo e/ou entrevista de autoria *não-científica*, como um artista Somali que trata de questões de seu país, ou pescadores emitindo suas opiniões em entrevistas, mas sempre considerando como credível o veículo de *media* no qual a opinião foi emitida.

Entretanto, foram imprescindíveis diálogos com outras disciplinas, com relevância para a Sociologia, em particular para parte da obra de Boaventura Sousa Santos, tendo como perspectiva o estabelecimento de “saberes complementares” em oposição aos “conhecimentos rivais”. Daí este trabalho adotar uma narrativa mais historiográfica do que qualquer outra, dada a necessidade de delimitarem-se os recortes temporais (determinados períodos do século XX e XXI) e territoriais, ou seja, vilas e bairros (Redonda, Estevão e Canoa Quebrada, no Brasil, e o Bairro Piscatório, em Espinho, Portugal), sem a pretensão de ser uma análise etnográfica ou de sistemas culturais, o que, evidentemente, levaria à complexidade analítica exigida por outras opções disciplinares e à adoção de outra metodologia para trabalho de campo. Contudo, não foram desconsiderados, entre outros, alguns diálogos com a Antropologia, a Economia e o Turismo.

No campo brasileiro, por conta de minha inserção cotidiana, foi possível adotar a metodologia de observação participante, enquanto que no campo português as conversas e entrevistas informais se sobrepujaram a entrevistas estruturadas. Para além do tempo relativamente exíguo de minha permanência intermitente em Espinho (visitas esporádicas entre Setembro de 2008 e Agosto de 2009), onde mantive residência fixa e permanente apenas no período eleitoral entre Setembro a Novembro de 2009, foram muitos os fatores que

contribuíram para adoção dessa metodologia. Entre elas cabe destacar as condições meteorológicas que dificultavam gravações, e também a presença de um pesquisador “estrangeiro” no campo de trabalho e em ambientes de sociabilidade (o bar do Zé Grande, por exemplo). Em dado momento da tese destaco a desconfiança tradicional das populações marítimas brasileiras e portuguesas, e isso não foi menos verdadeiro quando da minha presença no Bairro. O curto tempo de convivência e a condição de “estrangeiro” dificultou, quando não impossibilitou, a frequência em ambientes domésticos, por exemplo, e a abordagem um tanto delicada de aspectos familiares, sanitários e fiscais, barreiras que me forçaram a manter no anonimato muitos dos personagens do Bairro Piscatório, embora creio não tê-los invisibilizado nos aspectos em que tentei compreendê-los. Espero ter minimizado essas falhas focando na análise de processos identitários e também na análise das eleições municipais de 2009, esclarecedora na relação da identidade local com a busca de gestão do território pelas próprias populações. Considerando a relação de tais acontecimentos recentes com aspectos gerais envolvendo Estado e populações locais, e as reelaborações constantes que tecem as populações marítimas acerca de problemas de origens diversas (de aspectos religiosos, políticos, econômicos, ambientais e de diferença sexual), chegarei à proposta de se adotar uma nova modalidade pedagógica, a partir dos conhecimentos e experiências locais, a que chamei educação ecosófica e que abordo e detalho na III Parte⁷.

Antes de concluir esta nota introdutória, à guisa de “Apresentação”, convém reafirmar o porque da escolha de um estudo comparado entre parcelas de populações de Portugal e Brasil. Trata-se da tentativa de se estabelecer uma tradução intercultural (ver pg. 15), pela qual práticas e saberes de diferentes contextos podem ser colocadas em contato considerando suas semelhanças, mas sem necessariamente eliminar suas diferenças. Entretanto,

⁷ Aliás, cabe esclarecer que optei por dividir a tese em partes em vez de capítulos por ser composta de assuntos interligados, mas não necessariamente lineares.

antes de abordar os estudos de casos portugueses e brasileiros, antecipo algumas considerações gerais sobre a relação pautada pelo distanciamento recíproco entre dois países que tantas semelhanças guardam entre si mas tem dificuldades em aproximar-se nas suas diferenças.

O silêncio sobre si mesmo (a quase negação, pelos ibéricos, das reminiscências da ocupação muçulmana na península⁸) e sobre o “outro”⁹ (o desinteresse do Brasil sobre a História de Portugal) permeia os discursos de representação e resistência entre ambos os países. Estudos comparados entre a sociedade brasileira e outros contextos me parecem cada vez mais necessários, dadas as transformações recentes no Brasil, que tem levado a um nacionalismo e fechamento crescentes.

Passados mais de 200 anos da chegada da Corte ao Brasil, prevalece o distanciamento e o desconhecimento sócio-históricográfico entre dois países que, justamente por serem tão próximos, se distanciaram demasiadamente. A constituição recíproca de estereótipos pejorativos também reflete-se negativamente no intercâmbio de elaborações teóricas e experiências sociais importantes. Concordando com as palavras de Boaventura Sousa Santos, quando indagado sobre a precariedade da comunicação entre a Literatura e a Ciência Social produzidas no Brasil e em Portugal,

seria muito fácil buscar as razões na história colonial e no processo de descolonização. Mas isso já foi há tantos anos, que já não faz sentido nenhum. Uma aliança entre as duas literaturas e as duas ciências sociais, trazendo para esse espaço as africanas, se

⁸ “A relação de Portugal com o Islão remonta à fundação da nacionalidade, e essa tão apregoada longa história, bem como os usos dessa história, não são sem consequência quer para o olhar português sobre o Islão, quer para os muçulmanos em Portugal. Esse facto, por si só, já justificaria (...) uma desconstrução do discurso historiográfico da ‘Reconquista’, e reconfigurando a narrativa das origens e formação da nação contribuem para a re-imaginação da memória histórica e da imagem da nação que os portugueses tem de si mesmos”. Vakil, Abdool Karim (2004), “Minorias étnicas e religiosas em Portugal: História e actualidade”, *Revista Lusófona de Ciência das Religiões – Ano III, / n.º 5/6 – 283-312*, acedível in <http://cienciareligioes.ulusofona.pt>.

⁹ Aqui, o “outro” compreendido como o da alteridade, da diferença, e não como o *subalterno*.

beneficiária de uma língua comum. Mas infelizmente não é assim (Santos, 2001a).

Paradoxalmente, se trata de países que são como duas moedas diferentes, porém com as mesmas faces. Diante disso, outra pergunta pode ser formulada: não foi justamente o mutismo brasileiro sobre Portugal que propiciou a um de seus mais renomados intelectuais elaborar para o antigo colonizador uma teoria, o lusotropicalismo, que justificasse o prolongamento do colonialismo português em África? No conceito, Gilberto Freyre contraiu num só os diferentes campos territoriais, espaciais e temporais, para concluir que a “colonização desinteressada” empreendida por Portugal na América se reproduziu em África, tese largamente usada por Salazar. Freyre não só elaborou o lusotropicalismo como não escondeu sua admiração pública pela pessoa de Salazar, explicitada em “Três Antónios de Portugal”:

O Professor Salazar é homem de aparência sã. (...) Alguma coisa de semita marca-lhe a fisionomia. Alguma coisa de *defroqué* – não o é, bem sei, mas poderia sê-lo – adoça-lhe os gestos: sobretudo os de cortesia. Adoça-lhe também a voz, que é de ordinário calma, suave, embora didacticamente clara. (...) O que é muito português no Professor Salazar é a doçura um pouco triste do seu olhar: um olhar doce, mas não melífluo, de homem virilmente bom. Nem fraco nem sequer sentimental: virilmente bom (Freyre, s. d. : 10).

O mutismo acrítico do Brasil sobre si mesmo e sobre o contexto colonial, particularmente sobre o colonialismo português do século XX, endossava as teorias freyrianas. Não se trata aqui de denegar a obra de Freyre, sua leitura é obrigatória por trazer para o texto acadêmico brasileiro a sexualidade, a gastronomia, as relações privadas, entre outros aspectos. Entretanto, Freyre e o lusotropicalismo são exemplos de como o mutismo funciona quando, no Brasil, se trata de evitar os questionamentos de seus próprios mitos (e Freyre é um deles, em que pese sua importância, e contradições).

Movimentos de encontros e desencontros ao longo dos séculos fazem de portugueses e brasileiros de hoje tipos ensimesmados, um tipo *colonizado*

de si mesmo, que privilegia a busca da essência de si em detrimento da busca pelo “outro”. Os portugueses – à deriva nos grandes acontecimentos do passado e no pesadelo europeu do presente – e os brasileiros – conformados com a ilusória “democracia racial” – circunscrevem suas interpretações recíprocas nos discursos ditados pelas instituições governamentais e pelos *media*, cujos interesses são estreitos e coniventes, e geram e reforçam os estereótipos negativos com discursos nacionalistas. Por outro lado, se ambos os povos se mantem afastados, as elites econômicas nunca deixaram de intercambiar, desde os tempos do tráfico de escravos e de cachaça, até os dias atuais, com migrações dos capitais transnacionais¹⁰.

Ganhariam todos, brasileiros e portugueses, se caísse o véu das (in)diferenças que limita as trocas de experiências no espaço de língua portuguesa, pleno de hibridismos que podem aproximar mais do que afastar. Superariam juntos a condição de países “semiperiféricos” para assumirem e serem aceitos como “semicentrais” (Ribeiro, 2004: 13), posição mais condizente com o presente, com suas histórias e com a condição de imensas populações de trabalhadores que permanecem invisibilizadas como são, por exemplo, as populações marítimas, que tanto tem em comum. Entretanto, há elementos a serem evidenciados que revelam a proximidade entre práticas locais em Portugal e Brasil, e que por vezes são desconsiderados pelas Ciências Sociais. É este ponto que esta tese pretende reforçar, trazendo a discussão e a aproximação de práticas e problemas comuns entre parcelas das populações marítimas dos dois países e, quem sabe, abrir perspectivas para abordagens semelhantes no âmbito da CPLP, integrada por oito países, todos em relação direta com o mar, sendo cinco costeiros (Angola, Brasil, Guiné Bissau, Moçambique e Portugal) e três insulares (Cabo Verde, São Tome e Príncipe e Timor Leste).

¹⁰ Aprofundo minhas reflexões sobre esse assunto em Muniz, Túlio de Souza (2009), “As impossibilidades da lusofonia narrativas acerca do ‘outro’ e do ‘eu’ entre Brasil e Portugal”, *Revista Brasileira de História e Ciências Sociais (RBHCS)*, Volume 1, Número 2, Dezembro de 2009. Publicação eletrônica in http://www.rbhcs.com/index_arquivos/Page973.htm.

Pois o distanciamento de análise também se dá entre os trabalhadores das populações marítimas, que tantas semelhanças apresentam no enfrentamento com as políticas de governação e na simultaneidade do confronto e da busca de apropriação do Estado, nas questões de identidade e territorialidade, na religiosidade. São populações que hoje, ainda que tenham assimilado aspectos típicos da urbanidade, mantem em seu cotidiano práticas, costumes e saberes ancestrais que determinam formas e maneiras de organização e resistências locais. É no mundo do trabalho e em suas práticas cotidianas que as populações marítimas, agarradas à “mão do mar”¹¹, elaboram estratégias de resistência e alternativas à regulação estatal desde sempre presente na atividade piscatória. Espero, assim, relevar que emerge dessas populações um potencial contra-hegemónico à “globalização hegemônica”, um processo “através do qual um dado fenómeno ou entidade local consegue difundir-se globalmente e, ao fazê-lo, adquire a capacidade de designar um fenómeno ou atividade rival como local” (Santos, 2006c: 182). É nesse imbricado contexto de globalização hegemónica-localização que se inserem grande parte das populações marítimas do mundo.

Novas abordagens, portanto, fizeram desta tese uma escrita bem mais complexa que meu antigo estudo de mestrado. E emergiu, em diversos momentos, impenetrável como um mar bravio e, para recorrer a metáfora da pesca, imprevisível como o lance de uma rede: às vezes capturando o que se desejava, às vezes outra espécie que não aquela que supunha, e, muitas vezes, nada. Mas voltando sempre à praia para, no dia seguinte, arriscar novos lances. Seguindo, talvez, Nuno Júdice em “Sebastianismo”: “Não sei que mar é

¹¹ Verso da música “Corsário” (“E buscar a mão do mar / Me arrastar até o mar / Procurar o mar”), do músico João Bosco (Ponte Nova-MG, 1946-), cuja obra musical recorrentemente se inspira no mar (ver cifra e letra em <http://vagalume.uol.com.br/joao-bosco/corsario.html>).

este, nem que navios / encalham nas / suas praias. Sento-me na sua margem.
/ Espero-te”¹².

¹² In Fanha, José, e Letria, José Jorge (2003, orgs.), *Cem poemas portugueses sobre Portugal e o mar*, Lisboa, Terramar, pg. 253.

INTRODUÇÃO

Desde o princípio, uma questão se impôs a este trabalho: por que localizá-lo em perspectiva pós-colonial? Delimito a análise específica no espaço de trabalho de parcelas das populações marítimas de Brasil e Portugal que, mais do que a língua ou a antiga relação colonizador-colonizado, tem em comum práticas, costumes e saberes tradicionais que não desapareceram, mas que estão distanciados. Mas tem, sobretudo, uma relação de enfrentamento com o Estado e com adversidades naturais que exigem constantes adaptações e elaborações de estratégias, das quais emergem questões e análises relacionadas à tradução intercultural. Além de guardarem semelhanças e, claro, diferenças, essas populações são afectadas pela regulação estatal e por problemas de múltiplas (e graves) dimensões, como a poluição dos mares, por exemplo, diante dos quais reagem de várias maneiras.

Após frequentar os seminários dos primeiros anos do Doutorado em Pós-Colonialismos e Cidadania Global, as hipóteses iniciais da tese fortaleceram-se. O trabalho de leitura, interpretação e escrita desses seminários possibilitou à minha pesquisa considerar conceitos importantes – como o de tradução intercultural – para analisar contextos ao mesmo tempo específicos e diversificados, pois

todas as práticas sociais envolvem conhecimentos e, nesse sentido, são também práticas de saber. Quando incide sobre as práticas, contudo, o trabalho de tradução visa criar inteligibilidade recíproca entre formas de organização e entre objetivos de acção. Por outras palavras, neste caso, o trabalho de tradução incide sobre os saberes enquanto saberes aplicados, transformados em práticas e materialidades. (...) A especificidade do trabalho de tradução entre práticas e seus agentes torna-se mais evidente nas situações em que os saberes que informam diferentes práticas são menos distintos do que as práticas em si mesmas. É, sobretudo, o que acontece quando as práticas ocorrem no interior do mesmo universo cultural (Santos, 2002: 34).

Conforme esse raciocínio, quero crer que as populações marítimas aqui abordadas integram, senão um “mesmo universo cultural”, pelo menos um mesmo plano, marcado pela língua e por muitos costumes e práticas em comum. Atento ao conceito de tradução, procuro analisar como discursos dominantes impuseram delimitações territoriais e regras para as práticas profissionais através da normatização, considerando que

o conceito de tradução aponta para a forma como não apenas línguas diferentes e diferentes contextos e práticas políticas e sociais podem ser postos em contacto de forma que se tornem mutuamente inteligíveis, sem que com isso tenha que se sacrificar a diferença em nome de um princípio de assimilação (Ribeiro, 2005: 79).

Creio que num estudo comparado como o proposto pela presente tese, é preciso considerar Bhabha (2007), quando chama atenção para as questões linguísticas na construção de “ambivalência” e “alteridade”. Pois a perspectiva pós-colonial deve atentar, nos estudos comparados, para as diversidades de manifestação e exercício de poder, para a diferença na elaboração e expressão de discursos, e para as questões de identidades, posto que estas não são apriorísticas, e sim o resultado de assimilações e adaptações de sujeitos, individuais e/ou coletivos. No caso das populações marítimas, as adaptações são geradas por acontecimentos e imposições tanto exógenas (na relação com a regulação estatal ou alterações ambientais, por exemplo) quanto endógenas (exemplo: alterações familiares – perda de elementos, ou divergências internas por mudança de religião de um dos membros).

Nesta “Introdução”, antecipo algumas preocupações gerais acerca deste distanciamento emudecido entre Brasil e Portugal para, na II Parte, expor um estudo de caso entre populações marítimas de ambos os países, calcados sobretudo em questões identitárias locais.

“Identities” e representações recíprocas entre Brasil e Portugal

A quase ausência de trabalhos de tradução intercultural entre populações brasileiras e portuguesas, e o problema das representações recíprocas que Brasil e Portugal constroem de si e para si mesmos obrigam a discutir a questão da identidade que, nesta tese, tem relação direta com a questão da territorialidade “local”. Contudo, antes se faz necessário considerar muitas das conceitualizações de identidade, e discorro sobre algumas delas, tendo o “local” como parâmetro.

O conceito de *habitus* (Bourdieu, 2005) define a identidade como elemento agregador. O *habitus* é o “princípio gerador e unificador que retraduz características intrínsecas e relacionais de uma posição em um estilo de vida unívoco, isto é, em um conjunto unívoco de escolhas de pessoas, de bens, de práticas” (Bourdieu, 2005: 20-21). Entretanto, é preciso concordar que os *habitus* “são diferenciados, mas são também diferenciadores. Distintos, distinguidos, eles são também operadores de distinções. (...) Assim, por exemplo, o mesmo comportamento ou o mesmo bem pode parecer distinto para um, pretensioso ou ostentatório para outro e vulgar para um terceiro” (Bourdieu, *idem*: 21). Talvez seja o *habitus bourdieuano* que melhor explique a coesão social interna existente entre as populações marítimas brasileiras e portuguesas. Entretanto, outras interpretações de identidade aprofundam essa reflexão.

Para Bhabha “identidade nunca é *a priori*, nem um produto acabado, é sempre “o processo problemático de acesso a uma imagem de totalidade” (Bhabha, 1994: 51, tradução livre). Citando Hall (1996), Carla Águas aponta para uma certa “flexibilidade” da identidade. Para ela,

a identidade não pode ser vista como uma essência, mas sim como um posicionamento em relação a alguma coisa. Esta visão é defendida por Stuart Hall (1996), que critica uma noção integral e unificada de identidade. Afastando-se das dicotomias e estereótipos,

o autor conceitua identidade enquanto uma articulação, sempre ambivalente e dependente das contingências. Ao invés de essencialista, é uma estratégia a partir da qual os sujeitos se posicionam, dentro de um lugar histórico específico (Águas, 2008: 14).

Para Tejerina, será a identidade um dos elementos a “indicar os territórios pelos quais transitam os processos reticulares de solidariedade, de negociação e de construção das novas fronteiras da mobilização” (Tejerina *et al.*, 2005: 2). Parece estar de acordo com Nietzsche:

Quando as pessoas viveram juntas por muito tempo, em condições semelhantes (clima, solo, perigos, necessidade, trabalho) nasce algo que ‘se entende’, um povo. (...) Quando é maior o perigo, maior é a necessidade de entrar em acordo, com rapidez e facilidade, quanto ao que é necessário fazer (Nietzsche, 2001b: 182).

Enquanto conceito complexo, identidade também pode ser usada e banalizada para reduzir a importância de consideráveis categorias populacionais. Me parece ser isso que ocorre, no Brasil e em Portugal. Em ambos os países, seja nos *media* seja nas Ciências Humanas, é senso comum¹³ localizar regiões distantes do cotidiano urbano num tal “*Profundo*” (o “Portugal profundo”, o “Brasil profundo”), termo que tanto simplifica quanto invisibiliza a imensa multidão de homens e mulheres que vivem e trabalham nessas regiões. Entretanto, o “*Profundo*” está à flor da pele, nas ruas dos centros urbanos, assim como aspectos da urbanidade estão no “*Profundo*”.

O “*Profundo*” é, portanto, uma invenção da “modernidade” (conceito que discuto a seguir) para invisibilizar agentes sociais que, literalmente, carregam nas costas países como Brasil e Portugal, onde a produção agrícola e

¹³ Como “senso comum” entendo que trata-se de “um conhecimento evidente que pensa o que existe tal como existe e cuja função é a de reconciliar a todo custo a consciência comum consigo mesma. É, pois um pensamento necessariamente conservador e fixista” (Santos, 2003a: 32). Chauí também dá uma definição interessante: “A ciência distingue-se do senso comum porque este é uma opinião baseada em hábitos, preconceitos, tradições cristalizadas, enquanto a primeira baseia-se em pesquisas, investigações metódicas e sistemáticas e na exigência de que as teorias sejam internamente coerentes e digam a verdade sobre a realidade” (Chauí, 2003: 220).

piscatória é mantida com suor dos corpos e não só com o óleo das máquinas sendo, contudo, trabalho apontado como “atrasado”. Daí a importância de análises como a de Santos que, acerca do modelo agrícola de Portugal tido como ‘arcaico’ em fins do século XX, afirma:

É bem possível que este modelo agrícola seja transcodificado e, de pré-moderno, passe a ser pós-moderno pelas combinações práticas e simbólicas que proporciona entre o económico e o social, entre o produtivo e o ecológico, entre ritmos mecânicos e ritmos cíclicos (Santos, 1995: 67).

O município de Espinho, em Portugal, é um exemplo contundente de que o “*Profundo*” está ao alcance dos olhos no cotidiano dos centros urbanos. Distante a apenas 20 quilómetros do Porto (segundo maior centro urbano do país, com cerca de 1,5 milhão de habitantes em sua região metropolitana), Espinho tem a economia sustentada pelo comércio e pelo turismo. Este é movido não só pelos meses de verão quando a população do município multiplica-se por dez, mas também pela atividade ininterrupta de um casino. Semanalmente acontece, às segundas-feiras, a feira livre tida como a maior de todo o Portugal e uma das maiores da Península Ibérica. Um passeio pelas ruas e pela feira livre de Espinho, na zona de venda de produtos hortifrutigranjeiros e no galpão das peixeiras, detalha o que até aqui descrevi acerca da invisibilização dos agentes sociais do “*Profundo*”, como demonstram as fotos a seguir.

FOTOS I, II, III, IV e V (página seguinte)

I- Vendedoras de castanha na praia de Espinho (Foto do autor, 22-11-2009).

II- Vendedora de hortifrutigranjeiros na feira semanal de Espinho(Foto do autor, 23-11-2009).

III- *Idem*.

IV- Vendedora de peixe nas ruas de Espinho (Foto: Rosana Rodrigues, 22-11-2009).

V- Transeuntes na feira de Espinho dançam ao som de música “pimba” (equivalente a “brega” no Brasil – Foto: Rosana Rodrigues, 23-11-2009).





V-

Reconsiderar, pois, a aceitação acrítica do “*Profundo*” é extrapolar a premissa hegemónica de um “desenvolvimento sustentável”. Ou seja, refletir acerca de um desenvolvimento sustentável desatrelado da lógica de “crescimento sustentável”, concordando que

o desenvolvimento entendido como realização de potencialidades, como passagem a um estado diferente e melhor, está longe da ideia do desenvolvimento como crescimento, como incremento. Neste sentido, as actividades económicas podem desenvolver-se sem crescer (Rodrigues e Santos, 2003: 46).

Nesta tese, esse “*Profundo*” aparecerá como o “local”, mas o “local” na perspectiva de emergências de saberes em oposição ao “epistemicídio” (Meneses e Santos, 2009), pelo qual o discurso pretensamente “científico” considera como inválidos saberes não estruturados ou excluídos do cânone científico, estabelecendo uma “divisão binária entre o Norte e o Sul (...), entre o desenvolvido e o subdesenvolvido, entre a ciência moderna e os conhecimentos locais” (Meneses, 2003: 687). Cabe ao pesquisador apontar para formas de construção de um saber emancipatório, alterando o que há de opressor no domínio do discurso científico, “combatendo a noção dominante de desenvolvimento, procurando compreender a partir das bases, como os grupos sociais dialogam com estas imposições que lhe são colocadas e as formas de resistência que tem mobilizado contra estes”, sem perder de vista a importância das “zonas de contato” pois “o mundo atual é composto por

comunidades plurais de saberes, onde coexistem múltiplos atores-sujeitos” (Meneses, idem: 704-706), tendo em conta de que o saber local é de resistência, mas também dialógico.

Assim, o “local” deve ser compreendido como lugar no qual a identidade é encontro de diferenças, é produtora de devir¹⁴. A delimitação teórica se faz necessária para evitar “armadilhas identitárias”, que visam restringir a análise de identidades no binómio redutor da “origem” e das “aparências”. Pois identidade é “um fenómeno cuja inteligibilidade requer contextualizá-lo no interior das sociedades que o abrigam” (Oliveira, 2000: 08), e mesmo o olhar treinado e perspicaz do pesquisador das Ciências Sociais deve estar atento às “armadilhas do processo identitário” (Oliveira, 2000: 10).

Também no campo da História, um dos quais esta tese se alicerça, a construção e reafirmação de Identidades são temas caros e fundamentais para abordagens de sociedades ditas “tradicionais”. Partidária da História Cultural, Pesavento chama atenção para necessidade de se detectar a “modalidade identitária” quando se estuda determinada sociedade. Para ela, a identidade

se constrói em torno de elementos de positividade, que agreguem as pessoas em torno de atributos e características valorizados, que rendam reconhecimento social a seus detentores. Assumir uma identidade implica encontrar gratificação com esse endosso. A identidade deve apresentar um capital simbólico de valoração positiva, deve atrair a adesão, ir ao encontro das necessidades mais intrínsecas do ser humano de adaptar-se e ser reconhecido socialmente (Pesavento, 2003: 91).

Quero notar que, para as populações marítimas brasileiras e portuguesas, é considerável a importância do vínculo identitário com seu local de origem e suas especificidades de trabalho. Pois é a partir do “local” que cunham para si referências identitárias múltiplas. As populações marítimas

¹⁴ “Devir: termo relativo à economia do desejo. Os fluxos de desejo procedem de afetos e devires, independentemente do facto de que possam ser ou não calcados sobre pessoas, sobre imagens, sobre identificações” (Guatari e Rolnik, 1996: 318).

brasileiras e portuguesas tem em comum uma identidade social “marcada por uma relação privilegiada com o mar” (Peralta, 2008: 254).

Convém citar, ainda que brevemente, alguns pontos de semelhança – objetivos e/ou subjetivos – que não são menos importantes numa análise comparada Brasil-Portugal. Por exemplo, a mesma nomeação de espécimes da fauna marítimas (raia, robalo, caranguejo, lagosta, polvo, tubarão, sardinha), de equipamentos de pesca ou dos barcos (o que será melhor desenvolvido na II Parte, na abordagem do aspecto religioso).

O “local”, contudo, é múltiplo, existem diferenças entre populações de um mesmo município, diferenciação dissimulada por uma “identidade dominante” (Peralta, 2008: 255) que não exclui a força preponderante do sentimento de pertença que mantem “a imagem positiva da localidade” (Peralta, *idem*: 258). Ou melhor: mesmo pertencendo a jurisdições geopolíticas compartilhadas com outras localidades (no caso aqui, os Municípios e seus bairros, freguesias e vilas), os pescadores não se dizem pura ou simplesmente icapuienses (os naturais de Icapuí), aracatienses (os de Aracati), espinhenses (os de Espinho)¹⁵. São, antes, redondeiros (os da praia da Redonda), canoenses (os da praia de Canoa Quebrada), vareiros (os do Bairro Piscatório de Espinho)¹⁶. Peralta explica que

Neste sentido, a categoria de pertença articula-se em torno de uma distinção entre os ‘daqui’ e os ‘de fora’, sendo que os ‘daqui’ detem um estatuto social mais elevado. (...) As noções de pertença estão também articuladas em torno de uma certa imagem positiva da localidade, (...) frequentemente suportada pelas fronteiras estabelecidas entre o ‘nós’ e o ‘outro’, sendo que o ‘nós’ como equivalente à localidade, é frequentemente representado como um

¹⁵ Há exceções, claro, como os “poveiros”, da Póvoa de Varzim, município ao norte do Porto, cuja história é secular. Ver Martins (2007).

¹⁶ “Vareiro” é designação comum a populações marítimas da zona litoral compreendida entre o Norte do município de Aveiro e o Sul do município de Vila Nova de Gaia, sobretudo as populações de Ovar e Esmoriz. Vem de “varadouro”, um “lugar à beira-mar ou nas margens de um rio onde se fazem encalhar as embarcações para as reparar ou guardar” (*Dicionário da Língua Portuguesa Contemporânea*).

idílio de paz e segurança, enquanto o 'outro' (...) é representado como um meio onde impera o crime, a insegurança e a depravação moral. (...) A distinção entre o 'nós' e o 'outro' é também frequentemente estabelecida no seio da própria comunidade (Peralta, 2008: 258-259).

As rivalidades locais vem muito mais desta distinção do que da rivalidade "natural" da atividade piscatória. De facto, rivalidades são comuns a pescadores no Brasil e em Portugal, sendo geralmente aplicadas aos vizinhos mais próximos: os poveiros com os vila-condenses, os ilhavenses com os das gafanhas, os canoenses com os esteveses, os barreirenses com os redondeiros. Segundo Sérgio Buarque de Holanda, é preciso atentar para ações comuns que levam a determinadas uniões ou separações, pois "tanto a competição como a cooperação são comportamentos orientados (...) para um objetivo material comum: é sua relação com esse objetivo o que mantem os indivíduos respectivamente separados ou unidos ente si" (Holanda, 2001: 60).

Daí a identidade ser cara às populações locais; reafirma valores mas também os distingue; é fator de coesão, mas num mundo de trabalho profundamente dividido pela competição e marcado pela dissimulação, cujo melhor exemplo está na adoção de alcunhas ("apelidos", no Brasil) por parte dos pescadores. A alcunha enquanto dissimulação, aspecto subjetivo e comum a portugueses e brasileiros, é particularmente interessante e significativa.

A alcunha é um traço de duplo viés, é tanto dissimulação quanto sabedoria cognitiva. Releva uma característica compartilhada por populações de pescadores portugueses e brasileiros: o segredo. Abrigar-se sob um nome que não o seu próprio é também uma forma de não se deixar conhecer totalmente pelo poder institucional, pelos seus estranhos, não se deixar assimilar, não ser "descoberto", e a História está plena de acontecimentos nos quais, quase sempre, ser "descoberto" é ser dominado.

Associada ao próprio nome, à determinada característica corporal ou acontecimento local, ou atribuída meramente ao acaso, a alcunha é, pois, ambígua, tanto revela quanto oculta: Zé Grande (ou José Carlos Campos Félix), Albertina do Padre, Alcino Caréu, Zé Barraca, Francisco Russo, Fátima Rabeca, Manuel Truta, Rosa Ceguinha (estes, do Bairro Piscatório - Espinho¹⁷), Cego do Maio (da Póvoa de Varzim), Tana (Natanael, da Redonda), Deão (Gideão, Redonda), Dorna ou Canjirão (Lucivando, Redonda), André (José Jacó Braga, Redonda), Motoqueiro (Redonda) Dudão (José Pereira, Estevão), Rapaizinho, Faixa Preta, Marinheiro, Zazinha, Pequena, Morena (Estevão) ...a lista seria extensa.

Aspectos a serem citados nas semelhanças entre populações marítimas de Brasil e Portugal seriam ainda o apego a jogos ilegais (o jogo do Bicho no Brasil, e o Sobe e Desce em Portugal), ao jogo de Sueca (cartas), o futebol, aos arraiais das festas juninas. Porém não cabe aqui aprofundar na sua análise, apenas citá-los para introduzir à argumentação sócio-histórica de outros aspectos comuns entre essas populações, o que faço na II Parte a partir da análise histórico-geográfica acerca da ocupação do litoral em ambos os países, que traz em sua origem outro traço comum, a imbricação do trabalho agrícola e piscatório.

Por ora, me ateno à identidade entre populações marítimas brasileiras e portuguesas, entre as quais a transmissão de saberes de geração a geração também é vincada pela questão do “local”. A atividade pesqueira, o conhecimento dos marcos marítimos, das épocas do ano, das melhores condições para captura da espécie, são elementos, entre outros, aprendidos no cotidiano, fora de uma estrutura formal de ensino. Para a imensa população

¹⁷À exceção de Zé Grande, informante afectuoso desta pesquisa, antigo pescador e hoje comerciante do Bairro Piscatório, as demais alcunhas constam em Bouçon, Armando, e Ribeiro, Liliana (2007, orgs.) *A Arte da Xávega em Espinho* Espinho, Fundação Navegar – Centro Multimeios – Câmara Municipal de Espinho.

que habita nos locais como os aqui apresentados, pescar não é algo que se aprende na escola, e sim no convívio com os pais, amigos, vizinhos.

Pesquisa do Sistema Nacional de Emprego no Ceará (SINE-CE), realizada em 1989, comprovou um cenário comum às populações de pescadores. “62,34% dos pescadores entrevistados (...) informaram que aprenderam a pescar com parentes. 10,39% aprenderam sozinhos e 25,97% disseram que aprenderam com companheiros. Apenas 0,65% foram treinados por empresas e 0,65% fizeram algum curso específico” (Felismino *et al*, 1989).

A pesquisa concluiu que era uma forma de aprendizado comum “nos países onde o índice de analfabetismo é alto”. Em que pese a implantação de políticas públicas de ensino nos últimos anos, quando se ampliou o acesso à educação básica, o analfabetismo ainda é grande entre os pescadores artesanais brasileiros. Assim, são reduzidas as perspectivas de encontrar trabalho em outras atividades que não a pesca, o que leva ao fortalecimento do laço com os mais velhos e a continuidade do processo tradicional de aprendizagem. Pois a realidade constatada pelo estudo do SINE junto aos pescadores do Mucuripe, praia de Fortaleza-CE¹⁸, é similar à dos pescadores dos principais postos de pesca em Portugal, conforme constataram Barroso e Moniz em inquérito aplicado em 1999¹⁹:

Os que não participaram em qualquer formação são em grande parte pescadores (40,3%) e marinheiros-pescadores (31,8%) (...). Os trabalhadores deste grupo profissional pertencem a uma faixa etária média elevada, possuem baixos níveis de escolaridade e são poucos os que frequentaram cursos de formação profissional sobre a actividade da pesca. Em termos de localização geográfica e mobilidade, estes profissionais são naturais do local onde residem e também trabalham na mesma localidade (...). Estes profissionais trabalham há bastante tempo na actividade da pesca e exercem sua

¹⁸Recentemente aferida por Silvino, Amanda Sousa (2007), *Etnobiologia dos Jangadeiros da Praia do Mucuripe, Fortaleza-CE*. Monografia de Graduação em Ciências Biológicas, Fortaleza Universidade Federal do Ceará, UFC, mimeo.

¹⁹Inquérito a partir de 229 respostas a 248 questionários nos principais portos de pesca de Portugal, em 1999.

actividade por gosto, apesar de alguns exercem por desejo dos pais (...). A maioria destes profissionais nunca exerceu outra actividade e o facto de trabalharem na pesca acaba por ser uma tradição da família, uma vez que em grande parte dos casos o pai também exercia uma actividade ligada à pesca (...). Este grupo profissional encontra-se em situações de trabalho relativamente precário, uma vez que a maioria não assinou contrato de trabalho e, para além disso, o nível de remuneração anual é baixo (Barroso e Moniz, 2000: 93-98-99).

Enquanto referencial local de resistência e transmissão de saberes, a identidade pode ser útil, desde que não sedimente a própria memória da localidade em questão. A memória social, local, é positiva e dinâmica, seu movimento é constante, nessa perspectiva “trata-se, pois, de criação e não de repetição ou redundância vazia” (Lins, 2001: 13). O que tende a não se alterar é a memória oficial. Apropriada e manipulada pelo Estado, a memória constitui-se em armadilha identitária e/ou em folclore. Há, de facto, no campo da identidade e da memória das populações marítimas, uma disputa constante destas com o Estado. A memória “oficial” tende a celebrar os grandes acontecimentos do passado ligados à maritimidade (exemplo: os “descobrimientos”) e deles excluir e minimizar a presença e importância dos trabalhadores.

Entretanto, por serem profundamente identificadas com seus locais de origem, as populações marítimas não são cooptadas integralmente pelo Estado ou instâncias centralizadoras exógenas. Talvez porque essas instâncias desconsiderem as diferenças entre os elementos locais que sustentam a identidade “pescadora”, e quando aplicam suas políticas de regulação, usam de discursos reificantes de identidade “local”, como se esta fosse uma e idêntica para todas as populações. Desconsideram também que, mesmo entre os elementos de populações específicas, há hierarquia na divisão dos trabalhos ou de práticas religiosas, por exemplo, em que pese elementos identitários de coesão social que emergem esporadicamente quando necessário. Nesse embate com o Estado, cria-se o espaço paradoxal que

possibilita a resistência por parte das populações. Estas, exatamente por perceberem a incapacidade de aplicação e sustentação de políticas generalizadoras, tem das ações governamentais maior clareza do que as elaborações totalizantes que o Estado faz acerca de seus cotidianos e práticas.

Calcados nas manipulações da identidade, os governos brasileiro e português mantem, desde sempre, essa relação reguladora com suas respectivas populações marítimas, e estas buscam não se deixar sujeitar de todo à ação estatal. Ao longo deste trabalho, procurarei evidenciar as diferenças mas, sobretudo, as semelhanças desse movimento dual de tensão-resistência entre os governos e as populações de ambos os países, assunto ao qual dedicarei reflexões tanto na I Parte, ao narrar a “guerra da lagosta” e ao elaborar o conceito de dispositivo pós-colonial (DPC), quanto na II Parte, nos estudos de caso, sobretudo de populações de determinadas zonas do litoral Leste do Ceará e do litoral Centro-Norte de Portugal.

A perspectiva pós-colonial

Parece-me apropriado ressaltar que a perspectiva “local” em confronto com ações centralizadoras que expus acima, se insere no debate proposto por Santos (2004a) quanto a desconsideração de uma “diversidade epistemológica do mundo” pelo saber científico ocidental, embate estabelecido e aprofundado desde o século XVII pelo sistema do colonialismo em oposição aos povos conquistados fora do contexto europeu. A partir de então “a ciência moderna conquistou o privilégio de definir não só o que é ciência mas, muito mais do que isso, o que é conhecimento válido” (Santos, 2004a: 18).

Bhabha reitera a complexidade do embate entre saber científico ocidental e os saberes “subalternizados”:

A crítica pós-colonial é testemunha das forças desiguais e irregulares de representação cultural envolvidas na competição pela autoridade política e social dentro da ordem do mundo moderno. As perspectivas pós-coloniais emergem do testemunho colonial dos países do Terceiro Mundo e dos discursos das "minorias" dentro das divisões geopolíticas de Leste e Oeste, Norte e Sul. Elas intervêm naqueles discursos ideológicos da modernidade que tentam dar uma "normalidade" hegemônica ao desenvolvimento irregular e às histórias diferenciadas de nações, raças, comunidades, povos. Elas formulam suas revisões críticas em torno de questões de diferença cultural, autoridade social e discriminação política a fim de revelar os momentos antagônicos e ambivalentes no interior das "racionalizações" da modernidade (Bhabha, 2007: 239).

A necessidade de transversalizar o discurso científico moderno é um dos motivos de esta tese situar-se no campo dos Estudos Pós-Coloniais, o qual me parece apropriado para discutir as questões que aqui pretendo levantar e para abordar novos conceitos teórico-analíticos que surgem ao longo do texto. Primeiro, por entender, como Boaventura Santos (2004b), que pós-colonialismo é “um conjunto de correntes teóricas e analíticas, com forte implantação nos estudos culturais, mas hoje presentes em todas as ciências sociais” (Santos, 2004b: 8), por abrangerem diversos e distintos campos do conhecimento nas Ciências Humanas (História, Sociologia, Economia, Literatura e, em alguns aspectos, Antropologia, Geografia, Linguística). E creio que somente um amplo leque teórico proporciona um entendimento das questões envolvendo populações marítimas.

Segundo, porque alguns dos temas aos quais refiro eclodiram a partir da segunda metade do século XX – período marcado pelo início do período histórico “pós-colonial” – e se mantem latentes mas invisibilizados nas primeiras décadas do século XXI, talvez por conta do discurso científico ocidental, que, quando os aborda, lhes desfoca. Entre eles destacaria a presença da mulher no mundo da pesca. Nesse sentido, para justificar uma abordagem historiográfica a partir da Literatura – *Os Pescadores*, de Raul

Brandão –, Amorim tece uma crítica das análises empreendidas pelas ciências sociais acerca da presença da mulher na pesca:

Durante muito tempo os estudos sobre a mulher no sector viram-na essencialmente afastada do mar, exclusivo dos homens e, por conseguinte, retiraram-lhe visibilidade. A antropologia e a sociologia, contudo, acrescentaram-lhes contributos intangíveis, no sentido de menos visíveis ou imediatamente visíveis, como esposa, mãe ou irmã, de pescadores. A observação destas componentes de análise, recuando no tempo, é contrariada pela inexistência de inquéritos directos e o mundo da pesca deixou poucos indicadores escritos, a não ser pelo cunho dos poderes reguladores do Estado (Amorim, 2005: 658).

Terceiro, por entender, como Margarida Calafate Ribeiro, que Pós-Colonialismo é “a revolução dos povos do mundo no sentido da reconquista do controlo da sua própria história e do seu próprio espaço” (Ribeiro, 2004: 16), e é isso que tem feito as populações marítimas aqui elencadas, seja conquistando melhorias junto ao Estado ou se apropriando do poder político local. Entretanto, busco apontar para as formas de como tal apropriação se dá numa perspectiva de contato e encontro com contextos mais amplos, concordando que “é hoje amplamente entendido que estratégias localizadas – por uma comunidade delimitada, por uma cultura orgânica, pela região, pelo centro e periferia – podem obscurecer tanto quanto revelarem” (Clifford, 1997: 245).

Finalmente, porque neste trabalho, evidencio atividades de populações marítimas invisibilizadas e marginalizadas pela incidência de lógica estatal sobre as mesmas, pois “a partir das margens ou das periferias, as estruturas de poder e de saber são mais visíveis” (Santos, 2004a: 9). Assim sendo, trago propostas de novos conceitos (dispositivo pós-colonial – ou DPC – e multiterritorialidade marítima), numa perspectiva dialógica com conceitos importantes e já conhecidos (sobretudo o de colonialidade), o que, talvez, venha a colaborar para a discussão pós-colonial.

Contudo, é necessário, antes, estabelecer um breve debate sobre algumas das diversas concepções de pós-colonialismo e modernidade, dados os imbricamentos entre ambos os conceitos e as controvérsias que suscitam.

De facto é difícil, ainda hoje, precisar cronologicamente o que vem a ser o “período pós-colonial”. Para Mahi Elmandjra, é um fenómeno recente, “qui date du début des années 1990, comme suite à la chute des régimes communistes, la Guerre du Golfe et l'effritement du peu d'unité que le Tiers Monde était parvenu à construire. Le post-colonialisme est, avant tout, le produit du ‘nouvel ordre mondial’” (Elmandjra, 1994: 1). Embora sem utilizar o termo “pós-colonial”, Hardt e Negri (2004) remetem ao “período de descolonização” em África e Ásia nos anos entre 1950 e 1970 para afirmar que “o nacionalismo subalterno desempenhou (...) funções progressivas importantes. (...) A soberania nacional significa a liberdade por oposição à dominação estrangeira e a autodeterminação dos povos, expressando assim a derrota definitiva do colonialismo” (Hardt e Negri, 2004: 153-154).

No campo da História é comum apontar o século XIX como o *começo do fim* do colonialismo, nas independências dos países americanos. Contudo quero me distanciar dessas concepções por crer que o colonialismo, “longe de ter terminado com a independência, continuou sob outras formas, mas sempre em coerência com o seu princípio matricial: o racismo como uma forma de hierarquia social não intencional porque assente na desigualdade natural das raças” (Santos, 2006d, s/pg). De facto, “descolonização” e “pós-colonialismo” são inconfundíveis. A descolonização começa no século XVIII e termina no século XX, enquanto o pós-colonial não é um processo em si, mas uma concepção analítica dos paradigmas da modernidade e da pós-modernidade, onde persistem concepções e mentalidades coloniais.

Para Bhabha, o racismo é também um componente da tríade que compõe a “diferença cultural/histórica/racial” base da “fixidez” do discurso

colonial, remetendo ao processo de “ambivalência” cuja força “assegura a validade do discurso colonial: garante sua repetibilidade em diferentes conjunturas históricas e discursivas” (Bhabha, 2007: 105-106). O discurso e a linguagem do colonialismo serão a base do que Quijano chama de colonialidade, que

é um dos elementos constitutivos e específicos do padrão mundial do poder capitalista. Sustenta-se na imposição de uma classificação racial/étnica da população do mundo como pedra angular do referido padrão de poder, e opera em cada um dos planos, meios e dimensões, materiais e subjetivos, da existência social quotidiana e da escala societal. Colonialidade é um conceito diferente de, ainda que vinculado a, colonialismo. (...) O colonialismo é, obviamente, mais antigo, enquanto a colonialidade tem vindo a provar, nos últimos 500 anos, ser mais antiga e duradoira que o colonialismo. (Quijano 2009: 73).

Posteriormente, Mignolo vem a reforçar o conceito de Quijano, desdobrando-o em “colonialidade do poder”, “colonialidade do saber” e “colonialidade do ser” (Mignolo, 2003: 632-633), instrumentos de imposição de saberes e práticas da modernidade ocidental em detrimento de antigos saberes e práticas de povos colonizados. “Nesse sentido preciso, o conceito ocidental de modernidade pode ser e é totalitário” (Mignolo, *idem*: 634). Tal argumentação remete, necessariamente, a uma concepção de modernidade que, nesta tese, seguirá a de Santos (2006a):

O paradigma sócio-cultural da modernidade surgiu entre o século XVI e os finais do século XVIII, antes de o capitalismo industrial se ter tornado dominante nos actuais países centrais. A partir daí, os dois processos convergiram e entrecruzaram-se, mas, apesar disso, as condições e a dinâmica do desenvolvimento de cada um mantiveram-se separadas e relativamente autónomas. A modernidade não pressupunha o capitalismo como modo de produção próprio. Na verdade, concebido enquanto modo de produção, o socialismo marxista é também, tal como o capitalismo, parte constitutiva da modernidade. Por outro lado, o capitalismo, longe de pressupor as premissas sócio-culturais da modernidade para se desenvolver, coexistiu e até progrediu em condições que, na

perspectiva do paradigma da modernidade, seriam sem dúvidas consideradas pré-modernas ou mesmo anti-modernas (Santos, 2006a: 46-47).

Mignolo parece concordar com Santos, e aprofunda a relação entre emergência da modernidade simultaneamente à expansão colonial. Para ele, a conquista das Américas, a partir do século XVI, foi,

al mismo tiempo, la emergencia de un nuevo sistema-mundo, así como el inicio de la modernidad/colonialidad. (...) La coexistencia histórica entre la expulsión de los judíos y los musulmanes de España y el ‘descubrimiento’ de América fue simultáneamente una señal tanto del colonialismo moderno como de las modernidades coloniales, esto es, de la modernidad/colonialidad (Mignolo, 2003b: 111).

Foram essas contradições da modernidade, presentes na coexistência de diferentes temporalidades, que guiaram minhas reflexões, acima, acerca da persistência de estereótipos analíticos das Ciências Humanas, que invisibilizam e remetem as práticas locais ao “*Profundo*”, um lugar tanto imaginário quanto preconceituoso, as práticas ditas “pré-modernas” de populações do interior de Portugal e do Brasil. Alinho minha escrita às definições de modernidade acima expostas por não acreditar que a “modernidade líquida” (Bauman, 2007) tenha se instalado por completo nas relações das populações marítimas, e muito menos eliminado características seculares que seguem vivas e latentes.

Consideradas essas perspectivas de pós-colonialismo e modernidade, creio ser pertinente inserir a questão dos oceanos e das pessoas que deles dependem diretamente para sobreviver. Sem que fossem eliminadas práticas e saberes tidos por obsoletos ou pré-modernos, recrudescer a incidência de lógicas discursivas de matizes “modernas” e capitalistas sobre os trabalhadores ligados ao extrativismo em geral, e particularmente sobre o extrativismo piscatório a partir da segunda metade do século XX, período delimitado para abordagem aqui proposta, não por acaso, o dito período pós-colonial.

De facto, nesse período notou-se, entre as populações marítimas, a emergência de questões ligadas à diferença sexual, ao meio ambiente, ao turismo, ao esporte e à educação, simultaneamente à permanência de antigos referenciais e práticas de religiosidade e da regulação estatal, que nunca desapareceram. E para compreender o paralelismo e a diversidade desses acontecimentos é necessário recorrer a diversas disciplinas e referências das Ciências Humanas, abordagem propiciada pelos Estudos Pós-Coloniais.

Resta dizer que talvez este trabalho contribua para consolidação dos Estudos Pós-coloniais no Brasil, onde o conceito não tem ainda o estatus acadêmico que goza entre muitas instituições e autores latino-americanos, asiáticos, africanos e europeus. No Brasil, ainda é uma prática “incluída entre aqueles exercícios culturais que, porque causam desconforto, a cultura acadêmica prefere esquecer” (Bellei, 2001: 111).

O que me motiva nesta escrita, finalmente, é o convencimento de que, embora sejam importantes, os termos e conceitos “pós-colonial” e “colonialidade” são passíveis de interpretações e apropriações equivocadas. Por um lado, o período pós-colonial é evocado constantemente por ex-colonizadores para anular a opressão e exploração do colonialismo. Por sua vez, a “colonialidade” é um conceito importante, que explica satisfatoriamente porque da permanência da matriz da relação colonial entre países e governos de ex-colonizados e de ex-colonizadores. Mas quero crer que “colonialidade” não esgota as possibilidades de compreensão do ímpeto colonial crescente nas relações internas e internacionais de diferentes países na atualidade. Um ímpeto que emerge da retórica estatal e que tem nos meios de comunicação de massa (os *media*) seu campo de disseminação. É o que vou chamar na tese de dispositivo pós-colonial (ou DPC). Trata-se de uma retórica coercitiva que visa o convencimento das populações de determinados países para que apoiem ações específicas de intervenção, tanto interna quanto externa.

Na I Parte detalho como o DPC surge na década de 1960, no Brasil, a partir de um conflito com a França, que ficou conhecido como a “guerra da lagosta”. Demonstro ainda como o DPC circula e transita em discursos e atos de diversos países, tanto de ex-colonizadores quanto de ex-colonizados, como o Brasil, onde persiste o que Marini chamou de subimperialismo:

Esto es cierto aun cuando el capital industrial se amplia y fortalece en áreas extractivas y agrícolas; lo que es todavía más, cuando consideramos la extensión y diversificación a escala mundial de la industria manufacturera. El resultado ha sido un reescalamiento, una jerarquización de los países capitalistas en forma piramidal y, por consiguiente, el surgimiento de centros medianos de acumulación — que son también potencias capitalistas medianas — , lo que nos ha llevado a hablar de la emergencia de un subimperialismo (Marini, 1977: 8).

Subimperialismo este que ainda nos dias de hoje é preocupação no Brasil. Em seu congresso de 2010, o Partido dos Trabalhadores (PT), ora no governo, acrescentou às aprovações finais as práticas subimperialistas de empresas brasileiras. Entretanto, escusou-se de mencionar empresas estatais, como a Petrobras, que ampliam consideravelmente sua presença em outros países da América do Sul e mesmo de outros continentes. Mais de uma vez, a Petrobras foi utilizada por setores do governo e políticos da direita como mote e argumento para retaliação do Brasil em outros países de economia mais fraca, como a Bolívia, que em 2006, decretou a nacionalização das reservas de gás exploradas pela Petrobras, entre outras grandes empresas multinacionais²⁰.

²⁰ Ver, por exemplo matéria jornalística de 30-05-2006, “Bolívia acusa Petrobras de ‘sabotar’ fornecimento de combustíveis”, *in* <http://www1.folha.uol.com.br/folha/dinheiro/ult91u108141.shtml>, ou matéria “Renan diz que governo deve ser o ‘mais duro possível’ com a Bolívia”, *in* <http://www1.folha.uol.com.br/folha/brasil/ult96u78119.shtml>. O episódio fez surgir manifestações nacionalistas e intervencionistas entre a população brasileira, como se pode ler no site http://www.brasilwiki.com.br/noticia.php?id_noticia=3432, acessado em 01-03-2010 que, em 16-12-2007, publicou o comentário “Invadir a Bolívia, questão de estratégia”.

Se na contemporaneidade não há uma colonização nos moldes do sistema colonial vigente nos últimos cinco séculos, ecos da colonialidade são ouvidos em toda parte. Ao longo deste texto será exemplificado como isso ocorre com maior ou menor intensidade, seja nos campos onde a pesquisa focou (Brasil e Portugal), seja em outros países onde populações marítimas debatem-se com problemas de toda ordem, nem sempre obtendo êxito no enfrentamento, mas por vezes surpreendendo com a emergência de estratégias para não sucumbirem. Não seria exagerado afirmar que as populações marítimas adotam “essencialismos estratégicos” (Spivak, 1999), em seu deslocamento permanente entre fronteiras geográficas e temporais, entre as leis e as vagas das ondas.

Portanto, a tese se propõe a contribuir com novos conceitos para os Estudos Pós-Coloniais para, a seguir, inserir no debate de matiz pós-colonial problemas que vão da questão política à ambiental, da diferença sexual a práticas identitárias múltiplas, considerando o papel da regulação estatal sobre o trabalho, da imposição estatal na construção de memórias e na definição de territorialidade marítima (que advem, muitas vezes, de conflitos entre diferentes Estados-Nações), na organização e na representação política local, nas novas configurações das relações entre homens e mulheres na família e no ambiente de trabalho, na percepção do risco relacionado às alterações na natureza a partir de meados do século XX. Antes de serem estudos comparados, os estudos de caso de determinadas zonas do Ceará (Brasil) e do litoral Centro-Norte (Portugal), surgem como campo empírico da tese, para demonstrar que populações *subalternas* são capazes de criar alternativas “contra-hegemônicas” em seus cotidianos. E, para fortalecer esse potencial, chegarei, na III Parte, com a proposta de uma alternativa, a que chamarei de educação ecosófica.

A multiterritorialidade marítima e o DPC

Invariavelmente os conflitos na pesca, sejam internacionais ou locais, reproduzem e reificam o discurso centralizador forjado pelos Estados, ecoando nos *media* e na população. Isso é ainda mais verdadeiro em contextos históricos do Brasil e Portugal que, em que pese as diferenças, passaram quase a metade do século XX sob regimes ditatoriais: o Brasil de 1930 a 1945, sob Getúlio Vargas, e de 1964 a 1985 sob a ditadura militar, e Portugal, de 1926 a 1974, considerando os períodos de ditadura militar (1926-1928), a Ditadura Nacional (1928-1933) e o Estado Novo (1933-1974). Ambos os países – ressaltando sempre as diferenças históricas – proporcionavam um fechamento de suas respectivas sociedades sobre si mesmas e sufocavam a emergência de manifestações questionadoras do rígido controle exercido pelos regimes na economia, nas liberdades de organização coletiva e de expressões individuais.

Todavia, me propus refletir e questionar se essa dinâmica sempre se impôs de todo na elaboração de discursos (ou silêncios) de categorias de trabalhadores como, por exemplo, a dos pescadores. Nesse quesito, foram referências importantes obras recentes, de autoria de Álvaro Garrido (2004 e 2006), Berenice Abreu de Castro Neves (2001 e 2007) e Joana Macedo (2008), que abordam as políticas das pescas de Brasil e Portugal nos períodos dos respectivos regimes chamados de Estado Novo. Por vezes, nesses períodos, as práticas e os saberes dos trabalhadores contiveram o novo, e ainda que calcados em antigos costumes e silenciados, geraram novas estratégias e acontecimentos.

Delimitado os pontos de partida para o campo teórico e empírico de trabalho, disserto sobre a disputa de território marítimo entre diferentes nações (que me levou a propor o DPC) e a reflexão sobre possibilidades, ou não, de compartilhamento desse mesmo território, propondo a multiterritorialidade

marítima. A partir do conceito de multiterritorialidade (Haesbaert, 2004), o território marítimo que abordo devem ser considerado para além da concepção geográfico-espacial, na qual os mares são ocupados apenas por água, pedras, plantas e peixes. É preciso cautela ao considerar abordagens sociológicas marítimas nas quais as estatísticas tipo S.I.G. (Sistema de Informação Geográfica) tem mais relevância que a presença das populações marítimas. Pois estatisticamente, o mar é considerado um “deserto”, espaço não habitado. Mas trata-se, antes de tudo, de um território humano, e como tal “tem a ver com poder, mas não apenas ao tradicional ‘poder político’. Um território marcado pelo poder tanto no sentido mais concreto, de dominação, quanto no sentido mais simbólico, de apropriação” (Haesbaert, 2004: 1). O mar, idílico e traiçoeiro, espaço de vida e morte, é narrado e povoado pelos que vivem à terra e nele se aventuram. Como tal, o território,

como espaço dominado e/ou apropriado, manifesta hoje um sentido multi-escalar e multi-dimensional que só pode ser devidamente apreendido dentro de uma concepção de multiplicidade, de uma multiterritorialidade. E toda ação que efetivamente se pretenda transformadora, hoje, necessita, obrigatoriamente, encarar esta questão: ou se trabalha com a multiplicidade de nossos territórios, ou não se alcançará nenhuma mudança positivamente inovadora (Haesbaert, 2004: 19).

O conceito de multiterritorialidade de Haesbaert será abordado também na III Parte, na educação ecosófica, por considerar o potencial contemporâneo de estabelecimento de redes, “a presença de uma grande multiplicidade de territórios e sua articulação na forma de territórios-rede” (Haesbaert, *idem*: 16), sobretudo a partir do acesso a tecnologias de informação e informática, nomeadamente a Internet.

O conceito de DPC me parece útil, como demonstrarei, para entender as formas de permanência e reprodução da colonialidade e da lógica capitalista no discurso estatal de regulação das atividades dos trabalhadores na pesca artesanal. Os alicerces do DPC vem do dispositivo da sexualidade de Foucault

(1984) e do Orientalismo, de Said (1990). Para Foucault, resumidamente, o “dispositivo da sexualidade” é concebido, constituído e ativado através da elaboração discursiva acerca de um padrão comportamental pré-determinado para que as normas surgidas em torno dele sejam aplicadas indistintamente sobre toda a população, levando-a a acatar o padrão. E o faz ainda que o padrão seja imposto capturando toda a subjetividade ao redor, onde a “verdade” emerge “num jogo em que o prazer se mistura ao involuntário e, o consentimento à inquisição” (Foucault, 1984: 75). De modo que, por operar também no campo das subjetividades, a lógica discursiva e coerciva do dispositivo é seguida de um exercício de poder que está para além da instância “jurídico-discursiva” (Foucault, *idem*: 80), mas sem dela abrir mão. Um tipo de poder que emerge por iniciativa da vontade de um “poder legislador, de um lado, e sujeito obediente do outro” (Foucault, *ibidem*: 82).

Said por sua vez, afirma que o discurso do Orientalismo surge no Ocidente como instrumento de dominação do Oriente, “fazendo declarações a seu respeito autorizando opiniões sobre ele, descrevendo-o, colonizando-o, governando-o” (Said, 1990: 15). Said também se ampara na noção de discurso de Foucault para sustentar o Orientalismo. “Sem examinar o orientalismo como um discurso, não se pode entender a disciplina enormemente sistemática por meio da qual a cultura europeia conseguiu administrar – e até produzir – o Oriente política, sociológica, científica e imaginativamente” (Said, *idem*: 15).

Seguindo o raciocínio de ambos, penso que o DPC é concebido e sustentado por discursos poderosos e abrangentes, que emergem de acordo com a necessidade e conveniência de seus emissores (geralmente, líderes de Estados nacionais, amparados pelos *media*) para coagir consideráveis camadas populacionais e sobre elas impor normas ou ações específicas, ainda que circunstanciais. O DPC advem de argumentos de matriz eurocêntrica que, a partir do século XIX e sobremaneira no século XX, “justificaram” a dominação europeia sobre qualquer território fora do espaço europeu. Argumentos que

ganharam novos sentidos ao serem assimilados por países, como o Brasil, conforme demonstro focando em dois pontos: o surgimento da indústria brasileira da pesca (a partir de 1955) e os vários conflitos internacionais envolvendo pescas e territorialidade marítima, com ênfase na abordagem da “guerra da lagosta”.

Coube aqui uma reflexão sobre conflitos económicos e diplomáticos internacionais que, no discurso jornalístico e no imaginário social, são precipitadamente classificados como “guerras da pesca”. Parece ter sido o caso do conflito entre Brasil e a França, entre Fevereiro e Março de 1963, que culminou com o que a imprensa chamou de “a guerra da lagosta”. Longe de ter sido uma guerra, foi um eufemismo cunhado pelos *media*, um acontecimento factual, gerador de sintomas que coincidiram com um certo imaginário patriótico, sobretudo no Brasil. É verdade que o episódio levou à mobilização bélica de contingentes militares brasileiros e franceses no litoral Nordeste do Brasil. Mas resultou, sobretudo, na disseminação de um discurso oficial de cunho nacionalista e xenófobo com eco significativo na população e nos grandes jornais da época (cf. Braga, 2004), e na disputa de poder entre autoridades civis e militares um ano antes do golpe militar de 1964.

No conflito, a França, potência consolidada mas perdendo gradativamente suas antigas colónias em África, defronta-se com um Brasil então “emergente”, que desde os tempos da colónia buscava reafirmar sua presença no Atlântico Sul, baseando-se numa “versão brasileira do lado mais conservador do Atlantismo português e que ainda hoje seduz sectores da Marinha Brasileira” (Ribeiro, 2004: 156). Ambos os países parecem articular um discurso de inspiração colonial. No lado brasileiro, tal discurso foi difundido

pelos *media* (rádios e jornais) e assimilado pelo imaginário popular, o que ficou patente em atos isolados de violência²¹.

Há contudo, uma grande ausência no conflito e na elaboração do discurso a seu respeito: a ausência dos próprios pescadores. Foi preciso entender como a “guerra da lagosta” refletiu no cotidiano, no trabalho e, sobretudo, na narrativa dos pescadores artesanais de lagosta. Além da intenção oficial de ativar o DPC, tudo leva a crer que o conflito, comercial e capitalista, circunscreveu-se nos grandes centros urbanos e, no campo económico, no meio dos grandes armadores e não dos trabalhadores na pesca artesanal.

Foram estes os pontos de partida: tentar entender se houve ou não, por parte dos trabalhadores, assimilação ou resistências ao DPC quando este foi acionado na definição de políticas relativas à pesca. A seguir, tento demonstrar, através de trabalho de campo aliado ao referencial teórico, alguns dos elementos agregadores para a categoria dos pescadores artesanais no enfrentamento ou sujeição às imposições estatais em busca de alternativas, como a educação ecosófica (III Parte).

Para tanto, proponho o conceito de multiterritorialidade marítima também para apontar a possibilidades de compartilhamento de território marítimo e para o estabelecimento de novas “cartografias do desenvolvimento sustentável”, repensando o discurso do “desenvolvimento” conforme propõe Lins (2008a):

Sabemos que para atenuar uma incompatibilidade fundamental entre desenvolvimento, processo antes de tudo destruidor de recursos e da biodiversidade, e durabilidade, a fórmula desenvolvimento sustentável designa em teoria, um tripé mágico aliando à economia crescimento e produção, o social, melhor

²¹ Isolados mas que chamaram atenção por serem registrados em diferentes zonas do país, como Campinas(SP), Belo Horizonte (MG), Rio de Janeiro (RJ) e Fortaleza (CE).

repartição das riquezas e o meio ambiente: preservar o planeta para as gerações futuras (Rio 1992)²².

De facto, o termo “desenvolvimento sustentável” hoje tem sua concepção inicial um tanto desvirtuada. Foi cunhado no documento intitulado Relatório Brundtland (Nosso Futuro Comum), resultante dos trabalhos da Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento das Nações Unidas, para designar processos que atendessem “às necessidades do presente sem comprometer a possibilidade de as gerações futuras atenderem a suas próprias necessidades” (ONU, 1991: 46). Entretanto, serve de argumento para justificar intervenções duvidosas, como, por exemplo, criatórios de camarão (carcinicultura) devastando áreas de manguezal no Nordeste do Brasil que “uma vez ocupadas desordenadamente podem ocasionar danos irreversíveis ao ambiente e às populações que tem nesses ecossistemas a sua principal ocupação económica” (Da Silva, 2004: 26).

Proponho a multiterritorialidade marítima como a busca do estabelecimento de espaços plurinacionais e plurilocais nos oceanos. A proposta é calcada em dois pilares teóricos. Primeiro: o saber que detem as populações marítimas, saber este que se opõe ao que chamarei de recolonização ambiental em espaços do antigo sistema colonial. Recolonização ambiental conceitualizada e “naturalizada” como “história mundial”, que tem consequências nefastas quando vista “fora do contexto euro-americano” (Meneses, 2007: 56). Pois creio ter sido esses os casos de Brasil e Portugal e as sucessivas políticas estatais impostas pelos governos aos seus próprios cidadãos ao longo do século XX. Políticas determinadas ora por necessidade interna de controle da produção e do trabalho, ora por circunstâncias externas, como o conflito da “guerra da lagosta”.

²² Lins, Daniel, “Encontro em Barcelona”, artigo publicado no jornal *O Povo*, Fortaleza, 08-06-2008.

Segundo pilar teórico (a ser relevado nas II e III Partes): o questionamento do “saber científico” a partir de relatos de experiências das populações marítimas das zonas abordadas nesta tese, e de um debate teórico entre Santos (2002) e seu conceito de ecologia dos saberes, e Guattari (1991) e sua ecosofia. Se Guattari fundamenta a ecosofia nos registros ecológicos do meio ambiente, das relações sociais e da subjetividade, Santos define seu conceito em cinco ecologias: dos saberes, das temporalidades, dos reconhecimentos, das trans-escalas e de produtividade. O diálogo entre eles se dá, sobretudo, no questionamento do “saber científico”. Santos afirma que

a lógica da monocultura e do rigor científicos tem de ser questionada pela identificação de outros saberes e de outros critérios que operam credivelmente em contextos e práticas sociais declarados não existentes pela razão metonímica. (Santos, 2002: 16).

Guattari, por sua vez, afirma:

O que quer que seja, parece-me urgente desfazer-se de todas as referências e metáforas cientistas para forjar novos paradigmas que serão, de preferência, de inspiração ético-estética (...). A subjetividade capitalística, tal como é engendrada por operadores de qualquer natureza ou tamanho, está manufaturada de modo a premunir a existência contra toda intrusão de acontecimentos suscetíveis de atrapalhar e perturbar a opinião (Guattari, 1991: 18).

Será a partir da reflexão, pautada nas “oito ecologias” das obras de Santos e Guattari, que chegarei à proposta de educação ecosófica, que considera como válidos os saberes e os potenciais cognitivos (sejam receptores e/ou emissores) das populações locais, que ao contrário do saber convencional e das elaborações estatais, conservam nas práticas cotidianas referenciais mais próximos de suas realidades, como, por exemplo, nas muitas manifestações religiosas e as atividades desportivas, que serão abordadas na II Parte deste tese. Também as políticas públicas voltadas à maritimidade e à Educação desconsideram esse tipo de pedagogia não-estruturada, um saber passível de ser incorporado e, entretanto, ausente das formulações de grelhas

curriculares ou planeamentos institucionais, o que será discutido na III Parte, sugerindo a educação ecosófica como uma alternativa prática para concretização da multiterritorialidade marítima.

A História tem demonstrado que as populações marítimas quase nunca são chamadas a definir políticas territoriais, económicas e ambientais na exploração de recursos oceânicos e costeiros. Penso que outro contributo desta pesquisa é o de apontar para inserção dessas populações num debate onde, no mais das vezes, elas não se encontram, acreditando que seus saberes “tradicionais” tem um capital cultural relevante e, contudo, desconsiderado. Pensando assim, proponho nesta tese uma multiterritorialidade marítima, pela qual as populações marítimas falem e sejam ouvidas nas elaborações e aplicações de estratégias de governação, e o estabelecimento de uma pedagogia, a educação ecosófica, que parta de suas realidades e considerem seus saberes nas escolas de suas vilas e aldeias, tendo em conta que “o mundo atual é composto por comunidades plurais de saberes, onde coexistem múltiplos atores-sujeitos” (Meneses, 2003: 706), e que as populações marítimas são aptas a apontarem rumos e alternativas para questões presentes e futuras. Isso é ainda mais importante numa época de colapso ambiental iminente, onde o desastre ecológico global tem reflexo direto nos oceanos, com elevação do nível das águas e aumento da poluição e acidez das mesmas, com extinção de formas de vida marinhas (fauna e flora), desastres confirmados recentemente pelo Painel Intergovernamental Sobre Mudança Climática (IPCC, da ONU), entre outras pesquisas²³.

Espero dar meu contributo sugerindo conceitos operativos para superar dificuldades e conflitos que atingem diretamente aos pescadores de todo o mundo e não só as populações das praias já citadas. Penso, por exemplo, em pescadores da Guiné-Bissau, onde a pesca é em boa parte explorada por

²³ A íntegra do documento, em português, pode ser acedida em www.ecolatina.com.br/pdf/IPCC-COMPLETO.pdf.

empresas chinesas, ou da Somália que, desprovidos de bens materiais e de territórios para pesca, são impelidos à pirataria.

Neste quesito, quero refletir sobre a possibilidade de uma atividade não-predatória – a pesca artesanal – levar ou não à preservação do ambiente natural do trabalho e ao compartilhamento de experiências comuns e de espaços territoriais, a que chamei multiterritorialidade marítima. A intenção foi buscar compreender *como* e, sobremaneira, *se* o saber-fazer dos pescadores artesanais pode dar respostas e alternativas à lógica hegemônica capitalista – que está destruindo o planeta em ritmo acelerado.

Daí a II Parte, na qual reflito em dimensões ampliadas, ser dedicada aos estudos de caso junto a parcelas de populações marítimas portuguesas e brasileiras, demonstrando as semelhanças e diferenças entre alguns dos seus saberes tradicionais e práticas locais. Sobremaneira, apontando para problemas sócio-ambientais comuns, causados nas últimas seis décadas pelo advento da pesca industrial e pela indústria do turismo, entre outros aspectos que serão expostos a seguir.

Faz-se necessário, porém, uma observação: a palavra-chave que guiou esta pesquisa na concepção de multiterritorialidade marítima foi “cautela”. Pois concordo com o que destacou o próprio Boaventura Santos²⁴ ao ser interpelado sobre a perspectiva inicial aqui exposta: como falar em compartilhamento de território oceânico se a questão de se assegurar a posse de territórios para povos *sem-terras*, para indígenas e *sem-tetos* em grandes centros urbanos na América Latina ainda é um problema a ser enfrentando e resolvido? Daí meu interesse em interpretar a multiterritorialidade marítima e seus desdobramentos na educação ecosófica através da ecologia dos saberes e da ecosofia, perscrutando se é viável ou não o diálogo entre saber tradicional

²⁴ Entrevista coletiva com Boaventura Sousa Santos, 15-07-2008, no CES, Universidade de Coimbra. A íntegra da entrevista aguarda publicação na página <http://www.ces.uc.pt/bss/pt/entrevistas.htm>.

e saber científico, sabendo ser minoritária a corrente “científica” que defende tal diálogo (Leff *et al.*, 2004).

Faço minhas as palavras de Mignolo, que une tempo, natureza e a urgência do debate na perspectiva que aqui proponho discutir:

Chegou o momento de pormos termo à nossa paixão cega pelos esplendores da modernidade e compreender que o futuro, como já disse, não reside no completar do projecto incompleto da modernidade, mas no pensar e agir a partir de uma premissa totalmente diferente. A oposição entre cultura e natureza é fatal e é necessário agir e pensar na base da ‘vida no planeta’ e da ‘vida humana’, encarada como um sector da vida no planeta que corre o risco de destruir essa vida, incluindo, é claro, a vida humana. A ciência, o conhecimento científico, tem sido um instrumento na construção deste impasse (Mignolo, 2003: 693).

Às hipóteses centrais do dispositivo pós-colonial (DPC) e da multiterritorialidade sucedem reflexões que aqui cabe anunciar:

1) *A importância do “local” na transmissão de saberes e práticas, na construção de memórias e identidades, na religião, na política, nas revoltas e na narrativa literária.* A ocupação do espaço geográfico, particularmente do litoral, seguiu lógicas diferentes no Brasil e em Portugal, mas com um importante ponto comum: a tensão sempre presente entre populações marítimas e a governação central, onde estão presentes aspectos subjetivos, como a religiosidade. Considerei questões relacionadas à diferença sexual e o mundo do trabalho na pesca, nomeadamente o trabalho das mulheres no mar e a necessidade de dar voz a essas as mulheres. Trata-se de questões problemáticas internacionalmente, seja na Ásia, na África, na Europa ou na América Latina, e são também potenciais estabelecadores de redes.

2) A fala das mulheres explicita o preconceito e a resistência. Daí Freitas chamar atenção para necessidade de ouvi-las: “É interessante observar como homens e mulheres contam suas histórias de maneiras diferentes. Geralmente,

os homens utilizam-se da voz ativa; as mulheres, da voz passiva" (Freitas, 2002: 70). A presença das mulheres na pesca levará a uma reflexão acerca do modelo heterocapitalista, um conceito que tomo emprestado da chamada Teoria Queer²⁵ para designar discriminação sócio-económica a partir da opção sexual. Aqui proponho ampliar a perspectiva do conceito de heterocapitalismo para tratar da invisibilização das mulheres no mundo do trabalho.

3) *Finalmente, a relação entre poder local e poder central*, que muitas vezes leva lideranças locais a reproduzirem e manterem as políticas centrais, seguindo o que Quijano, corroborado por Mignolo (2003), chamou de colonialidade do poder. Observando as práticas de poder local em Redonda (Brasil) e Silvalde (freguesia de Espinho, em Portugal), analiso os muitos conflitos causados pela ingerência ou ausência do Estado nas pescas e na administração de território local, e as formas de revoltas e organização das populações diante dessas questões. São localidades onde “a análise da cultura não é dissociável da condição marítima” (Nunes, 2008: 8), onde a pesca artesanal (praticada majoritariamente com recursos humanos e naturais e pouca ou nenhuma mecanização) é marcante no cotidiano dos pescadores e de suas famílias.

Procedimentos metodológicos

Cada pesquisador que no seu trabalho quotidiano insere-se no seio de uma dada população deve enfrentar, por vezes, dúvidas ou incertezas, conflitos ou problemas. Bourdieu (2005) defende que a construção do espaço social depende do capital económico e do capital cultural dos indivíduos que nele estão inseridos²⁶. De facto, tentei na presente pesquisa, numa relação de observação participante, perceber de que modo, nas vilas piscatórias, isso

²⁵ Não pretendo tratar aqui da “Teoria Queer”, abordada a fundo na *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 76, Dezembro 2006, CES, acessível na íntegra em <http://www.ces.uc.pt/publicacoes/rccs/artigos/76/RCCS76-Introd-003-015.pdf>.

²⁶ Para ele, “os agentes tem tanto mais em comum quanto mais próximos estejam nessas duas dimensões, e tanto menos quanto mais distantes estejam nelas” (Bourdieu, 2005: 19).

pode ser constatado. São espaços onde aspectos marcantes podem passar despercebidos a um olhar não reflexivo, e que, portanto, merecem atenção especial de um olhar “de fora”, do “outro”, pois, conforme Bourdieu,

o pesquisador, ao mesmo tempo mais modesto e mais ambicioso do que o curioso por exotismos, objetiva apreender estruturas e mecanismos que, ainda que por razões diferentes, escapam tanto ao olhar nativo quanto ao olhar estrangeiro, tais como os princípios de construção do espaço social ou os mecanismos de reprodução desse espaço (Bourdieu, 2005: 15).

Por isso, e para ser coerente com a argumentação exposta acima, considerando os enunciados da História do Tempo Presente, me pareceu apropriado adotar neste trabalho a metodologia de observação participante, pela qual, segundo Becker,

o observador participante coleta dados através de sua participação na vida cotidiana do grupo ou na organização que estuda. Ele observa as pessoas que está estudando para ver as situações com que se deparam normalmente e como se comportam diante delas. Entabula conversação com alguns ou com todos os participantes desta situação e descobre as interpretações que eles tem sobre os acontecimentos que observou (Becker, 1997: 47).

A observação participante, complementar à observação direta, leva à melhor compreensão dos discursos dos entrevistados, dos objetos do cotidiano da pesca e da praia, das relações intersociais e das epistemologias locais, posto que se dá em ambientes locais de sociabilidade. Atentei ainda para os elementos simbólicos (falas, livros, contos, brincadeiras, jogos) e, sobretudo, para a surpresa, para o novo, para os devires e o inesperado. Conforme o próprio Becker afirmou em palestra recente, ao sair ao campo convém se fazer acompanhar de teorias em aberto, que não excluam nem impeçam a emergência do desconhecido, do imprevisto (Becker, 2008, palestra na FEUC). Pois, “pesquisar, afinal, significa não saber as respostas

de antemão e implica em seguir a própria curiosidade por caminhos que não estão de antemão traçados”²⁷.

O campo de estudo desta pesquisa foi delimitado nos ambientes de trabalho e de relações familiares nas vilas pré-definidas, entendendo que esses ambientes envolvem a relação dos pescadores e pescadoras com a família, os lugares de sociabilidade e a natureza, extrapolando o campo das relações econômicas inerente à pesca e à comercialização de seu produto. Trata-se de lugares de circulação de variados saberes, de trocas de experiências profissionais e de vida. Além da observação, recorri ainda a pesquisa bibliográfica e levantamento teórico acerca das temáticas citadas; mantive com agentes sociais das vilas conversas e entrevistas que foram tanto semi-estruturadas quanto informais, sendo estas adotadas no Bairro Piscatório devido ao exposto acima (ver “Apresentação”). Durante os contatos, tentei abordar mais do que aspectos objetivos da relação trabalho-população, ouvindo histórias de vida dos entrevistados-interlocutores, procurando evidenciar as leituras de cada um sobre seu cotidiano. Dada a essa proximidade, a opção da narrativa desta tese é pela primeira pessoa.

À metodologia acima proposta, me pareceu prudente acrescentar o estudo de caso alargado, tanto para concordar com Mendes para quem “perguntar e observar não basta, é preciso analisar” (Mendes, 2003: 1), quanto para “aferir sobre a emergência de novas configurações de conhecimentos resultantes do envolvimento de cidadãos, técnicos e políticos” (Matos e Neves, 2008: 1) nos diferentes contextos (vilas e bairros piscatórias de Brasil e Portugal). Mendes recomenda a adoção do estudo de caso alargado, aplicado de “forma exemplar” por Boaventura de Sousa Santos “no seu estudo emblemático sobre as relações de poder entre habitantes de favelas no Recife e os grandes proprietários, os interesses imobiliários e o Estado (...)

²⁷ “Meio sem Ambiente”. Entrevista da antropóloga brasileira Manuela Carneiro da Cunha ao jornal *Folha de S. Paulo*, caderno *Mais!*, 25-10-2009, acessado em <http://www1.folha.uol.com.br/fsp/mais/fs2510200901.htm> em 25-10-2009.

reconstituindo a complexidade dos níveis e dos processos legais e políticos presentes” (Mendes, *idem*: 4). Para ele, porém, convém considerar outro método, o de “teoria ancorada (*grounded theory*)”, pois, entre outras diferenças e complementações entre ambas as metodologias, Mendes destaca que “o estudo de caso reconstrói teorias já existentes, enquanto a teoria ancorada procura descobrir novas teorias” (Mendes, *ibidem*: 5).

A literatura será interlocutora privilegiada, por descrever aspectos e nuances que às vezes passam despercebidas ao olhar do pesquisador. Daí o texto recorrer, em diferentes momentos, a *Os Pescadores* de Raul Brandão (2002), e ao poema de cordel “A Guerra dos Redondeiros contra os Compressores” de Chico de Marina (2007)²⁸, que narra uma revolta dos pescadores ocorrida na Redonda, em 1989, revolta ainda em curso com acontecimentos recentes. O roteiro afectivo de Brandão foi visionário. Sua obra, de 1923, antecipou muitos dos aspectos que esta pesquisa propôs abordar, nomeadamente a expansão desordenada da indústria do turismo, o desaparecimento de práticas e saberes, a redução dos estoques, a importância da mulher na pesca, entre outros.

Brandão e Marina são exemplos de que, o *subalterno* fala, ainda que lhe seja negado ou dificultado acesso aos espaços de enunciação e tenha que chegar a situações extremas para ser ouvido (Spivak, 1999: 104). Contudo, fala, reivindicando e protestando, sem negar a memória que é construída sobre ele, pelo contrário, vai se valer dela para escrever uma história que mantenha direitos adquiridos a custa de trabalho e luta.

²⁸ A professora da Escola da Redonda, Mari Silvestre, organizou o livro a partir do texto de Chico de Marina, de 1989, ilustrado com desenhos dos alunos da escola. Ver Silvestre, Mari C. (2007, org.), *A guerra dos redondeiros contra os compressores*, Fortaleza, Art & Cores Gráfica e Editora.

Advertências

Assim como no Brasil, “a investigação em Portugal pouco ou nenhuma atenção tem prestado à actividade da pesca artesanal numa perspectiva mais alargada e complexa” (Godinho *et al.*, 2000: 6). Tal escassez de estudos torna necessários trabalhos que recorram a um leque de disciplinas e teorias. Portanto, em consonância com outros autores que estudam a pesca (Moniz, Kovacs, Moreira), defendo a necessidade de tecer uma abordagem interdisciplinar e reivindico a liberdade de não partir de um foco único. Entendo que o campo da pesca não é tão somente histórico, antropológico, económico, sociológico, político. É uma união de todos estes aspectos e muitos outros, tão variáveis como são as práticas e as populações.

Relembro, com pertinência, Manuela Carneiro da Cunha (2009, em entrevista ao jornal *Folha de S. Paulo*): “As ciências humanas tem se fechado demasiadamente em si mesmas. Está fazendo falta entender o espírito que predomina em outras ciências, dialogar com elas”. Portanto, a interdisciplinaridade, mais que justificável, foi necessária “porque permite, perante problemas tão complexos, a existência de cooperação de diferentes áreas científicas na elaboração de estratégias integradas, de recomendações, de visões, e de percepção de tendências claras” (Godinho *et al.*: 20). Assim pude refletir e elaborar novos conceitos que serão propostos (como o dispositivo pós-colonial) em diálogo com outros já conhecidos (multiterritorialidade, desenvolvimento sustentável, subalternidade, tradução intercultural, epistemologia ambiental, heterocapitalismo).

Tenho, mais uma vez, de ressaltar a importância do Programa de Doutorado em Pós-Colonialismos e Cidadania Global que possibilitou esse encontro inter-teórico, transcontinental e entre diferentes temporalidades. Creio ser importante manter acesas as reflexões aqui elencadas, tendo o colonialismo como referência porque, embora se considere que esse sistema

tenha declinado desde os anos 1970, ecos da colonialidade do ser (Mignolo) são ouvidos hoje em terrenos inesperados, inclusive na pesca e na questão ambiental, que são indissociáveis. É provável que surja, ao fim, uma questão para a qual não tenho resposta: vivemos de facto, um tempo pós-colonial?

I PARTE

Na I Parte, desenvolvo o que aqui chamarei dispositivo pós-colonial, ou DPC: a elaboração discursiva do Estado que visa a coação das populações para aplicar normas e ações generalizadoras e indistintas, utilizando de uma retórica de colonialidade para manutenção e conquista de território (nacional ou não) e, ainda, para categorizar o “outro” enquanto inimigo ou *subalterno*. Os argumentos iniciais do DPC sustentam-se, aqui, numa análise das chamadas “guerra da pesca”, particularmente da “guerra da lagosta” entre o Brasil e a França, em 1963. Em seguida, proponho a reflexão acerca da multiterritorialidade marítima enquanto busca de compartilhamento de território comum, visto que há fissuras que possibilitam detecção e resistência ao DPC.

Contudo, mesmo nem sempre obtendo êxito, o DPC não foi erradicado nos dias de hoje. Pois, no século XXI, emerge vez ou outra em variados campos, não só os territoriais (oceânicos ou terrestres), mas também na religião, no esporte e na visão de antigos colonizadores sobre os territórios outrora colonizados.

1 - A “guerra da lagosta”.

1.1 - A descoberta do “ouro do mar”.

A partir de 1955 o empresário americano Davis Morgan se estabelece em Fortaleza e incentiva a captura de lagosta nas praias do Ceará com fins comerciais, atividade que se espalhou pelo Brasil, particularmente no Nordeste. Pouco se sabe de Morgan, a não ser que era militar reformado nos Estados Unidos, empresário do ramo de pesca em seu país e no Caribe. Sabe-se que aportou no Ceará após o término da II Guerra e logo constatou o potencial ainda inexplorado da pesca da lagosta. Conta Melquíades Pinto Paiva, fundador do Laboratório de Ciências do Mar (Labomar) da Universidade Federal do Ceará e um dos primeiros a estudar a lagosta e a defender medidas

de proteção ao crustáceo: “Morgan era sujeito misterioso, quase ninguém sabia da vida dele, ele não se deixava fotografar. Eu vi na realidade uma fotografia, ele era cheio de macete. Ele nunca abriu a guarda pra ninguém”²⁹.

Esse “sujeito misterioso” foi personagem central da História que modificou não somente um segmento do mercado e da indústria da pesca no Brasil, como também a vida e o cotidiano de milhares de trabalhadores e de suas famílias. Inicialmente Morgan incentivou pescadores das localidades de Caponga (Cascavel-CE) e Morro Branco (Beberibe-CE) a capturarem lagosta, estendendo suas atividades rapidamente para outros municípios vizinhos, sobretudo Aracati (que na época encampava o distrito de Icapuí, município emancipado somente em 1985). O americano incentivou o redirecionamento de um equipamento tradicional de pesca de peixe e crustáceos para captura de lagosta (o ‘gérére’, uma espécie de puçá), e abastecia de gelo as praias que se dedicavam a pesca, recolhendo o produto num intervalo máximo de dois dias. Na época não havia energia elétrica nas praias do interior do Ceará e, segundo Antonio Madureira, morador da Redonda (Icapuí-CE), o gelo era conservado em caixas de madeira, sendo coberto com serragem para que resistisse por mais tempo.

No Brasil não se pescava lagosta, nem mesmo para consumo interno, e até 1954 o crustáceo sequer aparece entre itens exportados pelo Ceará. Ainda nos anos de 1950, empresas estrangeiras podiam explorar recursos da plataforma continental do Brasil somente com fins de pesquisa ou em associação com empresas nacionais. A ação de um estrangeiro pescando em mares locais não tinha amparo legal. A reação foi imediata na imprensa.

Mesmo em jornais com carácter liberal – sobretudo em *O Povo*, até hoje o maior jornal de circulação no Ceará – havia reservas às atividades do americano. De imediato, alardeou-se que, sendo estrangeiro, Morgan não

²⁹ Entrevista pessoal ao autor, 11-11-2004, in Muniz, Túlio de Souza, 2005.

poderia se estabelecer na pesca em território nacional. Os jornais ressaltaram tratar-se de atividade 'clandestina', que não contava com licença governamental. Morgan foi ao Rio de Janeiro, então capital do Brasil, e retorna com autorização para pesca. A partir daí a imprensa liberal muda por completo o discurso, traça análises conjunturais sobre a importância de um novo ramo da indústria pesqueira, que no Brasil apenas engatinhava. Passa a realçar as ações de Davis Morgan com maior importância do que a que lhe fora atribuída antes.

Percebe-se aqui uma clara reviravolta no discurso que antes tendia à resistência às atividades do americano. O "Mr. Morgan", como passaria a ser chamado pelos jornais, passa a "sócio-gerente" de uma empresa, portanto, 'legal' e "homem que há mais de um ano vem se dedicando à pesca de lagostas". Como em todas as matérias posteriores na imprensa liberal, Davis Morgan passa a ser tratado com simpatia e uma certa benevolência. Afinal, trazia o "progresso" para uma determinada atividade econômica. Anuncia-se o desenvolvimento "em larga escala" da nova indústria da pesca da lagosta, que utilizaria de "modernos equipamentos" vindos de estaleiros americanos. Pelo menos por parte da imprensa liberal, Davis Morgan não teria mais tratamento de 'ilegal' e 'clandestino', mas sim de empreendedor e pioneiro no desenvolvimento da pesca. Assim, a imprensa liberal dá início à elaboração e difusão de um discurso onde o que vigorava era uma interpretação parcial sobre o que seria "moderno" e onde já se anunciavam mudanças nas relações de trabalho na pesca. Uma análise mais acurada dessas fontes vai revelar, posteriormente, que, nos jornais dos anos 1950 e 1960, é rara e mesmo nula a presença de pescadores proferindo este ou qualquer outro discurso na definição sobre o que foi a 'modernização' da pesca na ótica do trabalhador. Talvez isso se deva ao facto de que, com a pesca industrial, veio também o aprofundamento da divisão do trabalho da categoria, o fortalecimento da interposição dos negociantes entre os produtores e o mercado, e as novas

funções que passariam a ter os equipamentos de pesca tradicionais em contato com novas tecnologias.

A melhora na acolhida a Davis Morgan pode ser compreendida considerando o contexto em que ela acontece: a década de 1950. Filho (2002) constata que Fortaleza não se diferenciou de outras grandes cidades brasileiras, onde se iniciava, ainda na primeira metade do século XX, a formação de uma “sociedade de consumo” num período profundamente marcado pela “modernidade” como sendo o surgimento de novas tecnologias. Ainda mais se a ‘modernidade’, se a ‘novidade’ viesse dos Estados Unidos, que adotam, nos anos de 1940, uma política de aproximação com a América Latina e, em especial, com o Brasil.

Ora, Fortaleza foi, ao lado de Natal, uma das bases americanas no Nordeste brasileiro durante a Segunda Guerra. O próprio Morgan, pelo pouco que se sabe dele, era militar reformado nos EUA. A chegada de Davis Morgan e do novo aparato tecnológico que seria o embrião da pesca industrial no país, e a subsequente aceitação do americano e de sua atividade pela parcela liberal da sociedade pode sim ser entendida no cenário ‘modernizante’ proposto por Filho (2001), onde ainda prevalecia um certo “estigma do colonizado” no contato com novos referenciais sociais ou econômicos.

Fortaleza, afinal, era permeável à influência empresarial estrangeira desde o século XIX, quando se deu o início do processo de cosmopolitismo modernizante na cidade, cuja base era a dinamização das relações capitalistas-empresariais, onde cidadãos e/ou grupos estrangeiros detinham 40% das empresas locais em 1870 (Ponte, 1999). Eram, sobretudo, empresas ligadas à exportação de algodão e produtos agropecuários, mas também aos negócios financeiros e a inovações tecnológicas, como estradas de ferro e navegação. Entre essas empresas, estavam a Gradvhof & Filhos, a Boris Freres & Cia (fundada em 1868, com sede em Paris), Benoit Levy & Dreyfuss,

Felix Liabastres & Cia, e os negociantes britânicos Robert Singlehustr, John William Studart, Hery Ellery, Alfred Harvey, Richard Hugges e Chaley Hardy (Ponte, *idem*: 135). Morgan, portanto, trilhava um caminho já desbravado.

Antes de terminado o ano de 1956, os jornais cobriam entusiasticamente a chegada do primeiro dos barcos que comporiam a frota de Mr. Morgan:

Chega amanhã o primeiro barco pesqueiro. Em estaleiros americanos outras 19 unidades: em vista o barateamento do pescado. É esperado amanhã nesta capital, o primeiro barco pesqueiro da firma Indústrias Associadas da qual é sócio-gerente Mr. Davis Morgan, o conhecido americano que pesca lagostas nas praias de Beberibe e Cascavel. Conforme é do conhecimento público, Mr. Morgan conseguiu autorização do Governo Brasileiro para explorar a pesca no Ceará. Para isso adquiriu uma frota de vinte barcos pesqueiros para desenvolver essa indústria em larga escala. (...) O restante da frota (...) virá logo em seguida, pois em todos os barcos estão sendo montados modernos equipamentos em estaleiros americanos (*O Povo*, 08-11-1956).

Se é na década de 1950 quando se dá a consolidação da moderna sociedade de consumo fortemente influenciada pelo modelo norte-americano, deve-se considerar que os anos imediatamente seguintes à Segunda Guerra são também os de emergência da “Guerra Fria”, que por décadas opôs o “Ocidente”, capitalista, ao “Leste”, comunista, tendo a frente a União Soviética. Essa disputa teve reflexos no estabelecimento da indústria da pesca da lagosta no Brasil, o que se constatou nas páginas de *O Democrata*, periódico ligado ao Partido Comunista que circulou em Fortaleza por cerca de 20 anos, até 1964. Desde o início das atividades de Morgan, *O Democrata* veiculou acirrada campanha contrária ao americano, sob pretexto de estar defendendo ‘interesses nacionais’ contrariados por um ‘gringo’. Em sua edição de 26-06-1957, numa matéria sobre sessão da Assembléia Legislativa, há o seguinte relato sobre as atividades de Morgan: “Morgan se completa: quase 800 mil quilos de lagosta em um ano. Estão levando quase de graça. O deputado Almir

Pinto pede intervenção do governo”.

Ao contrário dos demais jornais, *O Democrata* endossou discursos defendendo a nacionalização de empresas do ramo pesqueiro e iniciou campanha contra o ‘estrangeiro’ Morgan com uma forte carga xenófoba. Na matéria seguinte um mês depois, *O Democrata* recrudescceu. Em 25-07-1957 trouxe as seguintes manchete e matéria:

Americano ambicioso e inconsciente devastando os lagosteiros do Ceará. Ameaça de extinção da espécie, marcando o fim de uma riqueza — Processos criminosos postos em prática pelo americano Morgan — O governo precisa intervir imediatamente. Assume proporções verdadeiramente alarmantes a pesca da lagosta levada a efeito em nossas praias pelo norte-americano Morgan. Se providências acauteladoras não forem já e já tomadas pelo governo – não tenhamos dúvidas! – o precioso crustáceo desaparecerá fatalmente do litoral cearense. Passará a ser mais uma espécie extinta. Porque, o que o referido alienígena vem praticando entre nós não é propriamente uma exploração pesqueira, como as que se realizam normalmente aqui e alhures, com observância a medidas tendentes a resguardar a continuação da espécie. Não! O que Mr. Morgan comete, antes, é uma prática predatória. Na ânsia de obter lucros cada vez maiores, o gringo passa acintosamente por cima de todos os regulamentos da Divisão de Caça e Pesca do Ministério da Agricultura, entidade que estão afetas em nosso país a regulamentação e fiscalização de tais empreendimentos. Em Caponga e Morro Branco a lagosta é capturada indiscriminadamente, durante todos os meses do ano, sem que se observe a época da reprodução. Os espécimes, a princípio apanhados em armadilhas, passam a sê-lo posteriormente em redes de arrasto, maneira indicada para conseguir facilmente o maior número possível, embora isso implique numa prática predatória. Desta forma, somente no ano de 1956, foram apanhadas para mais de 800 toneladas daquele crustáceo. Uma verdadeira devastação.

São explícitos a xenofobia e o medo de tudo que é ‘estrangeiro’, em particular se o ‘de fora’ viesse dos EUA. Em 22-08-1957, *O Democrata* saiu com a seguinte manchete: “Mr. Morgan introduz ilegalmente estrangeiros para explorá-los”. Nessa matéria, Morgan apareceu como “famigerado súdito ianque” reforçando a hipótese de que a campanha do jornal era movida pelo

anti-americanismo. Morgan foi taxado de “useiro e vezeiro”, seria também “caloteiro”, “falsificador” e “contrabandista”. O “alienígena” Davis Morgan também estaria financiando a entrada de mais “estrangeiros” no Ceará para que o “gringo” os explorasse como fazia com trabalhadores brasileiros e com os recursos naturais nacionais:

Multiplicam-se atividades ilícitas do americano das lagostas — surge agora o de uma família procedente da Argentina. Novos estrangeiros continuam entrando ilegalmente no Ceará, trazidos por Mr. Morgan, o famigerado súdito ianque em nosso estado vem cometendo impunemente toda sorte de atividades ilícitas. Segundo conseguiu apurar a reportagem deste jornal, o referido alienígena em dias da semana passada providenciou a vinda para Fortaleza, através da ‘Panair do Brasil’, de uma família estrangeira residente em Buenos Aires. Useiro e vezeiro em matéria de calotes e falsificações (ele é suspeito entre outras atividades tais, de receptor contrabandos) Mr. Morgan tentou até burlar aquela companhia de aviação, procurando fugir ao pagamento de um adicional que é cobrado nas passagens para estrangeiros” (*O Democrata*, 22-08-2007).

O teor da manchete expõe as intenções de *O Democrata*, no intuito de desclassificar a atividade empresarial de Davis Morgan e de tornar recorrente o discurso de intervenção governamental numa atividade privada. O ‘gringo’ Morgan seria “inconsciente e ambicioso”, os altos índices de produção obtidos por ele seriam, ao contrário de “progresso” de um setor econômico, sinal de devastação. No corpo da matéria do jornal reforçou-se a acusação de que a prática instituída pelo americano, embora passasse a ser legal, seria também predatória. Na mesma matéria, a “denúncia” evidencia o quanto crescera a produção de lagosta e o investimento tecnológico em menos de dois anos de iniciada a pesca industrial. Em *O Democrata* foi recorrente o apelo para a urgência da intervenção estatal:

Ao que se alardeia, a pescaria de lagosta em Morro Branco atingiu nos últimos meses proporções ainda não conhecidas. Mr. Morgan, sedento de lucros cada vez maiores, estaria disposto a exterminar

até o último espécime existente naquelas praias a tal ponto que o gringo teve que adquirir a Mormack dois pontões que [a] referida companhia de navegação mantinha estacionados ao longo do Mucuripe, para o transporte de lagostas. Segundo informações colhidas pela reportagem deste jornal [as] ditas embarcações chegam aqui diariamente, abarrotadas com toneladas e toneladas do pescado. Enquanto isso fomos encontrar em pleno funcionamento, nas proximidades da antiga Ponte Metálica, uma entreposta da “Pan-americano” de Mr. Morgan, no qual se achavam a trabalhar quinze homens. Locupleta-se Mr. Morgan, enquanto ameaça desaparecer uma fonte de riqueza de nosso litoral, digna de melhor aproveitamento. (...) Diante dos fatos tão graves, urge, pois, que as autoridades e associações as quais os caso se acha afeto, adotem enérgicas providências no sentido de sustar os criminosos planos de Mr. Morgan. Que o Governo do Estado, a Assembléia, as Colônias de Pescadores, entrem imediatamente em ação (*O Democrata*, 25.07.1957).

Ao que indicam matérias posteriores, de *O Democrata* e de outros jornais, não houve nenhum tipo de intervenção do Estado nas atividades de Morgan ou em outras empresas de pesca. Essas somariam vinte em 1962. A última matéria de *O Democrata*, reproduzida acima, dá pistas interessantes para outras interpretações.

A matéria jornalística dá conta de embarcação pertencente à empresa de Morgan, a Pan-Americano, ancorada no antigo cais urbano de Fortaleza, a Ponte Metálica. No barco “se achavam a trabalhar quinze homens”, provavelmente pescadores. Ora, não existindo antes atividade de matiz industrial na pesca, dificilmente uma embarcação reuniria tantos homens ao mesmo tempo. Até então, a pesca era de peixe, e a linha, feita sobretudo a partir de jangadas ou pequenos botes (como ainda ocorre nos dias de hoje, na zona urbana de Fortaleza, na praia do Mucuripe), as quais não comportam mais do que cinco homens.

Morgan não só havia implantado o extrativismo industrial na pesca da lagosta como também alterou as relações de trabalho no cotidiano dos

pescadores, instituindo uma relação de trabalho formal, contratual, num campo onde até então ela tinha carácter apenas informal. Provavelmente, Morgan trouxe para a pesca uma relação assalariada, alterando uma prática secular de partilha ou parcela, pela qual cada pescador envolvido na lida do bote ou da jangada recebia em peixe, e não diretamente em dinheiro, o produto de seu trabalho. Essa prática não desapareceu nos dias de hoje. Exemplo disso é a partilha dos peixes que pode ser observada na chegada de toda jangada numa praia. Para um observador desavisado é complicado entender os critérios de um pescador na separação dos peixes que são retirados de um mesmo cesto. É que cada um dos peixes tem uma marca característica feita por quem o pegou, seja um corte ou furo em determinada parte do corpo, seja uma barbatana ou antena ou ferrão quebrados. Isso permite que um pescador manuseie a produção do outro sem que haja fraude ou enganação. Esta é uma ilustração aparentemente banal, mas prática, sobre a ética entre os pescadores.

Portanto, Morgan deu início a uma atividade que rapidamente passa a ter importância económica e social para a população nela envolvida. E mesmo onde não contratava pescadores por salário, Morgan fez chegar melhorias e alterações nas relações locais de trabalho. Amadeu Pereira da Silva, pescador dos Estevão (Aracati-CE), conta que no início da pesca “o quilo da lagosta era 10 *conto* de réis, e o pescador ficava com 1 conto por quilo” (*sic*), ou seja, apenas 10% do apurado da produção. Ainda assim a afirmativa leva a crer que era muito mais do que se faturava com o peixe. Uma excentricidade financeira aparece na fala de uma moradora dos Estêvão que viu o início da pesca, Margarida Pereira da Silva: “Tinha um hôme aqui que chega enrolava cigarro em cédula de dinheiro” (*sic*). O incremento na atividade econômica também veio a suprir a ausência do Estado no que diz respeito à assistência social. Genésio Caraça (ou ‘Tibiro’), antigo pescador de Canoa Quebrada (Aracati-CE), narra que “as companhia fazia assistencialismo, dava remédio, transporte

para o Aracati. Quando terminava a pesca ninguém tinha nada, gastava nos cabaré, nas festas” (sic).

O reflexo dessas ações foi imediato nos resultados da produção. A pesca passou a ser uma atividade importante para economia local e para a população a ela ligada, o que deu à lagosta a alcunha de “o ouro do mar”. A tabela a seguir dá conta de como a produção foi expressiva. Nos seis anos seguintes ao início das atividades das empresas de Morgan, de 1955 a 1960, a produção cresceu quase 30 vezes.

Tabela 1 - Produção de lagosta no Ceará e no Nordeste entre 1955 e 1960. Na última coluna a direita, a produção no Ceará passa de 40 toneladas a quase 1,2 mil toneladas no período. Em todos os anos abaixo relacionados, é importante notar que o Ceará responde por no mínimo um terço da produção total de lagosta pescada no Nordeste brasileiro. De facto, o Estado ainda hoje é o maior produtor nacional, tendo a pesca artesanal papel decisivo. Fonte: Labomar-UFC.

ANO	TOTAL	TOTAL
	NORDESTE (t)	CEARÁ (t)
1955	120	40
1956	465	155
1957	1.038	346
1958	1.296	432
1959	1.848	616
1960	3.591	1.197

A introdução da pesca industrial da lagosta refletiu-se também no campo científico. O Labomar, da UFC, foi criado nesse contexto (em 1960, com o nome de Estação de Biologia Marinha, iniciando pesquisas científicas voltadas à pesca. “A gente fazia coleção de algas, peixes, crustáceos e estudava a pesca”, declarou um dos fundadores do Labomar, Melquíades Pinto Paiva, por ocasião das comemorações do cinquentenário da entidade (O Povo, 12-12-2010).

Melquíades Pinto Paiva confirma a importância das atividades

introduzidas por Morgan como marco das pescas no Brasil: “No tocante à pesca marítima, esta se conservou com características puramente artesanais, num quadro geral de primitivismo e abandono que até o advento da exploração lagosteira em 1955 e suas naturais conseqüências” (Paiva, 1969), e sustentava ser “bem recente” a pesca industrial de peixes marinhos “em bancos fora da plataforma continental cearense ou em águas costeiras da parte oriental do Estado do Maranhão” (Paiva, idem).

A criação do Labomar e os estudos dela resultados, além de importantes, descortinam uma nova era na relação dos pescadores com o seu mundo do trabalho, até então marcado pela ausência da mediação estatal, pela ausência de discurso científico específico e pela inexistência de uma lógica de produção industrial capitalista. Demonstrou também como a introdução de novas tecnologias e modalidades comerciais não suprimiram os conhecimentos dos pescadores artesanais, que nas décadas seguintes (e até hoje) prosseguiram “utilizando típicas embarcações de pesca artesanal do nordeste brasileiro, de baixo rendimento e raio de ação muito limitado, que operavam usando côvos (manzuás) e gérérés” (Paiva, 1973).

O surgimento de uma instituição científica voltada à pesca pareceu acompanhar e mesmo prever as alterações económicas que estariam por vir na indústria local. Pouco mais de 30 anos depois de iniciada a pesca, em 1988 “entre as 25 maiores empresas do Ceará destacaram-se três empresas de pesca ocupando respectivamente o 6º, o 18º e o 23º lugares. Tem-se ainda que, no ramo de produção de alimentos, das 48 empresas, 11 se relacionam com a pesca”³⁰. Segundo Melquíades Pinto Paiva, “antes a lagosta não valia nada. A primeira que eu estudei, comprei na praça José de Alencar a 500 réis. Antes era meia dúzia de sujeito que consumia e comprava na rua. Era usada como isca para pescar cavala [*Scomberomorus cavalla*, espécie de peixe

³⁰ Quem é quem na economia do Ceará , O POVO, 28/02/1988.

comum no litoral nordestino]”.³¹

A emergência do discurso científico específico da pesca foi determinante também para que, posteriormente, se estabelecessem parâmetros legais para proteger a reprodução de lagosta via regulamentação da captura. Em 1962 o Ministério da Agricultura baixa uma portaria determinando a suspensão da pesca entre os meses de Fevereiro e Maio a partir daquele ano. Mas a determinação foi invalidada, conforme notícia veiculada em *O Povo* de 15-02-1962:

“PERMITIDA A PESCA DA LAGOSTA ATÉ 15 DE MAIO”

“Foi suspensa a portaria 70 do Ministério da Agricultura que proibia a pesca da lagosta entre o dia de hoje e o dia 15 de Maio (...). A medida beneficiou a mais de mil pescadores cearenses, que ficariam privados do seu meio de subsistência, bem como a própria economia cearense, que perderia cerca de 300 milhões de [ilegível] por movimentos.”

À época, o professor Melquíades Pinto Paiva alertava para o assunto, conforme carta de sua autoria publicada em *O Povo* de 21-02-1962, com o título “Técnica: não é possível deixar sem regulamentação a pesca da lagosta”. No final do ano de 1962 uma matéria do jornal *O Povo* reforçava o tema:

“LAGOSTA TENDE A DESAPARECER DAS ÁGUAS DO CEARÁ”

A pesca da lagosta em águas cearenses agora está sendo feita da maneira mais primitiva possível do ponto de vista de proteger o espécime a fim de evitar seu desaparecimento. A Divisão de Caça e Pesca que fiscaliza a exploração do crustáceo está completamente desaparelhada para exercer seu trabalho. Enquanto isso a pesca é feita em larga escala por quase vinte companhias diferentes. Como se sabe o comércio da lagosta é feito preferencialmente por estrangeiros. Para dar uma idéia da ineficiente ação da Divisão de Caça e Pesca, basta dizer que nesta época do ano não dispõe de qualquer estimativa ou dados sobre a exploração e a exportação do crustáceo. Há algum tempo atrás a Divisão de Caça e Pesca

³¹ Entrevista com Melquíades Pinto Paiva, 11-11-2004.

ensaiou a compra de barcos para fiscais e portarias proibindo a pesca da lagosta na época da desova. A portaria não está mais em vigência e possivelmente não será mais renovada por desinteresse e pressão das firmas de pesca e os barcos não serão adquiridos, conforme soubemos. Os técnicos mais autorizados são de opinião que se persistirem os métodos atuais a lagosta desaparecerá definitivamente das águas do Ceará”(O Povo, 14-12-1962).

Porém o *lobby* das empresas pesqueiras já era muito forte naquele momento, e a pesca seguiu sem regulamentação por mais de uma década. O próprio professor Melquíades Paiva conta que a luta pela regulamentação foi difícil. Precursor da defesa da reprodução protegida da espécie, o professor Melquíades Paiva vive no Rio de Janeiro desde 1976 e acabou se tornando uma espécie de “exilado” por suas posições, conforme ele mesmo relatou:

Saí daí [*de Fortaleza*] inclusive por que arranjei muita inimizade por causa disso. Muito lagosteiro não gosta de mim por causa disso. Eu tive muito atrito. Não foram poucos não e principalmente depois da introdução da rede de caçoeira. Os lagosteiros não me perdoavam, não me deixavam em paz. Eles faziam bandalheiras e eu avisava a Marinha. Quem introduziu a rede foram os grandes. Produzi relatório para Sudepe e disseram que eu era comunista, era contra empresa privada. Nos relatórios eu mostro a desgraça da pesca, por volta do final dos anos 1960³².

Ao longo das últimas décadas, o discurso e a prática preservacionistas foram incorporados, em maior ou menor escala, tanto por órgãos públicos quanto por movimentos organizados de pescadores, mas não sem que fossem travadas outras “guerras” e sem que os problemas desaparecessem, tornando-se cada vez maiores e mais variados.

Um exemplo disso é que em anos de baixa produção de lagosta os pescadores são levados a outra modalidade de pesca que, para ser rentável tanto quanto a do crustáceo, pode ameaçar de extinção a outras espécies. É o caso da pesca de camarão marinho com rede de arrasto, proibida, mas

³² Entrevista com Melquíades Pinto Paiva, 11-11-2004.

largamente praticada. A captura de camarão marinho usa de um tipo de rede (a caçoeira) que raspa o fundo do mar e, além do camarão, traz corais, pedras, peixes pequenos e tartarugas. Isso tem feito com que tanto o camarão quanto outras espécies diminuam ano a ano. “Há cinco anos a gente colocava a rede no mar e quando ia apanhar, dentro de quatro horas, tirava até 100 quilos de pescado. Hoje a gente não tira cinco quilos”, reclamava o pescador José Marques dos Santos, da praia de Taíba, em Caucaia-CE, na região metropolitana de Fortaleza. Faz coro com ele o pescador e vizinho Francisco Aurélio Gabriel: “A gente tinha o camarão branco, o lagostim, os peixes miúdos e muitos outros frutos do mar, criados no banco de corais da Taíba. Hoje não temos quase nada e o pouco que resta a rede de arrasto está destruindo”³³.

O camarão, a partir da década de 1990 do século XX, ganha pouco a pouco o prestígio da lagosta na pauta de exportações do Nordeste. Só no Ceará, de Janeiro a Setembro de 2003, o camarão de cativeiro rendeu mais R\$ 50 milhões e era o segundo item na pauta de exportação (jornal *O Povo*, 12-12-2003). Em 2009, o estado do Ceará produziu 20 mil toneladas, chegando a 30 mil toneladas em 2010 (*O Povo*, 06-01-2011).

Multiplicaram-se, no litoral do Piauí, Rio Grande do Norte e Ceará, os criatórios de camarão em cativeiro, que em 2002, já somavam mais de 250 somente no Ceará (Ibama), e causam problemas sérios no meio ambiente, pois geralmente são instalados em área de mangue ou de matas ciliar, provocando desmatamento. O trabalho nos viveiros trouxe novas técnicas e, até 2003, pelo menos um trabalhador havia morrido devido ao manuseio de produtos químicos sem a devida proteção, segundo apuraram à época a Delegacia Regional do Trabalho e a Secretaria Estadual de Saúde do Ceará.

Estima-se que a indústria da pesca, marinha ou fluvial, envolva em todo o Brasil cerca de 600 mil trabalhadores somente na atividade artesanal, e está

³³ “Diminuição do pescado: Pesca predatória destrói criatórios naturais”, jornal Diário do Nordeste, Fortaleza, 30/07/03.

em constante alteração, seja no que diz respeito à legislação trabalhista seja no que se refere ao seu impacto ambiental, exigindo monitoramento e atenção constantes posto que as populações marítimas estão entre as primeiras a sofrerem o impacto social, económico e ambiental, na medida em que se reduzem os estoques de determinada espécie marítima e que a devastação ambiental atinge níveis críticos.

Como se viu até aqui, o empreendimento de Davis Morgan não só proporcionou inovações científicas, tecnológicas, financeiras e materiais aos pescadores, como inaugurou um confronto incessante com o processo de modernização na exploração de recursos naturais que acentuou-se nas décadas subsequentes. Mas, sobretudo, inseriu rapidamente no mercado internacional e nas disputas territoriais globais uma atividade até então artesanal que ganhou contornos de produção industrial. A mesma indiferença quanto à cerrada campanha de *O Democrata* não aconteceria poucos anos adiante, no episódio da “guerra da lagosta”, em 1963.

1.2 - A “guerra da lagosta” e a emergência do DPC.

Foram muitas as “guerras da pesca” registradas na segunda metade do século XX³⁴. No caso do Brasil, o conflito mais notório foi “a guerra da lagosta”, entre Fevereiro e Março de 1963, com a França, apenas oito anos depois de Davis Morgan ter fundado a pesca industrial.

No Brasil, se viu, por um lado, a tentativa do governo do presidente João Goulart de usar o episódio para demonstrar força e coesão um mês depois do plebiscito que restituiu plenos poderes do presidente – de 1961 a 1963 o regime foi parlamentarista – e, por outro, a intenção clara dos militares de

³⁴ De facto houve vários conflitos regionais entre Portugal e Espanha (no Algarve e no Norte de Portugal) até que ambos os países acataram a política de pescas da UE. Também cabe destacar a “guerra do bacalhau” entre Inglaterra e Islândia (1974) e a “guerra do fletan” entre Espanha e Canadá (1985). Por se tratarem de conflitos específicos, não vou aprofundar a análise de cada um deles, sem no entanto deixar de considerar e citar aspectos do DPC neles embutidos, sobretudo no caso da “guerra do fletan” e da “guerra do bacalhau”.

conquistar a confiança da população nas suas tropas a um ano do golpe militar de 1964. A França, por sua vez, vivia momento histórico distinto, mas não menos delicado. Os anos de 1960 representaram o começo do fim do colonialismo. Em 1963, a França havia perdido quase todas suas colônias em África e, conseqüentemente, áreas marítimas onde explorava e dominava a pesca.

No decorrer de toda a década de cinquenta, a pesca predatória realizada no continente africano, sobretudo ao largo das costas do Senegal, da Guiné e da Mauritânia, onde atuava grande parte da frota especializada da França, levou ao esgotamento dos bancos lagosteiros da região. Passando a pesca da lagosta nas costas brasileiras a apresentar maiores perspectivas, barcos lagosteiros franceses começaram a vir ao Brasil a partir de 1961 para, sem a necessária autorização do governo brasileiro, explorar a pesca do crustáceo sobre a plataforma continental brasileira, na faixa que se estende ao largo dos Estados de Pernambuco até o Ceará (Lessa, 1999: 111).

A “guerra da lagosta” serviu como um argumento para transferir para o Atlântico Sul o ímpeto colonial francês arrefecido em África, ativando o DPC baseado num “pretexto” convincente que o amparasse. O “pretexto francês” – nunca comprovado – era de que a lagosta migrava do Atlântico Norte para o Atlântico Sul, e portanto os armadores franceses poderiam capturá-la onde quer que fosse. Isso bastou para que se justificasse a mobilização da diplomacia e da Marinha francesas.

Os jornais noticiaram amplamente os acontecimentos, motivados pela insistência de navios franceses em frequentar a plataforma continental nordestina. Atraídos pela então farta população de lagosta na costa brasileira, os franceses reclamaram ao governo brasileiro melhores vantagens. Em um documento da SUDENE (Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste), de 1962, constava que

Nessas conversações, a parte francesa mostrou-se: contrária à comercialização de lagostas como importação do Brasil, referindo que os direitos cobrados na França em tal caso se elevam a 35%, e insatisfeita com a restrição imposta à eventual participação sua no capital de sociedades mistas de pesca, que não poderá exceder a 40%.

No início de 1961, o governo francês havia solicitado formalmente ao governo brasileiro permissão para que três barcos (*Gotte*, *Lopnk Ael* e *La Tramontaine*) pesquisassem as reservas lagosteiras do Nordeste do Brasil. O Itamaraty (chancelaria brasileira) intermediou a obtenção da autorização, desde que o Comando Naval do Recife incluísse controladores de pesca da Marinha na tripulação de cada um dos barcos franceses, condição que foi prontamente aceita. Porém apenas dois barcos se apresentaram, enquanto vários outros seguiram pescando em águas nacionais, gerando protestos de políticos do Nordeste e das Federações Empresariais de Pesca e dos Sindicatos de Armadores. Esses alegavam que, além de estarem pescando sem autorização, os franceses saqueavam barcos brasileiros e roubavam materiais e produtos da pesca. Desde o primeiro momento, o discurso da imprensa é eivado de argumentos típicos do DPC, como se viu em *O Povo* de 03-08-1962:

Dos barcos franceses que vem atacando os pescadores de lagosta cearenses, levando manzuás jogados ao mar (inclusive com o resultado de vários dias de pesca), três já são conhecidos. Trata-se de 'Christine', 'Eliane' e 'Camaret', barcos de aproximadamente 300 toneladas, dotados de modernos aparelhos e com tripulantes os mais especializados em pescas internacionais. Esses barcos tem penetrado em águas territoriais brasileiras e, no Nordeste, vem causando a maior apreensão em todos aqueles que se dedicam à pesca no mar. Sua presença na costa cearense se constitui uma ameaça à própria sobrevivência das companhias que se dedicam à pesca de lagosta, que tem naqueles corsários franceses um desigual competidor.

A Marinha brasileira intensifica o patrulhamento na costa do Nordeste. Nos primeiros barcos apreendidos (o '*Françoise Christine*' e o '*Folgor*') e

rebocados para o porto do Mucuripe, em Fortaleza, era claro o contraste tecnológico entre a indústria da pesca dos dois países. Enquanto os armadores brasileiros tinham contato com novas tecnologias havia menos de uma década, os armadores franceses eram bem mais sofisticados. Seus barcos eram verdadeiros navios e, além de câmaras frigoríficas, tinham viveiros internos onde a lagosta era mantida viva após capturada. Uma notícia de *O Povo* (03-08-1962) esclarece o quanto era incipiente a tecnologia da frota nacional, se comparada aos franceses: “Os barcos são dotados de aparelhagem completa, modernos frigoríficos, além de radares. Seus tripulantes são altamente especializados neste sistema de pesca”.

Desde o século XIX a lagosta era explorada no mercado internacional, no qual o Brasil entrou tardiamente. A comparação das embarcações deve ter suscitado o discurso de que a pesca, no Brasil, ainda era “atrasada” por utilizar de tecnologia diferente de seus concorrentes. Pode-se dizer também que, implicitamente, o que preocupava aos armadores brasileiros era a disparidade entre a qualificação entre pescadores brasileiros e franceses, estes tendo acesso a equipamento e tecnologia mais avançada e a outros referenciais de organização e relação trabalhista. Caso fosse admitida a concorrência, os empresários locais teriam de mudar um planejamento de investimentos tecnológicos, o que certamente alteraria a perspectiva de lucro. Também deve ter preocupado às empresas brasileiras a possibilidade de contato de seus trabalhadores com pescadores estrangeiros. A relação capital-trabalho praticada na pesca industrial no Brasil era incipiente dado seu histórico recente, e o vínculo empregatício era precário, sendo mantido enquanto fosse período de pesca. Tais práticas perduraram até os dias atuais, onde a perspectiva de lucro da empresa se sobrepõe às garantias para os trabalhadores³⁵.

³⁵ No período de reprodução da lagosta, o “defeso”, as empresas demitem os pescadores, que somente são readmitidos quando do retorno da pesca (Felismino *et al*, 1989).

Atendendo pedido do Quai d'Orsay (chancelaria francesa), os barcos foram liberados dois dias depois, sob a condição de que a França impedisse a vinda de novas embarcações. Nos meses seguintes a França insistiu que a exploração de lagosta no Brasil fosse arbitrada por uma Corte Internacional, o que foi rechaçado pelo Brasil, que por fim cassa a licença dos barcos de "pesquisa". Ao receber o comunicado oficial do governo brasileiro sobre a cassação da licença, o governo francês reage energicamente, ativando o DPC ao enviar um navio de guerra (o contratorpedeiro 'Tartu') para resguardar as atividades de seus lagosteiros no Nordeste brasileiro.

O comunicado oficial francês chegou ao Itamaraty em 21-02-1963, quinta-feira da semana do Carnaval daquele ano. O presidente João Goulart reuniu os ministros da Marinha e da Aeronáutica, e decidem reforçar as bases das duas armas no Nordeste a partir do deslocamento de efetivo militar e equipamento do Rio de Janeiro. Imediatamente a mobilização ganhou o nome oficial de "Operação Lagosta".

A mobilização efetiva ocorreu no dia 22, uma sexta-feira, véspera de Carnaval. O Ministro da Marinha determinou a preparação de um Grupo-Tarefa composto por um cruzador e quatro contratorpedeiros. Este GT deveria seguir imediatamente para Recife. Um outro grupo composto por um cruzador, alguns contratorpedeiros e submarinos, assim que estivessem preparados, deveriam seguir viagem para o Nordeste também. A mobilização deveria seguir em frente sob sigilo máximo. No caso de indagações, a resposta deveria ser 'exercício programado'. No dia 23 (Sábado de Carnaval) o Conselho de Segurança Nacional reuniu-se no Palácio do Itamaraty. O Ministro das Relações Exteriores presidiu a reunião na ausência do presidente (então curtindo o Carnaval em São Borja / RS). Após tomarem conhecimento dos últimos movimentos diplomáticos, os participantes passaram a discutir as medidas que deveriam ser implementadas. ***Dentre elas, a divulgação de declarações à***

imprensa com o intuito de mobilizar a opinião nacional para a grave situação enfrentada [grifo meu]³⁶.

Essa última afirmação da matéria jornalística evidencia que teve início a elaboração do discurso do DPC por parte das autoridades brasileiras, já considerando os *media* como seu campo de propagação.

O embaixador do Brasil em Paris, Carlos Alves de Souza Filho, foi orientado a manter audiência com o presidente francês, general Charles De Gaulle, e tentar demovê-lo da intenção de enviar um navio de guerra ao Brasil. Souza Filho foi prontamente recebido por De Gaulle, que não determinou o retorno do navio de guerra, mas prometeu atenção pessoal à questão. Inclusive vem da “guerra da lagosta” a controversa frase “O Brasil não é um país sério”, de autoria do embaixador brasileiro, mas que foi atribuída a De Gaulle³⁷.

A reação na imprensa brasileira foi imediata, e desde o início da contenda surgiram os primeiros discursos ufanistas, vangloriando-se dos supostos potencial e competência das forças armadas brasileiras. “A Marinha preparada para o que der e vier - Navios patrulham as costas e farão com que a decisão do governo brasileiro francês”, lia-se em *O Povo*, edição de 23/24-02-1963.

Figura I : Capa de *O Povo*, 23/24-02-1963

³⁶ In “Operação Lagosta: a Guerra que não aconteceu”, no site www.naval.com.br/historia/lagosta, acessado em Março de 2008.

³⁷ A frase foi colhida pelo jornalista Luiz Edgar de Andrade, que trabalhava como correspondente do Estado de São Paulo em Paris, junto ao então embaixador do Brasil na França, Alves de Souza que, anos depois, assumiu a autoria em um livro de memória. O que nunca superou a “ofensa nacional” e a versão de que a frase era mesmo de Gaulle.



Na mesma edição de *O Povo*, o articulista Assis Tavares demonstrava como se dava a reação fora dos círculos institucionais, não sem a carga xenófoba que o conflito passaria a ter. A chamada do texto de Tavares era implacável e clamava: “Franceses expulsos antes de liquidarem a nossa lagosta”. Para o articulista, a liberação de barcos apreendidos era

um desrespeito à nossa soberania. Mas não apenas neste erro incorreram os franceses. O governo francês diz que as lagostas encontradas nas costas nordestinas do Brasil são originárias da França. A lagosta, para eles, representa uma boa fonte de divisas para a França, que não tem concorrentes na exploração de lagostas no Mercado Comum Europeu.

Mais do que essa argumentação geográfica e economicista que veio a público, o governo da França deixou explícito, por canais diplomáticos, no que se fundaria o discurso francês do tipo DPC. Em 26-02-1963, a embaixada

brasileira em Paris envia ao Rio de Janeiro telegrama onde constava, entre outros argumentos, o seguinte, segundo interpretação de Braga:

1- O governo francês considera que fez apreciáveis concessões ao Brasil ao admitir limitar através de um “modus vivendi” o seu direito líquido de pescar em alto mar, a qualquer tempo; 2- O governo francês julga que o envio do vaso de guerra foi erroneamente interpretado no Brasil. (...) Alvitrou mesmo que a emoção a que esse pormenor dera lugar no Brasil talvez fosse fruto da novidade que é para nós a pesca por estrangeiros nas imediações do nosso litoral (Braga, 2004: 105-106)³⁸.

O discurso francês construiu uma visão duplamente subalternizante do Brasil, explorando uma suposta incapacidade de interpretar o que seria um ato belicoso (“o envio do vaso de guerra”), e o carácter recente da inserção do país na indústria e no mercado internacional das pescas. Um tipo de postura comum aos antigos colonizadores em África, conforme destaca Schurmans (2008) ao analisar a “lição de matemática”, na banda-desenhada (história em quadrinhos, no Brasil) “Tintim no Congo” (1946), do autor belga Hergé:

Tintim chega à missão e o padre que o acompanha aponta-lhe a distribuição espacial dos diversos prédios (escola, capela...), acrescentando o comentário: “Quando nós nos instalámos aqui, há um ano, era a selva...”. As reticências deixam claro o subentendido: não havia nada, só a Natureza africana bruta que os missionários domaram para a moldar, para lhe dar um aspecto civilizado. (...) É produto e produtora de ideologia africanista. Ela recupera as imagens e os preconceitos em vigor na altura (domesticação da Natureza pelos padres, o Negro não tem acesso à razão, pois não sabe resolver problemas de cálculo, etc.), agrega-os e reenvia-os ao público numa obra popular, o que reforça ainda mais as representações em vigor (Schurmans, 2008: 17).

³⁸ In Braga, Cláudio (2004), *A Guerra da lagosta*, Rio de Janeiro, edição do autor. Cláudio Braga é capitão reformado da Marinha e elaborou um livro compilando documentos militares e trechos de matérias de jornais sobre a “guerra da lagosta”, compondo uma obra importante para se compreender a presença do discurso oficial acerca do conflito.

Schurmans endossa uma interpretação de Apostolidès para a mesma história, para quem Tintim representa o ideal colonizador que “possui um saber inato que não precisa de justificação: a sua qualidade de homem branco basta, ela é uma essência que ele manifesta e que leva a convicção” (Apostolidès, 2003: 25, *apud* Schurmans: 17).

Os motivos para a deflagração da “guerra da lagosta” extrapolavam o conflito diplomático ou a demonstração de poderio militar. Os jornais da época especulavam que políticos “bretões” teriam investido milhões de dólares na pesca em águas brasileiras. Segundo *O Povo* de 28-02-1963, “o interesse do governo francês se deve ao facto de grupo de deputados bretões ter investido 14 milhões de dólares na pesca da lagosta”.

Contudo, a reação francesa teve resposta por parte do governo e dos militares brasileiros. A edição de *O Povo*, de 28-02-1963, é a mais impressionante. Praticamente toda a capa é dedicada à “guerra da lagosta”, mais uma página interna, com matérias emblemáticas acerca do episódio:

FIGURA II. A capa de *O Povo* de 28-02 1963

Esquadra francesa vista entre Dakar e Nordeste: Ministro adverte e fixa responsabilidade (Página 2)



CONTRA-TORPEDEIROS DO BRASIL ZARPAM DE ENCONTRO AO NAVIO FRANCÊS (PÁG. 2)

A partida foi antecipada para a madrugada - Canhões foram testados antes - Movimentação de reses de guerra e m. águas nordestinas - Reunião do Ministério

Bomba-relógio sob uma ponte

12 PRODIGAS 20

ANO XXXVI - FORTALEZA - Ceará, 26. Setembro, 28.2.1963 - N. 10.872

JANGO VAI OUVIR RELATO DE HERMES LIMA: LAGOSTA

Brasília, 26 — (Tribuna) — O presidente Jango vai ouvir o relato do ex-tenente da Armada e atual senador Hermes Lima sobre a operação de guerra conhecida como "Lagosta", que teve lugar em 1961, quando o Brasil interceptou e afundou o submarino francês "Le Surcouf".

Navios de guerra no Mucuripe

Comandante Resende (foto) no veleiro — Barrote com chapéu — Orlan está completa — Situação à greves

EXONERADO O PRESIDENTE DO BNDE (P. 7)

Rio: 41 pessoas morreram no carro, val

DETIDO UM BARCO JAPONÊS: ESTAVA PESCADO LAGOSTIAS

JANIO REGRESSA, HOJE, AO BRASIL

UNIVERSIDADE DO CEARÁ

Jatos de Fortaleza prontos para ação

OS PREÇOS, MÊS A MÊS

CARNAVAL ESGOTOU SANGUE DE PAULISTA

ONDE FLORESCE A MACONHA

ENQUANTO SENTENÇA DE JUIZ DORME NA "IO" PREÇO DO PÃO CONTINUA LIBERADO

João Goulart cancelou viagem agendada à França. De Gaulle adotou medida semelhante e suspendeu uma visita agendada de senadores franceses ao Brasil. O próprio De Gaulle viria a Brasília um ano mais tarde, em 1964, sendo recebido pelo general Castelo Branco, primeiro a assumir o poder durante a ditadura. Diplomacia francesa ou um gesto de apoio à ditadura, sobretudo após o atrito com o governo civil no ano anterior?

A atitude de Goulart, porém, remete a outra interpretação. O presidente talvez tenha compreendido que era preciso um maior protagonismo de sua parte na "guerra da lagosta", dadas as dimensões que essa tinha nos *media*. Nesses, sobressaíram mais as iniciativas dos militares do que as do governo a cuja chefia Goulart ascendera, em 1961, mediante forte resistência dos militares, para os quais o presidente era comunista. Em 1960, quando

presidente e vice eram eleitos em separado no Brasil, Goulart fora eleito vice-presidente de Jânio Quadros, com quem não mantinha afinidades ideológicas.

Jânio Quadros construiu para si uma carreira política populista assentada em São Paulo, e renunciou à Presidência pouco mais de um ano após assumir um mandato controverso, alegando pressões de “forças ocultas”, um acontecimento jamais elucidado por completo pela historiografia brasileira. Goulart, entretanto, era do Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), que tinha em Getúlio Vargas sua inspiração, voltado mais a questões de cariz massificador que propriamente às ideologias de esquerda, ainda que Goulart atuasse num período histórico completamente diverso aos das presidências de Vargas (ditatorial de 1930 a 1945, e democrático, entre 1950-1954, o qual não concluiu por ter se suicidado).

Goulart transitava nos tempos da Guerra Fria, onde as ações dos governantes eram vincadas e um tanto circunscritas pelo binómio “capitalismo *versus* comunismo”, entre os quais o trabalhismo populista brasileiro tentava transitar. O próprio Goulart, quando da renúncia de Jânio, estava em visita à China comunista, principal argumento dos militares para reivindicar que o então presidente da Câmara dos deputados, Rainieri Mazzilli, assumisse a Presidência da República e que fossem convocadas novas eleições. Talvez para amenizar a situação, Goulart, ainda em carácter de “visita oficial”, foi da China aos Estados Unidos, e só retorna após o Congresso Nacional impor uma saída negociada: Goulart assume a Presidência, mas teria de dividir o governo com um sistema parlamentarista encabeçado por três representantes escolhidos no Congresso.

Esse regime prevaleceu de Setembro de 1961 a Janeiro de 1963, quando um plebiscito popular devolveu amplos poderes a Goulart, com 80% dos votos. O presidente prometia, na campanha plebiscitária, implementar o seu Plano Trienal, pelo qual propunha, entre outros, medidas de redistribuição

de renda entre a população e a reforma agrária. Para tanto, contava com apoio expressivo de organizações partidárias e sindicais de esquerda, sobretudo dos comunistas, do Partido Socialista Brasileiro (PSB), do Comando Geral dos Trabalhadores (CGT) e da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (Contag). Mas tinha desagradado setores conservadores, incluindo a Igreja e as Forças armadas. Jango (como João Goulart era mais conhecido), voltou a ter plenos poderes um mês antes do início da “guerra da lagosta”. E será ainda durante a “guerra” que tenta relançar seu “novo” governo.

Se “guerra da lagosta” foi uma espécie de laboratório pró-reformas para Jango, foi igualmente um laboratório pré-golpe para os militares, que revelavam não só em discursos, mas também em gestos, suas intenções de ruptura com o poder institucional. Um bom exemplo aparece no que seria um prosaico convite de almoço feito pelo comando da Marinha ao então governador de Pernambuco, Miguel Arraes, filiado ao Partido Socialista Brasileiro (PSB). Recife, capital de Pernambuco, era uma das principais bases da marinha para mobilização da “guerra da lagosta”. Em 13 de Março de 1963, no auge do conflito com a França, a Marinha convida Arraes para um almoço a bordo do navio “Capitania”. No dia seguinte o assunto causou polémica entre os oficiais, e o encontro que seria de carácter formal passou a informal:

Tendo em vista a situação política interna em que vivíamos e a postura pouco democrática, com elevadas tendências comunistas, apresentadas pelo governador do Estado de Pernambuco, o ComemCh [*comandante em chefe*] discutiu com seus oficiais as possíveis repercussões e implicações, favoráveis ou não, quanto à vinda do governador para almoçar a bordo do Capitania no dia seguinte. Após diversas especulações, foi mantida a idéia inicial de promover um almoço informal, na câmara do navio. (...) O almoço transcorreu em clima cordial tendo-se evitado a abordagem de assuntos políticos (Braga, 2004: 149-150).

Exatamente um ano depois da “guerra da lagosta”, Jango foi derrubado por um golpe militar, em 31 de Março de 1964, ao qual não resistiu, exilando-se

no Uruguai. Como ele e o próprio Miguel Arraes, vários outros políticos de esquerda, eleitos democraticamente, foram destituídos de seus cargos pelos militares, sendo presos e/ou exilados. Começava uma ditadura cruel que se estenderia por 21 anos.

A “guerra da lagosta” foi terreno fértil para que as Forças Armadas se mostrassem como organizadas e com rápido poder de mobilização. Ao exemplo da Marinha e da Aeronáutica, o Exército brasileiro, incorporando o DPC, assume o conflito como ‘afrenta aos interesses nacionais’. *O Povo*, de 01-03-1963, estampava:

Expectativa nas unidades militares no Ceará: mobilização geral e fácil. Ouvido na manhã de hoje pela reportagem, o comandante da 10ª Região Militar, general Almério de Castro Neves, referindo-se ao rumoroso caso da lagosta (...) afirmou que se preciso for uma operação terrestre o Exército estará preparado para agir com todo o seu dispositivo bélico.

A disposição do Exército em tomar frente no movimento foi a mesma demonstrada em 1964, quando encabeçou as primeiras ações que culminariam com o golpe militar. Portanto, não poderia esta arma ficar à margem ou à sombra das demais no caso da “guerra da lagosta”.

Diante da reação brasileira, a França não desmobilizou seu efetivo militar que escoltava seis lagosteiros franceses a cerca de 12 milhas da costa, fora das águas territoriais brasileiras (as 200 milhas somente seriam estabelecidas nos anos 1970). O governo francês apresentou duas propostas: alugar seus barcos para armadores brasileiros e criar empresas de capital misto. O governo brasileiro recusou, por considerar que seria admitir o direito francês a exploração de recursos nacionais. Sobretudo tratando-se de um recurso como a lagosta, que então aparecia com importância econômica para

o Brasil bem maior do que tinha cerca de oito anos antes, quando de implantação da pesca industrial³⁹.

Em *O Povo* de 01-03-1963, aparecem declarações de representantes governamentais no sentido de se estabelecer normas rígidas para captura e comercialização da lagosta:

O diretor da Divisão de Caça e Pesca, dr. Sebastião Ramos, acrescentou que um perigo interno (maior do que podem apresentar os franceses do ponto de vista de exterminar a espécie) consiste na desobediência das companhias lagosteiras às leis brasileiras – que capturam o crustáceo do tamanho de um camarão quando a lei determina que o tamanho mínimo seja de 18 centímetros.

Emerge, de novo, o discurso ambientalista calcado na importância econômica do pescado antes que da necessidade de preservação. Essa notícia também dá conta de como a pesca desenfreada de lagosta causou redução nos cardumes nessas últimas cinco décadas. Enquanto em 1963 o tamanho mínimo para captura e comercialização era de crustáceos com pelos menos 18 cm de cauda, a medida seria de apenas 13 cm a partir de 2004, pois o incremento das técnicas e a pesca ilegal, a ser analisada a seguir, causou redução dos estoques.

O impasse persistiu nos dias seguintes, até que surgiu o primeiro sinal de que a “guerra da lagosta” chegaria ao fim, com o anúncio da desmobilização de efetivos militares de lado a lado. De 03 a 07 de Março, pairou a sensação de que a “guerra” terminara. Nesse pequeno intervalo, outros acontecimentos misteriosos pululavam na imprensa. O que chamou mais atenção foi o de ataques de submarinos de nacionalidade desconhecida a barcos pesqueiros no Rio Grande do Norte. Na edição de 03 de Março 1963 *O Povo* alardeava: “Submarino misterioso nas águas do Rio Grande do Norte - A pique barco brasileiro”.

³⁹ Em 1962, o Brasil exportara o equivalente a 62 milhões de dólares em lagosta.

A história era mirabolante, ainda mais porque foi narrada por um pescador vítima do ataque, e por ter ocorrido alguns dias depois de um outro submarino ter surgido e desaparecido misteriosamente no Rio Grande do Norte. Vale a pena reproduzir trecho da matéria por se tratar do único momento em que de alguma forma aparece, na imprensa, a fala de um pescador narrando um episódio da “guerra da lagosta”, pois foi rara ou mesmo inexistente a participação direta de pescadores no conflito, como se verá adiante:

Barco lagosteiro brasileiro destruído por submarino desconhecido: Natol! Natal (Urgente) - Um barco lagosteiro brasileiro foi posto a pique na noite de ontem por um submarino de nacionalidade desconhecida nas proximidades do farol da Ponte, nesta capital. Um sobrevivente contou que às primeiras horas da noite sua embarcação foi surpreendida no mar por um submarino que emergiu lançando uma forte luz. (...) Em seguida homens desceram num bote de borracha, armados de metralhadoras, e o empurraram para o mar. Enquanto ele nadava para fora, os estrangeiros destruíram seu pequeno barco lagosteiro e o empurraram para o submarino, que logo submergiu. Disse ainda o pescador: “Nada pude entender do que eles falavam”. O estranho fato está sendo estudado pelas autoridades navais. (...) A Capitania apura o fato lembrando que é o segundo caso do gênero, pois o mês passado outro pescador fora abordado pelo pesqueiro ‘Marselha’, tendo seu barco sido destruído (*O Povo*, 03-03-1963).

O *não-dito* pela matéria jornalística acima esconde, entretanto revela outras nuances. O caso do ‘submarino misterioso’ seguiu sem esclarecimento, ainda que suscitasse novas e muitas questões. Primeiro, releva a invisibilidade dos trabalhadores no conflito (esse é o único relato jornalístico elaborado a partir da fala direta de um pescador). Segundo, o relato dá conta de um suposto ato de violência por parte de um navio francês, o ‘Marselha’, que teria atacado diretamente a embarcação de ‘outro pescador’. Contudo, o que teria sido um ato beligerante de violência direta e explícita não parece ter tido maiores consequências tampouco despertou maior interesse dos *media* pelos

pescadores, o que demonstra que a mobilização das forças armadas brasileiras tinha outros objetivos prioritários, de cariz político e econômico, do que propriamente a defesa da população.

Nesse período, a imprensa brasileira aproveitou para fazer um pequeno balanço, não sem toques de nacionalismo e de ironia. Com a manchete “Nada de novo no ‘front’ da lagosta; o Itamarati espera notícias de Paris”, uma matéria de *O Povo* de 06-03-1963 dava conta que a “guerra da lagosta” ganhara dimensão nacional. O conflito repercutiu em vários jornais do país, não se restringindo à imprensa do Nordeste, em cujos mares o conflito se desenrolava:

São os seguintes os comentários dos jornais sobre a ‘guerra da lagosta’. *‘Estado de São Paulo’*: ‘ É o próprio autor que delibera retirar da cena a comédia que estava montada. Não nos felicitemos (...) porque a retirada dos navios não consegue delir a mágoa que o ato irrefletido do general De Gaulle nos causou’. De *‘Ultima Hora’*: ‘ Não há dúvida de que ganhamos uma batalha política internacional. As lagostas são nossas’. – *‘A Hora’*, de São Paulo: ‘ A guerra da lagosta chega a seu final. Muito ridículo, muita vontade de dizer bobagens e ainda de fazê-las’. – *‘Diário de Notícias’*: ‘Prevaleceu o bom senso reduzindo o incidente a justas proporções. Houve uma espécie do que se convencionou chamar, humoristicamente entre nós, de batalha de ‘Itarararé’. – *‘Correio da Manhã’*: ‘ Nos corredores do Itamarati línguas maliciosas diziam que é grande a correria dos empistolados para cavar uma vaguinha na delegação brasileira que assinará a paz das lagostas em Versalhes’.

O espaço para ufanismo e galhofa durou pouco. A ‘trégua’ foi de apenas uma semana, até que a França recrudescesse seu posicionamento e reforçasse sua frota que guardava os lagosteiros havia mais de 10 dias. Ainda em 07-03-1963, *O Povo* anunciava que o conflito não chegara ao fim. Em vez disso, aparentava estar no auge, e continuavam mobilizados os militares brasileiros:

Governo francês resolveu não retirar a fragata 'Goffeny'. Rio, 07-(TRANSPRESS) - Notícias chegadas de Paris informam que o Gabinete francês resolveu não retirar a fragata Paul Goffenny e os pesqueiros que se encontram a 110 milhas da costa do Nordeste. Em Brasília uma fonte da Marinha disse que os pesqueiros franceses estão sendo abastecidos de víveres e combustíveis em algum ponto da América do Sul e que foi verificada a movimentação de navios para o local, o que indica que os franceses pretendem permanecer por tempo indefinido.

A guerra seria iminente, pelo menos na interpretação de *O Povo*, que afirmava em 08-03-1963:

Agrava-se a crise franco-brasileira: toda a Marinha em rigorosa prontidão. 1- Governo francês decidiu não atender a exigência do Brasil de retirar o vaso de guerra 'Paul Goffeny' do Nordeste. 2- O Ministro da Informação da França, Mr. Allain Peyrefitte, declarou, laconicamente, que ficam suspensas negociações acerca do litígio proveniente das atividades dos lagosteiros franceses em águas territoriais brasileiras. 3- Toda Marinha de Guerra do Brasil, face ao desenvolvimento da crise, encontra-se em rigorosa prontidão e seus vasos concentrados em qualquer emergência.

No dia seguinte, *O Povo* indicava que mais navios franceses estariam a caminho. Entretanto, o suposto reforço da mobilização era alarme falso. Ainda antes de terminar o mês de Março de 1963 terminava também a "guerra da lagosta", conforme *O Povo* de 12-03-1963:

Fim da "Guerra da lagosta". O embaixador da França, sr. Jacques Bayes, deverá viajar esta semana para Paris. (...) Um porta-voz da Embaixada confirmou a retirada dos barcos franceses do litoral brasileiro. (...) Ao analisar as causas de súbita mudança de pontos de vista, o jornal 'Le Monde' informa que (...) ' os armadores poderiam ter prejuízos financeiros com a manutenção dos pesqueiros indefinidamente inativos. O jornal 'France Soir' disse ontem que "a guerra da lagosta terminou por falta de combatentes". E assegurou também que a França "perdeu a batalha, mas não perdeu a guerra".

Percebe-se, na reprodução de texto parcial do 'France Soir', os ecos do DPC em França, onde se constata que a postura nacionalista não se restringiu

à imprensa brasileira. Mas, de facto, a “guerra da lagosta” encerrava seu período de mobilização bélico-militar sem que um único tiro fosse disparado. Ainda em 1963 aparecem outras notícias sobre incursões de barcos franceses no litoral do Brasil. Em 20-06-1963 *O Povo* noticiava que

Lagosteiros franceses voltaram a pescar na costa do Nordeste. Recife (Transpress) - Barcos lagosteiros franceses aportam. Os barcos entraram ontem em Natal para abastecimento de comandados, declarando que vieram pescar na costa brasileira via entendimento neste sentido entre os governos francês e brasileiro. O comandante do distrito naval deu ordens ao capitão dos Portos para negar passe de saída aos pescadores, que alias não apresentaram documentos em ordem, ao mesmo tempo que solicitou instruções da Armada.

Os barcos foram retidos na alfândega em Natal, sem maiores consequências ou sem que o conflito fosse retomado, pois os jornais não noticiaram mais a “guerra da lagosta”. Ao que parece, os governos da França e, sobretudo, do Brasil, trataram de cuidar de problemas internos. A questão da lagosta foi deslocada a um plano de intermediação internacional. Novamente por iniciativa da França surgiu uma proposta de que a Corte Permanente de Arbitragem de Haia julgasse o caso. O governo do Brasil, talvez até por estar vivendo momento de convulsão interna, não se manifestou. Lessa indica uma explicação plausível para se entender o desfecho da ‘guerra da lagosta’:

Desde os primeiros momentos da Guerra da lagosta, em 1963, o Brasil sustentava dever ser a questão resolvida através de entendimentos privados entre as empresas dos dois países, seja pela constituição de companhias mistas, seja pelo arrendamento e ou aquisição de barcos lagosteiros franceses. A França, por sua vez, considerava que os entendimentos entre agentes privados deveriam efetivar-se dentro do quadro de um Acordo Intergovernamental, com o que não concordava o Itamaraty. (...) Com efeito, razões políticas e técnicas impunham que a pesca da lagosta fosse realizada por firma brasileira e que o resultado da pesca fosse exportado, e não simplesmente ‘levado’ para a França. (...) Um primeiro entendimento entre empresas se esboçou apenas em 1965, sem resultados

maiores além do arrendamento de barcos franceses por firmas de pesca brasileiras (Lessa, 1999: 117).

Lessa confirma que o conflito teve, prioritariamente, motivações económicas, ao que acrescento a emergência do DPC no discurso oficial e nos jornais do Brasil e da França acerca da “guerra da lagosta”. Desde sua eclosão, a “guerra da lagosta” anunciava-se como um conflito que não chegaria a consequências bélicas. Logo no início da crise o Ministério da Informação da França emitiu nota afirmando que “o governo não é favorável à guerra da lagosta, mas resolutamente pacífico”.

O então capitão dos Portos no Ceará, Hugo Machado, disse ao *O Povo* que “de forma alguma as forças militares, aqui sediadas, serão atingidas de surpresa, muito embora acreditemos que o impasse será superado pacificamente.” Em Brasília, o Ministério da Marinha divulgou nota onde manifestou a esperança de que o caso da lagosta se encerrasse sem o emprego da força “mas se ela for empregada, saibam todos de quem partiu a iniciativa e que a empresa igualmente não nos intimidou” (*O Povo* 01-03-1963). Um potencial que não chegou a ser testado de facto, visto que a “guerra da lagosta”, em termos bélicos, não passou de um acontecimento de mobilização de tropas e equipamentos, tendo chegado ao fim sem combates efetivos.

A preocupação era maior no discurso da própria imprensa do que dos militares envolvidos. A capacidade das forças armadas brasileiras era sobrevalorizada e um tanto vincada no “atlantismo” (cf. Ribeiro, 2004, op. cit. pg. 40). As condições do equipamento bélico da Marinha brasileira, à altura, eram das piores, conforme admitiu, na “*Apresentação*” do livro de Braga, não sem o ufanismo característico da mentalidade militar brasileira, o almirante Armando Bittencourt:

A Marinha não tinha condições de guerrear, pois, além do mau estado dos equipamentos de bordo, somente havia munições para pouquíssimas horas de combate (...). Mesmo assim, ela

demonstrou determinação e coragem, (...) exerceu a ação 'deterrente' necessária para que tudo retornasse ao campo da diplomacia, de onde nunca o problema deveria ter saído. Talvez, até, isto tenha ocorrido porque a capacidade do poder naval brasileiro – tão maltratado pelos governos –, como pressentida pelos franceses, na época não fosse suficiente para dissuadi-los (Braga, 2004: 6).

Foi uma batalha verborrágica, uma guerra de festim. Mas o cenário político interno do Brasil à altura possibilita algumas especulações. Muitas das manifestações dos militares se davam sem que fossem previamente autorizadas pela Presidência da República. A todo momento apareciam nos jornais declarações do comando militar e do presidente João Goulart que deixavam clara a disputa de poder que ocorria no interior do regime.

Resta entender, contudo, até que ponto o DPC foi assimilado pela população. A iminência de guerra sustentada pelo discurso dos militares e dos *media* quando da “guerra da lagosta” demonstrou como o DPC pôde ser eficaz naquele momento, convencendo e coagindo a maioria da população de que a mobilização era necessária, e que os militares eram capazes de manter o controle da situação. Porém, se podem ser longos e duradouros os resultados pretendidos pelos emissores do DPC, como foi o caso da obtenção de confiança popular pelos militares e o posterior estabelecimento da ditadura no Brasil, também ele pode vir a ser um discurso de duração efêmera, passível de ser detectado logo nos primeiros momentos de sua emergência que, em geral, se dá nos *media*, como demonstrado na narrativa até aqui sobre a “guerra da lagosta”, e, como demonstrarei melhor adiante, numa contextualização contemporânea da relação dos *media* com discursos sustentados no DPC nos dias de hoje.

A questão passa a ser: o DPC pode ser interrompido antes de alcançar pleno êxito? Talvez. Pois, primeiro, contra a longa duração do DPC surgem também estratégias de resistência popular aos argumentos emitidos “de cima

para baixo”. Segundo, o DPC pode ser combatido no próprio campo em que ganha corpo e força, os *media*.

1.3 - Da xenofobia à carnavalização e resistência.

A imprensa registrou sinais de revolta da população desde os primeiros momentos da “guerra da lagosta”. No Rio de Janeiro o funcionário público aposentado Rodrigues de Carvalho, de 58 anos de idade, foi preso ao pichar a fachada da Embaixada Francesa. *O Povo* de 28-02-1963 noticiava:

Funcionário pichava a embaixada francesa: Preso. Rio (28) - “Já que nossa mocidade não fez, eu fiz. Sou nacionalista e não poderia deixar passar despercebida esta indigna atitude das autoridades francesas” – disse o funcionário aposentado da Aeronáutica Rodrigues de Carvalho, de 58 anos de idade, casado, residente na Guanabara, depois de ser preso hoje de manhã ao pichar a fachada da Embaixada Francesa, na avenida Antonio Carlos. (...) Tentou depois fugir mas foi preso pelo ascensorista do prédio e outro popular que o entregaram à rádio patrulha. (...) Estava indignado com a atitude da França no caso das lagostas brasileiras e por não “haver nossas autoridades se pronunciado a respeito até o momento, resolvi eu próprio, sozinho, exteriorizar a repulsa do povo brasileiro contra essa desfaçatez francesa. Sou nacionalista”.

Este não foi o único caso de revolta quando da “invasão” francesa. Segundo *O Povo* de 28-02-1963, a sede da Aliança Francesa em Campinas, interior do estado de São Paulo, sofreu um atentado e teve sua fachada pichada no período em que aconteceu o conflito. “Elementos não identificados explodiram quatro bombas do tipo caseira e cortaram os fios telefônicos e de eletricidade. Deixaram na parede a inscrição ‘A lagosta é nossa’. (...) Em Belo Horizonte (MG), a polícia protegia o consulado da França ‘tendo em vista ameaças recebidas”.

Registrou-se um caso inusitado em Fortaleza, onde o francês Jean Moreau foi processado por D. Aísa Silva, a quem alugara uma casa no centro da cidade. Proprietário de dois barcos que estavam em nome de brasileiros

conhecidos seus, Moreau pescava lagosta clandestinamente, transferindo o produto para outros barcos de maior porte provenientes da França que ficavam à espera, fundeados em alto-mar. Como não pagou aluguel, a polícia foi a sua procura e descobriu as atividades pesqueiras proibidas. Moreau também não teria pago por um fogão adquirido no comércio local e fugiu da cidade, se refugiado em Paracuru, 100 km a oeste de Fortaleza. Casos pitorescos como o de Moreau eram pretextos para a imprensa reforçar o discurso tipo DPC. O *Povo* de 04-03-de 1963 não deixou de aproveitar o episódio para carregar o tom nacionalista e a cobrança de atitudes mais rígidas por parte das autoridades:

Tudo ocorreu tão bem para o arrivista que ele, **convencido de que o Brasil era mesmo terra de ninguém** [grifo meu], achou que não devia pagar aluguel a D. Aísa Silva, o que constituiu erro fatal (...). Por mais que pareça romanesca essa história, prova tão somente a ineficiente ação das autoridades no que concerne a fiscalização na exploração desta fonte de riqueza que é a lagosta.

Na imprensa havia também reações travestidas de bom humor, mas com intuito de ridicularizar e inferiorizar aos franceses, como demonstra uma charge de *O Povo*, edição de 24-02-1963, inspirada no argumento de que a lagosta seria originária da costa francesa. Representando a França, uma mulher com vestes e dotes corporais entre extravagantes e sensuais, carregada de estereótipos 'franceses', com penteado à *Bigitte Bardot*, joga a isca para domar uma lagosta "nossa", brasileira.

FIGURA III. Charge na capa de *O Povo*, edição de 23/24-02-1963.



Se na imprensa era amplificado o discurso do DPC, entre a população a recepção e assimilação foi ambígua, indo desde manifestações xenófobas até a carnavalização. Não tardou para que a “guerra da lagosta” caísse no gosto popular, servindo de inspiração a várias músicas, sobretudo sambas. Uma delas foi “A lagosta é nossa”, de Moreira da Silva e Kyabo, de 1963. A letra, cujo título remete à campanha nacionalista “O petróleo é nosso”, dos anos 1950, é uma alusão direta e bem-humorada ao conflito:

Fique sabendo: / Conosco não tem bandeira, vai zarpando de carreira
se não quer virar peneira / No meu quadrado neça de levar pescado,
pra seu rabudo olha um filhote de urubu / Meu litoral não é casa de
mãe Joana, você não gosta de lagosta à Suzana / Eu lhe ofereço uma
maré de baiacu, dou-lhe de quebra filhote de surucucu / Vou lhe
contar a velha história, no tempo em que o Brasil brigava a pau já
conseguiu vitória / Somos de paz, mas não damos cartaz, do que
você gostam nós gostamos muito mais / Barroso gritou “como é, o
tempo da pirataria já mixou” / Vem devagar Barnabé, a barra é muito
funda pra você não vai dar pé / E já gritou Tamandaré: pum, pum,
pum...⁴⁰

No Carnaval seguinte ao ano da “guerra da lagosta”, em 1964, fez sucesso a “Marcha da Lagosta”, de Jorge Washington e Isnard Simone⁴¹. A “Marcha” inicia-se com as primeiras notas de “A Marselhesa”, o hino nacional

⁴⁰ Acessível in <http://www.mp3tube.net/br/musics/Moreira-da-Silva-A-Lagosta-e-Nossa/84340/>, acessado em Março de 2008.

⁴¹ Disponível, mediante pagamento, no acervo electrónico de <http://www.collectors.com.br>, acessado em 25-10-2009.

francês, e repete *ad nauseam*, ao estilo de “marchinha” carnavalesca, uma única estrofe:

Larga esta lagosta / Deixa de areia / Senão vai dar coisa feia / Faço
uma proposta pra você (*por quoi?*) / Faço um acordo de irmão /
Traga uma francesa pra mim / E leve tudo, leve até o camarão.

Três anos após a “guerra da lagosta”, em 1966, o conflito era lembrado pelo teatro, num trecho da peça “A criação do mundo segundo Ary Toledo”, de autoria de dois dos maiores dramaturgos brasileiros, Augusto Boal e Gianfrancesco Guarnieri. Parodiando a travessia de Pedro Álvares Cabral rumo às “Índias”, num dado momento a caravela portuguesa cruza com outra que, indagada sobre seu destino, responde:

Nós estamos vindo do Brasil
E estamos indo pra Paris
Levar lagosta, levar lagosta
Que lá na *France* todo mundo gosta.

À época, Boal, Guarnieri e Toledo integravam o grupo de teatro Arena, um dos mais críticos e combativos à ditadura militar. A peça, sob pretexto de ironizar a “descoberta” portuguesa, satirizava episódios da História do Brasil propagandeados pelo Estado como feitos gloriosos, e a “guerra da lagosta” não escapou à perspicácia do grupo.

Os relatos na imprensa dos casos de reação popular contra representações francesas no Brasil, o caso de Jean Moreau em Fortaleza, e da charge de “Brigitte Bardot” demonstram o quanto o DPC foi eficazmente assimilado por parte da população em diversas partes do território nacional (Rio de Janeiro, Belo Horizonte, Campinas), e não somente na zona do conflito (litoral do Nordeste). Demonstram ainda que a posição dos *media* foi concertada, de apoio acrítico ao DPC ou às ações do governo, sem aprofundar análises mesmo quando os militares extrapolavam suas funções, como, por

exemplo, da relutância de alguns oficiais em receberem num navio o então governador de Pernambuco, Miguel Arraes.

Por outro lado, logo a seguir à “guerra da lagosta”, o DPC começa a ser desarmado em duas vertentes, presentes no humor de “A lagosta é nossa”, da “Marcha da Lagosta” e do teatro do Arena: a “festa” e a “Alegria”, características na América Latina, conforme a “Nuestra América” concebida por Santos (2006c). A partir do termo, que toma emprestado de José Martí, Santos vê uma América mestiça, forte, e portanto “capaz de sondar profundamente em suas próprias raízes e (...) edificar um conhecimento de uma forma de governo que não sejam importados, mas antes adequados à sua realidade (Santos, 2006c: 187)”. Para Santos, a “Nuestra América”,

antes de se tornar um projeto político (...) é uma forma de subjectividade e sociabilidade, (...) também capaz de retirar do risco de viver a pulsão para um optimismo visceral perante a potencialidade coletiva. (...) A subjectividade e sociabilidade da Nuestra América não se sentem à vontade com o pensamento institucionalizado e legalista, mas sentem-se à vontade com o pensamento utópico. (...) A este estilo de subjectividade e sociabilidade chamo, seguindo Echeverría, Ethos Barroco (...), ethos cultural tipicamente latino-americano (...), um carácter aberto e inacabado que permite a autonomia e a criatividade das margens e das periferias (Santos, 2006c: 192).

A carnavaização e a teatralização da “guerra da lagosta” nos exemplos citados acima estão para além da galhofa e da ironia. Querem transmitir muito mais a transgressão ao discurso oficial através da potência contestadora que Santos vê na “transculturação” e na “festa”. A “transculturação” – termo que ele empresta de Ortiz – designa “a voracidade e o extremismo com que as formas culturais são processadas pela sociabilidade barroca”, enquanto a “festa” converte a “cultura barroca no primeiro exemplo de cultura de massa da modernidade (...), através de suas três componentes básicas – a desproporção, o riso e a subversão”, investindo-se de um potencial emancipatório calcado no “reencantamento do senso comum”, na

“carnavalização das práticas sociais”, que subvertem os locais de enunciação de poder, gerando uma

subjetividade barroca (...) que prescinde temporariamente da ordem e dos cânones, escapa às certezas óbvias das leis universais (...), intensifica a vontade e estimula a paixão (...), provoca espanto e novidade, e impede o fechamento e o acabamento. (...) Na festa, a subversão está codificada. Nas periferias, a transgressão é quase uma necessidade (Santos, *idem*: 197).

A “festa”, enquanto estratégia de protesto, tem potencial agregador, “é também prática cultural significativa de identidade” (Funes, 1995: 344). A “festa”, enquanto transgressão, corrobora o papel positivo e potencial da “alegria” como forma de resistência, conforme Lins,

Nem sempre a alegria foi pensada ou sentida como uma força, menos ainda como uma potência revolucionária. (...) A alegria pode ser também associada à liberdade que possui todo sujeito de agir, amar e cultivar sua felicidade. (...) Diria que a alegria é o próprio sentido da existência, pois é a realização do desejo vital e erótico de tornar-se amoroso de si, dos outros e da totalidade. Eis a força da alegria ativa: aquela na qual nos modificamos a nós mesmos aumentando, assim, nosso *conatus*, nosso desejo, nosso ser em devir, nossa vontade positiva de potência, fôlego criativo, plataforma flutuante, arquipélago contra as paixões tristes. (Lins, 2008b: 46-47).

Transculturação, festa, alegria. Elementos subjetivos e importantes aos quais recorrem parcelas de populações oprimidas por um regime, um discurso, uma ideologia. Contudo, não são as únicas alternativas possíveis de resistência ao DPC. Cabe, na “guerra da lagosta”, destacar o silêncio e a omissão dos pescadores artesanais como forma de “essencialismo estratégico” para não serem arrebatados e assimilados pelo DPC.

1.4 - Os pescadores e a guerra.

Além da intenção do Estado em ativar o DPC, tudo leva a crer que a “guerra da lagosta” foi diplomática, política, comercial e capitalista. Pelo viés político circunscreveu-se na disputa de poder entre Jango e os militares, e na

emergência do DPC elaborado por parte dos governos brasileiro e francês. Pelo viés comercial e capitalista, atendia muito mais ao interesse dos grandes armadores e que ao dos trabalhadores, sobretudo os ligados à pesca artesanal, para quem não houve nenhuma alteração cotidiana. Não se sabe de nenhuma manifestação pública de apoio à “guerra da lagosta” que tenha sido organizada pelas Colônias ou Sindicatos de Trabalhadores. Também é rara a presença de pescadores em notícias de jornais e, quando aparecem, são envoltos em mistérios, como foi o caso de um pescador do Rio Grande do Norte cujo barco teria sido afundado por um submarino que surgiu não se soube como, e muito menos a que país pertencia.

A quase ausência do pescador enquanto personagem da “guerra da lagosta” aponta para algumas hipóteses relevantes. Não foi este o primeiro conflito marítimo de dimensões internacionais que envolveu o Brasil e, conseqüentemente, os pescadores artesanais. Cerca de duas décadas antes, com o ingresso do Brasil na Segunda Guerra Mundial, os pescadores foram alçados compulsoriamente à condição de “guardiões da costa”. Atendendo ao estilo varguista de coação e controle social, a Marinha determina, em 1942, que mestres de embarcações, capatazes e presidentes de Colônias de Pesca (entidades que agregam trabalhadores) seriam informantes do recém criado Serviço de Informações Secretas no que se referisse à localização de submarinos alemães que atacavam o litoral brasileiro, muito embora esses pescadores tivessem a vaga (ou nenhuma) idéia do que eram aquelas embarcações. Neste período, eram muitas as matérias jornalísticas, editoriais ou artigos ressaltando o valor da “heróica população praieira” na “nobre tarefa” de defesa do litoral, sem que se considerasse a fragilidade de embarcações a vela diante do poderio bélico de embarcações alemãs.

Assim como no período da Segunda Guerra, durante a “guerra da lagosta” os pescadores aparecem nos discursos oficiais e da imprensa como

coadjuvantes e não como protagonistas e narradores de uma história que era muito mais um conflito capitalista e político entre diferentes nações do que uma guerra de facto. Neste cenário, a defesa de interesses supostamente nacionais surge aos pescadores mais como defesa de interesses de um grupo empresarial específico do que de toda a população e dos pescadores em geral. Pode-se especular então que os pescadores silenciaram acerca da “guerra da lagosta” não por falta de “patriotismo”, mas por adotarem uma postura do tipo “essencialista estratégica” (Spivak). Não eram, afinal, soldados, e sim trabalhadores. O DPC, elaborado na “guerra da lagosta”, não obteve êxito junto aos pescadores artesanais, dada a tradicional desconfiança das populações marítimas para com a autoridade estatal.

1.5 - Novas traduções para a “guerra da lagosta”.

A leitura crítica de jornais de matizes ideológicos diferentes tem mostrado bons resultados na escrita historiográfica, e neste trabalho isso não foi diferente. Comparar os discursos de *O Democrata* e de *O Povo* não somente confirmou os relatos colhidos junto às fontes orais, como demonstrou a diversidade de opiniões e posturas diante do estabelecimento da indústria pesqueira. Fazer tal leitura dos jornais da época é concordar com Capelato:

Todos os jornais procuram atrair o público e conquistar seus corações e mentes. A meta é sempre conseguir adeptos para uma causa, seja ela empresarial ou política, e os artifícios utilizados para esse fim são múltiplos. (...) A análise do ideário e da prática política dos representantes da imprensa revela a complexidade da luta social. Grupos se aproximam e se distanciam segundo as conveniências dos momentos; seus projetos se interpenetram, se mesclam e são matizados. Os conflitos desencadeados para a efetivação de diferentes projetos se inserem numa luta ainda mais ampla que perpassa a sociedade por inteiro. O confronto das falas, que exprimem idéias e práticas, permite ao pesquisador captar, com riqueza de detalhes, o significado da atuação de diferentes grupos que se orientam por interesses específicos (Capelato, 1988: 15).

Trazer à tona os dois episódios narrados acima (a chegada de Davis Morgan e a “guerra da lagosta”) pela ótica da imprensa da época me parece legítimo e necessário por motivos diversos, incluindo novas análises dos vários discursos até aqui elaborados, possibilitando o enunciado de outras abordagens e de traduções coerentes. Afinal, tratou-se, antes de tudo, de encontros de diferenças num contexto brasileiro. As interpretações sobre Morgan e a “guerra da lagosta” resumiram-se ao olhar da imprensa, que elaborou traduções equivocadas, conduzindo a processos paradoxais, que ora buscavam assimilar o “outro” como “idêntico”, ora realçavam a diferença para aumentar a tensão.

As atividades de Davis Morgan no Brasil são, em certa parte, obscuras. Primeiro porque em nenhum jornal serão encontradas declarações diretas dele. E seu ferrenho opositor, *O Democrata*, incorreu num equívoco comum a todo discurso militante, seja de esquerda ou de direita: falar pelo outro. As matérias de *O Democrata* atacando Davis Morgan não refletiram a relação direta que o empresário teve com os pescadores. O jornal sequer se deu ao trabalho de entrevistar pescadores do interior do Ceará, limitando-se a ecoar debates parlamentares ou sindicais. Vários entrevistados que se relacionaram pessoalmente com Davis Morgan, relataram, em minha dissertação de mestrado, somente aspectos positivos advindos da nova atividade que Morgan introduziu.

A “demonização” de Morgan feita por *O Democrata* parece ter sido um tanto exagerada. O jornal não falava pelos trabalhadores da pesca, não falava por um “povo” ou categoria ou “classe”, refletia somente a discussão político-institucional e o sentimento anti-EUA próprio dos partidos comunistas no contexto da Guerra Fria. *O Democrata* negligenciou quanto a “inteligibilidade” entre as práticas contra-hegemônicas, que é condição básica para “articulação recíproca” (Santos, 2002: 35) dos trabalhos de tradução cultural das práticas e dos saberes. Assim não alavancou qualquer potencial contra-hegemônico à

suposta investida de um “súdito ianque” sobre a classe trabalhadora. E talvez por não se assumir abertamente enquanto um periódico ligado ao Partido Comunista Brasileiro em plena Guerra Fria, *O Democrata* não articulou seus argumentos com o contexto internacional (particularmente não procurou saber se havia ou não aspectos de pesca predatória e industrial praticada por países do bloco comunista do Leste Europeu), e não evidenciou “experiências, iniciativas e concepções que tenham sido eficazmente suprimidas” (Santos, 2006c: 184) pela globalização hegemónica que então já se anunciava na expansão do capital industrial mundial. Não se estabeleceu uma “inteligibilidade mútua entre as lutas”, que levasse à

mistura, auto-reflexiva e interna, da política da igualdade e da política da diferença no seio dos movimentos, das iniciativas, das campanhas ou das redes. A falta de auto-reflexividade interna é que tem permitido que as teorias da separação prevaleçam sobre as teorias da união (Santos, 2006c: 185).

O Democrata também passou ao largo das práticas de sobrepeças da União Soviética e países do Leste Europeu, conhecidas como “factory fishing”. Estas pouco se diferenciavam dos supostos abusos criticados pelo jornal. Sabe-se que após a II Guerra e pelo menos até a década de 1970, grandes navios industriais da URSS e de países que emprestavam sua bandeira ancoravam em águas internacionais, mas próximo a costa de países europeus e africanos, sobretudo, incentivando aos pescadores locais a praticarem sobrepesca de determinadas espécies características de cada região, produto comprado e beneficiado no mesmo local pelos barcos soviéticos, que assim abasteciam seus próprios mercados.

Tanto o periódico comunista, no caso de Morgan, quanto a imprensa liberal, falavam pautados por seus próprios lugares de enunciação, e não pelos de uma classe de trabalhadores. A “guerra da lagosta” em si não existiu, foi alimentada muito mais pela disputa dos militares pelo poder institucional, e pela imprensa, que ofuscou aspectos que agora podem ser suscitados. O primeiro

aspecto é a incorporação do DPC pelos militares brasileiros, reificando a “saúde imperial brasileira” que o Brasil nunca abandonou de facto.

Num dos momentos em que os militares extrapolaram suas funções, recorreram, em vão e à revelia do governo, ao apoio dos Estados Unidos. Argumentando um suposto “pan-americanismo”, o Comando da Marinha brasileira solicitou que os EUA cumprissem o Tratado Inter-americano de Assistência Recíproca (TIAR), assinado em 1947. O Comando da Marinha envia então a seguinte mensagem ao adido militar norte-americano na embaixada dos EUA em Brasília:

Peço ao 'Captain' para solicitar ao Exmo. Sr. Embaixador dos EUA que comunique ao seu Governo, em Washington, que, inspirado nos fundamentos do pan-americanismo, que tem como uma das principais fontes a Doutrina Monroe, formulada por um Presidente dos EUA há 140 anos, o Brasil cortou relações diplomáticas, e depois, manteve o estado de beligerância com o Japão, em virtude da agressão ao território americano sofrido com o ataque a Pearl Harbor. O Brasil honrou o seu compromisso assumido por ocasião da Conferência de Havana em 1940, onde se declarou que um ataque por um Estado não-americano contra qualquer Estado americano é considerado como ataque contra todos os Estados americanos. Sabemos que os EUA tem compromissos políticos e militares com a França em virtude do tratado do Atlântico Norte, firmado em 1949. Entretanto antes desse Tratado, os EUA em 1947, nesta cidade do Rio de Janeiro, lideraram a assinatura do Tratado Interamericano de Assistência Recíproca (TIAR), que teve como Propósito prevenir e reprimir as ameaças e os atos de agressão a qualquer do países da América, baseado nos princípios de solidariedade e cooperação interamericanas. Assim sendo, configurando a agressão francesa, como anunciado em Paris, o Brasil espera que os EUA honrem os seus compromissos na defesa coletiva do continente americano declarando guerra contra a França, como o Brasil honrou seus compromissos declarando guerra contra os japoneses na 2ª Guerra Mundial, sem nunca ter sido agredido por eles (Braga, 2004: 130).

Os EUA vetam qualquer apoio e determinam o recolhimento de dois contratorpedeiros seus deslocados para o Nordeste, pois tinham sido

emprestados pela marinha norte-americana à marinha brasileira pelo mesmo TIAR, desde que não fossem utilizados contra países aliados. Os EUA não mais se manifestaram contra ou a favor do Brasil na “guerra da lagosta”. Se os franceses agiam como colonizadores, como “brancos e senhores” – inspiro-me em Fanon⁴² –, os militares brasileiros usaram do conflito para também ativarem o DPC, reafirmado sua antiga postura em relação ao Atlântico Sul. Calafate Ribeiro nos chama atenção para um certo “lusotropicalismo” brasileiro, que

desde o século XIX procurara tornar-se o centro do mundo português, ideia aliás legitimada pela intrínseca cumplicidade política entre a corte portuguesa e o Brasil, e que não era mais que o reconhecimento político da transferência do centro económico do império português para o Brasil. Enquanto ideologia brasileira, o lusotropicalismo ficará mais ou menos confinado a um círculo de diplomatas e militares (Ribeiro, 2004: 156).

Calafate Ribeiro cita Enders (1997) para reforçar sua argumentação acerca da persistência do ‘lusotropicalismo’ entre militares brasileiros, “que todavia continuam a defender uma forte presença do Brasil no Atlântico Sul, particularmente em Angola” (Ribeiro, 2004: 156). Mais do que ‘lusotropicalismo’ brasileiro, afirmo que é sinal claro do ‘subimperialismo’, calcado e reforçado pelo DPC.

Outra abordagem possível num prisma pós-colonial: pode-se especular que a “guerra da lagosta” iniciou o diálogo entre os militares brasileiros e franceses visando apoio ao golpe de 1964. De Gaulle, ele próprio um militar, somente visita o Brasil pós-golpe, quando o general Castello Branco, primeiro dos cinco ditadores, está à frente do Estado. Anos mais tarde surgiram indícios de que militares franceses teriam colaborado com a “Operação Condor”, de repressão e tortura aos opositores das ditaduras da América do Sul, ensinando aos militares brasileiros, argentinos, uruguaios, chilenos e paraguaios técnicas

⁴² “Se os estudos de Sartre sobre a existência de outrém permanecem exactos (...) a sua aplicação a uma consciência preta revela-se falsa. É que o Branco não é somente o Outro, mas o senhor – real ou imaginário” (Fanon, 1975: 151).

de tortura aplicadas na guerra da Argélia (1954-1962). De facto, o general Paul Aussaresses, comandante francês na Argélia, é designado adido militar no Brasil entre 1973 e 1975, auge do período mais cruel da ditadura brasileira (governo Medici). Em 2004, Aussaresses foi condenado em França por admitir e exaltar a prática de tortura na Argélia.

Em torno da pesca da lagosta surgiram também novas práticas, organizações, revoltas e resistências de trabalhadores, novos aspectos nas relações domésticas e de diferença sexual. O cotidiano de populações inteiras alterou-se, e velhos conceitos a ele relacionados carecem de novas abordagens. Algumas das hipóteses aqui apresentadas podem indicar caminhos para pesquisas desenvolvidas até agora sobre a História dos pescadores artesanais a partir do estabelecimento da indústria da pesca da lagosta, e sobre outros aspectos resultantes dela, como o posicionamento do Estado diante de uma atividade econômica. E o DPC pode servir de guia nesse caminho. Entretanto, o DPC remete a uma discussão cara a esta tese: o papel dos *media* na elaboração e difusão de discursos que visam a subalternização do “outro” nos antigos espaços coloniais.

1.6 – A retórica legitimadora do DPC.

Em alguns momentos até aqui, recorri a uma compilação densa, porém necessária, de textos jornalísticos de *O Democrata* e de *O Povo* com dois propósitos. Primeiro, demonstrar a posição dos jornais dos anos 1950 e 1960 na legitimação (ou contestação, no caso de *O Democrata*) da implantação do capitalismo industrial na pesca da lagosta no Brasil e na sustentação e ressonância do DPC quando da “guerra da lagosta”. Segundo, para ter elementos que embasem uma análise de discurso que, no caso, é o discurso dos *media* como amplificador e fomentador do DPC. Pensando assim proponho uma análise acerca do conflito marítimo internacional ora em curso na Somália, a “pirataria”. Trata-se de um conflito com contornos de guerra:

mobilização bélica da OTAN / NATO no golfo de Aden, e recurso às armas por parte de populações locais oprimidas que lutam, literalmente, para manter seus territórios.

Nos *media* ocidentais do século XXI, ações como as dos somalis são imediatamente classificadas como “pirataria”, enquanto questões ambientais e de exploração do território africano passam ao largo. Os pescadores miseráveis que a duras penas mantêm-se em atividade hoje enfrentam os piratas, a OTAN / NATO e a poluição do mar. Nos *media* do Ocidente, todos os somalis que se fazem ao mar aparecem como “piratas”, um discurso que invisibiliza aos trabalhadores e reforça apoio a ações repressivas militares sem discutir que o que está em jogo é, na verdade, uma disputa territorial onde a presença ocidental, sobretudo europeia, é preponderante. Em Maio de 2009, a edição portuguesa da revista *Courrier International* publicou artigo *Piratas do Desespero*, de autoria do poeta e cantor somali K’ Naan, descrevendo a gravidade da situação:

Os pescadores locais denunciavam já as embarcações que entravam ilegalmente nas águas somalis e roubavam todo o peixe. Ao mesmo momento foi encetada uma prática mais sinistra e desprezível. As empresas suíça Achai Partners e a italiana Progresso fizeram um acordo com Ali Mahdi [*liderança somali que, segundo K’ Naan, controla o litoral do Índico*] que as autorizava a depositar contentores de resíduos nas águas somalis. Estas firmas pagavam aos senhores da guerra três dólares por tonelada, quando, na Europa, desembarçar-se de uma tonelada de desperdícios custa à volta de mil dólares. O ‘tsunami’ de 2004 rebentou vários contentores, cujo conteúdo se espalhou pela costa, e milhares de pessoas da região da Puntalândia começaram a queixar-se de perturbações graves e sem precedentes: hemorragias abdominais, úlceras cutâneas e vários sintomas semelhantes ao cancro. Os contentores encerravam vários tipos de lixos, entre os quais ‘urânio e outros resíduos radioactivos, metais pesados, como chumbo, o cádmio, do mercúrio, e detritos químicos’. Esta prática continua hoje. Só vários meses depois é que os pescadores locais, acompanhados por milícias terrestres, se fizeram ao mar para impedir os ocidentais

de destruir completamente e com total impunidade a vida marinha. Hoje, os seus objectivos são menos nobres, e os antigos pescadores e as milícias começaram a assaltar navios. Esta pirataria representa um elemento importante para a economia somali, em especial na região onde as empresas privadas de tratamento de resíduos enterraram as suas armadilhas mortais. É tempo de o mundo dar aos somalis garantias de que estas actividades ocidentais ilegais cessarão quando os nossos piratas puserem termo às suas operações. Não queremos que a UE e a NATO protejam os bandidos que se desembaraçam dos desperdícios nucleares para cima de nós. Esta é uma questão de justiça. Os piratas de uns são a guarda-costeira de outros.⁴³

A “governança dos oceanos” parece mobilizar interesses dos Estados somente quando estão envolvidos interesses económicos da pesca industrial. Foi assim, por exemplo, com o sequestro de um barco de pesca espanhol galego, o “Alakrana”, em atividade no golfo de Aden. O sequestro iniciou-se a 2 de Outubro de 2009 e durou 47 dias, sendo toda a tripulação liberada em situações ainda a ser esclarecidas. Os “piratas” exigiam pagamento de aproximadamente 3 milhões de dólares e a libertação de companheiros seus detidos anteriormente pela NATO. Os jornais, de facto, endossam o discurso estatal do “DPC”, e o episódio recente do “Alakrana” deixou isso evidente. Trago dois exemplos, um da “grande imprensa”, o jornal *La Voz de Galicia*, e um da imprensa de circulação “popular”, a edição portuguesa do jornal *Metro*. “Popular” porque, apesar de ser um jornal com edições simultâneas em diversos países, em todos eles o *Metro* é distribuído gratuitamente, um modelo de imprensa bastante comum e crescente na Europa.

Em 12 de Novembro de 2009, o *Metro* não veicula nenhuma matéria analítica acerca do sequestro do navio galego. Contudo, alude a ele e à recém

⁴³ *Courrier International*, Maio de 2009, edição 159, seção “Convidado”: 114, Lisboa, Impresa Publishing. Em nota de apresentação do autor, lê-se: “Poeta e cantor de ‘hip-hop’, somali, K’a Naan, nascido em 1978, viveu até aos 13 anos em Mogadiscio, antes de a sua família sair do país, devido à guerra civil, para se instalar em Nova Iorque e, posteriormente, em Toronto. Depois de descoberto [sic], em 2001, por Youssou N’ Dour, gravou um album na BMG / Sony e efectuou várias digressões”. Texto original publicado em 08.04.2009 na *URBMagazine*, ‘Exertos’, Los Angeles.

promoção de uma fragata portuguesa como navio-chefe das forças da NATO no golfo de Aden, numa charge na qual um marinheiro (supostamente português) lamenta-se: “Temos uma fragata na Somália mas não podemos prender os piratas...estamos literalmente a ver passar navios...”⁴⁴. Estética e discursivamente limitada, a charge resulta no que pretende: usar de DPC para coagir a opinião pública.

FIGURA IV – A charge do Metro.



Uma matéria do *La Voz de Galicia* traz um raro momento de consideração acerca dos aspectos sociais implicados na questão somali, ressaltando que

Sugule Ali, un cabecilla y portavoz de los piratas, confirmó a Efe por medio de un teléfono satélite desde el puerto de Hobyó, en la región central de Somalia, que habían secuestrado el *Alakrana* y que de sus 36 tripulantes 16 son españoles. “La tripulación española se enfrenta a una fuerte pena

⁴⁴ *Metro Portugal*, edição 12-11-2009: 8, tiragem não informada. A fragata leva o nome de “Pedro Álvares Cabral”, e o lamento da personagem do quadrinho é devido a ausência de legislação, em Portugal, contra o crime de “pirataria”, impossibilitando a detenção de somalis interceptados em águas internacionais.

porque su Gobierno ha solicitado de la Unión Europea ayuda para mantener la pesquería ilegal en Somália”, recalcó Ali (...). El cabecilla pirata reiteró varias veces que los barcos españoles faenan “ilegalmente en aguas de Somália” y que el Gobierno español les facilita seguridad para que pesquen. (...) “Decidimos secuestrar el buque cuando tuvimos información de que España quería proteger la pesca de sus barcos en nuestras aguas”, insistió. (...) Organizaciones ecologistas han acusado reiteradamente a pesqueros extranjeros de faenar ilegalmente en aguas de Somalia y también a compañías de transporte marítimo de arrojar residuos peligrosos en esas aguas, aprovechando la ausencia de vigilancia y control.⁴⁵

Embora considere as afirmações dos líderes somalis e ONG' s quanto à presença danosa das embarcações pesqueiras europeias em seu território, a própria matéria trata de desqualifica-las, afirmando que

aunque en el lenguaje de los piratas se entiende que reclamarán un abultado rescate. (...) Los asaltantes suelen utilizar esta excusa para disfrazar sus acciones de piratería. El atunero fue apresado muy lejos de las aguas territoriales somalíes. (...) En un país donde no hay un Gobierno efectivo desde 1991, cuando fue derrocado el dictador Siad Barré, muchos de los piratas, que se agrupan en un conjunto de bandas en la costa central y norte de Somalia, aseguran que son ‘guardacostas voluntarios’. Además, en esta situación de caos y desgobierno, (...) el territorio se lo han repartido ‘señores de la guerra’ que encabezan clanes tribales armados y algunos grupos radicales integristas islámicos, que mantienen una guerra permanente. En el centro y norte del país, la mayoría de cuyos habitantes viven en la miseria, los piratas empezaron a incrementar su actividad a partir de 2005 y en los dos últimos años han secuestrado numerosos barcos mercantes, petroleros, pesqueros y de recreo para reclamar rescates. (...) Unidades navales de las armadas de una veintena de países vigilan las aguas del Índico y el golfo de Adén para tratar de prevenir los abordajes de los piratas somalís. La Unión Europea tiene en la zona de Somalia una misión de seguridad aeronaval denominada Atalanta, en la que están incluidas unidades españolas.

A matéria do *La Voz de Galicia* julga pelos critérios do “senso comum” a ação dos somalis, e legitima a presença de forças bélicas europeias atuando na repressão aos “piratas”. Não é de surpreender que o resgate do *Alakrana* tenha sido tratado com sigilo pelo governo espanhol de José Luiz Zapatero,

⁴⁵ *La Voz de Galicia*, edição de 03-10-2009, “Secuestro en el Índico. Los piratas amenazan con imponer una ‘fuerte pena’ a los tripulantes del ‘Alakrana’”.

que não revelou termos do suposto acordo com os somalis e muito menos se a libertação envolveu montante financeiro. E menos surpreendente será se um dia vir à tona que o navio foi libertado mediante o compromisso de que cesse a presença da frota pesqueira espanhola (uma das maiores do mundo, sobretudo a da Galiza, sediada no porto de Vigo) em águas de pescadores somalis. Antes da suposta negociação, a Espanha lançou uma proposta de intervenção ainda mais direta na Somália, com argumentos típicos do DPC, sugerindo que um bloqueio naval fosse imposto diretamente nos portos do país⁴⁶. A proposta não progrediu, pelo menos até o fim de 2010.

O *Metro Portugal* e o *La Voz de Galicia*, como de resto todos os *media* de circulação “popular” e a chamada “grande *media*”, evidenciam como o DPC é amplificado, naturalizado, do emissor aos receptores (no caso, a população da UE e dos EUA, e demais países membro da NATO), visando a coerção pacífica para legitimar a opressão de “infratores”, mesmo que ela se dê a milhares de quilómetros do território geográfico e do espaço nacional do interventor. O jornalismo, essa “invenção fantástica do século XIX”, para dizer como Foucault (1992), frequentemente tem se demonstrado aliado acríptico dos geradores do DPC.

Porém, a leitura do discurso jornalístico deve ser colocada, antes de tudo, sob o prisma da dúvida. Jornais e jornalistas, de qualquer época, se governam por opiniões e interesses pessoais ou coletivos preestabelecidos. O que consta nas páginas de todo e qualquer jornal está quase sempre imbuído do que Briggs chama de “certas fraquezas fundamentais dos jornais que nos obrigam a suspeitar bastante do que dizem e utilizá-los com imensa cautela” (Briggs, 1996: 73). Briggs sustenta, a propósito, que os “jornais costumam ser muito tendenciosos, são tremendamente mal-informados e só abordam uma

⁴⁶ “Piratas. Espanha propõe nova intervenção europeia na Somália”, edição on-line do jornal *i*, 13-11-2009 in <http://www.ionline.pt/conteudo/32733-piratas-espanha-propoe-nova-intervencao-europeia-na-somalia>.

pequena parcela da realidade” (Briggs, *idem*: 74)⁴⁷.

O jornalista não deve ter a pretensão de registrar ou *fazer* a História com seu trabalho, pois lhe falta tempo e espaço para reflexões e análises dos recortes cotidianos dos quais trata. E ao pesquisar cabe ter a sensibilidade de selecionar e compreender aquilo onde o trabalho jornalístico não é capaz de fazer sozinho. O jornal é uma valiosa fonte de informação e o jornalista tem de ser cuidadoso ao produzi-la, pois não escreve apenas para o seu tempo (para o *factual*, no jargão das redações). Ele está produzindo para diálogos múltiplos no presente e também para interpretações futuras dos pesquisadores.

O jornalista pode, também, escolher onde e como atuar com mais autonomia do que o publicitário ou o relações públicas, que sempre estão associados diretamente ao consumo ou a uma ideologia. Por isso talvez o Brasil conte com grandes jornalistas em atividade, ainda que estejam ligados a este ou aquele veículo de comunicação ou governo, como por exemplo Jânio de Freitas, Hélio Gaspari, Mino Carta, Paulo Henrique Amorim, Ricardo Kotscho, Alberto Dines, Bernardo Kussinky, Caco Barcelos, Luiz Carlos Azenha, Luís Nassif e tantos outros. São jornalistas indissociáveis do seu próprio discurso e não necessariamente corroboram o discurso dos jornais ou TVs em quem trabalham. Pois o jornalista não pode se dar ao luxo de dizer, como Nietzsche no “*Ecce Homo*”: “Uma coisa sou eu, outra os meus escritos”.

O papel dos *media* na repercussão do DPC tem sido uma constante em diferentes contextos nacionais ao longo do século XX – como se viu na “guerra da lagosta” –, e os primórdios do XXI não anunciaram mudanças significativas no campo da linguagem jornalística. Se as novas tecnologias da comunicação, nomeadamente a internet, trazem possibilidades e alternativas, o jornalismo produzido ao nível global não tem ofertado grandes novidades em sua abordagem. Seja qual for o país, seja qual for a emissora de TV, o padrão

⁴⁷ Entrevista do historiador social britânico Asa Briggs in Palhares-Burke, Maria Lucia Garcia (1996), *As muitas faces da História*, Campinas, Editora do IFCH-Unicamp.

estético e linguístico adotado é semelhante demais, senão o mesmo. O que o jornalismo pratica hoje é a modelização de realidades locais e a simplificação de contextos outros para manter sob controle o que Chomsky (2002) chamou de “rebanho tolo”, seja por indução de padrões de consumo e de comportamento, seja por incutir o medo e o terror nas populações.

A “grande” *media* tem em comum, além da linguagem jornalística, o controle exercido ou por grupos empresariais capitalistas ou pelo Estado – da RTP a Al Jazira – e ecoa os discursos⁴⁸ de seus controladores. O acesso de movimentos sociais a esse controle ainda é uma “linha abissal”, que “consiste num sistema de distinções visíveis e invisíveis, sendo que as invisíveis fundamentam as visíveis” (Santos, 2006b: 1).

Se o jornalismo possibilita aos movimentos sociais organizados um acesso, restrito porém possível, no controle dos *medias* impressos, radiofônicos e à internet, ele é uma impossibilidade na teletransmissão. Noam Chomsky é um dos autores que nos dá uma explicação para tal. Em *A Manipulação dos Media. Os efeitos extraordinários da propaganda*, Chomsky reflete sobre o papel dos *media* na política anunciando duas concepções de democracia: uma com meios de comunicação abertos e livres e que propiciem às pessoas participarem da condução de seus assuntos, e outra onde os meios de informação são controlados e onde as pessoas são impedidas de conduzirem seus interesses. Esta última concepção é a que prevalece no cenário global.

São os “especialistas” e algum círculo de intelectuais que apoiam o discurso do poder presente nos *media* que compõem o que Chomsky chama de “classes educadas”. Trata-se da mesma categoria de intelectuais que Natrajan (2004) aponta como forjadores de “consentimentos espontâneos” do grande público, com o propósito de atender aos interesses dominantes. São

⁴⁸ A BBC é uma rara exceção no que se refere a independência editorial.

eles os responsáveis pela “fabricação de consentimentos” (Chomsky) a serem veiculados pelos *media* para determinar a maneira de agir do “rebanho tolo”. Aos especialistas cabe a fabricação de entretenimento, de “ilusões necessárias e ultrassimplistas” para distrair o “rebanho” no entre-ato das eleições, quando o “rebanho” não tem que dar a sua opinião. Também Muniz Sodré (1971) discorre sobre a fórmula da imbecilização do público adotada pelos programas de auditório, fórmula mantida em programas do género nas TVs de todo o mundo ocidental nas últimas décadas.

Nos *media*, campo privilegiado da propaganda, os “especialistas” tomam o lugar dos intelectuais. Estes defrontam-se com o desafio de nem se transmutar em “especialistas” e nem se omitir de ocupar espaço nos *media*. Said nos leva a uma melhor compreensão do que afirmo:

Devem ser os intelectuais a questionar o nacionalismo patriótico, o pensamento corporativo e um sentido de privilégio de classe, de raça ou de género. A universalidade significa correr o risco de ir para além das certezas fáceis que nos são fornecidas pelas nossas circunstâncias, pela língua e pela nacionalidade, que tão frequentemente nos protegem da realidade dos outros. (...) Segundo Benda, o problema do actual grupo de intelectuais reside no facto de eles terem emprestado a sua autoridade moral àquilo que ele, numa expressão premonitória, chama ‘a organização de paixões colectivas’, tais como o sectarismo, o sentimento das massas, a beligerância nacionalista, os interesses de classe. Embora Benda estivesse a escrever em 1927, bem antes da época dos meios de comunicação de massas, ele pressentiu quão importante era para os governos terem como servidores aqueles intelectuais que podiam ser chamados, não a conduzir, mas a consolidar a política do governo, a debitar a propaganda contra inimigos oficiais. (...) Há o perigo de a figura ou imagem do intelectual desaparecer num mar de pormenores, e de o intelectual se transformar em apenas mais um profissional ou num numero de uma tendência social, (...) mas quero também insistir que o intelectual é um indivíduo com um papel público específico na sociedade, que não pode ser reduzido simplesmente a um profissional sem rosto, um membro competente de uma classe que apenas trata da sua vida (Said, 2000: 16-25- 28).

Mesmo antes do surgimento das transmissões em massa do rádio e da televisão, a propaganda é concebida no âmbito do Estado como método de coerção das populações. Chomsky faz uma breve genealogia da propaganda política, remontando a criação da Comissão Governamental de Propaganda no governo Wilson, eleito presidente dos EUA em 1916 (portanto antes da propaganda soviética e ainda mais da nazista, geralmente apresentadas como precursoras de um tipo coercitivo e de controle das massas). À Comissão de Propaganda cabia convencer a população pacífica a apoiar o ingresso dos EUA na I Guerra, fomentando o ódio a tudo o que fosse alemão, estratégia que mais tarde seria repetida sobre o “Terror Vermelho” na repressão ao movimento sindical, recurso usado recentemente por George W. Bush para ‘justificar’ a ocupação do Afeganistão e, sobretudo, do Iraque. É preciso mais uma vez concordar com Chomsky: “A propaganda está para democracia como o cacete está para um Estado totalitário” (Chomsky, 2002: 23).

Entre os “especialistas” estão os ‘Relações Públicas’, designados por Chomsky como operadores a mando do “partido dos negócios”, a serviço da “comunidade de negócios” que tem suas facções nos partidos norte-americanos Democrata e Republicano. Os ‘Relações Públicas’ fabricam consentimentos a tal ponto que as pessoas sequer se incomodam de ir votar, diz Chomsky. Segundo ele, cabe aos ‘Relações Públicas’ isolar as pessoas em suas convicções pessoais para que se minimize a importância de seus anseios e esses não sejam compartilhados, induzindo à introspecção egocêntrica, levando-as a considerar que ninguém mais compartilha de suas aspirações e temores. Outra intenção da comunidade de negócios na manipulação dos *media* é desviar para o exterior atenção dos problemas internos. Chomsky cita como exemplo o aumento da pobreza nos dois primeiros anos de governo de George Bush, (o pai, 1989-1993), ao passo em que a população estava “distraída” com a Guerra do Golfo (1990), os narco-traficantes, as discussões sobre violação de direitos humanos em Cuba. Ele reforça a hipótese

evidenciando o papel coercivo dos *media* na manipulação da opinião pública norte-americana, angariando apoio em campanhas no estrangeiro, promovendo a falsificação da História e, sobretudo, sufocando o que ele chama de cultura dissidente, que tende a se preocupar com o “outro” – aqui não concebido como o “Outro” subalterno, mas o “outro” enquanto sujeito da alteridade. Esse desinteresse pelo “outro” advem do “cansaço” pré-fabricado pelos *media* apontado por Moeller. A repetição das imagens de massacres e catástrofes banaliza o terror perante a “opinião pública”, que mantém uma relação distanciada com a tragédia que será sempre a do “outro”, sem relação com a sua própria existência (Moeller, 1999).

A relação incestuosa da política com os *media* é e sempre foi uma realidade. Podemos ler Chomsky tanto pelo viés da importância de seu pensamento para o contexto norte-americano quanto para o contexto mundial, mais amplo. Além dos factos acima citados podemos lembrar do apoio incondicional da Fox News a George W. Bush ou a onipresença de Silvio Berlusconi em seu canal de TV (e agora, no terceiro mandato como primeiro ministro italiano, a TV pública italiana, a RAI, também está sob seu controle). Cabe ao pensamento contemporâneo contra-hegemónico buscar alternativas práticas, pois “o que preocupa não é a perda de um lugar, mas de uma ética” que sucumbem diante das “drogas da ilusão” e vencem “as forças de resistência à emergência do novo” (Rolnik, 1997: 23).

A abordagem dos *media* é difusa não só com relação à política e com o endosso do DPC, mas também quanto aos padrões de comportamento, quanto a “invenção” das cidades, quanto a prevenção a catástrofes e doenças. Luisa Lima, do ISCTE, em comunicação no Encontro Ciência 2008⁴⁹, alertou que a TV também distorce informações sobre “riscos urbanos” para criar uma urbanidade “ameaçadora” que “exige” e “justifica” a violência e repressão

⁴⁹ *Ciência 2008 – Encontro com a Ciência em Portugal*. Promovido pelos Laboratórios Associados e pelo Ministério da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior de Portugal, Lisboa, Julho/2008.

estatal⁵⁰. E pandemias como SIDA /AIDS, por exemplo, não tem o devido enfoque quanto a prevenção na América Latina, porque os canais de TV não abordam a SIDA na perspectiva do risco, pois isso implica em discutir políticas públicas e, conseqüentemente, discutir o poder (Cristina Bastos, do ICS, no Encontro Ciência 2008).

Lembrando Said, a universidade e seus organismos e pensadores podem contribuir decisivamente, tanto ocupando espaço nos *media* convencionais como criando alternativas a eles, sobretudo através da internet onde iniciativas vigorosas existem há alguns anos, como os sites www.cartamaior.com.br, www.observatoriodaimprensa.com.br ou o www.sinpermiso.info/. O *Carta Maior* reúne intelectuais, jornalistas e ativistas que mantem uma perspectiva crítica constante acerca de acontecimentos contextuais, contemporâneos. O *Sin Permiso* nasce da iniciativa de um coletivo de professores e estudantes da Universidade de Barcelona e tem carácter similar ao do *Carta Maior*. O *Observatório da Imprensa*, por sua vez, completou dez anos de atividade em 2010 e mantem acesa a crítica aos *media*, com atenção especial ao jornalismo brasileiro.

São exemplos de que é possível a criação de alternativas, posto que o acesso da livre expressão nos *media* convencionais é uma falácia. A concentração da propriedade dos *media* está entre os estados, as grandes corporações empresariais e grupos familiares. A alternativa possibilitada pela internet é uma realidade a ser considerada, apoiada e fortalecida⁵¹.

Coloquemos em questão o poder *nos media* e o poder *dos medias*. Pois é crescente sentimento das populações na confiança que o novo pode emergir.

⁵⁰ Daí um apresentador de um dos tantos jornais da RTP ter noticiado em 17 de Março de 2008, quase que constrangido – “apesar de tudo”, disse ele –, dados recentes do Eurostat apontavam Lisboa como a segunda capital europeia menos violenta em número de homicídios.

⁵¹ Creio que entidades como o CES, dada a diversidade de abordagens e a competência de seus pesquisadores, professores e alunos, em muito contribuiriam se criassem em suas páginas da internet um *link* com análises contextuais elaboradas sem passar necessariamente pelo filtro dos *media*.

Está a se consolidar, nos últimos anos, o que Morris e Braine (2001) chamam de “consciência oposicionista”, que escapa às análises sociais calcadas em antigos modelos estruturais. O *Carta Maior*, em 10-03-2010, destaca o lançamento de um livro nos EUA onde os autores concluem que “sob qualquer ponto de vista, o que conhecemos por mídia progressista e *netroots*, alcança um público muito maior – milhões de pessoas todos os dias – e está decididamente mais influente do que nunca”⁵².

1.7 -Tipos de gestão do DPC.

O DPC não se restringe a conquista de território ou imposição de padrões políticos e económicos. Surge, geralmente sem contestação dos *media*, em campos os mais variados, como se viu recentemente no campo religioso, com a visita de Bento XVI a Angola, no campo do esporte, e nas relações internacionais de antigos colonizadores (a França e Portugal) com seus antigos colonizados (o Senegal, o Haiti e o Brasil, respectivamente).

Em Março de 2009, durante visita a Luanda, capital de Angola, o papa Bento XVI condenou veementemente as práticas de “bruxaria”. O papa deixou claro que a Igreja mantém a visão eurocêntrica que se recusa a enxergar o “outro” fora de um suposto exotismo, não considerando, por exemplo, que

os líderes políticos são amplamente referenciados por recorrerem à feitiçaria a fim de assegurarem poder e sucesso eleitoral. (...) Permeando todo o espectro social e cultural, a feitiçaria permanece hoje como uma força ambivalente que ajuda a promover a acumulação individual e colectiva e controlar a diferenciação social. Esta dimensão mágica do político, no contexto africano, tem sido frequentemente ignorada pelos estudos históricos e políticos clássicos. Mas (...) a dimensão mágica da política não é marginal, mas uma dimensão central da natureza da autoridade pública, de

⁵² O livro é de autoria dos ativistas e jornalistas Tracy Van Slike e Jessica Clark, cujo título, em tradução do Carta Maior, é *Além da Câmara de Eco: reformulando a Política através das redes de mídia progressista [Beyond the Echo Chamber: Reshaping Politics Throug Networked Progressive Media]* (New Pres). In http://www.cartamaior.com.br/templates/materiaMostrar.cfm?materia_id=1644.

liderança e das identidades populares em Moçambique (Meneses, 2008: 169).

O desporto fornece outros exemplos recentes de como o DPC é uma elaboração discursiva que emerge sem críticas nos *media* e visa “subalternizar” o “outro”. Durante as Olimpíadas de Pequim, em 2008, o presidente do Comitê Olímpico Internacional, o belga Jacques Rogge, censurou a manifestação de alegria na comemoração de vitória de um atleta, o jamaicano Usain Bolt, que respondeu à altura:

Não importa o que qualquer um pense ou comente, porque eu sei que gosto de me divertir e é assim que eu faço. Eu sempre me divirto depois das corridas e as pessoas adoram. O que eu faço, faço por mim, pelo meu técnico e por meus fãs. Estou apenas mostrando minha personalidade.⁵³

Entretanto, no campo do desporto é no futebol, esporte mais popular e internacionalizado em todo o mundo, onde o DPC grassa tanto entre antigos colonizadores quanto entre antigos colonizados. Ao longo da História não faltam exemplos do quanto os regimes coloniais e/ou totalitários se valeram do futebol para reforçar seus padrões nacionalistas (as seleções nacionais de Portugal em 1966, a do Brasil em 1970, a da Argentina em 1978). E ainda hoje mantem-se a tendência de os governos tentarem capitalizar para si a popularidade das equipes ou de atletas (não sem a conivência pessoal de alguns desses) para reforçar determinada ação estatal ou a ocupação de território estrangeiro baseada em discurso tipo DPC.

Esse parece ter sido o caso de uma visita recente do ídolo de futebol inglês David Beckham às tropas do Reino Unido no Afeganistão. Em Maio de 2010, o jogador compareceu a um dos acampamentos das tropas paramentado de militar e, sorridente, se deixou fotografar empunhando uma arma de grosso calibre. A edição portuguesa do jornal *Destak*, um “popular” de linha editorial e circulação similares às do *Metro*, destacou que a visita teve por finalidade

⁵³ Jornal *Folha de S. Paulo*, 20-08-2008.

honrar a memória dos militares britânicos mortos naquele país. Uma vez diante do memorial de Camp Bastion, dedicado a todos aqueles que deram a vida pelo seu país, o jogador (...) fez uma vénia em silêncio e depois (...) disse ter privado com “os homens mais corajosos” que já conheceu. Desde o início das operações britânicas, em 2001, 286 militares britânicos morreram no Afeganistão (*Destak*, 23-05-2010).

A atual seleção nacional de Portugal, em preparação para o mundial da África do Sul de 2010, protagonizou um episódio emblemático e significativo. Por iniciativa dos dirigentes da seleção, um major da Força Aérea Portuguesa ministrou palestra aos jogadores durante concentração no município de Covilhã, centro do país. “Ronaldo e companhia voltam à recruta (...). O objectivo era fortalecer o espírito de coesão e camaradagem entre os jogadores”, noticiou o *Público on line* de 28-05-2010. A manchete do periódico desportivo *A Bola*, de 29 de Maio, era mais direta: “Todos para a ‘selva!’”. Durante a palestra, os jogadores trajaram vestimentas de soldados e tiveram a face pintada no estilo “camuflagem”, usado em geral para combates na selva. O evento ocorreu apenas dois dias depois de jogo preparatório contra a seleção nacional de Cabo Verde (placar 0 x 0), e antecedeu em quatro dias o “combate” contra a seleção dos Camarões (também africana, 3 x 1 para Portugal) e em dez dias do jogo contra a seleção de Moçambique (amigável em 08 de Junho, 3 x 0 para Portugal).

Nota: todos os adversários eram seleções nacionais africanas. Na comunicação social não se registraram críticas dessa simulação, cujo tom, implicitamente, pode ser lido como a preparação para uma “guerra”, exatamente em África, sem maiores considerações de que foi nesse continente que seu deu a “guerra colonial” que Portugal manteve de 1961 a 1974 contra as antigas colónias africanas (Angola, Cabo Verde, Guiné e Moçambique).

Foto VI. Em primeiro plano, o jogador Cristiano Ronaldo com a face pintada (à frente, opaco, o jogador Raul Meireles). Foto: Francisco Paraíso. Divulgação da Federação Portuguesa de Futebol. Obtida em <http://desporto.publico.clix.pt/Galeria/?id=1439548> .



O futebol demonstra também como países outrora colonizados assimilam e reproduzem o DPC. Em 2004, a seleção brasileira, então campeã do mundo de futebol (Mundial da Coreia e do Japão em 2002), foi ao Haiti para jogar contra um selecionado local em Porto Príncipe. Celebrado na imprensa brasileira como o “Jogo da Paz”, e por melhores que fossem as intenções da organização e dos jogadores, a exibição ocorreu na sequência do estabelecimento de “tropas de paz” do exército brasileiro a serviço da ONU. Inclusive coube ao Exército a recepção aos jogadores na capital haitiana:

“A seleção foi dividida em três tanques de guerra e seguiu para o estádio. A imprensa foi em outros dois blindados e saiu atrás. Foi um *city tour* pela miséria do país. Milhares de pessoas foram às ruas para recepcionar os jogadores. De bicicleta ou correndo, os haitianos tentavam acompanhar os ídolos brasileiros. A pobreza impressionava. Assim como o carinho da população local”⁵⁴.

Ainda hoje o Exército brasileiro mantém efetivo militar no Haiti, ação que é o principal argumento do país para reivindicar um assento permanente no Conselho de Segurança das Nações Unidas.

Em Janeiro de 2010, uma semana antes do início da Copa das Nações Africanas deste ano, em Angola, o auto-carro (“ônibus”, no Brasil) que transportava a seleção nacional do Togo, a caminho de Angola, sofreu um

⁵⁴ in <http://colunas.globoesporte.com/memoriaec/2010/01/14/selecao-brasileira-e-povo-do-haiti-uma-relacao-marcada-para-sempre/>, acessado em 05 de Junho de 2010.

grave atentado a bomba ao cruzar o enclave angolano de Cabinda, promovido por grupos locais que reivindicam a independência do território. Por determinação do governo togolês, a seleção nacional não mais participaria do campeonato, posição que o mesmo governo tentou reverter após uma semana. Os próprios dirigentes da Confederação Africana de Futebol recusaram o pedido de retorno, sob pretexto de que a Federação Internacional de Futebol (FIFA) veda a interferência de qualquer governo nas atividades das seleções nacionais.

O Togo, de facto, não participou do campeonato. Entretanto, apenas alguns dias depois do atentado e da “interferência” do governo togolês, o jogador e “capitão” da seleção inglesa, John Terry envolveu-se em um escândalo público por supostamente ter seduzido a esposa de um colega. Diante da pressão pública moralista, o então vice-ministro do Desporto da Inglaterra, Gerry Sutcliffe, declarou sua intenção de “conversar” com a federação local para saber se Terry era “a pessoa ideal” para ser o capitão da seleção. “Se estas denúncias forem comprovadas, isto questiona seu desempenho como capitão”, afirmou Sutcliffe à TV. Dias depois, Terry se viu obrigado a abdicar da função de “capitão”. Contudo, nem os dirigentes do futebol inglês ou da União Europeia de Futebol (UEFA), e tampouco a FIFA (sediada na Suíça), manifestaram-se contra a “interferência” do governo britânico na seleção, ao contrário do que fizeram dirigentes africanos com relação ao Togo, assimilando o regulamento ainda mais que os próprios dirigentes da FIFA, controlada pelo futebol europeu e sul-americano.

Também nos discursos de atuais líderes políticos de países ex-colonizadores o DPC é uma constante. Exemplos recentes partiram de dois presidentes europeus – Cavaco Silva, de Portugal, e Nicolas Sarkozy, da França – ao comentarem acontecimentos referentes a antigas colônias de seus países. Em plena comemoração dos 200 anos da transferência da Corte para o Brasil, em Março de 2008, enquanto a Espanha impedia sistematicamente a

entrada de brasileiros em seu território, deportando cerca de 500 pessoas (há quem fale em mais de mil) somente nos primeiros meses de 2008 – a maioria sem maiores explicações e provocando igual postura do lado brasileiro –, o presidente de Portugal, Cavaco Silva, representando seu país nas comemorações conjuntas no Rio de Janeiro, limitou-se a atribuir o atrito ao processo eleitoral então em curso na Espanha⁵⁵. Contudo, os mais recentes e evidentes exemplos de discurso do tipo DPC partiram do controverso Nicolas Sarkozy. Lembrando Schurmans,

temos de concordar que a França da V República tem um problema com a gestão da memória do seu passado colonial. O ponto de vista oficial oscila entre a deformação dos factos e a denegação dos crimes e traduz-se numa lei (23 de Fevereiro de 2005) que pretende realçar, no seu artigo 4, o papel positivo da colonização. Para mim, esta atitude, assim como a recusa de um pedido de desculpa às vítimas, revelam uma outra questão, mais essencial: o quadro epistemológico no qual se insere a maior parte dos discursos sobre África (Schurmans, 2009: 1).

O autor refere-se a textos permeados de um certo “africanismo” de autores como Hegel e Hannah Arendt, e, sobretudo, ao discurso proferido em 2008 pelo presidente francês, Nicolas Sarkozy, em visita à Universidade de Dakar (Senegal, antiga colónia francesa), do qual destaca alguns trechos:

A colonização não é responsável por todas as dificuldades actuais de África. Não é responsável pelas guerras sangrentas que travam os Africanos entre eles. Não é responsável pelos genocídios. Não é responsável pelos ditadores. Não é responsável pelo fanatismo. Não é responsável pela corrupção, pela prevaricação. Não é responsável pelos desperdícios e pela poluição. (...) A colonização foi um grande erro que destruiu junto do colonizado a estima por si próprio e fez nascer no seu coração este ódio por si que desemboca sempre no

⁵⁵ “Cavaco Silva se disse convicto de que o impasse poderá ser resolvido entre Madri e Brasília, ‘depois de domingo, quando já estiver ultrapassado o conflito de natureza eleitoral que se vive’ na Espanha, dado que a questão foi um assunto da campanha política”. Trecho de notícia da Agência Lusa, 08-03-2008, in <http://embaixada-portugal-brasil.blogspot.com/2008/03/cavaco-silva-do-brasil-8-de-maro.html>, acessado em Abril de 2008. O tal “domingo” passou, as deportações continuaram, Cavaco Silva nada mais comentou sobre o assunto.

ódio para com os outros. (...) O drama de África é que o homem africano não entrou suficientemente na História. O camponês africano, que há milénios vive com as estações, cujo ideal de vida é estar em harmonia com a natureza, só conhece o eterno recomeço do tempo ritmado pela repetição sem fim dos mesmos gestos e das mesmas palavras. Neste imaginário onde tudo recomeça sempre, não há lugar nem para a aventura humana, nem para a ideia de progresso. Neste universo onde a natureza comanda tudo, o homem escapa à angústia da História que obceca o homem moderno, mas permanece imóvel no meio de uma ordem imutável onde tudo parece estar escrito de antemão. Nunca o homem se transpõe para o futuro. Nunca lhe vem à ideia sair da repetição para inventar um destino para si. O problema de África, e permitam a um amigo de África dizê-lo, está aqui. O desafio de África é entrar mais na História. É ir buscar nela a energia, a força, a vontade de ouvir e de esposar a sua própria História. (...) O problema de África é que ela vive demais o presente na nostalgia do paraíso perdido da infância (*apud*, Schurmans, 2009: 10-11-12).

A fala de Sarkozy, em pleno século XXI, é, de facto, permeada de preconceitos e argumentos típicos do colonialismo na classificação e subalternização do “outro” enquanto sujeito sem História. Um autêntico anacronismo, reproduzindo, por exemplo, as concepções de Salazar (para quem a África seria tributária do colonialismo, a quem deveria “o contato com a civilização cujos segredos lhes desvendou e colocou a seu dispor”), e de Marcelo Caetano:

os africanos não souberam valorizar sozinhos os territórios que habitam há milénios, não se lhes deve nenhuma invenção útil, nenhuma descoberta técnica aproveitável, nenhuma conquista que conte na evolução da humanidade, nada que se pareça ao esforço desenvolvido nos domínios da Cultura e da Técnica pelos europeus ou mesmo pelos asiáticos (*apud* Alexandre, 1995: 48).

Concordo plenamente com Schurmans e com seu “africanismo” – no que ele também foi buscar se inspiração no “Orientalismo” de Said –, sobretudo quando ele diz que

o mais espantoso no discurso africanista recente (...) reside no facto de permanecer surdo e cego à desconstrução pós-colonial da representação do Outro subalternizado. Oriundos tanto do Sul como do Norte, em inglês, francês, português ou espanhol, contamos hoje com um vasto leque de ensaios, romances, artigos em jornais e revistas, entre outros, que dão conta, ao mesmo tempo que traduzem, uma representação das sociedades do Sul em tudo oposta à de Sarkozy. Contudo, o discurso africanista (poderíamos acrescentar orientalista) continua a enclausurar o preto (*nègre* ou *nigger*, muda a língua permanece o insulto) na sua pobre e triste representação (Schurmans, 2009: 15).

Em Janeiro de 2010, quando um terremoto devastou o Haiti (antiga colónia francesa) matando mais de 300 mil pessoas, Sarkozy novamente deu sua nefasta contribuição ao discurso do tipo DPC. Ao conclamar a criação de um movimento internacional para reconstrução do país caribenho, afirmou que o terremoto era "uma ocasião para o Haiti e seu povo saírem de uma vez por todas da maldição que parece pairar sobre eles há tanto tempo".

“Maldição” que talvez tenha se iniciado em 1804, quando o Haiti, cuja população era maioritariamente negra e escrava, proclama sua independência. A França impõe um bloqueio comercial nas seis décadas seguintes, com apoio das demais potências coloniais e dos EUA (então escravagista). O bloqueio termina mediante um acordo em que a França receberia uma indenização em dinheiro que exauriu a economia do país, jamais recuperada por conta de golpes de Estado sucessivos e pela ocupação americana de 1915 a 1934. “Maldição”, talvez, por o Haiti ter sido “promotor dos ideais da Revolução Francesa, da luta contra a escravidão, do anti-colonialismo e do americanismo” (Lassance, 2010).

O discurso de Sarkozy acerca do Haiti, com verniz “humanista”, ecoou pelos *media* de todo o mundo, e, excetuando-se vários intelectuais, não se ouviu uma voz sequer, seja de outros chefes de Estado ou dos editoriais jornalísticos, a criticar o presidente francês. Talvez porque o DPC vem sendo compartilhado por outros países. Ao desastre no Haiti sucede uma disputa de

controle territorial, protagonizada sobretudo pelo Brasil, que desde 2002 mantém efetivo militar no país (“capacetes azuis” da ONU), e pelos EUA. Mais do que salvar e manter vidas, o que está em jogo é o controle territorial estratégico – para os EUA, dada a proximidade com Cuba, e para o Brasil, por uma vaga permanente no Conselho de Segurança da ONU.

São atitudes que, além de preocupantes, consubstanciam o DPC, que perpassa diferentes temporalidades e espaços territoriais. E remetem, necessariamente, à busca de alternativas visando o compartilhamento de territórios sem que a premissa seja a do controle das populações por parte de governos nacionais ou estrangeiros.

1.8 - A multiterritorialidade marítima: Oceanos, “patrimônio comum da humanidade”?

Os oceanos do planeta estão unidos e em comunicação. Lembro-me de Zenon, protagonista de *A Obra em Negro*, de Marguerite Yourcenar, que em dado momento despe-se e mergulha no mar e, naquele instante, se sente parte integrante de todos os mares do mundo. Se há muitas teorias a explicarem a separação dos continentes em épocas remotas, pouca atenção se dá na união das águas, que provavelmente sempre existiu. Os oceanos tem uma dimensão específica dentro da multiterritorialidade proposto na “Introdução”.

Se outrora foram caminhos para “descobertas” e encontros recíprocos, são hoje locais em que incide diretamente o impacto sócio-ambiental corrosivo do “desenvolvimento” imposto pelo capitalismo ao longo de cinco séculos. Os oceanos estão subindo e estão sujos, a fauna marítima vem desaparecendo e isso prejudica o trabalho e a vida de pessoas seja em Portugal, seja em África, seja nas Américas. Também é verdade que surgem novas formas de organização de trabalhadoras e trabalhadores do mar, que diante da catástrofe iminente mantem suas práticas, suas relações afectivas e comerciais, sem que isso porém assegure, por si, a reversão da corrosão ambiental.

A devastação dos oceanos e o trabalho dos seres humanos neste espaço são objetos das regulações estatal e capitalista, estas quase sempre negligentes com relação à vida humana. Em que pese o acúmulo de experiência e estudos, a ação estatal raramente se preocupa em salvaguardar interesses de países ou empresas na exploração de recursos marítimos – animal, vegetal ou mineral. Penso que os oceanos e mares do planeta apresentam hoje problemas específicos, mas que podem ser vistos como comuns na esfera ecológica e sócio-econômica que tenha o ser humano em primeira perspectiva, como sugere Haesbaert na sua própria concepção de “multiterritorialidade”.

A regulação do território marítimo é relativamente recente. Somente partir do século XX será objeto de atenção dos Estados. Nos anos de 1970 iniciam-se as convenções internacionais que estabelecem o limite de 200 milhas marítimas como limite exterior da plataforma continental como “zona econômica exclusiva” dos países costeiros, o que não resolveu, absolutamente, o problema da super-exploração, pois

assim deve ser compreendido o artigo 1º do projecto de convenção sobre o mar territorial elaborado na Conferência de Haia de 1930: ‘ Os Estados tem direitos soberanos sobre a zona adjacente à sua costa (...) tais direitos soberanos incluem direitos sobre o ar suprajacente e o solo e subsolo subjacentes. (...) A liberdade do alto mar (...) deu assim azo ao cenário típico da tragédia dos comuns, com a sobrecapitalização e o refinamento tecnológico da indústria de pescas a facultarem uma incidência acrescida nos bancos de pesca de longa distância através de técnicas de pesca em altura, e com o crescimento de capacidade assim criado a traduzir-se frequentemente em sobreaproveitamento dos stocks existentes (Pureza, 1998: 130-140).

Parece haver um descompasso entre propostas e indicativos de trabalhos importantes e suas adoções efetivas por parte dos Estados. De abrangência mundial, cabe destacar a Conferência Sobre o Direito do Mar, de 1958, pela qual se estabeleceu um limite de 12 milhas marítimas para soberania dos países sobre o seu chamado “mar territorial” (até então o limite

era de 3 milhas), a Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar (1974 a 1982) que, dentre outros, estabeleceu novos parâmetros para os limites territoriais marítimos, e os trabalhos da Comissão Internacional Mundial para os Oceanos (CMIO, 1998). Esta merece atenção detalhada por conta de seus diferenciais, presentes no relatório final, “O Oceano, nosso futuro”, que dedica um capítulo inteiro (o capítulo VI) para a questão da governação.

O Brasil foi um dos primeiros países a estender seu mar territorial para 200 milhas marítimas, ainda em Março de 1970, limite que somente em 1982 viria a ser consensual internacionalmente, quando da conclusão dos trabalhos da Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar, em Montego Bay, Jamaica.

A adoção das 200 milhas marítimas de mar territorial pelo governo do Brasil decorreu de um conjunto de fatores ou forças que funcionaram como propulsores do interesse governamental do país no sentido da adoção de um mar territorial brasileiro mais extenso e que melhor se coadunasse com os interesses de então, ou seja, 200 milhas marítimas, tentando afirmar, dessa maneira, a autonomia decisória da política exterior brasileira, no quadro do "Brasil Grande Potência", almejado pelos militares. Parte-se do pressuposto de que as medidas do governo brasileiro, para ampliar o seu mar territorial até o limite de 200 milhas, embora tendo encontrado resistências de grandes potências, foram tomadas em decorrência de circunstâncias propícias – tanto a nível interno, como no contexto internacional (Carvalho, 1999: 2).

Até então, nenhuma iniciativa de tal vulto e alcance fora tomada por nenhum governo brasileiro, que de meados do século XIX até 1969 ampliou de três milhas para apenas 12 milhas a extensão do seu mar territorial (Carvalho, 1999: 13). Há evidências de que episódios como a “guerra da lagosta” contribuía para essa estratégia, por conta da garantia de território de pesca, mas já havia interesses em exploração de recursos minerais.

No final da década de 60, observava-se, no governo brasileiro, uma tendência no sentido da ampliação do mar territorial para 200 milhas marítimas. No "processo decisório", os dossiês carimbados com a palavra confidencial eram analisados, enquanto ainda não havia

uma opinião final sobre o número de milhas a ser decretado. Cem, cento e cinquenta ou duzentas? Pelos interesses pesqueiros, 100 milhas bastavam, mas uma série de pesquisas geológicas realizadas pela Petrobrás no litoral leste, próximo ao Rio de Janeiro, revelou a existência de lençóis petrolíferos, em torno das 150 milhas. A imprecisão na localização desses lençóis fortaleceu a corrente que defendia as 200 milhas. Essa medida cobria toda a plataforma continental brasileira, chegando a ultrapassá-la em alguns trechos do litoral. No entanto, as sondagens da Petrobrás representaram um bom exemplo da estratégia das 200 milhas: com 12 de mar territorial, o Brasil não teria maiores direitos sobre as jazidas. E parece mais ou menos lógico que companhias internacionais poderiam adquirir técnicas sofisticadas e aplicar sólidos investimentos na sua exploração, antes que o país tivesse condições de fazê-lo (Carvalho, 1999: 111).

A Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar viria dirimir conflitos resultantes das ampliações de territórios marítimos, bem como estabelecer parâmetros para que os países costeiros reivindicassem e eventualmente estendessem suas plataformas continentais e implantassem, na prática, um conceito que surgiu ao longo das discussões, a Zona Económica Exclusiva (ZEE), fixada em 200 milhas a partir da linha da costa.

Em Agosto de 1981, ao término de sua décima sessão, a III Conferência das Nações Unidas sobre o Direito do Mar conferiu a seu presidente e aos demais presidentes das Comissões a tarefa de elaborar o texto de um projeto de Convenção sobre o Direito do Mar. O projeto, distribuído no documento A/CONF. 62/L. 78, incorporou o resultado de negociações realizadas, naquele ano, sobre diversos pontos específicos, bem como modificações de linguagem recomendadas pela Comissão de Redação; é o último da série de textos básicos de negociação gerados por meio da metodologia especial utilizada pela Conferência. Constitui-se no primeiro documento caracterizado formalmente como projeto de Convenção. O agrupamento de forças nas negociações realizadas, na Conferência, resultou em um projeto de Convenção dentro do qual:

a) a largura do mar territorial é limitada a um máximo de doze milhas marítimas;

- b) são reconhecidos os direitos de soberania e jurisdição do Estado costeiro sobre a plataforma, além das duzentas milhas, até o limite exterior da margem continental;
- c) existe o direito de o Estado costeiro estabelecer uma zona contígua ao mar territorial, até a distância de vinte e quatro milhas;
- d) prevê-se um regime especial de navegação pelos estreitos internacionais, o direito de passagem em trânsito;
- e) prevê-se um regime especial para as águas arquipelágicas;
- f) observa-se o direito de acesso ao mar para os Estados sem litoral;
- g) alude-se, ainda, ao direito de participação no aproveitamento dos recursos vivos da zona econômica exclusiva para os Estados sem litoral, ou geograficamente desfavorecidos. De acordo com o aludido projeto, a área do fundo do mar e a de seu subsolo, além dos limites da jurisdição nacional e seus recursos, são patrimônio comum da humanidade (Carvalho, 1999: 120-121).

Com base nesses parâmetros, Portugal apresentou às Nações Unidas, em Abril de 2010, um projeto visando o alargamento da sua plataforma continental e, conseqüentemente, da ZEE. Em 2005 foi instituída, pelo Ministério da Defesa Nacional, a Estrutura de Missão para a Extensão da Plataforma Continental (EMEPC). Estudos da EMEPC apontam para possibilidade da ZEE portuguesa se estender de 200 para 350 milhas, demonstrando que a plataforma continental que liga o continente aos arquipélagos dos Açores e da Madeira, entendida como território terrestre submarino, é bem mais extensa do que o até hoje considerado. A área de jurisdição marítima passaria de 370 quilómetros para 678 quilómetros, na qual, supõe-se, existem recursos naturais inexplorados, sobretudo minerais⁵⁶.

Ocorre que as discussões territoriais em âmbito internacional, do século XIX ao século XX, foram profundamente marcadas por questões geopolíticas, económicas (tanto na exploração mineral quanto da pesca), e definidas de

⁵⁶ Ver www.emepc.pt

acordo com as estratégias determinadas visando o controle de território pelas grandes potências, segundo as quais deveria prevalecer a “livre utilização” dos mares, uma suposta não apropriação, posto que ocultava “uma apropriação selectiva, favorável só a países tecnológica e economicamente mais dotados” (Pureza, 2002: 3).

Entretanto, eis que em fins de 1995 acontece um divisor de águas nas discussões globais acerca da governação dos oceanos: constitui-se formalmente a Comissão Mundial Internacional para os Oceanos (CMIO). Diferentemente da Convenção da ONU e congêneres, a CMIO não teve carácter oficial, sendo composta não por representantes diplomáticos ou governamentais. Entre seus membros estavam ex-dirigentes, embaixadores e deputados de alguns países, mas também eminentes académicos e pesquisadores. “Trata-se, portanto, de uma fórmula institucional de matriz não governamental mas com importantes traços de penetração no universo intergovernamental” (Pureza, idem: 11).

Ou seja, a partir da CMIO, a questão dos Oceanos passa a ser tratada considerando as desigualdades entre os atores institucionais e sociais envolvidos. Deve ser percebida como “a colaboração entre movimentos sociais transnacionais, organizações não governamentais e governos sem ambições geopolíticas, como suporte da inclusão de novas agendas cívicas no sistema internacional (Pureza, idem: 12)”. Daí que logo em sua segunda reunião plenária (Rio de Janeiro, Julho de 1996), a CMIO estabeleceria quatro grupos de trabalho que considerassem questões legais e institucionais, de segurança e soberania, de ciência e tecnologia e, o que chama atenção, um grupo de economia do oceano num contexto de sustentabilidade. Ainda naquele ano (III Reunião Plenária, Roterdão, Novembro de 1996), a tendência de incorporar novos agentes e atores e movimentos não governamentais na CMIO seria reforçada pela criação de outros dois grupos de trabalho, um sobre “parceria e

solidariedade Norte-Sul", e um para a "consciencialização e participação públicas".

Cabe destacar, contudo, o protagonismo de Portugal na comissão.

Além da visível associação desta comissão a Portugal — o seu presidente foi Mário Soares, Mário Ruivo foi o seu coordenador, parte importante da sua estrutura logística de apoio foi sediada em Lisboa — destacam-se também a proposta portuguesa de proclamação pela ONU de 1998 como Ano Internacional dos Oceanos, a centragem do trabalho temático da VII Sessão da Comissão para o Desenvolvimento Sustentável das Nações Unidas (Abril de 1999) sobre "oceanos e mares" e, para este último efeito, a adopção de uma posição comum da União Europeia sob clara e assumida liderança portuguesa. Se a isto se acrescentar a projecção pública dada a esta vontade de protagonismo pela realização da Expo'98, parece inquestionável a assunção de um inesperado activismo diplomático com êxito no plano multilateral (...) A CMIO é um rosto institucional peculiar da globalização. Expressão da sociedade civil global mas vocacionada para servir de elo de ligação com o sistema inter-estatal, a CMIO, ao tornar-se porta-voz da necessidade de renovação democrática e solidária do regime dos oceanos, assumiu uma inspiração claramente contra-hegemónica que, no entanto, se diluiu no realismo político que envolveu as suas propostas. (Pureza, 2002: 3-19).

As análises e críticas de Pureza são pertinentes, sobretudo quando destaca a presença dos representantes portugueses, a projecção diplomática que o país obteve e a associação direta do relatório final com Portugal (sua conclusão coincidiu com a Expo 98, em Lisboa). A CMIO, se não foi normatizadora da governação internacional dos oceanos, foi um referencial importante para que as condições de países "semi periféricos" e suas respectivas populações marítimas passassem a ser consideradas nas regulações dos mares.

Entretanto, Pureza não releva o que consta de mais importante no relatório da CMIO, que foi além dos congéneres, estabeleceu um novo paradigma que, se não resultou em ações práticas, refletiu-se em iniciativas de

âmbito nacional posteriores: a atenção para o “local”. No relatório, a utilização dos oceanos e a potencial vulnerabilidade das populações marítimas aparecem com destaque, conforme os trechos a seguir:

Os sistemas de gestão e governo dos oceanos devem refletir uma sensibilidade especial relativamente às necessidades e exigências de grupos e de indivíduos em situação de desvantagem, quer por razões geográficas, económicas ou sociais, quer ainda por sua fidelidade a métodos tradicionais de exploração de recursos. (...) O principal problema dos oceanos é o de garantir a conciliação dos vários usos com os imperativos de sustentabilidade de longo prazo e de partilha dos benefícios criados pelos recursos oceânicos, de forma a torná-los extensivos a todos os países e a todas as pessoas. Os oceanos devem ser protegidos e desenvolvidos em benefício da humanidade e não sacrificados em nome da conveniência de lucros rápidos. (...) O que está em jogo é mais do que a proteção desses povos. O conhecimento, a experiência e os contornos de muitos povos tradicionais e indígenas compreendem uma profunda sabedoria sobre a condição humana, e sua capacidade de sobrevivência é relevante para todos os outros povos, especialmente numa época em que o mundo se defronta com múltiplos limites ecológicos (CMIO: 55-57-62).

Ao menos no caso de Portugal e Brasil a influência parece ter sido determinante, posto que as comissões nacionais para a área criadas a posteriori,⁵⁷ seguiram o relatório da CMIO ao delimitarem sua abordagem em aspectos gerais acerca de seus respectivos territórios marítimos, porém considerando, em seus relatórios finais, a existência de suas próprias populações marítimas. As comissões nacionais recomendaram atenção às populações, e incorporaram termos como “sustentabilidade”, “ambiental”, em perspectivas diferentes do tecnicismo que prevalecia até antes da CMIO.

A questão passa a ser: por que a retórica dos discursos, intragovernamentais ou não, não se reflete no cotidiano das populações

⁵⁷ Em Portugal foi criada a CEO-Comissão Estratégica dos Oceanos (relatório publicado em 2004), e no Brasil, a Comissão Nacional Independente para o Oceano (CNIO, trabalhos concluídos em 1998).

marítimas? A hipótese é de que o tipo de saber local não é assimilado pelo saber científico, que, até antes do paradigma da CMIO, tinha o elemento “humano” como secundário, legando à marginalidade os problemas por ele enfrentados nos oceanos.

Pois, dos pescadores de lagosta no Nordeste do Brasil, no Atlântico Sul, às populações de pescadores de Nampula, Moçambique, no Índico, ou às populações de pescadores artesanais em Portugal, a lida diária e o enfrentamento às adversidades se dão em frentes idênticas: a escassez de cardumes por conta da exploração desenfreada e da poluição, e a relação quase sempre tensa e distanciada das populações com as políticas governamentais. Os oceanos são “um recurso colectivo e, como qualquer outra propriedade, é uma instituição social e não apenas um atributo da natureza” (Conceição, 2005: 505). Como todo recurso natural, os oceanos estão sujeitos à finitude de seus inúmeros produtos diante da ação humana não-planejada. No caso da pesca, a exploração se intensifica *pari passu* com a Revolução Industrial, com a introdução de novas tecnologias:

Os navios a vapor munidos com redes de arrastar pelo fundo foram as primeiras e as mais contundentes inovações técnicas da Revolução Industrial aplicadas às pescas. O primeiro saiu do porto britânico de Hull em direção ao Mar do Norte em 1881. Tais vapores (...) reduziam o tempo de permanência no mar e rompiam com séculos de pesca muito dependente de ‘engenhos-passivos’. À mobilidade dos recursos haliêuticos opunham-se as artes móveis mais eficazes, porque apoiadas na tracção a vapor. (...) Em certos fundos do Atlântico Norte, as capturas aumentavam porque se reforçara a eficácia dos meios de produção, não porque ainda houvesse abundância. Ilusão que persistiu pelo menos até os anos cinquenta do século XX, enquanto a elaboração teórica do problema da ‘pesca-excessiva’ não se exprimiu numa teoria bioeconómica dos limites e efeitos da escassez dos recursos piscícolas (Garrido, 2006: 27).

O que se viu, ao longo do século XX, foram sucessivas intervenções estatais, em diferentes partes do mundo, considerando antes aspectos

económicos do que humanos e/ou ambientais. Tal distinção levada a cabo pelos Estados, demonstra-se numa realidade nociva tanto à natureza (ambiental e humana) quanto às pescas em geral. Os oceanos hoje são palco de grande escassez em sua fauna, da qual dependem milhões de famílias trabalhadoras em diferentes contextos sociais, económicos e culturais, situação agravada pela poluição crescente que transforma o mar em depósito de lixo⁵⁸. Apesar do desastre ora em curso os Estados em geral parecem longe de romper com discursos e práticas do tipo DPC que, em última instância, determinam a sobre-exploração dos recursos marítimos.

As iniciativas internacionais e as reflexões das ciências políticas que tem os oceanos numa perspectiva de “património comum da humanidade” devem, cada vez, mais extrapolar a análise e o planeamento limitadas à economia e à política. Devem almejar uma multiterritorialidade marítima, onde não só o resultado das diferentes produções (pesqueira, mineral) seja objeto de preocupação, mas também a sustentabilidade e a preservação do meio ambiente, para que as águas sejam usufruídas por todos que delas necessitarem.

Recordo mais uma vez Haesbaert : “ou se trabalha com a multiplicidade de nossos territórios, ou não se alcançará nenhuma mudança positivamente inovadora. (...) Pensar multiterritorialmente é a única perspectiva para construir uma outra sociedade, ao mesmo tempo mais universalmente igualitária e mais multiculturalmente reconhedora das diferenças humanas” (Haesbaert, 2004: 19) .

⁵⁸ “Plásticos já responde por 70% da poluição dos oceanos: De acordo com estudo que vem sendo realizado pela ONG Greenpeace, cujas conclusões serão apresentadas em Maio, a concentração de material plástico nos oceanos, antes restrita a alguns pontos conhecidos, hoje é onipresente nas águas dos mares do mundo inteiro e atingiu níveis inéditos. Segundo a ONU, existem 46.000 fragmentos de plástico em cada 2,5 quilômetros quadrados da superfície dos oceanos. Isso significa que a substância já responde por 70% da poluição marinha por resíduos sólidos”, in <http://opiniaoenoticia.com.br/interna.php?id=14961>, 03-03-2008, acessado em 10-03-2008.

Minha intenção não é de apontar caminhos e soluções excludentes e totalitárias, mas sim fortalecer o coro dos que se preocupam com um problema iminente: a escassez de recursos naturais nos oceanos e a apropriação dos mesmos que segue se dando fora de uma perspectiva de governação global, fora da multiterritorialidade marítima.

Concordando com Valentin Mudimbe (2008), para quem, se há futuro, ele é agora, e com Boaventura Sousa Santos⁵⁹, que localiza uma materialização do capital financeiro – materialização inédita na história do capitalismo especulativo – através da aquisição de propriedades e de bens materiais estratégicos e essenciais – terra e água –, a questão inicial que coloco é: além de preocupações com interculturalidades, plurinacionalismo, multiterritorialidade ou multipolaridade (Mouffe, 2008), podemos considerar a viabilidade de uma multiterritorialidade marítima?

Acredito que sim, entendendo que esta multiterritorialidade marítima seja um conceito flexível, mas que não pode ser apropriado pela globalização hegemónica. É antes de tudo, resistência a ela, possibilitando reflexão abrangente acerca de questões que ao mesmo tempo englobam e extrapolam os territórios políticos, económicos e geográficos. Globalização é um conceito “forte” que exige respostas “fortes” (Boaventura Santos, aula na FEUC, Junho/2008). Creio que multiterritorialidade marítima pode ser uma dessas respostas.

A multiterritorialidade marítima é presente no horizonte da busca de espaços plurinacionais e plurilocais, e pode ser um conceito operativo para superar o silenciamento das populações, como se dá hoje, por exemplo, em Portugal, onde as discussões e planeamentos para alargar a plataforma continental prescindem de escutar as populações marítimas. Vale lembrar que

⁵⁹ Anotações pessoais acerca de aula do professor Boaventura Sousa Santos no programa de doutoramento em Pós-Colonialismos e Cidadania Global na Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra. Junho/2008.

multiterritorialidade, para Haesbaert, “tem a ver com poder, mas não apenas ao tradicional ‘poder político’. Um território marcado pelo poder tanto no sentido mais concreto, de dominação, quanto no sentido mais simbólico, de apropriação” (Haesbaert, 2004: 1). É, portanto, um conceito que privilegia o aspecto *humano, demasiado humano* aliado ao geográfico.

A multiterritorialidade marítima pode também se opor à “globalização hegemónica” fomentando diálogos interculturais entre pessoas e Estados, entre práticas e saberes locais. Tenho particular interesse em conduzir esta reflexão na perspectiva de Maria Paula Meneses: que o Sul Global utilize de um “essencialismo consciente” (Meneses, 2008), combinando desigualdade e diferença em espaços de contato intercultural para fixar, estender e contrapor (quando preciso for) seus saberes no combate à globalização. Que unam seus esforços e capacidades e pressionem seus governos rumo a uma perspectiva de multiterritorialidade marítima na perspectiva de compartilhamento, e não de disputa de território marítimo e, quiçá, terrestre, para se contrapor à atual fase do capitalismo financeiro especulativo global, que, entre outras estratégias: 1) materializa o excesso de capital virtual obtido com especulações comprando vastos territórios; 2) sustenta argumentos do tipo DPC para que Estados com poderio bélico intervenham em “defesa” da produção mineral ou piscatória, como faz a NATO hoje contra os “piratas” somalis, sob pretexto de agir em proteção de petroleiros e grandes navios pesqueiros que circulam pelo golfo de Aden; 3) garante “paraísos de luxo” para usufruto de poucos turistas milionários em detrimento das condições de vida de populações locais.

Mas ao capital interessa destruir e explorar ainda mais a natureza. Se adquire ou controla territórios, a intenção, longe de preservá-los, é de mantê-los como “reserva de mercado”. Configura-se assim uma recolonização ambiental, pela qual as potências ocidentais e seus cidadãos impõem um novo tipo de colonialismo, sustentado pelo DPC e, a seguir, pelas armas (vide o caso da Somália) ou pela aquisição territorial por via do capital. Um dos

instrumentos da recolonização ambiental é o turismo. Movimentando cerca de US\$1,3 trilhão ao ano (segundo a Organização Mundial de Turismo, órgão da ONU), o turismo hoje é o

caballo de Troya de la globalizacion, ya que llega hasta los lugares más olvidados, primero como esperanza, y luego, como modelo de imposición. Es la nueva utopia de los países pobres, la nueva colonización de los países ricos, una verdadera síntesis de la propia globalización; de ahí la importancia que tiene dentro de este nuevo modelo planetario (Dachary, 2006: 48).

O turismo, sob o pretexto de desenvolvimento sustentável (ver pg. 21), tem traços de colonialidade, e de DPC, e contornos pervertidos, constituindo uma nova modalidade, a qual chamo de turismo de tragédia. Este se insere na disputa de território que interesses estatais e económicos impõem às populações locais. O combate que a NATO mantém no golfo de Aden, contra os “piratas” somalis, se dá também sob pretexto de proteger turistas milionários, que buscam as ilhas Seychelles em grandes cruzeiros e iates luxuosos, e incursionam pelas águas onde se dá o confronto. Tornam-se alvos dos “piratas” e pelo menos um turista já foi morto em meio a tiroteio dos somalis com a NATO, durante resgate de um iate de luxo sequestrado em Abril de 2009⁶⁰.

Turismo de tragédia foi também o que se registrou recentemente no Haiti, poucos dias depois do terremoto de Janeiro de 2010. Foram mantidos muitos dos cruzeiros caribenhos que tinham na ilha um dos pontos de atração para turistas. “Na última atracagem do *Independence*, ocorrida dia 18 de Janeiro, estavam a bordo 3.100 passageiros. Os turistas desse navio tem uma praia privada à disposição e seguranças bem equipados eliminam os riscos de violência e evitam a invasão por famintos e desesperados”, registrou

⁶⁰ “França liberta reféns de piratas na costa da Somália”, edição on line do jornal Estado de São Paulo, 10-04-2009, in <http://www.estadao.com.br/noticias/internacional/franca-liberta-refens-de-piratas-na-costa-da-somalia,353010,0.htm> .

Fanganielo Maireovitch, professor, jurista e ex-magistrado brasileiro, em seu blog⁶¹.

A recolonização ambiental não é possível sem a permanência do que Quijano chama de colonialidade e que Mignolo desdobra em colonialidade do saber. A recolonização se dá com a cooptação de elites e governos locais, solapando populações indígenas e de trabalhadoras e trabalhadores cuja existência está relacionada diretamente com a natureza. Mas são justamente essas populações as que tem maiores possibilidades de manejar a natureza sem destruí-la, com suas práticas ancestrais que hoje se mostram mais “eficientes” quanto mais organizadas.

O que se dá no âmbito da recolonização ambiental é um epistemicídio (Meneses e Santos, 2009), ou seja, a eliminação de um saber pelo outro, o contrário do diálogo intercultural. O saber científico do Norte Global tem imensa dificuldade em dialogar e considerar o saber científico do Sul Global. O propósito de tal epistemicídio é claro: apropriar-se de território, de recursos naturais, dos conhecimentos e práticas locais não para ‘otimizar’ seus resultados, e sim explorá-los à exaustão de acordo com a conveniência dos diversos mercados capitalistas globais, visando o que Sader (2008) chamou de desqualificação do trabalho enquanto valor humanístico inalienável⁶². Isso é particularmente grave no que diz respeito a biodiversidade das florestas e da fauna marítima cada vez mais escassa, ameaçando a existência de mulheres e homens que dependem diretamente do mar para sobreviverem. Daí a importância dada por Santos (2006c) à biodiversidade (em “Nuestra América”, por exemplo) como sendo um dos pilares de escrita de novos manifestos que se consolidem em prática de resistência contra os mesmos discurso do Norte,

⁶¹ “O Haiti dos contrastes: [Cruzeiro marítimo, praias privadas e champanhe a 153 dólares a garrafa](http://maierovitch.blog.terra.com.br/2010/01/21/o-haiti-dos-contrastes-cruzeiro-maritimo-praias-privadas-e-champagne-a-153-dolares-a-garrafa/)”, 21-10-2010, in <http://maierovitch.blog.terra.com.br/2010/01/21/o-haiti-dos-contrastes-cruzeiro-maritimo-praias-privadas-e-champagne-a-153-dolares-a-garrafa/>. Na II Parte volto a abordar o turismo em relação direta com o território das comunidades marítimas de Portugal e do Brasil.

⁶² Anotações acerca da palestra de Emir Sader na mesa redonda “Cartografando Futuros”, Junho de 2008, Colóquio Internacional Caminhos de Futuro, 30 Anos do CES, Coimbra.

formulados e reificados em diferentes épocas para estenderem suas garras a territórios florestais do Sul, particularmente a Amazônia brasileira, que ao longo das décadas é objeto de desejo de diferentes países “centrais” e de seus governantes:

- “Ao contrário do que os brasileiros pensam, a Amazônia não é deles, mas de todos nós”. Al Gore, ex-vice-presidente dos EUA.

- “O Brasil precisa aceitar uma soberania relativa sobre a Amazônia”. François Mitterrand, ex-presidente da França.

- “As campanhas ecológicas internacionais sobre a região amazônica estão deixando a fase propagandística para dar início a uma fase operativa que pode definitivamente ensejar intervenções militares diretas sobre a região”. John Major, ex-primeiro-ministro da Grã-Bretanha.

- “O Brasil deve delegar parte de seus direitos sobre a Amazônia aos organismos internacionais competentes”. Mikhail Gorbachev, ex-presidente da extinta União Soviética.

- “Os países industrializados não poderão viver da maneira como existiram até hoje se não tiverem à sua disposição os recursos naturais não renováveis do planeta. Terão de montar um sistema de pressões e constrangimentos garantidores da consecução de seus intentos”. Henri Kissinger, ex-secretário de Estado dos EUA.

- “Atualmente avançamos em uma ampla gama de políticas, negociações e tratados de colaboração com programas das Nações Unidas (...) e crescente participação da CIA em atividades de inteligência ambiental”. Madeleine Albright, ex-secretária de Estado dos EUA.

- “Caso o Brasil resolva fazer um uso da Amazônia que ponha em risco o meio ambiente dos Estados Unidos, temos de estar prontos para interromper este processo imediatamente”. General Patrick Hughes, ex-chefe do Órgão Central de Informações das Forças Armadas dos EUA.⁶³

A fala de Mitterrand é particularmente reveladora, pois sua opinião sobre o Brasil não expressou posição similar para a França, que detem ainda hoje a Guiana, única colônia no território continental sul-americano (a Inglaterra mantém a posse das ilhas Malvinas, reclamada pela Argentina). Declarações

⁶³ Revista *Carta Capital*, coluna de Maurício Dias, “Decálogo da cobiça” 09/06/2008.

sem meias palavras de dirigentes do Norte, cuja atualidade encontramos nas palavras ex-presidente norte-americano Bill Clinton, em encontro com empresários brasileiros, em 2008: “O Brasil oferece ao mundo a solução eficiente e atraente do etanol para o transporte coletivo, mas não dá exemplo de liderança ambiental na modernização de suas cidades e não tem uma política eficiente para a proteção da Amazônia”⁶⁴.

A partir de 2008 passou a circular na internet um vídeo, *Amazonia à venda*, de produção inglesa, com o apelo: “Ajudar-nos a comprar a Amazônia não é apenas uma ótima oportunidade de investimento: pode ser a única maneira de salvar a floresta. Lembre-se, a Amazônia não pertence a nenhum país. Pertence ao mundo”⁶⁵.

É no âmbito da recolonização ambiental que se inserem instrumentos de conquista e controle de território, como por exemplo algumas modalidades de turismo e o lixo (conforme exemplifiquei no caso da Somália).

As políticas das grandes potências e a pesca industrial impuseram a necessidade de se rediscutir a territorialidade marítima, tanto em seu aspecto geográfico quanto cultural. E penso que a negligência dos Estados para com a governação global dos oceanos reproduz a prática que, em geral, os governos tem com suas próprias populações marítimas. Os governos desconsideram os imbricamentos entre pesca industrial em escala global e a pesca local, um território pelo qual os pescadores artesanais transitam.

Uma breve reflexão sobre a trajetória da pesca e dos pescadores artesanais de lagosta no nordeste brasileiro pode ser esclarecedora para se compreender a importância de a multiterritorialidade marítima considerar os saberes locais, que podem ser fortalecidos e apoiados no enfrentamento com a modalidade industrial. No contexto da pesca industrial, o deslocamento para o

⁶⁴ “Bill Clinton faz alerta sobre Amazônia”, 02-05-2008, jornal *O Globo*, Rio de Janeiro, in http://o.globo.globo.com/blogs/ny/post.asp?cod_post=100540.

⁶⁵ in http://www.agenciabrasil.gov.br/media/videos/2008/05/27/venda_amazonia.flv/view

mar, local de trabalho, não depende mais apenas dos recursos próprios dos pescadores e de elementos da natureza (o vento, o clima, a época do ano). O pescador recorre a novas tecnologias, novas armadilhas, novas iscas. O mar, que antes era “de todos e de ninguém”, passou a ter uma nova funcionalidade, coerente com os novos padrões impostos pela indústria e pelo capitalismo internacional, tornou-se território de competição, de disputa, de conquista de espaço privado, de constante demarcação de lugares onde fosse maior a incidência de cardumes. Com o advento da pesca industrial, aumentou o fluxo de embarcações e, conseqüentemente, de trabalhadores no mar. Se o mar já não era um deserto para quem dele sobrevivia, ficou ainda mais povoado.

No Brasil, a partir dos anos de 1950 passou a existir todo um esquema organizado de exploração de mão-de-obra e dos recursos naturais marítimos. A tecnologia aparece como um novo determinante de territorialidade, pois amplia o tempo de permanência no mar, possibilita atingir maiores profundidades, o que obriga ao pescador artesanal a aumentar seu esforço de trabalho com a ‘concorrência’ que não se limitava mais a de trabalhadores como ele, que antes contavam apenas com os próprios braços e com os fatores naturais. Se antes os únicos marcos fixos no mar eram as estrelas ou acidentes geográficos naturais (pedras, bancos de areia, recifes e corais), a tecnologia impõe novas sinalizações que seriam seguidas e apropriadas por todos, como, por exemplo, as armadilhas fixas para captura de lagosta (manzuás ou covos, espécies de gaiolas) que podem ficar por dias seguidos num mesmo local.

Com a pesca industrial, o mar, se ainda continuava ‘sem dono’, passou a ter novas leis e regras definidas e impostas pelo capitalismo. Apesar dessa consideração, é verdade também que os pescadores artesanais não prescindiram de seu saber-fazer com a introdução de métodos industriais. Afinal, o carácter de imprevisibilidade da pesca faz com que um saber

tradicional tenha relevância e importância, e o saber tradicional dos pescadores pode complementar deficiências das práticas (Diégues, 1989).

A pesca industrial da lagosta introduz, no Brasil, uma dimensão específica na pesca artesanal, alterando significativamente o cotidiano dos pescadores, seus referenciais no mar, seu tempo de trabalho e as formas de comercialização do pescado. Os pescadores tiveram que fazer valer ainda mais seu conhecimento da natureza, seu conhecimento da territorialidade marítima, em suma, fazer valer de seu potencial cognitivo para dar prosseguimento a seu trabalho diante da articulação com meio de produção industrial e capitalista (Maldonado e Diegues, 1989). Observação que remete a amplos diálogos, principalmente com a História Ambiental. Pois era das matas e das florestas (e de certa maneira ainda o é) que os pescadores obtinham matéria-prima para a confecção de seu material de trabalho, a começar pelas embarcações. A jangada é um bom exemplo, hoje feita com madeira tipo compensado e isopor, mas outrora confeccionada a partir de troncos de piúba⁶⁶, e sua evolução é descrita na fala de Luciano Rocha Freire, pescador e morador dos Estevão, ele próprio um exímio construtor de jangadas:

Meu pai pegava de Manaus, o navio trazia até Fortaleza. De Fortaleza pra cá vinha de caminhão. Nesse tempo para passar era cancela [*fiscalização*], pra passar pagava um bom dinheiro. Aí vinha pra Majorlândia [*praia vizinha a Canoa Quebrada, que conta com acesso terrestre a Aracati desde os anos 50*]. A gente pegava uma jangadinha pequena, chegava lá amarrava seis pau, sete, oito. Amarrava, fazia uma balsa (a gente chamava uma balsa). Chegava aqui encostava. Quando a maré enchia a gente vinha rolando os pau grande, pesado. Aí a gente botava no ombro pro rapaz [*carpinteiro*] e ali mesmo [*na praia*] ele construía a jangada (...).A

⁶⁶ “Nem sempre é fácil identificar uma espécie apenas por um nome popular, os quais variam muito conforme a região. O nome piúva ou piúba é aplicado a varias espécies de ipês (*Tabebuia ochracea*, *T. vellosi*, *T. serratifolia*, *T. impetiginosa*), dependendo da região, especialmente àqueles do cerrado ou do nordeste, com casca grossa e talvez por isto mais fáceis de flutuar”, afirma Eugênio Arantes de Melo, responsável pela página www.arvores.brasil.com.br. Um esclarecimento mais convincente veio do professor Edilberto Rocha Silveira, da UFC. Segundo ele, o biólogo Renato Braga afirma o seguinte: “Piúba = pau de jangada - *Apeiba tibourbou* Aubl. (*Apeiba cimbalanea* Arr. Cam.), da família das Tiliáceas. Com este nome é conhecida, em Fortaleza-CE, *Cordia tetandra* Aubl., da família das Boragináceas”.

jangada de piúba era toda torneada, não tinha prego nem ferro não. Eu ia mais meu pai lá pros mato buscá uns mói de pau-ferro pra trazer, que era os torno, de tornear. Aí, pra furar, era difícil (*sic*).

Havia problemas em utilizar a piúba: a construção da jangada, que exigia perícia e especialidade, e a pouca durabilidade da embarcação. Segundo pescadores entrevistados, a jangada de piúba resistia, no máximo, por dois anos. Com as dificuldades de se conseguir a madeira contrastando com o crescente mercado da pesca de lagosta, surgem as jangadas de tábua e isopor, conforme narra Luciano Rocha Freire:

Uma jangada grande era uma faixa de que: uns oito paus. Durava, mas legal mesmo era um ano, viu? Agora, pesava, viu? Agora tinha uma qualidade de madeira que era também piúba, mas era madeira do Sul. Era maneirinha, era leve, não era grossa que nem era essa outra. O isopor, que eu me lembro, acho que faz mais ou menos 20 anos. A piúba era mais difícil, mais dificuldade. Foi aparecendo isopor e aí fômo testá vê se dava certo. Aí deu certo e aí continuamô, né? (*sic*)

A partir dos anos de 1960-1970, novos tipos de embarcações prevalecem, mostrando, entre outras coisas, a capacidade de adaptação dos trabalhadores a novas necessidades. Surgem as bateiras (pequenos botes) e botes de tábua, grandes barcos de madeira e aço. Creio que não seria equivocado dizer que os pescadores do século XX são também personagens importantes da História de Além-Mar, exemplos vivos de seu maior desafio: “O desafio da História de além-mar é apresentar uma forma moderna de história mundial” (Wesseling, 1992: 105).

Numa obra recente sobre História Ambiental brasileira há uma importante reflexão sobre a relação do homem com a floresta no continente americano após a chegada dos europeus. Perscrutando o que chama de período fundador da crítica ambiental brasileira, José Augusto Pádua (2002) demonstra como, a partir do século XIX, o discurso preservacionista do meio ambiente por muito tempo oscilou entre o conformismo diante da destruição

“inevitável” da paisagem para que houvesse “progresso”, e de outro lado, a devastação encarada não como avanço social e econômico do país, mas como sinal de atraso. Essa dicotomia, dentro do que Pádua chamou de preocupação intelectual com a degradação do ambiente, imperou até recentemente no Brasil. Reflexões como as de Pádua nos levam a crer que é impossível (ou, no mínimo, negligente) abordar estudos históricos que envolvam qualquer tipo de atividade industrial (aqui, no caso, a pesca) sem estabelecer parâmetros com a História Ambiental. Na relação da população brasileira com a flora e na produção historiográfica nacional, por muito tempo prevaleceu o discurso que omitiu ou legitimou a ação devastadora do homem que está na gênese do país no qual um certo nacionalismo ufanista se vangloria de ser o único a ter um nome de árvore (o pau-brasil).

Para os pescadores, as mudanças se refletem em vários aspectos ao longo dos séculos e, sobretudo com a pesca industrial e as alterações no seu local de trabalho (em terra ou no mar) ou no controle relativo do tempo de trabalho. Trabalhar no mar é estar rodeado de natureza e de suas adversidades. Portanto, para se compreender essa modalidade de trabalho, é preciso atentar para

o condicionamento essencial em diferentes notações de tempo gerados por diferentes situações de trabalho, e sua relação com os ritmos ‘naturais’. É óbvio que os caçadores devem aproveitar certas horas da noite para colocar as suas armadilhas. Os pescadores e os navegantes devem integrar as suas vidas com as marés (...); e isso parece natural e compreensível para os pescadores ou navegadores: a compulsão é própria da natureza (Thompson, 1998: 271).

Não é casualidade o trabalho no mar ser considerado como atividade das mais insalubres, no mesmo patamar que o trabalho em minas subterrâneas. Para sobreviver *ao* e *no* mar, o pescador artesanal tem de interagir com ele, interpreta-lo no mesmo ritmo das ondas, pois o mar, para além de local de trabalho e sobrevivência, é um território sobre o qual se constroem conhecimentos. Assim, mantém-se um aspecto típico de uma atividade

artesanal “solidária” (Hoggart, 2001): o repassar, de geração a geração, do “saber-fazer”, do conjunto de técnicas capazes de assegurar autonomia ao trabalhador, capacitá-lo para, a qualquer momento, “agarrar-se nos seus instrumentos de trabalho e ir-se embora” (Hoggart, 2001: 178).

Os pescadores adaptam suas tradições, suas técnicas e equipamentos a novas necessidades.

Samper chama a atenção para o fato de que, quanto às inovações técnicas, a adoção de uma nova ferramenta, embora já conhecida em outro momento, dependerá de vários fatores, inclusive da existência ou não de ocupações alternativas para a força de trabalho e, sobretudo, ‘da avaliação que se faça das vantagens e riscos de sua adoção’ (Linhares, 1997: 249).

Esse conhecimento técnico aparece como determinante na importância que a pesca de lagosta viria a ter para esses trabalhadores. Seu trabalho não desapareceu, mas alterou-se e exigiu uma readaptação de equipamentos a partir de conhecimento pré-existente para a nova alternativa que surgia. Afinal, é preciso concordar com Goody: “toda sociedade enfrenta o problema de ter que passar seus bens e valores para a próxima geração, e há certamente modos diferentes de fazê-lo” (Goody, 1986: 38, *in* Palhares-Burke, 1986).

Mais uma vez recorro ao testemunho do perspicaz Luciano Freire para ilustrar como o saber-fazer de um pescador não desapareceu com o surgimento da indústria:

Eu faço minhas jangadas e ninguém nunca me ensinou, eu também nunca pedi para ninguém me ensinar. Eu só de olhar eu vi e aí eu mesmo faço. Minhas rede de pescaria nunca ninguém me ensinou a remendar, eu vi fazer e eu mesmo fiz, quem remenda sou eu. Outra coisa que aprendi: tem gente que aprende fazendo, eu aprendi desmanchando. Sabe o que foi? Amarrar o anzol, encastoá que nós chama. Eu achei uma vez um anzol e, aí, cê sabe, minino é muito curioso, aí eu fui, olhei, olhei, observei bem, deixei, vi como é que era, né? Aí fui, desenrolei tudo para ver como é que

era. Aí eu fiquei: então se eu for fazer esse trabalho agora eu faço. Aí fui fazer e deu certo. Não foi fazendo, foi desmanchando (*sic*).⁶⁷

É importante ainda atentar para o "saber fazer", para as "maneiras de fazer", pois esse saber tradicional tem varias nuances e pode servir de alternativa de trabalho para os pescadores e seus filhos. É o que parece ter acontecido com José Barros, 60 anos, que atualmente trabalha como "arranjador" de redes em Espinho, responsável por reparar a rede após cada lance de pesca. Em Setembro de 2009, em uma conversa que mantivemos na praia do Bairro Piscatório enquanto José Barros "arranjava" uma fileira de rede, ele contou que até 2003 trabalhava como "empregado de balcão e de fábrica de louça e alumínio e num armazém", mas "o trabalho falhou e meti-me nisso [*na pesca*]". Embora até então não tivesse se valido da pesca para viver e tenha feito curso prático de "arranjar rede", era filho de pescador, e seu pai "também percebia de rede, em traineira em Matosinhos", e teria trabalhado na xávega até pouco antes de morrer. "Quem tiver gosto aprende. Aqui apanho um bocado de ar, ninguém me chateia a cabeça", disse-me Barros, valorizando a autonomia do trabalho de pescador artesanal.

Creio que uma vila de família de pescadores, onde persistem técnicas artesanais, pode ser vista como 'museu vivo', e não só pelo olhar treinado do historiador. Caminhando por lugares como estes, encontramos peças de embarcações, pequenos montes de serragem ou corda resultante da confecção de aparelhos de pesca. Os objetos cruzam o caminho das pessoas o tempo todo e são o resultado direto da ação e da presença humana nesses locais. Nas vilas de pescadores, assim como nas vilas operárias urbanas, tropeça-se na História a cada passo. Cabe entender como as modificações nos espaços físico e social incidiram nas relações de trabalho e na autonomia do pescador artesanal. Com as novas técnicas vieram também novas regras, novos tipos de isca, novos aparelhos de pesca. A introdução da pesca

⁶⁷ Dada a riqueza de detalhes, reproduzo, como "Anexo", a íntegra da entrevista que fiz com Luciano Rocha Freire em 2002, em sua própria casa.

comercial insere os pescadores num novo mercado e numa nova atividade, eminentemente capitalista, introduzindo uma segmentação em escalas até então nada familiares ao pescador artesanal.

A pesca de lagosta, como atividade extrativa, industrial e comercial (exportadora), se enquadra nos setores primário, secundário e terciário da economia. No setor primário incorre nos custos operacionais com a construção de barcos e aparelhos-de-pesca, e pagamento de mão-de-obra; no setor secundário incorre em custos com mão-de-obra, equipamentos e instalações físicas; e no setor terciário, auferir receita com a venda dos produtos, para ressarcimento das despesas realizados nos dois outros setores (Filho e Guimarães, 2000: 13).

No Ceará, segundo dados recentes, os pescadores artesanais detêm metade da frota em atividade (estimada em cerca de duas mil embarcações). Na verdade, os pescadores passaram por um exercício de (re) apropriação de saberes existentes antes mesmo da introdução de máquinas e novos equipamentos com a pesca da lagosta. Um exemplo: se a indústria trouxe o covo, ou manzuá, armadilha composta por tela de arame de aço ou plástico envolvendo uma armação de metal, os pescadores artesanais o readaptaram na cangalha, que tem duas bocas (o manzuá tem apenas uma) e cuja tela é feita de linha de náilon e a armação é de madeira. A cangalha pode ser totalmente confeccionada pelos próprios pescadores, que coletam nas matas a madeira da armação (geralmente “pau-ferro”, *Caesalpineae ferrea*) e tecem eles mesmos a tela da armadilha.

A capacidade adaptativa dos pescadores para com seus instrumentos de trabalho revela um conhecimento da topografia e relevo marítimos de suas áreas de ação, pois

os aparelhos de pesca são artefactos técnicos, pensados e concebidos pelos pescadores (...) a partir do modo como imaginam que funcionam na água. A imagem mental precede, neste caso, o mundo real e a acção. (...) Não se trata só de imaginar como se deve construir o aparelho que vai operar escondido da vista: como toca o fundo dos mares, se vai formar

uma *parede* erguida à passagem da presa, ou se permanece pairando junto ao leito (Martins, 2007: 59).

Pois ninguém melhor que os pescadores para conhecerem a geografia e explorarem a presença de pescado em seus territórios de pesca. Um exemplo disso está no relato de Fernando Gomes Ferreirinha no jornal *Maré*, de Matosinhos, Portugal, acerca da antiga técnica de “bater peão”, outrora utilizada para detecção de cardumes:

O peão era um sólido semelhante a uma esfera com as dimensões aproximadas de uma bola de andebol, construído em granito. (...) Podemos colocar essa prática de ‘bater o peão’ num plano semelhante ao do ‘lançamento do martelo’. (...) O peão era levantado do convés da embarcação, descrevendo um arco de circunferência de 270° a 0 grau, passando por cima da cabeça do lançador, sempre em direcção ao lado bombordo, e, quando atingia um ponto fora da borda, era impelido vigorosamente na direcção vertical de forma a colidir com a água o mais próximo possível do casco do barco, que, neste caso fazia de parede, provocando um grande estrondo. (...) No caso de existir peixe nas proximidades da área do impacto, este, ao fugir, assustado, virava-se, fazendo reflectir uma luminosidade de cor prateada, referente à cor da sua barriga, perfeitamente visível na escuridão da noite. (...) Então, os mestres mais experimentados, muitas vezes mandavam pôr ao mar, e, por vezes, resultavam bons lanços de peixe.⁶⁸

Entretanto, tantas e tão importantes estratégias de adaptação e conhecimento acerca do território marítimo em geral não são incorporadas nos planeamentos ou nas ações governamentais. Constituindo um verdadeiro “desperdício de experiência” (Santos, 2002), esse tipo de saber local muitas vezes não é considerado pelas políticas oficiais na definição de suas metas e estratégias. Me parece ser assim no caso das políticas comuns de pesca da União Europeia. No “Livro Verde da União Europeia”⁶⁹, praticamente desaparecem as populações marítimas, ao contrário do sugerido pelo relatório final da CMIO. Trata-se de uma verdadeira apologia dos “grandes

⁶⁸ *Maré*, edição 67, Setembro de 2009, Boletim do NAPESMAT – Núcleo de Amigos dos Pescadores de Matosinhos, pg. 11.

⁶⁹ Acessível em www.mdn.gov.pt/NR/rdonlyres/ADA363C1-0BE6.../0/Livro_Verde_Uma_Visao_Europeia_para_os_Oceanos_e_os_Mares.pdf. Acessado em Abril de 2009.

descobrimientos e deslocamentos” e da pesca industrial, e são consideradas somente as estatísticas da biologia e da economia para determinar os limites e/ou restrições de captura de determinados estoques.

As práticas e vivências das populações marítimas são atos que definem o cotidiano como a dimensão social e “constitutiva fundamental da vida, ao mesmo tempo em que permitem e realimentam uma reflexão contínua acerca da teoria como princípio organizativo do conhecimento”⁷⁰. Ainda mais se consideramos o ócio e o brincar como parte importante desse aprendizado, que, para os pescadores, se reflete no lazer. É interessante, por exemplo, uma comparação do tempo de trabalho e de lazer da cidade com o tempo do pescador.

Compulsoriamente, o pescador de lagosta deve paralisar suas atividades durante o defeso (ou ‘paradeiro’), entre Janeiro e Maio⁷¹. Por ser produção sazonal, a pesca de lagosta se assemelha a produção na agricultura. O paradeiro é também o tempo de confeccionar novos equipamentos (principalmente manzuás e cangalhas), reformar e pintar as embarcações. Estabelece-se uma temporalidade diferente, a de ficar em terra. Consequentemente, tempo de ficar mais próximo do lar, da família, dos amigos, do futebol à beira-mar. De observar o mar estando em terra, e perceber as alterações que um elemento faz ao outro. Ainda que não signifique total ausência de atividades relacionadas à pesca de lagosta, o paradeiro é um interlúdio, uma pausa. O tempo de trabalho do pescador está mais próximo do seu “tempo local” do que o dos trabalhadores urbanos. Tem-se clareza disso ao se assistir a uma das tradicionais regatas de jangadas ou botes a pano que praticamente toda vila praiana realiza pelo menos uma vez por ano. Os pescadores exibem-se orgulhosos em competições onde sua perícia pode ser

⁷⁰ O trecho entre aspas foi extraído do texto “Trabalhos e Migrações”, de divulgação da seleção 2004 do Mestrado em História do Departamento de História da UFC.

⁷¹ Até 2006 era de Janeiro a Abril, mas a escassez dos cardumes levou ao prolongamento do defeso no ano seguinte. Em 2010, o início da pesca se deu a partir de 16 de Maio, atendendo às demandas dos grandes armadores e dos exportadores.

admirada por todo um público assistente. O esporte é incorporado pelos pescadores como atividade alinhada ao trabalho. Para um pescador, conduzir a embarcação numa regata é um acontecimento. Algo bastante diferente do dia-a-dia de sua árdua jornada, que geralmente consiste em partir de madrugada para o mar, longe dos olhares cotidianos, e retornar desgastado no final do dia. Qual trabalhador urbano utiliza-se de seu instrumento de trabalho também para o lazer?

A multiterritorialidade marítima, na prática, é vivida pelas populações marítimas, em momentos de reaprender com trabalhadores *subalternizados*, muitas vezes vistos como ‘desqualificados’, ‘analfabetos’ e ‘ignorantes’ ‘preguiçosos’ e ‘vagabundos’. Pois ao contrário de muitas categorias de trabalhadores urbanos, as práticas lúdicas dos pescadores podem responder a dilemas impostos pela industrialização e pela “modernidade”, quando

o problema não é “como as pessoas vão conseguir consumir todas essas unidades adicionais de tempo de lazer?”, mas “que capacidade para a experiência terão as pessoas com esse tempo livre?”. Se mantemos uma avaliação de tempo puritana, uma avaliação de mercadoria, a questão é como empregar esse tempo, ou como será aproveitado pelas indústrias de entretenimento. Mas se a notação útil do emprego do tempo se torna menos compulsiva, as pessoas talvez tenham de reaprender algumas das artes de viver que foram perdidas na Revolução Industrial: como preencher os interstícios de seu dia com relações sociais e pessoais mais enriquecedoras e descompromissadas; como derrubar mais uma vez as barreiras entre o trabalho e a vida (Thompson, 1998: 302).

Quero propor a multiterritorialidade marítima também como espaço de compartilhamento do lúdico e do cognitivo. E as populações marítimas podem apontar para sentidos e alicerces de uma multiterritorialidade marítima que extrapole o aspecto político-físico-geográfico do território. Pois além de ações espontâneas, conhecem os princípios da territorialidade através de um saber *não-científico*, elaboram estratégias de adaptações às alterações naturais ou

provocadas, criam novas formas de sociabilidade a partir da relação com a temporalidade específica de cada modalidade de pesca. Demonstram com maestria que “território” é também, e antes de tudo, uma construção humana, que pode viabilizar o diálogo entre saber tradicional e saber científico, sabendo ser minoritária a corrente “científica” que defende tal diálogo (Leff *et al.*, 2004). Com a multiterritorialidade marítima assim concebida e praticada, alcançar-se-á, talvez, a sociabilização extrema e incondicional da biodiversidade, tanto para distribuir conhecimento e benefícios quanto para barrar de vez a sanha capitalista que visa mercantilizar a natureza ao ponto de patenteá-la, de transformá-la em propriedade e não em bem coletivo (na direção que aponta Visvananthan⁷²). Mas, sobretudo, a “multiterritorialidade”, marítima ou terrestre, poderá impor ao Norte o que Leff chama de “racionalidade ambiental” (Leff, 2000), um campo propício para junção da economia com o desenvolvimento tecnológico em consonância com o bem estar humano e ambiental, sem o que a vida humana no planeta se tornará inviável.

Santos(2009) apresenta um exemplo prático dessa possibilidade dialógica Sul-Norte, na iniciativa exemplar do Equador, de manter intocada parte do seu território amazônico, rico em petróleo, em troca de uma contrapartida monetária dos países ricos:

Esse dinheiro é destinado a investimentos ambientalmente corretos: em energias renováveis, reflorestação, etc. ; o dinheiro é recebido sob a forma de certificados de garantia, um crédito que os países ‘doadores’ receberão de volta e com juros caso o Equador venha a explorar o petróleo, uma hipótese pouco provável dada a dupla perda para o país (perda do dinheiro recebido e a ausência de rendimentos do petróleo durante vários anos, entre a decisão de explorar e a primeira exportação).⁷³

⁷² Visvananthan, S. (2003). “Entre cosmologia e sistema: uma heurística para a globalização,” in Santos, B. S. (org.), *Semear outras soluções: os caminhos da biodiversidade e dos conhecimentos rivais*, Porto, Afrontamento.

⁷³ No artigo “De Copenhague a Yasuni”, de 23-11-2009, no site da *Agência Carta Maior* (www.cartamaior.com.br, acessado em 24-11-2009).

Até aqui tentei demonstrar como o DPC emerge e quais suas intenções, limitações e possibilidades de contestação, particularmente no campo dos *media*. Entre as intenções do discurso tipo DPC, a principal é de controle máximo de populações e territórios, seja o controle de um governo sobre sua própria população, seja o de um país sobre outro. Intelectuais, ativistas e jornalistas travam uma batalha promissora no campo dos *media* para apontar alternativas a esse tipo de controle.

Também lancei a proposta da multiterritorialidade marítima, no âmbito da governação dos oceanos e da relação com o “local”, para se contrapor ao DPC. Concordo que até aqui a proposta pareça um tanto incipiente, mas será retomada ao longo deste texto, e será fortalecida particularmente na III Parte, dada a sua relação estreita que estabeleço com a educação ecosófica.

Contudo, admito ter trilhado um campo maioritariamente analítico do que empírico. Destarte, creio que se faz necessário demonstrar como as populações invisibilizadas pelos *media* convencionais ou pelas análises e estudos alternativos, também podem apresentar formas de resistência aos discursos totalizantes, e que é possível estabelecer, no meio dessas populações, formas de alternativas ao DPC. É o que passo a fazer agora, na II Parte, comparando estudos de caso entre as populações marítimas de Brasil e Portugal, e na III Parte, com a proposta de educação ecosófica.

II PARTE

1- A ocupação do litoral.

Cabe aos pesquisadores localizarem e evidenciarem categorias comuns para estabelecer o contato e as traduções interculturais entre diferentes povos. Daí a atenção privilegiada às populações marítimas brasileiras e portuguesas neste trabalho. Entre estas há em comum, além da identidade (conforme anunciada na “Introdução”), fatores subjetivos (relacionados com a religiosidade, por exemplo) e objetivos, inclusive a crescente proletarização e empobrecimento, advindos de uma história com pontos confluentes, dos quais alguns serão analisados a seguir.

Embora a pesca artesanal se dê em diferentes modalidades (pesca da lagosta em Redonda e Estevão, e de peixes com rede por arrasto, ou “arte xávega”, em Espinho), essas populações confrontam-se, nas últimas décadas, com problemas comuns, tais como a urbanização acelerada – muitas vezes pela indústria turística –, as vicissitudes das políticas estatais de regulação da pesca artesanal e a catástrofe ambiental ora em curso nos oceanos. Passadas mais de duas décadas desde a publicação de seu estudo, as palavras de Moreira resumem a realidade comum às populações marítimas de Brasil e Portugal hoje, que

tem sido prejudicadas por actividades que, ao utilizarem os meios marinhos, tem cometido para com estes graves agressões, as quais continuam, não obstante as medidas oficiais de protecção ambiental (insuficientes até à data) e o crescente e generalizado protesto por parte das populações. É o caso, nomeadamente, das indústrias poluidoras, dos derrames petrolíferos, do urbanismo sem plano e a construção clandestina, dos esgotos sem depuração eficiente, da destruição de zonas ecologicamente frágeis como dunas e sapais para implantação indiscriminada de elementos turísticos e de muitos outros (Moreira, 1987: 145-146).

Ao realizar trabalho de campo nas praias citadas acima, localizadas em diferentes continentes, foi possível compreender que há uma amplitude global dos problemas da pesca no mundo hoje, que são comuns em diferentes narrativas. Vejamos dois exemplos. Primeiro, o exposto por Ana Loforte sobre a condição de trabalhadores e trabalhadoras do mar em Moçambique:

A pressão demográfica (...), a ausência de terras para agricultura, e os baixos rendimentos da maioria da população, determinam formas de aproveitamento dos ecossistemas marinhos e costeiros que contribuem para a sobre-exploração dos mesmos. Esta situação tem provocado vários conflitos entre as populações e o Estado resultantes da necessidade de, por um lado, utilizar os mesmos recursos e, por outro, da presença de diferentes noções sobre como conservar as diferentes espécies de seu habitat natural, ou seja, o seu aproveitamento racional apoiando a diversidade biológica (Loforte, 2005: 482).

Nos núcleos de populações piscatórias aqui abordados, a pesca artesanal, seja a da lagosta em Redonda ou a da arte xávega (ou “arrasto”) em Espinho, e o confronto acentuado com a urbanização trazem praticamente todos os elementos que expõe Oneto Nunes. Apesar de falar das praias do centro de Portugal onde a arte xávega *teima* em não desaparecer, as palavras de Nunes contem problemas comuns a pescadores de várias partes do globo:

A arte xávega surge, pois, amiúde, como uma prática extinta ou permanentemente em vias de extinção (...). A prática da arte xávega tem atravessado sucessivas conjunturas de crescimento e decadência, alternando avanços e revezes de acordo com um conjunto interactuante de fatores, como sejam: as inúmeras transformações de ordem técnica que conferem a este tipo de pesca uma notável plasticidade adaptativa (efectivo de mão-de-obra envolvido, dimensões de redes e embarcações, meios de tracção), o regime de organização e exploração do trabalho, a tirania fiscal, a mobilidade sazonal das populações piscatórias, a alteração os contornos do interface provocada pelo assoreamento ou, inversamente, pelo recuo da linha costeira (com todas as consequências no espaço de habitação e de trabalho dos pescadores), a evolução dos stocks de pescado e, *last but not least*

o complexo de variáveis sócio-económicas locais, regionais e nacionais, com o seu vasto leque de articulações político-jurídicas, culturais e educacionais. (...) Há que considerar, ainda, o acentuado processo de litoralização do território nacional, com o crescimento desordenado da indústria turística, das actividades económicas e da implantação industrial ou, ainda, o aumento da pressão demográfica e urbanística sobre o litoral, envolvendo uma notória degradação das zonas costeiras e práticas de inúmeros crimes ambientais que, por via de regra, permanecem impunes (Nunes, 2008: 128).

Nunes Oneto e Loforte embasaram um aspecto fundamental desta proposta de pesquisa: a abordagem da História dos pescadores situada num debate entre História de Longa Duração e História do Tempo Presente, onde “os acontecimentos estão ainda a se desenvolver” e onde

o historiador é contemporâneo e, de uma certa forma, testemunha ocular de um processo que ainda se desdobra e do que não se conhece o término. (...) O método fornece ao historiador meios de controle e verificação, possibilitando uma maneira de mostrar, com segurança e seriedade, o caminho percorrido, desde a pergunta formulada à pesquisa de arquivo, assim como a estratégia pela qual fez a fonte falar, produzindo sentidos e revelações que ele transformou em texto (Pesavento, 2003: 132).

Ao contrário de excluir uma da outra, a abordagem baseada na História de Longa Duração e na História do Tempo Presente também justifica o estudo comparado, pois, segundo Braudel a história comparativa é

a história de longa duração. Se eliminarmos os acontecimentos, os homens que atraem excessivamente as luzes da história tradicional, se não tivermos em conta as flutuações económicas, políticas ou outras, ficamos em presença de uma história profunda que se deforma muito lentamente; de tal maneira que a história de longa duração apresenta perspectivas que não são inteiramente estranhas umas às outras e que são comparáveis entre si. Defendo que não há história científica possível se não empregarmos o método comparativo (Braudel, 1985: 68).

Pretendo, com este diálogo teórico no campo da História, ecoar a voz dos trabalhadores na pesca artesanal, muitas vezes *subalternizados que falam* (Spivak, 1999). Nos lembra Paul Thompson:

Reconhecendo grupos importantes de pessoas que haviam estado ignoradas, dá-se início a um processo cumulativo de transformações. Amplia-se e se enriquece o próprio campo de produção histórica; e ao mesmo tempo sua mensagem social se modifica. Para ser claro, a História se torna mais democrática, (...) as testemunhas podem agora ser convocadas também de entre as classes subalternas, os desprivilegiados e os derrotados. Isso propicia uma reconstrução mais realista e mais imparcial do passado, uma contestação ao relato tido como verdadeiro (Thompson, 1992: 28).

Narrativas do passado demonstram, sobretudo, o quanto os costumes e reminiscências coletivas são influentes e determinantes para a coesão e organização social das populações marítimas. O saber fazer dos pescadores artesanais não desapareceu ao longo dos últimos séculos, e sim permaneceu e se alterou com a introdução da pesca industrial. Mais uma clara demonstração da resistência que os trabalhadores são capazes quando se faz necessária a reapropriação de saberes e práticas. Trata-se portanto, tanto de aspectos da longa duração quanto da história do tempo presente, temporalidades diferentes, porém imbricadas.

Ao longo das últimas cinco décadas, os pescadores artesanais de todo o mundo lidam com o enfrentamento de adversidades para além da natureza. Se é verdade que seu mundo do trabalho mudou, também eles, os pescadores, mudaram, inseridos “de cima para baixo” num sistema que exige readaptações constantes de suas práticas tradicionais para que possam, embora relativamente, continuar existindo como “sujeitos autônomos”, ou seja, como trabalhadores não dependentes totalmente da lógica do mercado e da indústria, conforme afirma Sader:

Sujeito autônomo não é aquele (pura criação voluntarista) que seria livre de todas as determinações externas, mas aquele que é capaz de reelaborá-las em função daquilo que define como sua vontade. Se a noção de sujeito está associada à possibilidade de autonomia, é pela dimensão do imaginário como capacidade de dar-se algo além daquilo que está dado (Sader, 1992: 56).

Mas essa autonomia não está somente no fazer-se e refazer-se dessa categoria de trabalhadores. Ela se reflete em vários outros aspectos, como no relativo controle do tempo de trabalho, porque se trata de trabalho diretamente associado à natureza (ver Thompson, *op. cit.*, pg 136). Aspectos dessa autonomia podem ser encontrados também no domínio da técnica. Pois ao pescador contemporâneo se aplica a interpretação que Hoggart deu ao trabalhador artesanal, o qual “mantem uma reminiscência do antigo orgulho do artesão” (Hoggart, 2001: 178).

Esta autonomia foi conquistada não só pela manutenção e reapropriação de saberes, mas também ao longo de décadas de luta por direitos, seja na luta contra a especulação imobiliária, seja contra a pesca predatória, seja pelo direito do trabalho das mulheres na pesca ou na conquista do poder político local. Em torno destes pontos específicos se dá a análise a seguir, por compreender que se inserem na problemática Pós-Colonial, sobretudo no que diz respeito à disputa e gestão de território, à diferença sexual no mundo do trabalho da pesca e à emergência de discursos e práticas de resistência aos “localismos globalizados”⁷⁴.

O turismo “local” é um ponto de partida significativo para iniciar a comparação entre os estudos de caso.

2- Turismo: património para quem?

O turismo tem em todo o mundo consequências nefastas quando associado à ocupação do solo litorâneo, e em particular em zonas como o Algarve e o litoral centro de Portugal, e nas zonas litorâneas do México e das Américas Central e do Sul, alterando a paisagem natural e removendo populações locais indistintamente, atendendo aos interesses da especulação

⁷⁴ Cf. Santos, citado na “Introdução” deste trabalho, são “modos de produção da globalização, (...) conduzidos por forças do capitalismo global e caracterizados pela natureza radical da integração global que possibilitam, quer através da inclusão, quer através da exclusão” (Santos, 2006c: 183).

imobiliária em detrimento dos interesses sociais e ambientais. Essa tendência gera efeitos irreversíveis que merecem atenção permanente nos dias de hoje. Prova disso é uma publicidade recente (2009) afixada em vagões de comboios de passageiros da empresa Caminhos de Ferro Portugueses(CP), anunciando um novo condomínio na ria Formosa, Algarve. O título da publicidade, um tanto controverso, diz tudo: “O Último Paraíso” está à venda.

Figura V



A expansão imobiliária que advém da indústria do turismo é um dos grandes problemas enfrentados hoje pelas populações marítimas. A edificação extensiva e acelerada provoca, entre outros danos, a impermeabilização do solo, apontada como fator decisivo na corrosão de falésias e dunas, para onde correm águas pluviais que não mais são absorvidas nos locais de incidência, que passaram a ser pavimentados. A degradação é acelerada “por uma

urbanização anárquica ou clandestina” (Sarmiento, 2008: 124) que vem no rastro dos complexos turísticos de grandes hotéis, *resorts* e condomínios.

A erosão se dá mais rapidamente do que se dependesse apenas dos fatores naturais, e os resultados, em geral, são trágicos. Em Agosto de 2009, uma derrocada de falésia em Albufeira, no Algarve, matou cinco pessoas de uma mesma família em férias. Nos Estevão e em Canoa Quebrada (Ceará), a pavimentação irregular de vias públicas foi concluída em 2004. Mas sem a adequada rede de escoamento de águas pluviais, a pavimentação é hoje fator de erosão das falésias da praia, onde uma derrocada deixou quatro feridos no Carnaval de 2009. A erosão fluvial, agravada pela pavimentação sem escoamento, provoca interdições constantes na principal via de ligação dos Estevão com Canoa Quebrada⁷⁵. Casos ainda mais graves da combinação errônea entre expansão imobiliária desordenada e falhas na gestão do território foram registrados recentemente em Angra dos Reis (Rio de Janeiro - Brasil) e na ilha da Madeira, Portugal.

Ambas as localidades são conhecidas como “paraísos naturais” e referência para o turismo de Brasil e de Portugal. Em comum, elas tem a ocupação desenfreada do solo ao longo dos últimos 30 anos, sobretudo de encostas de morros. No *reveillon* de 2010, as chuvas causaram a derrocada de um morro sobre 20 casas e uma pousada de luxo em Angra dos Reis, provocando a morte de 52 pessoas. Em 2002, acidente da mesma natureza já havia matado 42 pessoas. Em Fevereiro de 2010, na ilha da Madeira morreram 40 pessoas, 250 perderam suas casas e mais de uma dezena desapareceu, em consequência das fortes chuvas que causaram inundações no centro urbano do Funchal e derrocadas de encostas nas zonas periféricas. O

⁷⁵ In www.publico.pt/cinco-vitimas-mortais-buscas-terminaram-na-praia-maria-luisa_1397138 e <http://diariodonordeste.globo.com/materia.asp?codigo=746364> .

Ministério Público abriu inquérito para apurar até que ponto as falhas no ordenamento do território facilitadoras da tragédia⁷⁶.

Entretanto, para além do impacto ambiental, a expansão imobiliária traz também consequências sociais negativas. Entre elas, uma certa guetização das populações marítimas que vivem em zonas urbanas, como é o caso de Buarcos, município de Figueira da Foz (Centro de Portugal) e do Bairro Piscatório, município de Espinho. Em ambos os municípios, o final do século XIX foi marcado pela expansão urbana planeada para atividade balnear, seguindo modelo inaugurado em 1870 em Cascais pela família real portuguesa, que elegeu a zona do Estoril como local de férias balneares. Portugal inaugurou assim a sua própria era da “invenção do mar”, iniciada um século antes em Inglaterra, onde, em 1753, um médico da aristocracia, Richard Russel, “convencendo os aristocratas britânicos a tomar banhos de imersão frios inventou a *saison* em Brighton: foi o ‘*inventeur de la mer*’. A partir daí veio a família real e começaram a construir-se equipamentos sumptuosos. No fim do séc. XVIII, Brighton era a capital estival do Reino Unido” (Bucho, 2009).

Datam do século XIX (início da intervenção) e do princípio do século XX (conclusão da intervenção) tanto o Bairro Novo de Figueira da Foz quanto o novo centro urbano de Espinho. Caracterizados por traçado do tipo “paralelo e perpendicular” de suas vias públicas, as novas zonas urbanas são concebidas para abrigar novos equipamentos, como grandes hotéis, pousadas, casinos e residências de veraneio. Contudo, foram assentadas em zonas urbanas onde uma atividade tradicional já existia: a xávega. As duas modalidades (turismo de massa e xávega) tem muitas incompatibilidades, dado que ambas necessitam do mesmo território (a praia), no qual o aglomerado de pessoas é um estorvo para o trabalho artesanal. Ao longo do século XX, a pesca artesanal foi pouco a pouco segregada pelo incremento turístico, e chegou mesmo a desaparecer

⁷⁶ Respectivamente in <http://planetasustentavel.abril.com.br/noticia/ambiente/calamidade-anunciada-angra-reis-vejario-526452.shtml> e http://www.rr.pt/informacao_detalhe.aspx?fid=1203&did=92808.

em Buarcos, bairro piscatório de Figueira da Foz. Não só a pesca foi erradicada como os pescadores foram forçados a retirar suas embarcações, deslocando-as para o porto da foz do rio Mondego, a cinco quilómetros de distância do lugar tradicional.

Em Espinho, a nova configuração urbana se dá sob pretexto de “desenvolvimento económico e turístico da vila, cujas necessidades da sua população permanente, e dos milhares de banhistas que a procuravam, eram incomportáveis com a exiguidade de seu território” (Gaio, 1999, *apud* Bouçon, 2006: 05). A xávega era praticada apenas na zona de praia adjacente ao Bairro Piscatório, como se dá até hoje. Talvez por essa “segregação” forçada do trabalho, há uma “linha imaginária” (e mesmo “abissal”⁷⁷) que divide o Bairro Piscatório da zona central de Espinho. Há pouca semelhança na arquitetura das casas do Bairro com as casas antigas que sobraram no centro de Espinho (em geral grandes e suntuosas) e os recentes prédios de apartamentos. As casas pequenas são derivadas dos antigos “palheiros” e mesmo as residências de maior porte mesclam padrões arquitetônicos tradicionais com os que foram impostos nos anos 1950 pelo Estado Novo, que, a partir de 1938, institucionalizou os “bairros de pescadores” como um dos alicerces da “obra social das pescas”. A tendência de “guetização” também é apontada por Macedo (2008):

Um dos problemas que mais afectou e atrasou a construção de novos Bairros de Pescadores foi a dificuldade em encontrar um terreno para o efeito, sendo regulares os conflitos entre as Casas dos Pescadores e as Câmaras Municipais, dado que estas não queriam ceder terrenos. As casas brancas e arejadas que compunham os diversos bairros sugeriam, de acordo com o discurso do regime, a preocupação do Estado Novo em construir habitações higiénicas para os pescadores e seus agregados familiares, em detrimento das velhas e infectas cabanas onde sempre viveram, problema que, supostamente, o regime liberal nunca conseguiu sanear. Muitos destes bairros, senão mesmo a totalidade, foram

⁷⁷ Santos, *op. cit.*, pg. 203.

construídos longe dos centros das localidades e longe dos próprios portos de pesca, possivelmente pela dificuldade em conseguir um terreno próximo dos locais de pesca, mas principalmente pela tentativa de “guetização” dos pescadores e suas famílias, fechando-as, evitando ao máximo o contacto com os “de terra” e a sua possível dispersão (Macedo, 2008: 90).

Apesar da guetização, essas populações mantem, “num espaço conflitual e heterogéneo, uma coesão cultural e um estilo de vida próprio, resistindo, ainda que precária e contraditoriamente, à acção da sociedade englobante” (Sarmiento, 2008: 124). Mesmo as casas maiores que hoje existem mantem traços característicos das antigas habitações. Os habitantes do Bairro resistem às tendências como as citadas acima, que persistem em seus contornos sócio-ambientais negativos. Daí a necessidade de se combater os efeitos perversos de cariz sócio-econômico-ambientais do turismo, considerando a perspectiva de “retorno às origens”, de retorno à “grande viagem” (Bucho, 2009) e do turismo vivencial, termo que parece ser uma adaptação do turismo de vivência, ou “life-seeing”, “um programa que organiza visitas a moradias locais, ou até mesmo, oportuniza que turistas se alojem nessas moradias por alguns dias” (Goeldner *et al*, 2000: 205). A modalidade surgiu na Dinamarca, por iniciativa de Axel Dessau, ex-diretor do órgão nacional de turismo daquele país, ao incentivar que estudantes ou famílias recebessem em suas casas visitantes interessados em conhecer suas formas de vida (Goeldner *et al*, 2000:192-193).

O turismo surge no século XVII, em Inglaterra, no modelo de “grande viagem”, pelo qual o contato com contextos estrangeiros, mais que distração ou consumo, é de grande valia para se compreender o mundo. A “grande viagem” proporciona ao turista alargar os conhecimentos sobre si enquanto exercita a alteridade. Busca contato direto com populações locais em vez de isolar o turista nos interiores de “*paraísos faz de conta*” dos grandes hotéis. Surgem nos dias de hoje modalidades turísticas que podem ser praticadas em sintonia com o *modus vivendi* de populações marítimas.

Santana Talavera (2003a: 5) estabelece três categorias para o chamado turismo alternativo: o turismo rural, o ecoturismo e o turismo cultural. Quanto a última modalidade, ele afirma que também pode ser baseada no consumo e na comercialização de culturas como “caricatura” de sociedades ditas tradicionais (Talavera, 2003b: 44), e dela advem um tipo de turista, que

“aunque no es el más deseado, es el más numeroso visitante y consumidor de los productos culturales, del patrimonio cultural, a nivel global. Para estos, muchas veces identificados como excursionistas, más que como turistas, la visita cultural constituye una actividad complementaria al viaje, una oportunidad para la contemplación somera de monumentos y la compra de ‘souvenirs culturales’, además de cumplir con el ritual de la pose fotográfica como demostración final de la visita.” (Talavera, 2003b:41).

Dadas as variáveis da interpretação para o termo “cultural”, que sempre exige uma definição e localização, Pérez (2009) adverte para necessidade do estabelecimento de um “turismo cultural ético”, pois

o turismo cultural é apenas uma das formas de desenvolvimento, muitas vezes complementar de outras, e deve ser entendido numa perspectiva integral, endógena e participativa se quer realmente contribuir para o desenvolvimento sustentável das comunidades. (...) O turista procura lazer, mas o anfitrião encontra-se a trabalhar. O turista chega com numerosas expectativas, mas que os anfitriões desconhecem. O que faz o turismo é transformar as culturas locais em bens de consumo (...). A realidade empírica mostra como os esforços de colaboração com as culturas locais foram mínimos.(...) O turismo não pode ser reduzido a uma simples actividade comercial regida pelos critérios de mercado. (...) Praticar turismo cultural ético implica praticar um turismo que respeite os habitantes do país de acolhimento (O’Grady, 1987: 211-212), que escute, pergunte e observe os locais, com o fim de compreender as diferenças no uso e significado do tempo, do espaço e da memória. (Pérez, 2009: 130-133).

Peréz (idem: 122) propõe sete sub-categorias de turismo cultural: patrimonial, das artes, criativo, urbano, rural, indígena e popular. No caso de prática de turismo entre as populações marítimas aqui abordadas, há um imbricamento de todas as citadas acima (com exceção da sub-categoria

“indígena”). Entretanto, há que se considerar uma a mais, que Pérez não cita, a de turismo vivencial, até para que se chegue ao turismo ético proposto.

Santana (2009), apesar de não usar o termo “vivencial”, aponta para um tipo *pós-turista*, ainda a ser melhor definido, mas que busca experiências próximas ao cotidiano de populações locais, fora do circuito convencional de hospedagem, já que “o que é escasso para uns pode ser amplamente satisfatório para outros” (Santana, 2009: 132). Parece ser um perfil alinhado ao de turismo vivencial, pelo qual o turista desfruta do cotidiano de determinada população que, em troca de hospedagem, ganha melhorias reais e diretas em suas casas e vilas. Uma experiência consistente de turismo vivencial está em curso entre povos Quechuas e Aymara, no Peru⁷⁸. Eles tem recebido em suas casas turistas interessados em conhecer algo mais do que a bela paisagem do lago Titicaca. Tratar-se-ia de uma alternativa positiva para vilas como Estevão e Canoa Quebrada, por exemplo. São lugares onde as mudanças de épocas se deram abruptamente. A partir dos anos de 1970, com a chegada de um fluxo turístico de dimensões internacionais, há uma

ruptura com o modelo de existência anterior da comunidade (...). Observa-se então uma luta pela posse das terras, do que decorre uma explosão desorganizada da especulação imobiliária, marcada pela apropriação irregular de terrenos e a construção de loteamentos, casas de veraneio e de fins comerciais (Muniz, Cellina Rodrigues, 2005: 109).

Tais intervenções trouxeram à Canoa e aos Estevão não somente alterações na estrutura urbana, mas também nas mentalidades, no *habitus* de localidades que saíram de relações sociais e econômicas arcaicas e até certo ponto precárias, para modalidades mais sofisticadas. Simplificando: em quatro décadas, vivenciaram do escambo de farinha, peixe e labirinto (técnica de

⁷⁸ Foi exposta pela professora Fabíola Velásques (Universidade das Ilhas Baleares) no seminário “Patrimônio Cultural, Turismo y Cooperacion com Iberoamerica”, realizado em Julho de 2009, em Cáceres, na Universidade da Extremadura, Espanha. Ver <http://www.chucuito.org/historia.html>.

tecelagem) à mediação do dólar e do euro. No Brasil, o turismo veio a ser agente transformador na história de várias localidades litorâneas a partir dos anos de 1970, alterando relevos e comportamentos. Entre essas praias figura Canoa Quebrada, “Itaparica, Alcântara, Porto Seguro, Arembepe, Ilha do Mel, que já não estão tão seguras quanto à sua privacidade, a sua identidade cultural” (Cabanas, 1990, *sem página*).

A negligência para com o potencial de turismo vivencial faz com que o Brasil, com mais de 190 milhões de habitantes e um imenso e diversificado território, não ultrapassasse a marca de 5 milhões de visitantes estrangeiros ao ano⁷⁹. Para ficar em apenas um exemplo comparativo: Portugal, com 10 milhões de habitantes, recebe mais de 12 milhões de turistas. A pobreza, a violência, a prostituição infantil no Brasil, e a crise financeira mundial, são argumentos frequentemente invocados para justificar a limitação brasileira, mas não explicam tudo, mesmo porque são pontos em que o país melhorou em muito nos últimos anos.

Com efeito, afirmou o catedrático da UNESCO em Turismo Cultural, Enrique Bernier (2009): “A criação e desenvolvimento de um destino turístico é, antes de tudo, um acto de vontade social”. Atado ao binómio praia-urbanização, o Brasil, sobremaneira o Nordeste, não potencializa um capital cultural e humano importante, relegando ao “exótico” um aspecto potencial de turismo vivencial: o cotidiano de populações interioranas (as praianas inclusas). São populações quase sempre invisibilizadas e desprezadas na elaboração de políticas públicas de investimento no turismo e não gozam de benefícios reais. Confrontam-se diretamente com modelos devastadores dos grandes *resorts* e das urbanizações abruptas de áreas litorâneas e rurais, cuja legitimidade atualmente é questionada em todo o mundo, devido à sazonalidade e ao

⁷⁹ Em 2009, o país recebeu 4.802.217 visitantes de outros países, menos que em 2008, quando recebeu 5.050.099 visitantes. *In* <http://www.copa2014.org.br/noticias/2888/ENTRADA+DE+TURISTAS+ESTRANGEIROS+NO+BRASIL+CAI+49+EM+2009.html>.

impacto negativo – natural ou humano – da indústria da construção. Para além de mero negócio ou pasta burocrática onde os governos acomodam aliados políticos, o turismo é um conceito a ser pensado em sua diversidade, pois pode trazer tanto desenvolvimento sustentável quanto desagregação social.

Há, entre populações marítimas, outros exemplos interessantes de compatibilidade entre as duas atividades (pesca artesanal e turismo), em que emerge a capacidade adaptativa do saber do pescador artesanal na receptividade ao turista.

Em Canoa Quebrada e nos Estêvão, é comum os pescadores direcionarem suas jangadas para pequenos passeios ao longo da faixa litorânea nos finais de semana, quando é grande o fluxo turístico e balnear. Também no período de defeso da pesca da lagosta muitos se dedicam aos passeios, sobretudo no mês de Janeiro, auge das férias de verão no Brasil, com grande afluência de turistas nacionais de diversas partes do país.

Em Portugal, no município de Aveiro, os barcos moliceiros, antigamente utilizados para o transporte de moliço⁸⁰, redirecionaram para o turismo a sua atividade original. Com fundo chato, o barco moliceiro é adaptado para o tráfego nas águas rasas da Ria de Aveiro, um ecossistema lagunar, transportando, além do moliço que lhe dá o nome, todo género de mercadorias, sobretudo sal. Com a adoção de fertilizantes químicos pela agricultura nos últimos 50 anos, desaparece a principal função do moliceiro. Apesar da iminente decadência da atividade original, o turismo, potencializado pelos atrativos rurais e urbanos de Aveiro, possibilitou a continuidade da tradição do moliceiro, que “não desapareceu nem desaparecerá; ela apenas se adaptou a uma nova realidade socioeconómica que irá assegurar a sua conservação e até eventual multiplicação” (Sarmiento, 2008: 110). São diários

⁸⁰ Erva marinha do género *zostera* comum na Ria de Aveiro, um ecossistema lagunar. O moliço era utilizado, até os anos de 1950, como fertilizante natural do solo.

e frequentes os passeios de dezenas de moliceiros pelos caminhos marítimos de Aveiro, bela cidade do século XVIII, cortada por canais.

O moliceiro é um tipo de embarcação que se diferencia pela sua forma, mas, também, por representar, em suas cores vivas e nos painéis alegóricos situados à proa, o carácter festivo, galhofeiro e zombador da população marítima da Ria. Para além do “modismo” ou “folclorização” atribuídos à atração propiciada por uma atividade tradicional readaptada ao turismo, Sarmiento destaca que não trata-se de “ressurreição”,

mas antes de uma “metamorfose”, pois as condições de vida anterior não foram recuperadas nem o moliço (...) tem qualquer papel nessa nova conjuntura. O moliceiro ressurgiu como objecto cultural desfrutável pelos turistas, independente de sua função original, que poderia ter sido outra qualquer. Recupera-se preferencialmente o moliceiro pelas suas linhas elegantes e pinturas singulares. (...) A metamorfose do moliceiro dá-se a nível funcional, de significado, enquanto elemento de toda uma estrutura socioeconómica, mantendo-se a sua forma, o significante, o objeto em si (Sarmiento, 2008: 115).

O Estado pode intervir positivamente no fomento de turismo em que o capital cultural e ambiental prevaleça às modalidades de cariz “industrial”. Sobretudo se a intervenção estatal se der a nível local. A metamorfose do barco moliceiro, por exemplo, se deu nos anos de 1980 com apoio da Câmara Municipal de Aveiro, primeiro para limpar a Ria do excesso de algas, depois com a encomenda de barcos para o turismo e o incentivo, ainda que intermitente, à transmissão dos saberes relacionados à construção dessas embarcações (Sarmiento, 2008: 112-113). Essa iniciativa foi importante para manutenção da prática de um saber específico e da atividade da navegação.

No momento em que elaborei esta tese, estavam em curso duas iniciativas importantes desenvolvidas no âmbito dos municípios nos campos de estudo aqui delimitados.

1) O Projeto Dunas Litorais de Gaia. Coordenado pela Câmara Municipal de Vila Nova de Gaia⁸¹. Consiste na construção e manutenção da “linha azul”, uma trilha de madeira suspensa, sobre as dunas que vão da praia da freguesia de São Félix da Marinha (divisa dos municípios de Gaia e Espinho) até a praia de Salgueiro, próximo à foz do Douro, um dos limites de Gaia com o município do Porto. A trilha, com cerca de 15 quilómetros de extensão, e sinalizada com informações sobre o sistema dunar local e sua importância, é frequentada por milhares de pessoas que praticam caminhada no decorrer da semana, sem que o trânsito desgaste as dunas. Constitui um importante equipamento de lazer e de acesso à praia por banhistas e pescadores. Também é uma tentativa de manter a vegetação natural das dunas e a resistência destas ao avanço do mar, pois a zona foi ocupada, até finais do século XX, sem medidas de contenção à especulação imobiliária, acarretando problemas.

2) Em Fortaleza, a prefeita Luizziane Lins (do Partido dos Trabalhadores), encabeçava a resistência contra um projeto do governo do Estado do Ceará (e também de membros de seu próprio partido) para implantar um estaleiro da indústria petrolífera no bairro Serviluz, especificamente na vila de pescadores do Titanzinho. O local, além de manter o vínculo com a pesca artesanal, é berço de campeões nacionais e internacionais de surf, que surgem entre jovens nascidos num ambiente marcado pela pobreza e descaso do poder público quanto à infra-estrutura urbana e segurança. O governo municipal tem um projeto de requalificação urbana para a área, que visa também a valorização do potencial paisagístico do local mas, sobretudo, do potencial humano, através do surf. Até meados de 2010, o governo do Estado não abandonara o projeto, mas mantinha-se a resistência da prefeitura, de intelectuais, de moradores do Titanzinho e ativistas contrários à obra. Com a

⁸¹ Com apoio do Programa Operacional Região Norte (ON2), Quadro de Referência do Estado Nacional (QREN) e União Europeia (via Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional).

intervenção do próprio presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, que recebeu em audiência a prefeita Luizziane Lins, o projeto foi abandonado.

Para além do turismo, este estudo comparado vai considerar outras semelhanças entre as populações marítimas de Brasil e em Portugal, que vão desde o paralelismo entre trabalho marítimo e trabalho rural na ocupação do litoral até a busca efetiva de controle do território local por via das eleições municipais.

3 - Do Portugal litoral à “biopolítica” do Estado Novo.

Em anos recentes, um questionamento consistente refuta a vocação “natural” de Portugal para os oceanos (Moreira, 1987; Amorim, 2008) pois a densidade populacional nos primórdios da nação (século XII) não era significativa no litoral e assim seguiu até o século XVIII, quando começa a crescer. Moreira afirma que

Oliveira Marques depois de analisar as populações portuguesas dos fins do século XIII (...) refere precisamente que não é nas povoações costeiras que se aglomerava a população, mas sim ao longo dos vales dos rios, nas planícies férteis, nas linhas de comércio com Castela e com a Galiza (Moreira, 1987: 160-161).

Reigota (2000: 225) concorda com Moreira, ao afirmar que, no século XII, o mais importante centro populacional ao Norte era Coimbra, distante a mais de 50 quilómetros do litoral. Amorim é ainda mais contundente:

A crescente ocupação do litoral ter-se-ia realizado no século XVII, XVIII e, particularmente, no XIX, tendo duplicado a população em menos de um século, de 1864 (3.927.000 habitantes) a 1950 (7.922.000 habitantes). (...) Esta evolução desmistifica a concepção, defendida por Jaime Cortesão, de que a atlantização se teria manifestado desde a Época Romana. (...) A precisão cronológica e regional da progressão para a costa é, ainda, lacunar, mas sabe-se, com toda a certeza, que se terá processado, em particular, no século XIX. Não se pode ignorar o estimável trabalho de Alberto Sampaio, que elenca as primeiras informações sobre povoados entregues a

actividades marítimas, mas ele próprio acautela-se acerca do alcance da informação pontual e cronológica. (...) A exploração dos recursos deverá ter sido marcada pelos ritmos de consolidação territorial, e ritmada, ainda, pela continuidade dos ataques de corsários e da pirataria do Magreb que afasta a permanência na costa. Registros sistemáticos, quer de ataques, quer de medidas defensivas e de resgate dos prisioneiros, ao longo dos séculos pelo menos até XIX, comprovam-no (Amorim, 2008: 34).

Porém, praticamente todos os estudos confirmam que os locais onde a presença populacional é registrada desde sempre, mesmo em baixa densidade, são justamente os centros piscatórios que ganhariam notoriedade a partir do século XIX, como Póvoa de Varzim, Viana do Castelo e Caminha, ao norte, a costa próxima a Aveiro (Ovar, Furadouro, Espinho e Mira aí inclusos), Figueira da Foz e Peniche, no litoral do centro, e determinados núcleos habitacionais do Algarve. Sendo a pesca, portanto, o fator de presença e posterior fixação da população ao longo dos séculos. Contudo, não sem aliança a um fator determinante: a estreita relação com atividades rurais, muitas vezes complementando-se uma à outra (outro ponto em comum com o Brasil, como se verá adiante na relação dos pescadores de Redonda com a coleta de caju).

Moreira dispensa atenção particular a essa imbricação marítimo-rural.

Estes pescadores que, em maior ou menor grau, desenvolvem modos de vida mistos, tem formas próximas de comportamento camponês. (...) Mas não é tanto pela situação residencial e tipo de povoamento que passa a divisão de mentalidades e comportamento, mas sim pela modalidade desenvolvida na actividade. Todos quanto na pesca tem a sua actividade exclusiva ou dominante, residam no meio urbano ou em meio rural, denotam sempre e claramente um estilo de vida marítimo (Moreira, 1987: 260- 260).

Na arte xávega praticada em Espinho, essa imbricação era evidente até há bem pouco tempo (pelo menos até a década de 1980) com a utilização de juntas de bois para puxar as redes à terra. Os bois não pertenciam às

companhas de pesca, eram arrendados a agricultores da região. Raul Brandão deixou uma descrição magistral em seu clássico *Os Pescadores* ao narrar a xávega na zona de Mira e Esmoriz, praia vizinha a Espinho:

O lavrador associa-se ao homem do mar. Nesses dias larga o arado e toma parte na companhia, ajudando a alar a grande rede que se usa para estas bandas e que as bateiras lançam à água. É um espetáculo extraordinário (...). Foi diante de um quadro assim que Ferdinand Denis exclamou assombrado: “Que estranho país é este onde os bois vão lavar o próprio oceano?!” (Brandão, 2002: 32)⁸².

Atualmente prevalece uma distinção entre as atividades marítima e rural, pois os bois foram substituídos por tratores na recolha das redes e dos barcos, pertencendo as máquinas aos proprietários das companhias. Se por um lado o incremento tecnológico reduziu significativamente o número de trabalhadores necessários para movimentar uma companhia (que variava entre 30 a 40 homens para recolha da rede e para os remos dos barcos, hoje substituídos por motores de popa) e cortou o antigo e mais direto elo com o mundo rural, por outro demonstra que os pescadores, detentores de saberes e práticas ancestrais e tradicionais, não são totalmente aversos à incorporação de novas técnicas e equipamentos – o que se deu também com a pesca da lagosta no Brasil – desde que isso venha a maximizar a produção reduzindo o esforço físico. Não seria exagero afirmar que a introdução de máquinas em alguns aspectos da pesca artesanal se deu na mesma proporção do contato dos índios americanos com os instrumentos de metal: produziram mais em menor tempo, e viram suas ferramentas de trabalho durarem mais⁸³. Isso demonstra a importância de estar atento à tradição não numa perspectiva estanque, como acontece muitas vezes em abordagens das Ciências Humanas, enclausurando o objeto de estudo numa condição quase moralista, em que lhe é censurada e vedada toda e qualquer capacidade de renovação da tradição.

⁸² O curta-documentário “É de Espinho, Viva!”, de 1979, realizado por Manuel Baptista, capta com detalhes a utilização das juntas de bois. Disponível no Acervo do Museu Municipal de Espinho.

⁸³ Para maiores esclarecimentos sobre a relação dos índios com esses equipamentos ver Clastres, Pierre (1988), *A Sociedade Contra o Estado*, Rio de Janeiro, Francisco Alves.

Consolidada a ocupação do litoral, será no século XX, com a gestão das pescas pelo regime ditatorial e fascista do Estado Novo, que se registra a maior e mais duradoura intervenção e presença institucional no quotidiano da população marítima piscatória (cf. Garrido, 2004 e 2006, e Macedo, 2008). Apesar de a regulação ser uma constante desde os primórdios da nação portuguesa e também da brasileira (ver a seguir), é nesta época que surge um novo contorno da intervenção institucional: a burocratização. De facto, ainda hoje a figura do Estado é forte na gestão da atividade dos pescadores brasileiros ou portugueses, numa teia burocrática envolvendo vários órgãos em ambos os países: Ministérios do Trabalho, da Defesa, da Segurança Social, do Meio ambiente e da Previdência, a Marinha (Capitania dos Portos), Direção Geral das Pescas e Regiões Hidrográficas Regionais em Portugal, Secretaria Especial da Pesca, no Brasil, com estatuto de Ministério. Entretanto, há uma diferença fundamental. No Brasil, mesmo no período do Estado Novo de Vargas, a intervenção estatal não buscou dissimular diferenças de classe entre trabalhadores e empresários do setor pesqueiro, tão pouco penetrou no espaço doméstico, pelo menos não na mesma intensidade que se deu em Portugal.

Nesse sentido, os estudos levados a cabo por Garrido são de uma riqueza e importância ímpar na historiografia portuguesa. Centrados na pesca do bacalhau, eles evidenciam como as políticas das pescas foram um dos principais fundamentos do regime salazarista. Para além dos aspectos políticos e económicos, Garrido destaca um exemplo de gestão do imaginário, a Bênção dos Barcos, que sustentava a ideologia do regime:

Ponto alto da representação épica da 'campanha do bacalhau', a bênção dos bacalhoeiros recolhia toda a sua força e eficácia simbólicas da forma como o Estado cuidava dos seus aspectos cénicos e do modo espectacular e ao mesmo tempo subtil como exprimia uma sólida aliança entre os três elementos fundamentais do comemoracionismo historicista do Estado Novo: Nação, Estado e Povo são os elementos estruturantes de um enlace primordial que o

Estado presume refazer através da ritualização anual da obra de 'ressurgimento da grande pesca' (Garrido, 2006: 239).

A obra de Macedo, por sua vez, ao concentrar-se no estudo de caso de Olhão, demonstra como o regime imiscui-se na vida quotidiana das populações marítimas. Para além da atenção à grande pesca, à pesca distante (a do bacalhau), o Estado Novo recrudescer a sua ação sobre as populações locais que praticavam pesca artesanal. Para entranhar-se no ambiente doméstico, o Estado Novo salazarista buscou penetrar não somente no campo de trabalho da pesca, mas em todos os campos de sua existência, como a cultura, a religião, e, sobretudo, a assistência social e médico-profilática, empenhando-se particularmente na gestão da escola e da saúde. Recorro a uma longa porém imprescindível citação de Macedo, para se entender a complexidade da intervenção do Estado Novo:

As Casas de Trabalho eram frequentadas pelas filhas de pescadores, onde aprendiam ensinamentos de corte e costura, ensino doméstico, ensino religioso e moral, assim como lições e conselhos sobre como ser uma boa mãe (serviço à “Escola de Mães”) e uma esposa dedicada. (...) Aos pescadores e seus filhos estavam reservadas as Escolas de Pesca, cuja missão consistia, segundo Henrique Tenreiro, em inculcar no aluno “fé em Deus, sem as superstições que levam à prática de falsos deveres e à confiança em coisas vãs; moral de homens de bem, de patriotas esclarecidos” e de bons servidores do ideal político do Estado Novo. (...) A instrução ministrada aos jovens aprendizes encontrava-se dividida em duas partes: uma escolar, realizada no edifício escolar e outra, de aplicação prática, efectuada a bordo, o que implicava a fundação destas Escolas, preferencialmente, junto ao mar. (...) Na Escola Profissional de Pesca, para além de uma educação de fim profissional, os alunos recebiam educação moral e cívica, através da qual os seus superiores pretendiam moldar os seus espíritos, inculcando-lhes os mesmos valores ideológicos do programa de “educação nacional” estabelecido em 1936, por Salazar e Carneiro Pacheco. (...) A doutrina cristã era-lhes, igualmente, inculcada, projectando-se a necessidade de uma religião vivida em pleno, através da realização da comunhão e da frequência regular da Eucaristia, em detrimento da religiosidade popular por estes vivida

nas comunidades piscatórias de onde eram oriundos. Igualmente comuns eram as palestras sobre os malefícios do vinho, os perigos do jogo, da sífilis e de outras doenças venéreas. (...) Para além destas instituições, o Estado fomentou a criação de outros veículos de educação e aculturação dos pescadores, tais como sessões de cinema educativo, a formação de bibliotecas nas sedes das Casas dos Pescadores, de ranchos folclóricos, de grupos cénicos, bandas, colónias de férias. (...) Os benefícios do desporto eram, igualmente, exaltados, fomentando-se a prática desportiva junto dos alunos e pescadores, como forma de melhorar a sua condição física, de maneira a que pudessem, mais facilmente, enfrentar a dureza da faina marítima. (...) Ao que parece, todos os aspectos da formação dos pescadores foram considerados pelo Estado que, neste domínio, evidenciou mais características e apetências totalitárias do que exprimiu práticas que apenas seriam próprios de um corporativismo cristão e paternalista (...). A assistência à primeira infância foi, também, um dos pontos altos da “obra social” que Tenreiro desenvolveu para o sector das pescas; esta pretendia não só preparar as mães, tendo sido criadas para o efeito as Escolas de Mães, onde as filhas dos pescadores recebiam ensinamentos sobre os cuidados a ter nos períodos de pré e pós-natal. Após o nascimento da criança, que poderia ter lugar numa das maternidades espalhadas pelos centros de pesca, e para acompanhar o seu desenvolvimento foram construídos os Postos de Puericultura, o primeiro em Lisboa, em 1942, no antigo edifício da Cordoaria. Nestes postos eram realizadas consultas por um médico puericultor, pesagens de bebés, injeções, vacinas, tratamentos, banhos de limpeza ou terapêuticos, para além de continuarem a ser ministradas noções de higiene e de alimentação, complementadas pelo fornecimento de farinhas e leite. As instituições próprias para este efeito designaram-se lactários. Foram ainda criadas creches e jardins escola para receber os filhos dos pescadores na ausência laboral das suas mães (Macedo, 2008: 78-87).

Em outras palavras: o Estado Novo português, corporativista, implantou uma eficaz e duradoura estratégia daquilo que Foucault chamou de “biopolítica da população”, um poder

cuja função mais elevada já não é mais matar, mas investir sobre a vida, de cima a baixo (...). Este biopoder, sem a menor dúvida, foi elemento indispensável ao desenvolvimento do capitalismo, que só pode ser garantido à custas de inserção controlada dos corpos no

aparelho de produção e por meio de um ajustamento dos fenômenos de população aos processos económicos (Foucault, 1984: 131-132).

Expressão da estratégia de “biopoder” visando garantir assistência à saúde e conseqüente rendimento da capacidade de trabalho dos pescadores foi também a criação do navio-hospital “Gil Eanes”. O “Gil Eanes” teve duas versões (a primeira datada da I Guerra Mundial e a segunda, modernizada, de 1949, já no Estado Novo), mas a mesma função: levar assistência médico-hospitalar aos pescadores de bacalhau que passavam meses na Terra Nova, no Ártico, servindo de apoio também para abastecimento de víveres e transporte de correspondência. O “Gil Eanes” hoje é um navio-museu-pousada ancorado no cais de Viana da Castelo. Uma visita às instalações dá conta da concepção grandiosa da biopolítica voltada à pesca. O navio contava com o que havia de mais moderno na medicina da época: sala de cirurgias, gabinete odontológico e aparelho de raio-X⁸⁴. Tudo para manter e prolongar ao máximo a estadia de pescadores em mares distantes.

FOTOS VII e VIII: O “Gil Eanes” ainda em atividade atendendo a dois barcos no Ártico – foto VII – e em 2009, ancorado no cais de Viana do Castelo – foto VIII (Foto VII extraída do site da Fundação Gil Eanes, e Foto VIII do autor, 2010).



VII-

⁸⁴ No site da Fundação Gil Eanes (<http://www.fundacaogileannes.pt>, acessado em 12-11-2009) consta um resumo da história do navio.



VIII-

Entretanto, se as famílias de pescadores se deixaram tutelar e subjugar pelo Estado Novo no mundo doméstico e no mundo do trabalho, tal sujeição foi também um “essencialismo estratégico” (Spivak) de resistência ao poder institucional, e mesmo de utilização deste em seu próprio favor. Afinal, se por um lado o “Gil Eanes” pode ser encarado como um instrumento de “biopolítica” visando aumentar a capacidade de permanência no mar e de aumento da produção, pode, igualmente, ser visto como uma oportunidade de os pescadores terem, num improvável local (em pleno Oceano Ártico), acesso a recursos e tratamentos médicos que por vezes não tinham sequer em seus próprios locais de residência.

A “obra social das pescas”, ainda que atendesse à demanda ideológica do Estado Novo, também trouxe melhorias materiais significativas para população marítima. O texto de Macedo, reproduzido acima, deixa claro, por um lado, a intenção tutelar do Estado, mas também evidencia que a população passa a ter acesso à educação, saúde e lazer, o que até então não existia. Também a criação dos “bairros de pescadores”, que descrevi na análise da relação do turismo, pode ser compreendida como uma melhoria real das condições materiais de vida proporcionada pelo Estado, uma maneira de a população utilizar as determinações do poder central em seu proveito.

Recorro mais uma vez a Foucault para entender essa relação imbricada poder central – população. Para ele, “o poder está em toda parte (...), é o nome dado a uma situação estratégica complexa numa sociedade

determinada” (Foucault, 1984: 89). Assim compreendido, o poder central não é o único emissor de normas, demandas, desejos e necessidades. Pode ser, antes, uma espécie de catalisador do desejo coletivo.

Se o poder só tivesse a função de reprimir, se agisse apenas por meio da censura, da exclusão, do impedimento, do recalçamento, à maneira de um grande super-ego, se apenas se exercesse de um modo negativo, ele seria muito frágil. Se ele é forte, é porque produz efeitos positivos a nível do desejo (Foucault, 1996: 148).

No caso das populações marítimas brasileiras e portuguesas, os regimes de Estado Novo de ambos os países captaram um comportamento patriarcalista que permeia as relações sociais cotidianas. Ou seja, os regimes de Estado Novo, antes de impor, assimilaram um modelo social e principalmente familiar já presente entre as populações. O mesmo, segundo Holanda (2001), que determinava a ação do “homem cordial”, o “tipo brasileiro” cujo modelo familiar é a antítese da sociedade urbana moderna, em que o “patrimonialismo” prepondera sobre a “burocracia” weberiana, um tipo social formado no interior da estrutura familiar, sob o peso das relações de simpatia, averso aos agrupamentos, às relações impessoais, ao Estado.

O “homem cordial” seria uma extensão do “familiarismo” lusitano que Gil apontou décadas depois de Holanda, mas com afinidades significativas. Em sua análise acerca do Portugal contemporâneo, Gil localiza uma determinada “antiga família” que estaria desaparecendo, mas que marca a sociedade portuguesa nas limitações de suas relações exteriores ao espaço familiar.

Esse tipo de família gerou comportamentos, automatismos, maneiras de se relacionar material e espiritualmente tão poderosos que condicionaram globalmente o que se poderia chamar a *afectividade social*. Ou seja, o modo espontâneo, *imediato*, com que se estabelecia uma relação social qualquer, seguia um padrão determinado, o familiarismo, em que a afetividade familiar representava um eixo essencial. O familiarismo envolvia por dentro o mundo português, desde a família popular até o Estado. (...) Os

portugueses eram todos parentes. O familiarismo induzia uma vasta promiscuidade social, a famosa 'gregariedade' lusitana. (...) Com estilos e intensidades diferentes, reinava na alta burguesia como no povo (Gil, 2007: 54).

Ou seja, sociedades que geraram por si o modelo de imposição captado e praticado pelo Estado. Por outro lado, são tipos sociais que talvez expliquem como se deu, para a população marítima portuguesa, a transição pacífica após o 25 de Abril de 1974, demonstrando sua capacidade de compreender e usar em seu favor a "circularidade do poder"⁸⁵, sua capacidade de resistência do poder local diante do poder central. Porque a desconfiança ancestral das populações marítimas portuguesas para com a regulação dissimulou a resistência sem eliminá-la, prolongando os benefícios que obtiveram do regime ao mesmo tempo em que limitaram efeitos de controle da "biopolítica". Usaram de mecanismos como o do algarvio narrado por Raul Brandão:

Foi ele que inventou ir ao advogado pedir-lhe "um conselho às avessas", figurando a posição do adversário. Depois do que, com o chapéu na mão, que faz girar lentamente entre os dedos pelas abas, conclui: "– Então está bem..." "– Como está bem?!" "– É que eu não sou eu, sou o outro...". Dá aos velhos rábulas as melhores lições de mariolice jurídica (Brandão, 2002: 78).

A seguir à descrição da ocupação do litoral do Brasil, analiso uma característica comum às populações marítimas brasileiras e portuguesas que tem a ver com a circularidade do poder: a religiosidade e disputa do poder local pela via eleitoral.

Em Portugal, no âmbito governamental, de 1935 a 1974 a "Organização das Pescas" regulava aspectos amplos da indústria, da pesca artesanal e do

⁸⁵ Novamente penso em Foucault (2005): "O poder, acho eu, deve ser analisado como uma coisa que circula, ou melhor, como uma coisa que só funciona em cadeia. Jamais ele está localizado aqui ou ali, jamais está entre as mãos de alguns, jamais é apossado como uma riqueza ou um bem. O poder funciona. O poder se exerce em rede e, nessa rede, não só os indivíduos circulam, mas estão sempre em posição de ser submetidos a esse poder e também de exercê-lo. Jamais eles são o alvo inerte ou consentido do poder, são sempre seus intermediários. Em outras palavras, o poder transita pelos indivíduos, não se aplica a eles" (Foucault, 2005: 35).

cotidiano das populações Marítimas. Após o 25 de Abril, a pesca passou a ser regulada pela Secretaria de Estado das Pescas. A partir de meados dos anos de 1980, o Ministério do Mar passou a gerir as pescas em aspectos referentes à economia nacional e à União Europeia. Em 1995, a gestão foi transferida para a instância do Ministério da Agricultura, Desenvolvimento Rural e das Pescas. Quanto a aspectos territoriais, as pescas portuguesas hoje estão sujeitas a interferência de outros órgãos governamentais, como a Capitania dos Portos e o Instituto Nacional da Água.

Somente após o 25 de Abril surgem sindicatos de livre organização pela categoria de trabalhadores. De 1937 a 1974 as Casas dos Pescadores, sob rigorosa tutela do Estado, regulavam a organização coletiva. Foram encerradas em 1976, passando a ter função meramente previdenciária, com a nova denominação de Caixa de Previdência e Abono de Famílias dos Profissionais da Pesca. Em 1942 foi criada a Mútua dos Pescadores, seguradora que agregava aos patrões da pesca, ainda hoje em atividade, mas como entidade privada.

No âmbito da educação de segmento técnico-profissionalizante, cabe destacar um breve histórico do Centro de Formação Profissional das Pescas e do Mar (Formar), criado em 2008 conjuntamente pelo Ministério da Agricultura, Desenvolvimento Rural e das Pescas e pelo Ministério do Trabalho, unificando os vários centros de formação então em atividade, dos quais o mais conhecidos e de contato mais próximo com as populações piscatórias foi o Centro Profissional de Formação para as Pescas (FORPESCAS). Este foi criado em 1986 com dez delegações nos principais centros litorâneos do país (entre eles, Figueira Foz, Sesimbra, Póvoa de Varzim-Vila do Conde, Ílhavo, Olhão, Nazaré, Matosinhos, Viana do Castelo e Peniche). Promovia cursos de formação voltados à pesca costeira, tanto artesanal quanto industrial. Provavelmente tem seu modelo pedagógico inspirado tanto nas Casas dos Pescadores como na Escola de Marinheiros e de Mecânicos da Marinha

Mercante (1946), que em 1969 denominou-se Escola de Mestrança e Marinhagem, passou a Escola das Marinhas de Comércio e Pesca em 1993 e finalmente Escola de Pesca Marinha e do Comércio (EPMC). O FORMAR foi instituído pela portaria ministerial n.º 311/2008, de 23 de Abril, atribuindo-lhe suceder tanto a EPMC quanto a FORPESCAS “no domínio da coordenação e execução da formação profissional ao nível nacional dos profissionais e candidatos às profissões nos sectores da pesca e aquicultura, indústria transformadora, actividades marítimas em geral e actividades conexas” (artigo 3.º, portaria 311/2008).

Contudo, um rol cronológico não é suficiente para se compreender o caso português, onde o Estado Novo, profundamente corporativo, mantinha controle rigoroso de entidades supostamente não-governamentais, tais como sindicatos, “casas do povo”, e das associações mutualistas e previdenciárias. A complexidade das relações corporativas que o Estado Novo impôs ao mundo do trabalho nas pescas a partir dos anos de 1930 até o 25 de Abril. Capitaneada por Henrique Terneiro a partir de 1936, a “Obra Social das Pescas” foi um dos pilares do regime salazarista. Terneiro

exerceu uma liderança forte, carismática e paternalista. Acumulando responsabilidades, viria a ser delegado do Governo junto de todos os grémios das pescas: Sardinha (1938), Arrasto (1939), Baleia (1945) e Atum (1960). Mas foi no mais poderoso e vigiado destes organismos, no Grémio da pesca do bacalhau, que a “Organização das Pescas” se formou. Designação opaca que o próprio viria a consagrar, recobre uma vasta rede de organismos corporativos, sociedades mútuas de seguros, cooperativas, secções mercantis e empresariais de grémios de filiação obrigatória, que ordenou as pescas marítimas portuguesas de 1935 a 1974 (Garrido, 2009: 140).

A relação “promíscua” (Garrido, idem) que os gestores exerceram ao longo de quase quatro décadas influenciou sobremaneira a dependência das populações marítimas para com o Estado no que se refere à educação, profissionalização e questões previdenciárias, mesmo após a queda do regime corporativo oficial.

Apenas por um breve período, entre 1974 e 1986, Portugal experimentou uma gestão da economia sem regulação externa. Talvez seja esse o maior entrave na relação do Estado português com os pescadores que eventualmente se revoltam contra a política de cotas para pescas de determinadas espécies, impostas pela Política Comum de Pescas da União Europeia a partir de 1986 e acatada pelos países signatários, estando Portugal entre eles, não sem alguns prejuízos.

A adesão do país à Comunidade Económica Europeia (...), veio introduzir novas alterações no sector das pescas e a perda da autonomia nas negociações com países terceiros, o que levou, já na década de 90, e no seguimento das percas de oportunidades de pesca em diversos pesqueiros externos, ao fim de uma das pescarias externas mais tradicionais (Marrocos). Sendo no essencial uma política conservacionista, a política de pescas da UE veio introduzir no sector mais restrições no acesso à profissão, à actividade e aos recursos, sendo famosa a sua política de abate de embarcações que, entre outras consequências, tem levado ao desaparecimento de alguns tipos de barcos tradicionais de Portugal. Assim, a evolução recente da pesca em Portugal, se analisada pela óptica das quantidades desembarcadas e quando comparada com outros países da Europa e com o Mundo, mostra bem o comportamento peculiar das pescas nacionais no contexto global. Tendo registado um máximo histórico de capturas em 1964, e ao contrário do comportamento das pescas noutros países, a produção nacional nunca mais voltou a aproximar-se dos quantitativos dos anos 60 e a ligeira melhoria registada no início dos anos 80 voltou a cair a partir de 1986, ano da adesão à CEE. No contexto da produção das pescas dos estados que hoje integram a UE, o país assume posição modesta, apenas se colocando à frente da Bélgica, da Finlândia e da Grécia, encontrando-se muito longe dos níveis das principais potências haliéuticas, como a Dinamarca e a Espanha. Todavia, quando verificados outros indicadores, Portugal revela-se, na UE como um dos Estados mais dependentes da pesca, quer pelo número de pescadores empregues e sua relação com a população activa total, quer pelo consumo de pescado que revela (cerca de 60kg de pescado por habitante/ano). Este consumo, de longe o mais elevado da UE, quando comparado com os níveis de produção, tem conduzido a uma balança comercial extremamente deficitária – com um ritmo crescente – entre as exportações e as importações dos produtos da pesca, que de uma situação de quase equilíbrio no início da década de 1980 passou para um défice superior a 600 milhões de euros em 2002, sendo só o bacalhau responsável por cerca de 40% desse valor. O panorama das pescas nacionais no início do século XXI é, pois, substancialmente diferente do verificado durante grande parte do século anterior (Souto, s.d.).

Entretanto, se desde de 1986 há uma relativa autonomia nacional para prática e ordenação de pescas, o Estado manteve e mantém autonomia de intervenção na educação profissionalizante, o que leva à população marítima a depender quase que exclusivamente da ação institucional neste campo.

4 – Alguns aspectos históricos e geográficos do litoral do Brasil.

No Brasil, a conquista de território pelos portugueses e o estabelecimento dos principais núcleos urbanos inicia-se no século XVI a partir do litoral, passando à interiorização crescente somente após o século XVIII. No Ceará há um movimento inverso ao de boa parte do país, daí Fortaleza, a atual capital, não ter expressão econômica significativa até o século XIX, pois a conquista e dominação veio sobretudo do interior de Pernambuco e da Bahia, com o deslocamento de gado, e os principais núcleos populacionais nos séculos XVII e XVIII eram Jaguaribe, Aracati e Sobral, nenhum localizado à praia (Aracati tem área litorânea mas o principal núcleo urbano, sede do município, está há cerca de 15 km do mar). Mas o que é importante notar é que, desde o primeiro momento no discurso fundador de ambos os países aqui tratados, as populações marítimas e piscatórias tem papel de destaque. O capitalismo e o comércio no Brasil, portanto, são implantados a partir do litoral. Para os europeus, a América foi a segunda margem da expansão capitalista. Pela margem atlântica americana escoaram e transitaram fortunas em forma de madeira, açúcar, ouro, prata, cachaça e gente escrava.

“Território de ninguém”, o mar oceano deixou de ser abismo do mundo eurocêntrico para lhe servir de estrada, caminho, porto seguro. A ‘segunda margem’ tornou-se então portal de entrada e saída para exploração de riquezas ao longo de séculos de colonização. O mar, que trouxe a todos os índios americanos novos inimigos, com poderio material e imaginário para eles desconhecido; pelo qual populações inteiras de africanos foram desterradas; o mar, que de escatológico passou à ‘visão do paraíso’.

Foi também por este mar aberto que se deu a fixação dos primeiros centros urbanos e de pequenas vilas e localidades de populações mestiças de europeus, indígenas e africanos, gerando uma das primeiras e ininterruptas atividades econômicas do Brasil: a pesca. Apesar da propalada

exuberância da fauna e da flora nativa descrita por viajantes de então, há quem afirme que um povoado ‘mestiço’ em terra brasileira se mantinha exclusivamente da pesca – uma localidade próxima à vila de Porto Seguro (BA), habitada por brancos, negros escravos e índios no século XVIII (Da Silva, 2004b). Essa atividade, resultante da necessidade de sobrevivência e do intercâmbio de técnicas variadas, fez surgir emblemas como a jangada (Neves 2001), combinação das balsas indígenas feitas de troncos de madeira com a vela latina trazida pelos europeus que, por sua vez, a herdaram dos árabes.

Como onde há governo há controle (ou a intenção de), desde os primórdios da colônia a produção do pescado era monitorada. Já nos idos de 1534, Duarte Coelho, Capitão hereditário de Pernambuco, baixou norma decretando que o Estado colonial deteria 1/10 do pescado da Capitania de Pernambuco (Silva, 2004).

Mas se há controle, há também resistência. No século XVII acontece a revolta de pescadores contra o monopólio da produção de sal, ingrediente crucial na conservação do pescado. Na região hoje limítrofe entre Ceará e Rio Grande do Norte, nas ainda vastas salinas instaladas entre os atuais municípios de Macau (RN) e Icapuí (CE), era intenso o contrabando de sal por pescadores que burlavam a vigilância do Estado colonial visando baratear o custo da própria produção. Para Câmara Cascudo “o monopólio do sal foi a mais inútil das leis portuguesas” (Cascudo, 1957).

A partir do século XVI foi recorrente a ação estatal no sentido de regular a atividade dos pescadores. Mas somente no século XIX se deu a diversificação de trabalho e ganho, propiciada pelo transporte de cargas variadas, graças ao impulso da produção algodoeira e o aumento da população urbana no Nordeste. Não por acaso vem também do século XIX a primeira listagem oficial de todos os pescadores brasileiros, quando, em 1846, são criadas as Capitânicas dos Portos e Costas e os Distritos de Pesca. As Colônias

de Pescadores surgiram logo no início do século XX e, assim como os Distritos, tinham por objetivo segregar os pescadores para que servissem de reserva para Marinha de Guerra, mas traziam um novo aspecto: reuni-los para melhor controlá-los, atendendo aos interesses de quem detinha o poder econômico na pesca. Um facto que ilustra bem como se deu esse tipo de manipulação foi o episódio conhecido como a saga da jangada São Pedro, quando, em 1941, quatro pescadores cearenses partiram de Fortaleza para o Rio de Janeiro com intuito de serem recebidos pelo presidente Getúlio Vargas e reivindicarem melhores condições sociais para a categoria (Neves, 2001).

Sabe-se que o “Diário do ‘Raid’ ” da Jangada São Pedro não foi escrito por nenhum dos tripulantes, mas sim por Maria de Oliveira Holanda, aristocrata filantrópica, então diretora da Associação de São Pedro da Praia de Iracema, entidade a qual os pescadores eram filiados. Neste Diário, os pescadores são idealizados como corajosos, bravos, patrióticos, ou seja, dentro de estereótipos adequados à ideologia do Estado Novo varguista.

O que se sabe é que no “Diário do Raid” não constam críticas àquele momento político do país (Neves, 2001). Essas apareceriam somente no “Diário de Bordo” que teria sido escrito por um dos tripulantes da São Pedro, Manoel Olímpio Meira, o “Jacaré”. O documento original não teve destino conhecido, mas fragmentos seus foram publicados em jornais da época enquanto os jangadeiros faziam seu percurso. Contrastando com o “Diário do Raid”, os trechos do “Diário de Bordo” de Jacaré permitiram ao menos conferir que a viagem não foi harmoniosa e tranquila como se pretendia na narrativa de Maria Oliveira Holanda.

Entre as reivindicações dessa primeira viagem encontram-se elementos de resistência à introdução de novas técnicas de pesca ‘proto-industrial’, como a utilização de rede de arrasto e uma divisão social que se acentuava, com os donos de embarcações impondo maior participação no lucro resultante das

pescarias, e com os consequentes protestos dos pescadores. Pode-se afirmar que então já era fundamental a defesa da pesca artesanal e da autonomia dos pescadores em seu trabalho. Contudo, releva-se, por um lado, a capacidade de o Estado Novo varguista apreender anseios da população e redirecioná-los em suas políticas e propagandas oficiais (a exemplo do Estado Novo português na “obra social das pescas”) e, por outro lado, a capacidade de leitura que a população marítima tem diante do discurso oficial. Os pescadores da São Pedro

Devem ter compreendido que, através do trabalho, que exigia, cotidianamente, esforço, coragem e bravura, encarnavam elementos presentes na fala da propaganda estatal, e que, portanto, estavam abertos canais de entendimento direto entre eles e os representantes deste Estado. (...) Jacaré e seus companheiros queriam ir de jangada e eles mesmos entregariam o documento reivindicatório ao Presidente e se entenderiam diretamente com este (Abreu, 2007: 121).

Os jangadeiros da São Pedro realizaram outros dois ‘raids’, em 1953 e 1958, com novas reivindicações de melhoria para o trabalho dos pescadores. Vários ‘raids’ aconteceram posteriormente. Aqui cabe destacar o ‘raid’ que, em 1993, realizaram os pescadores da Prainha do Canto Verde (Beberibe-CE). Eles foram de jangada ao Rio de Janeiro, mas desta vez as reivindicações não eram apenas de origem trabalhista. Os pescadores da Prainha chamaram a atenção das autoridades e da população em geral para problemas relacionados à devastação ambiental registrada no mar nas últimas décadas, afetando diretamente seu trabalho e sobrevivência.

Voltando à breve cronologia de estabelecimento de órgãos reguladores da atividade dos pescadores, ainda na primeira metade do século XX se dá a criação da Confederação Nacional dos Pescadores, em 1920, e a criação de um estatuto único para as Colônias, em 1923. Somente depois dos anos de 1960 surgem novas ações do Estado e dos trabalhadores no sentido de regular a pesca, notadamente com a criação da Superintendência do Desenvolvimento

da Pesca (SUDEPE), em 1962, e do Conselho Pastoral dos Pescadores (CPP), em 1970, sendo este último um movimento nacional surgido no bojo das Comunidades Eclesiais de Base (CEB's) da Igreja Católica a partir de 1968. O CPP representava uma novidade: era o primeiro movimento de massa organizado que pretendia reunir os pescadores sem a tutela do Estado. Atualmente, e desde 2008, foi criada a Secretaria Especial da Pesca, com estatuto de Ministério, que não tem prerrogativa de lidar com os trabalhadores (a cargo do Ministério do Trabalho e Emprego) e sim com a produção de pescado.

Essas entidades, em que pese o carácter governamental de algumas delas, não deixam de ser importantes, pois podem agir como intermediários entre diferentes tipos sociais e o Estado, pois

a consciência de classe do proletariado não deve ser buscada numa abstrata e ideológica operação de separar a ciência e a ideologia, mas, concreta e materialmente, pode ser apreendida no exame das instituições criadas pela classe (uniões, ligas, sindicatos, jornais, partidos) e nas relações mantidas por essas diferentes instituições com as classes dominantes, os setores sociais intermediários e o Estado (Hardman, 2002: 39).

Graças a essa trajetória é que os pescadores artesanais do Brasil hoje detem direitos básicos mínimos, como seguro de desemprego quando se trata da captura de determinadas espécies que tem período de reprodução protegido por lei (como o caso da lagosta, cuja captura é proibida de Janeiro a Maio) e aposentadoria em regime diferenciado.

A ocupação do litoral e adensamento populacional nos centros urbanos de Brasil e Portugal seguiu, portanto, temporalidade diferentes, mas uma mesma dinâmica: o crescimento urbano e a atividade pesqueira se deram em contacto direto e permanente com a atividade agrícola e rural. No caso da Redonda, isso é uma realidade presente, pois praticamente todas as famílias conquistaram, a partir dos anos de 1970, uma parcela de terras devolutas

localizada numa faixa que vai da praia até sete quilómetros rumo ao interior. De suas propriedades extraem algum cereal ou tubérculo para consumo domiciliar (milho, feijão, mandioca e batata-doce) mas, sobretudo, castanha de caju, fruto abundante por ser natural da zona e demandar de pouco trabalho no plantio. A “época do caju” é entre Agosto e Novembro, e a castanha tem valor comercial, sendo vendida diretamente pelos pescadores que, dependendo da produção de lagosta, dedicam mais ou menos tempo à atividade complementar⁸⁶.

Se a gestão da terra depende do esforço de cada família proprietária, no mar não se detem o controle total do território, que é também simbólico, mesmo porque não há propriedades privadas. Parte desse simbolismo advem, dentre outros aspectos, das práticas religiosas, que são importantes na definição de territórios marítimos das populações.

5. A importância do “local” na religião, na diferença sexual e na relação da identidade com a política.

5.1 - A religião.

O objetivo central deste item é demonstrar como estão imbricadas as relações materiais e simbólicas de poder, inclusive as relações entre Estado e religiosidade, em agrupamentos tidos como “tradicionais”, como em geral são vistas as populações marítimas. Antes de prosseguir, esclareço que os termos “religião” e “religiosidade” aparecem aqui como sendo de matiz católico-cristão, com aspectos múltiplos, mas principalmente como intercessores cotidianos entre o real e o imaginário das populações abordadas. Também esclareço que o “Estado” deve ser compreendido como poder institucional interventor e regulador da economia, com o qual as populações constroem relações

⁸⁶ Complementar mas não igualitária, pois a castanha atinge, em 2009, o valor máximo de R\$ 1,00 por quilo produzido. Do sumo caju também se extrai um tipo de vinho.

paradoxais e simultâneas de conquista e de enfrentamento, no intuito de resistir à regulação plena, resistência que, de acordo com o perfil do Estado interventor (se ditatorial ou liberal), se reconfigura, varia, mas não desaparece. Adiante busco demonstrar que a prática religiosa, calcada nas identidades locais, é um dos elementos dessa resistência.

Se entre as populações marítimas de Portugal a transição de um longo sistema de tutela estatal para um regime democrático pôde se dar sem grandes convulsões sociais, a explicação pode estar na relação dessas populações com a religiosidade e a superstição. A capacidade das populações piscatórias de se desligarem de aparelhos estatais de assistência social após um longo período de repressão revela uma profunda desconfiança dessas para com o Estado, ao qual sempre foram refratárias. Mas revela também um traço pré-capitalista e mesmo “pré-moderno” que ainda prevalece, como a forte crença no religioso e no sobrenatural que persiste nas sociedades tradicionais, um sinal claro de que não romperam totalmente com referências simbólicas de poder.

A questão da identidade, nestes contextos, tem relação direta com a questão da territorialidade “local” e das práticas locais de religiosidade. As práticas religiosas, em âmbito local, extrapolam a esfera clerical e estatal, e fazem com que o “poder” transborde da esfera institucional. Podem ser encaradas como exemplos do que Foucault chamou de “circularidade do poder” (*op. cit.*, pg. 169). Decisões e estratégias são tomadas considerando não só poder institucional, do Estado, mas também o imaginário laico.

As populações marítimas portuguesas e brasileiras assimilam e reelaboram a religiosidade católico-cristã, vivenciando-a enquanto “um poderoso elemento de coesão política” (Ginzburg, 2006: 81). Extrapolam o campo da própria religião, imbricando-o com a lida cotidiana das populações

que vivem e dependem de uma atividades mais arriscadas do mundo do trabalho, o trabalho marítimo.

Quanto maior o risco e a incerteza, maiores são as referências ao sagrado-religioso. Entretanto, um risco menor, se leva à diminuição das referências sagradas, não as elimina de todo, e acrescenta outras, também pessoais e importantes (como a família, o clube de desporto, o local de origem). É o que se pode observar nas pequenas lanchas de pesca de Peniche e no Algarve, na zona da Ria Formosa, em Faro e Olhão.

A modalidade de pesca executada nestas zonas de litoral recortado é de risco menor que a de mar aberto do Centro-Norte de Portugal⁸⁷. Contudo, os pescadores sempre buscam se fazer acompanhar de seus lugares de pertença (tangíveis ou simbólicos), representados nos nomes de seus barcos. Conduzem consigo suas aspirações e temores, nomeando o barco com referências idílicas (“Sonhe Comigo”), zombeteiras (“Paga Pouco”) ou arrojadas (“Envenenada”). A seguir, listo alguns nomes de barcos que o exemplificam⁸⁸.

PENICHE

Pesca (bateiras e lanchas pequenas): Silvinha, Diana Rafael, Cristiana Soraia, João Codinha, Cláudia, Cari, Júlia Maria, Zinia, Cristina Capítulo, Alvissusa, Bia, David Patrícia, Luisabete, Neuza, Ana Cláudia, Nuno Manuel, Emanuel, Patrícia, Sandra Miguel, Sérgio Marco, Ruth, Ana Lisa, Rita, Luisinho, Josemar, Duas Netas, Rui Hélio, Rita Pacheco (nome da esposa de José Ivo Pacheco, 70 anos, pescador desde os 13, que estava a fazer reparos no barco quando da coleta desses nomes).

Faro

⁸⁷ Não me refiro aqui à pesca de modalidade de cerco, industrial, que prevalece em Peniche, praticada em barcos grandes e distante da praia.

⁸⁸ Compilei os nomes em visitas de campo entre 02-04-2010 e 07-04-2010.

Barcos marisqueiros e de pesca artesanal (risco menor, mantem santos e nomes próprios, mas variam também entre trabalho e lazer):

Ando com Deus, Graças a Deus, Cristão, Três Irmãs, Faísca, Madrugada, Benfica, Espanhol I, Ostra, Andreia, Beira, Carlos Pacheco, Boa Fortuna, Charlot, Canário, Ivone, Dois Unidos, Vila Moura, Nélia Jorge, Custodio, Dora Cristina, Amor de Mãe, Tic-Tac, My Toy, Mana Sofia, Ricardo, Trindade, Totó.

Olhão

Barcos marisqueiros e de pesca artesanal: Aba, Tiago Brito, O Jornal, Glorioso, Grelhas, Furão, Mar de Fora, Três Filhos, Vilma, Pinguim, Tíbio, Mida, Marco, Fábio e Bruno, Meu Amigo, Lúcia e Ana, Vai e Volta, Auxiliar, Arrais, Força Verde [*com escudo do Sporting, clube de futebol lisboeta*], Hugo, Esperança, Clamar, Benfica, N.S. do Carmo, Nelinha, Meu Bom Amigo, Sílvia, Elisabete, Envenenada, Aldinha, Jéssica, O Puto, Mestre Russo, Puchi, Fatucha, Apóstolo São Paulo, Paga Pouco, Sabiá, Sonhe Comigo, Salta Pra Terra, Armazém, Alfatucha, Sra. Da Nazaré, Reformado, Farinha.

Para os pescadores artesanais, é uma maneira de nunca ir para o mar “sozinho”, e tampouco contando somente com proteção formal do seguro ou da previsão meteorológica. A “providência divina” e o familiarismo antecedem ou pelo menos são considerados tanto quanto a “previdência social”. A única modalidade de pesca onde o sagrado e o familiar não prevalecem (embora não sejam eliminados) é a pesca desportiva, apartada do mundo do trabalho, como demonstra os nomes dos barcos que compilei na marina de Peniche em 02-04-2010⁸⁹:

⁸⁹ A tendência é a mesma em diversas outras marinas por onde passei na Península Ibérica (como por exemplo em Vigo e Barcelona, na Espanha, ou em Figueira da Foz e Viana do Castelo, em Portugal). É interessante notar também que a ligação com o sagrado se mantém em embarcações que deixaram a função original (pesca artesanal) e foram redirecionadas ao turismo, como pude constatar em Málaga, Espanha, onde alguns barcos sequer mantiveram os nomes originais, mas nos cascos é recorrente a gravura da imagem da virgem de Carmem, padroeira local.

Barcos de Recreio: Nova Fé, Hortomar, Erika, Adonay, Seis Estrelas, Roco, Nova Vaga, Cochicho, Camacaia, Japeri, Marisa, Desportista, Noivo, Fixe, Tó, Alf, Miguelmar, Jacques, Gato I, Amirai, Breni, Isimar, Fueco, Sonho, Faneca, Nelson, Patrício, Nelmar, Fúria dos Mares, Jurema, Velosus, Lusitânia, Vovoni, Lucky, Calypso, Maestro, Só Bogas, Scalabis, Marota, Edgar, Joaquim Badana.

Entre populações marítimas, Deus é invocado para proteger, mas também a ser sócio, a fiar a empreitada da lida diária do mundo do trabalho. Esse vínculo ancestral com a religiosidade impede, em grande medida, o desenvolvimento de um “espírito capitalista” (Weber) entre essas populações. Em outras palavras: a desconfiança para com o Estado não permite que prevaleça, totalmente, uma relação laica entre sociedade e instituição política, e barra o desenvolvimento de um “espírito capitalista” dadas as incertezas da atividade laboral.

Trata-se de uma estratégia de não abrir mão dos laços simbólicos, entre os quais prevalecem o sagrado. Nas populações piscatórias, a crença na religião contra adversidades de toda ordem material permanece. Elas não incorporaram totalmente a segurança estatal. Os Estados e o grande capital, ao contrário, a partir do século XVI, substituíram a “providência divina” pelo sistema de seguros. Sloterdijk, ao introduzir sua reflexão “Entre Justificações e Seguros Sobre o Pensamento Terrestre e Marítimo”, afirma que

o sistema nascente de seguros é um dos percursores da modernidade sistêmica na medida em que se define a modernização como uma gradual substituição de vagas estruturas imunitárias simbólicas, do tipo das interpretações religiosas últimas dos riscos da vida humana, por prestações de segurança sociais e técnicas exatas. Em certos pontos essenciais, o seguro das profissões comerciais toma o lugar do que até aí parecia estar nas mãos de Deus. Tal diz respeito sobretudo à prevenção contra as consequências dos azares imprevisíveis. Rezar é bom, o seguro é melhor; é desse ponto de vista que nasce a primeira tecnologia

imunitária da modernidade, pragmaticamente implantada. No século XIX, juntar-se-lhe-ão a segurança social e as instituições médico-higienistas do Estado providência (Sloterdijk, 2008: 96).

Não é esse, ainda hoje, o movimento das populações marítimas, profundamente desconfiadas do Estado. José Gil afirmou que “jamais a ciência e a tecnologia da idade moderna foram capazes de erradicar a magia e a feitiçaria das práticas culturais da sociedade” (Gil, 2004: 84), o que é válido sobretudo em populações que vivem em contato direto com a natureza. Nessas persistem sistemas ancestrais de crenças e de curandeirismo, marcas de outras temporalidades onde o acesso a tratamento médico e a medicamentos era raro ou mesmo impraticável. Benzedeiras, raizeiros e outras categorias de “sábios populares” continuam praticando antigos conhecimentos aos quais recorrem as populações tradicionais quando se confrontam com anomalias e contradições (Geertz, 1997) às quais não são dadas respostas objetivas no plano material. Nas praias do interior do Brasil e de Portugal isso não é diferente. Curandeiros e sábios populares estão vivos e atuantes, muitas vezes gozando de prestígio tanto quanto os clérigos, autoridades legais ou médicos.

É importante, nestes contextos, perceber a eficácia das crenças, dos simbolismos plenos de significados. Pois atrás de aparentes superstições, há muita sabedoria, há campos desprezados pela ciência convencional, aquela que pratica o “epistemicídio”, literalmente, a destruição de outros conhecimentos, o que ameaça a “preservação da biodiversidade, só possível por formas camponesas e indígenas de conhecimentos e que, paradoxalmente, se encontram ameaçadas pela intervenção crescente da ciência moderna” (Meneses e Santos, 2005: 49). Nesse quesito, convém considerar as narrativas, pessoais e/ou literárias que, antes de terem a pretensão de “verdade”, demonstram que existem conhecimentos que não são de todo compreendidos e considerados pelo “saber científico”.

Em 2001, Natanael Crispim, (o “Tana”), pescador da Redonda hoje com 40 anos, me descreveu de memória a história de um pescador que, chegado em terra após ter sido ferido por uma raia numa época de poucos recursos médicos em Icapuí ou mediações, foi “curado” por uma mulher sábia e experiente que se fez ficar a sós com ele num recinto e teria friccionado a própria vagina sobre o ferimento. José Gil, em debate após palestra no IV Simpósio Internacional de Filosofia Nietzsche-Deleuze, em Fortaleza (2002), relatou o caso de um jovem da Córsega que, filho de uma curandeira local, destacava-se em sua vila pelo temperamento calmo e por não se meter em sarrilhos, como a maioria dos corsos seus vizinhos. “Todos os dias, antes de sair de casa, encho-lho os bolsos de sal”, teria relatado a mulher a Gil. Em 1922, Raul Brandão, ao discorrer sobre o quotidiano de Mira, onde os pescadores “quando chegam a velhos não podem trabalhar” por não existir então “simulacro de cooperativa e a lei de seguro não os abrange”, relata um curioso rito de cura então praticado:

Às vezes a onda vira o barco, envolve os homens e deixa-os sem sentidos. Quando os tiram por mortos, para fora do mar, metem-nos no sal como as sardinhas, ‘para lhes apertar os ossos’. É grande remédio, dizem. Ano passado houve um que, depois de estar no sal quarenta e oito horas, ainda tornou a si.... (Brandão, 2002: 36).

No caso específico da religiosidade católico-cristã, marcada pelo sincretismo entre as populações marítimas, persistem reelaborações advindas de uma cultura ancestral: a cultura oral (Ginzburg). O movimento traçado pelas populações marítimas segue pautada pela oralidade, o que permite afirmar que aspectos ancestrais de religiosidade permanecem nos dias de hoje paralelamente à gestão institucional do cotidiano. Entretanto, convém apontar para disputa do poder local (político e/ou simbólico) que eventualmente as populações marítimas promovem no campo da religiosidade.

Maioritariamente católicas, as populações marítimas de Brasil e Portugal mantem com a religião institucional uma relação de respeito, mas também de

disputa de poder simbólico. Um exemplo está na condução das procissões e festas públicas ligadas a santos.

Em Portugal há a festa de N. S. da Ajuda, em Viana do Castelo, hoje um tanto espetacularizada, mas cujo ponto alto é o desfile de embarcações pelas ruas da cidade. Em Espinho, além das festas em louvor a N. S. da Ajuda e N. S. do Mar, a procissão de São Pedro⁹⁰, em 29 de Junho, inicia-se na capela em honra ao santo (localizada exatamente na fronteira entre o Bairro Piscatório e o centro de Espinho), percorre centenas de metros de vias públicas na zona central da cidade próxima à praia, e termina em um dos barcos tradicionais utilizados pelos pescadores do Bairro, onde três párocos conduzem a bênção às embarcações e “gentes do mar”.

A procissão é conduzida por um rol de santos e santas levados em andores, tendo São Paulo, o guerreiro, à frente (o dia de São Paulo é também 29 de Junho), e por último, o andor de São Pedro, carregado por pescadores paramentados “à antiga”, com barrete (gorro), camisas de mangas compridas, descalços e com as barras das calças dobradas. Atrás de São Pedro é que vem o pálio sustentado por soldados do Exército português e sob o qual estão os párocos e, atrás destes, autoridades civis e militares. Assim, no território simbolicamente mais importante da procissão, os pescadores apropriam-se do poder de condução do Santo e precedem às autoridades eclesiásticas e políticas.

FOTOS IX, X e XI. A condução do andor de São Pedro e do pálio, e a bênção final (fotos do autor, 2009).

⁹⁰ São Pedro é o padroeiro dos pescadores tanto no Brasil quanto em Portugal. Há nisso um orgulho pois Pedro, que era pescador, segundo o Novo Testamento foi o primeiro papa, designado pelo próprio Jesus Cristo.



IX-



X-



XI-

Na Redonda, igualmente, prevalece o catolicismo, embora a presença protestante seja marcante, o que impõe diferenças que devem ser consideradas. Os católicos, por exemplo, não vão à pesca em dias “santos”, como São Pedro ou Nossa Senhora dos Navegantes (08 de Dezembro), paralisação que não existe entre os pescadores protestantes. O catolicismo propicia uma certa ritualização da saída para o trabalho. No amanhecer do dia 1º de Maio de 2004⁹¹, reabertura dos trabalhos na pesca de lagosta, um coro de dezenas de mulheres fez ecoar, em procissão pela vila, um hino católico tradicional cujo refrão diz: “Senhor, tu me olhastes nos olhos / A sorrir,

⁹¹ Até 2006, o reinício da pesca coincidia com o Dia do Trabalhador.

pronunciastes meu 'nome / Na praia, eu larguei o meu barco / Junto a ti, buscarei outro mar⁹²".

À procissão, antecedeu um café-da-manhã comunitário que reuniu praticamente toda a vila de Redonda. A seguir, dezenas de jangadas transportaram, para os botes, os pescadores e seus aparelhos de pesca, iscas, víveres, iniciando uma rotina que se estabelece a partir de Maio e, em ano de boa pesca, se estende até Dezembro.

As populações marítimas prescindem da mediação eclesiástica para associarem-se ao sagrado. Exemplo evidente, mais uma vez, é a nomeação dos barcos. Na Redonda, boa parte dos cerca de 200 botes a vela seguem essa tendência (o barco vencedor da regata local de 2002 foi o "Espírito Santo"). No Bairro Piscatório de Espinho, entre os sete barcos em atividade está o "A Lei de Moisés". No interior dos outros há sempre algum símbolo religioso, seja uma cruz de madeira ou inscrições como "Fé em Deus" (no interior do barco "Vamos Andando"). No Museu Municipal de Espinho, inaugurado em Junho de 2009, o barco que orna o jardim, recolhido junto ao Bairro Piscatório, é o "Mar Salomão". Num chuvoso 02-10-2009 fiz uma incursão em Castelo do Neiva (Norte de Portugal, onde se pratica pesca artesanal de peixes e camarão da costa), constatei que entre os 31 barcos recolhidos à terra, 22 tinham nomes de santos ou alusões ao sagrado: N.S. Aparecida, Santa Joana, Fé em Deus, N.S. Agonia, Emmanuel, Pedro e Paulo, Berço de Jesus, São Rafael, Luz de Deus, Mãe de Jesus, Santiago do Neiva, Luz de Deus, Almas Santas, Nova Sra. Da Bonança, Filho de Deus, Senhora

⁹² O hino se chama "A Barca", e a letra completa é: "Tu te abeiraste da praia / Não buscaste nem sábios, nem ricos, / Somente queres que eu te siga. / Senhor, tu me olhastes nos olhos. / A sorrir pronunciastes meu nome. / Lá na praia eu larguei o meu barco. / Junto a ti buscarei outro mar. / Tu sabes bem que em meu barco/ Eu não tenho nem espada, nem ouro, / Somente redes e o meu trabalho. / Tu, minhas mãos solicitas. / Meu cansaço que a outros descansa. / Amor que almejas seguir amando. / Tu pescador de outros lagos, / ânsia eterna de almas que esperam. / Bondoso amigo que assim me chamas." Agradeço a Rosivaldo Pereira de Melo, colega na graduação em História da UFC, pela letra de "A Barca".

da Paz, Sra. Da Boa Morte, Mãe da Fé, Coração de Jesus, São Francisco, Sra. Das Boas Novas e Jesus Cristo.

Nessas vilas prevalece uma ausência prolongada do Estado, de autoridades, de padres ou párocos, que nelas não residem e/ou não estabelecem representações permanentes. A população então se apropria das conduções dos ritos religiosos e de cura, mantendo prudente distância, adaptando-se como adaptou-se à ausência do Estado que, quando se implantou junto a elas, o fez usando de repressão e/ou dos instrumentos do “biopoder”.

No espaço da cura e da religião, emerge a presença e a importância das mulheres, que ocupam a liderança onde antes não penetravam, uma operação presente na religiosidade católica, apesar de controversa. Pois o cristianismo exclui a mulher da condução do rito, e vai legar ao ocidente o modelo patriarcal e heteronormativo no qual a mulher tem um lugar não muito diferente do que lhe era reservado na antiguidade greco-romana:

A posição social pública é desapropriada para elas a menos que sejam membros da casa imperial; é esperado que manifestem as virtudes tradicionais de modéstia, castidade, e devoção aos deuses e à família. O objetivo da vida das mulheres é o casamento e a gravidez, e este também é o fator mais importante na saúde delas. Devem ser protegidas da exploração de sua fraqueza por homens indignos de confiança e prevenidas de auto-afirmação, falta de modéstia. Quanto aos seus defeitos apontam o fato de falarem muito e se preocuparem demasiadamente com sua aparência, necessitando de ajuda para conter seus impulsos, não obstante, há presença de mulheres boas que são fiéis, modestas e competentes em suas vidas domésticas e conseguem entender e agir conforme os princípios morais. Virtudes que são manifestadas apenas na vida privada. Algumas dessas questões foram questionadas por crenças cristãs, mas o Cristianismo, assim como outras religiões da mentalidade predominante, mantém a mesma postura com relação à mulher. A reivindicação cristã que os homens e mulheres são espiritualmente iguais não teve nenhuma consequência mais prática, assim como a reivindicação filosófica que as mulheres podem

manifestar as mesmas virtudes como os homens (Siqueira, 2004: 102).

Paradoxalmente, será o mesmo catolicismo que proporcionará à mulher um lugar fora da família e do lar para exercício de outras atividades, algo que Siqueira destaca com perspicácia:

O Cristianismo introduz uma prática que acomunava homem e mulher em um compromisso com Deus que podia requerer o abandono dos deveres com a família e Estado. Pela primeira vez, algumas mulheres podiam rejeitar o casamento e a gravidez, e viver em casa com suas mães, ou em solidão, ou em uma comunidade de mulheres. A oração e estudo de Bíblia podiam deslocar os afazeres da vida doméstica, as mulheres sempre puderam participar em cultos religiosos e fazer oferecimentos aos deuses, podiam alcançar fama duradoura dedicando à Igreja e ao serviço de Deus (Siqueira, 2003: 2).

Deve-se indagar qual passou a ser o papel das mulheres, a partir do contato com a indústria da pesca, e até que ponto alterou-se a “política do macho, da dominação masculina”, na qual “o que permanece lamentavelmente ignorado é a história do machismo e da masculinidade, muito tipicamente assumida como normal e por isso, normativa, não problemática” (Lins, 1997: 80). Se no espaço religioso a “acomunação” entre homens e mulheres das populações marítimas é viável, ela é complexa no mundo do trabalho, dado o modelo heterocapilista que permeia os espaços da produção material e simbólica, sobre o que passo a discorrer a seguir.

5.2- Corporalidades e as Mulheres do Mar: Saúde, heterocapitalismo e a diferença sexual.

5.2.1- O “novo” corpo do pescador.

O corpo deve ser “encarado como um foco para a resistência e a crítica populares dos significados oficiais” (Porter, 1992: 305). Pois os homens não são apenas seus corpos, mas o corpo não pode ser negligenciado na análise histórica, posto que “os aspectos físicos podem oferecer um índice mais

confiável do que os salários para o estabelecimento das alterações no padrão real de vida” (Porter, *idem*).

A partir dos anos de 1950 e 1960, com o advento da pesca industrial, os pescadores artesanais de lagosta do Brasil travaram suas “guerras” particulares para se adaptarem à nova modalidade e para reorganizarem seus hábitos, seus saberes e suas relações com a natureza, a começar do próprio corpo. Em antigas fotografias de pescadores cearenses, os trabalhadores aparecem, comumente, usando camisas de mangas longas e calças de algodão cru, chapéu de couro ou de palha, com abas largas⁹³. São poucos os que aparecem nas fotos sem essa indumentária, ao contrário do que se vê nas praias ou nas fotos de hoje. A perda de costumes assim traz consequências negativas para a saúde do trabalhador. Ao se proteger cada vez menos do sol, abandonando a antiga indumentária e não tendo acesso a cosméticos (cremes) de proteção contra o sol, o pescador está mais sujeito às doenças da pele. O reflexo do sol na água também causa outro problema de saúde frequente entre pescadores: deficiência visual, principalmente catarata. Com a visão limitada, o pescador tem dificuldade para localizar cardumes ou recifes onde jogar seus anzóis ou suas armadilhas. Também lhe é mais difícil a localização de pontos referenciais que lhe servem de baliza com a qual determina o rumo a ser seguido tanto na ida quanto na volta do mar. Geralmente os pescadores alinham sua embarcação com dois marcos fixos em terras (postes, casas, árvores, dunas, arbustos), tanto para orientar o rumo que seguirão no mar quanto para localizar seus manzuás e cangalhas, ou para desviar de pedras e voltar aos locais onde habituaram a ancorar seus botes e recolherem jangadas na praia.

Nem todos os pescadores optaram pela lagosta como atividade prioritária, como é o caso de Ezequiel Honorato dos Santos: “Pesquei lagosta muita não. Na época mesmo assim, que começaram assim, pesquei pouco,

⁹³ Ver Santana, Thiago (2000, org.), *Mar de Luz-Litoral do Ceará*, Fortaleza, Tempo d’Imagem.

pescava mais era peixe. Não dava para mim não, saí fora, as armadilha pra mim não tinha produção” (*sic*). Entretanto, abandonar a pesca da lagosta como atividade prioritária não significa que Ezequiel deixou de estar sujeito aos mesmos males que acometem seus colegas. Até o ano de 2001, ele ia ao mar frequentemente para pescar peixe. Diminuiu essa intensidade a partir de 2002, alegando “vista cansada”. Não raro, o corpo do pescador artesanal é marcado, esculpido pelo esforço físico característico de seu trabalho, marcado na pele que vai se ressecando, curtida ao sol, com as rugas precoces provocadas pelo forçar da visão. Ezequiel é mais um exemplo vivo do que é capaz a “máquina de moer gente” (Darcy Ribeiro) que foi e é o Brasil para o trabalhador braçal e artesanal.

Também a saúde da população marítima cearense, dependente da pesca, está estreitamente relacionada com o volume da produção do pescado e os rendimentos que obtem para manutenção de uma melhor qualidade de vida, como mostra, por exemplo, a taxa de mortalidade infantil de algumas localidades. Em 1991, em Redonda, à época sem recursos médico-hospitalares sofisticados, 10 crianças com menos de um ano morreram no período de suspensão da pesca. Reflexo de um quadro geral em Icapuí, onde, em 1991, 17 dos 28 óbitos de crianças com menos de um ano ocorreram no período defeso, sem pesca⁹⁴.

Nesse contexto, é esclarecedora a conclusão do Sistema Nacional de Emprego (SINE) do Ceará, sobre a saúde dos pescadores:

Sabe-se que essa categoria continua sofrendo sérios riscos de doenças e acidentes no desenvolvimento de suas funções. Isso foi denunciado pela Federação e pelo Sindicato da categoria. (...) O representante da categoria denunciou a existência das seguintes enfermidades: cegueira, insolação, desidratação, queimaduras, traumatismo, doenças na coluna, doença mental, quedas, varizes,

⁹⁴ “Pesca proibida, mortalidade em alta”, *Jornal do Brasil*, 19-01-1992, *apud* Andrade, Odorico Monteiro e Goya, Neusa (1992), *Sistemas Locais de Saúde em Municípios de pequeno porte: a resposta de Icapuí*, Fortaleza, Instituto Cidadania.

hérnia, calosidades, doenças de pele, distúrbios de audição, intoxicação, lombalgia, entre outras; afora o risco de afogamento, sempre fatal (Felismino *et. al.*, 1989).

Extrapolar a percepção objetiva e atentar para aspectos sensoriais também pode ajudar a compreender o que nem sempre é visível às análises ‘objetivas’. É interessante, por exemplo, considerar outras alterações corporais a partir do estabelecimento da pesca industrial de lagosta, que, para a população, vão além do aspecto económico ou sanitário.

A produção intensa de lagosta trouxe também novos hábitos alimentares para a população cearense. Praticamente todos os entrevistados neste trabalho narraram que, até a introdução da pesca empresarial, o pescador usava a lagosta como isca para pegar outros peixes no anzol, e não era dos pratos locais mais apreciados. Só depois passou a constar no cardápio regional.

Genésio dos Santos Caraça, o “Tibiro”, morador de Canoa Quebrada, confirma a informação, relatando algo parecido: “Antes de 56, 55, ninguém nem comia [*lagosta*], dizia que fazia mal. A pesca era de peixe, que a gente vendia pros *marchand* [*nome dado ao comerciante intermediário entre o pescador e a indústria*]”. Facto confirmado no relato de Vicente Viana, outro pescador que presenciou o início da pesca. Segundo ele, “vinha tanta lagosta no anzol que a gente rebolava [*jogava fora*] e achava rin [*ruim*] porque não era peixe” (*sic*). Em uma de nossas muitas conversas, “sêo” Vicente contou que nos anos anteriores à pesca, os cardumes de lagosta eram tão fartos que uma pessoa era abordada por eles caso entrasse na água vestida de branco, cor que atrai o crustáceo. Segundo ele, as primeiras iscas usadas na pesca eram cacos brancos de louça ou cerâmica, colocados dentro das armadilhas (a isca comum é cabeça de peixe).

Quanto a gastronomia, a adaptação foi tanta que, além de a lagosta ter sido assimilada no Ceará, as famílias de pescadores passaram a apreciar a

parte do crustáceo que tem menos carne e de onde ela é mais difícil de ser extraída: a cabeça. A alegação popular generalizada é de que na cabeça se concentra a gordura da lagosta, bastante saborosa quando misturada com farinha de mandioca, mas há também um aspecto de “essencialismo estratégico” a ser observado. A cabeça da lagosta não tem valor comercial na indústria da pesca, e pode ser consumida nas praias sem prejuízo para o orçamento do pescador.

Há indícios de que não somente os hábitos da população praiana se modificaram. No auge da “guerra da lagosta” uma notícia de *O Povo* ironiza a adaptação alimentar dos brasileiros ao crustáceo:

Simple questão psicológica. Todo mundo agora quer comer lagosta: até o presidente Jango. Observadores acreditam que a ‘guerra da lagosta’, tão ativa no noticiário dos jornais, venha contribuir para o aumento do consumo interno do crustáceo. Presentemente, enquanto se mobilizam as forças armadas para proteger o crustáceo ‘pivot’ da ‘guerra’, a população civil, pelo menos nesta capital, revida a ação belicosa dos franceses com uma boa pedida, nos restaurantes, de uma lagosta ao molho de sua preferência. Isso é fruto de simples sugestão. Até o presidente da República, segundo as agências noticiosas, está preferindo jantar lagosta (*O Povo*, 01-03-1963).

Desconsiderando o tom de piada da notícia acima, confirma-se o que as entrevistas demonstraram: apesar da importância econômica para as exportações nacionais, a lagosta não era um prato típico no Ceará nem no Brasil. O que também ajuda a entender porque não houve envolvimento massivo da população quando da “guerra da lagosta”.

A introdução de novos costumes e tecnologias alterou profundamente as práticas de pesca locais e as relações sociais entre as populações marítimas, tendo consequências mais sérias que as da gastronomia. Alterações significativas ocorrem no campo da diferença sexual, e abordo algumas delas a seguir.

5.2.2- Heterocapitalismo e as Mulheres do Mar.

Em *A História da Sexualidade*, Foucault define a base da sociedade capitalista: o modelo familiar burguês, patriarcal, onde não se admitem desvios comportamentais questionadores ou desestruturantes do modo de produção capitalista. A partir deste modelo surgem uma série de discursos e normas sociais para regular as relações de poder entre capital e trabalho. Na mesma obra Foucault anuncia como, a partir do século XIX, o modelo estatal de controle se baseará no “biopoder”, seguindo estratégias que, resumindo, visam não mais a exploração dos corpos até a sua morte ou exaustão, mas sim a manutenção e extensão da vida para melhor controlá-la e dela obter resultados que atendam às expectativas capitalistas. Isso não vai acontecer pacificamente, sem revoltas e resistência da classe trabalhadora, o que E.P Thompson demonstrará brilhantemente em algumas de suas obras.

É a partir deste período histórico que impõe-se um modo de normatização da produção e do tempo, consolidado pela Revolução Industrial, e que no século XX resultará no que Foucault vai chamar de “sociedades de controle”. Nessa estrutura social construída e imposta ao longo dos dois últimos séculos, também inspirada em modelos feudais e coloniais, o corpo é, mais que nunca, mercadoria e, portanto, não deve gozar da vida e da alegria fora dos ambientes onde isso é permitido: o de produção, o espaço doméstico e o religioso. Somente no espaço do trabalho, da família e do sagrado é possível encontrar a virtude, e todo e qualquer desvio deve ser punido e execrado.

O modelo heterocapitalista consistirá em estabelecer relações sócio-econômicas e políticas que, para prevalecerem na sociedade, encontram nos lares a sua extensão, onde homens, mulheres e crianças devem seguir padrões pré-definidos e delimitados por uma hierarquia segundo a qual o lugar do topo cabe ao homem. “Homem” aqui entendido como o macho, viril,

dominador, heterossexual e produtor de subjetividades exclusivamente heteronormativas, segundo as quais o “outro” (seja o “outro” da alteridade, seja o “outro” subalterno do colonialismo) será preferencialmente a mulher, também heterossexual, cuja função principal é a da reprodução humana, mantendo-se à disposição à cama e à mesa. A mulher “deve” se sujeitar ao homem em casa, onde lhe é vedada a liderança como o é igualmente na condução da política, da produção ou do rito religioso. Os fundamentos do “heterocapitalismo”, porém, antecedem os séculos XIX e XX. Cabe buscar na História as origens da heteronormatividade e, conseqüentemente, da dominação heterocapitalista, para compreender como se estabeleceu e como surgem condições de a ela se contrapor.

Se no período colonial eliminavam-se os corpos para dominar os territórios, no pós-colonial, ao contrário, os corpos são preservados e domesticados para que sobre eles incidam discursos e práticas de “biopoder”. Nesse sentido, nas sociedades do atual modelo capitalista ocidental, mulheres e homossexuais continuam vistos e ditos como “subalternos”, segundo uma tradição que remonta a antiguidade e os textos de teólogos cristãos. Antoni Jesus Aguiló (2009) dá a dimensão da origem da repressão sexual e da estruturação da família patriarcal e heteronormativa na história do cristianismo:

Desde sus orígenes milenarios y hasta nuestros días, la Iglesia católica, utilizando una fuente de legitimación teológica, ha venido consolidando un cuerpo de creencias, valores y prácticas — lo que se conoce modernamente como Doctrina social de la Iglesia — que regula la esfera del pensamiento y acción de quienes profesan la fe católica. Estos patrones de comportamiento constituyen modelos de relación social que abarcan los diferentes ámbitos en los que se construye la identidad personal y se despliegan las relaciones humanas: desde la familia, el mundo del trabajo, la política y la educación hasta aspectos concernientes a las esferas de la salud y la sexualidad (Aguiló, 2009: 1).

Os demais sistemas religiosos monoteístas – o judaísmo e o islamismo – reprimem igualmente as práticas homossexuais, mas não são aqui objetos de reflexão dada a complexidade que esse alargamento exigiria e por serem

religiões pouco praticadas entre os pescadores do Brasil e de Portugal. O catolicismo dedicará especial atenção à repressão ao trabalho feminino remunerado e aos trabalhadores homossexuais, estratégia que nos dias atuais representa um obstáculo à emancipação individual e ao pleno exercício democrático nas sociedades ditas “liberais”. Conforme resume Aguiló:

Todas aquellas iniciativas sociales, legislativas, científicas y culturales que puedan colisionar con los planteamientos de la jerarquía resultan sospechosas de socavar los cimientos de la sociedad o de querer invertir el invocado ‘orden natural’ de las cosas. Así ocurre cuando se abordan cuestiones como el aborto voluntario, la eutanasia, la educación religiosa y moral, la experimentación con células madre con fines terapéuticos, la aceleración de los trámites del divorcio o el reconocimiento del derecho de adopción por parte de matrimonios homosexuales (Aguilo, 2009: 8).

É ao longo dos últimos 200 anos quando podemos localizar e datar historicamente a consolidação do heterocapitalismo. A “modernidade” foi terreno fértil para o enxerto da moral judaico-cristã com o modo de produção capitalista que, unidos, cercearam ainda mais o prazer, a alegria, a festa, o gozo do corpo, o potencial criativo do ócio. Tal opressão incidiu, em épocas e lugares distintos, sobre povos indígenas, escravos, homens e mulheres de classes trabalhadoras diversas. Todavia, constatar isso não é o mesmo que dizer que esses agentes sociais sucumbiram de todo à opressão heterocapitalista.

Em seu livro *Repressão sexual – essa nossa (des)conhecida*, Marilena Chauí diz que “o fenômeno ou o fato da repressão é tão antigo quanto a vida humana em sociedade, mas o conceito de repressão sexual é bastante recente, isto é, a reflexão sobre as origens, as formas e os sentidos desse

facto, seu estudo explícito, datam do início do século XIX⁹⁵. Tais estudos atravessaram o século XX e mantem sua atualidade (e não seria impróprio dizer “necessidade”) no século XXI. Apesar dos avanços nas conquistas dos trabalhadores e trabalhadoras e dos movimentos sociais pelo mundo afora, as diferenças sexuais permanecem como uma “linha abissal” (Santos, 2006b) que exige reflexão e vigilância constantes. Sobretudo na contemporaneidade, e na temporalidade pós-colonial aqui delimitada, a partir das últimas seis décadas, trata-se de uma questão que emerge e requer abordagens “sem floreios”, para dizer como Spivak (1999)⁹⁶.

Pois cada vez mais, em diferentes partes do mundo, as mulheres buscam inserção direta na produção pesqueira, porque

do ponto de vista conceitual, a perspectiva feminista sobre as pescas vai de par com a crítica feminista ao desenvolvimento destrutivo e com a denúncia do caráter patriarcal e colonial da ciência e da tecnologia ocidentais. Ela estabelece a ligação entre tecnologia e uso de energia fortemente direcionados para o mercado e os níveis crescentes de violência nas comunidades locais, em especial a violência contra as mulheres. (...) A perspectiva feminista sobre as pescas valoriza o trabalho da mulher no setor artesanal e sua contribuição para a sobrevivência da comunidade piscatória, insiste na proteção da produção de subsistência e encara toda a produção ampliada apenas enquanto construída sobre a produção de subsistência, negando a legitimidade de um processo de produção que destrói as formas de vida das comunidades costeiras, bem como os recursos pesqueiros (Dietrich, Gabriele e Nayak, Nalini, 2005: 103).

Trata-se de um trabalho com amplas articulações sociais, históricas e ambientais que teve atenção específica nesta pesquisa, pois refletir sobre a organização coletiva das mulheres na pesca pode ser útil à compreensão da

⁹⁵ *Apud* Salgueiro, Wilberth Claython F. (2006), “Por uma estética do excêntrico na poesia: prazer e razão (também em Et Eu Tu, de Arnaldo Antunes)”, Rio de Janeiro, acessível em http://www.ufes.br/mlb/multiteorias/pdf/WilberthClaython_PorUmaEstetica.pdf. Acessado em Maio de 2008.

⁹⁶ “The subaltern cannot speak. There is no virtue *in* global laundry lists with ‘woman’ as a pious item. Representation has not withered away. The female intellectual as intellectual has a circumscribed task which she must not disown with a flourish” (Spivak, 1999: 104).

sua resistência, contestação e inserção neste universo majoritariamente masculino, no qual as mulheres tem papel de liderança e destaque que estão para além do espaço doméstico. É o caso, por exemplo, das marisqueiras no Ceará, cujo trabalho é expressivo em Fortaleza ou no interior, notadamente no município de Fortim. Há alguns anos reunidas numa associação própria, as marisqueiras do Fortim ocupam hoje as principais funções de direção da Colônia de Pescadores local (Cavalcante, 2004).

O cotidiano e as memórias das marisqueiras constituem uma história de resistência e de busca de uma vida melhor para suas comunidades ribeirinhas e litorâneas. (...) As marisqueiras estão vivenciando um momento histórico de tentativa de saída da invisibilidade, colocando em discussão a importância do seu trabalho e a necessidade de valorização da mulher trabalhadora do manguezal. Aliado a isto, também vem à tona o problema da destruição dos mangues que ameaça a vida nas comunidades do litoral cearense, pois contribui com a redução dos estoques naturais de pesca e o aumento da pobreza, caracterizando um cenário insustentável do ponto de vista cultural, social, econômico e ambiental. Essas mulheres estão buscando com habilidade e criatividade construir seus próprios rumos e saídas para garantir uma vida melhor para as atuais e futuras gerações (Cavalcante, 2004, sem número)⁹⁷.

Hoje as marisqueiras tem uma importante organização coletiva em municípios como Fortaleza com representatividade na Associação de Pescadores Profissionais Artesanais e Marisqueiras de Fortaleza (Apeamafor), em Eusébio (região metropolitana de Fortaleza) e em Icapuí (agregadas no projeto “Mulheres de corpo e alga”, da Prefeitura Municipal). Em 19 de Dezembro de 2009, em solenidade na escola municipal da Redonda, deu-se a fundação do Sindicato dos Pescadores e Pescadoras Artesanais, Marisqueiras e Trabalhadores e Trabalhadoras na Pesca Artesanal de Icapuí (Sindipami).

⁹⁷ Extraído em setembro de 2006 do resumo da dissertação de mestrado na página eletrônica da Pós-Graduação em História da UFC (www.historia.ufc.br/Pos-graduacao.htm) cujo conteúdo foi alterado em 2009 e não dispõe mais dos antigos resumos.

Para dizer como Raul Brandão, “sem a mulher, não haveria pesca”, pois elas “trabalham tanto ou mais que os pescadores”⁹⁸.

Protagonizar um papel ativo na pesca, na produção, pode ser também uma alternativa às mulheres de populações marítimas para contornar dificuldades advindas de uma eventual morte de seus maridos ou filhos. Em casos de viuvez, mais do que uma solução para sobrevivência, a pesca se lhes apresenta como oportunidade de manter a dignidade perante suas famílias e seus vizinhos.

Aquelas mulheres que apenas esperavam seus homens do mar e que administravam a família apoiada na ausência/presença do marido, vêem-se sozinhas, obrigadas a trabalhar para sustentar a família (...). Por não terem instrução, recorrem às atividades de faxineira, lavadeira, serviço doméstico e até à prostituição, para não verem seus filhos morrerem de fome (Felismino *et. al.*, 1989).

Refletir sobre a organização coletiva das mulheres na pesca possibilita também a compreensão de casos individuais de resistência, contestação e inserção neste universo não exclusivamente masculino. Aqui vou me ater a dois casos, o de Sidnéia Lusía da Silva, pescadora da praia de Redonda, em Icapuí, que desde a infância decidiu enfrentar as vagas do mar e do preconceito para trabalhar na pesca de lagosta, e o caso das mulheres vendedoras de peixe em Portugal, focando no trabalho de D. “Helena”, de sua irmã, de sua neta e em sua bisneta, no Bairro Piscatório de Espinho.

D. “Helena” é o nome fictício que darei a uma personagem real, de 71 anos de idade, segundo ela há 60 anos vendendo peixe, cujas actividades observei por cerca de três meses no Bairro Piscatório. Não pretendo, ao “apelidá-la”, aumentar ainda mais a invisibilização do trabalho feminino que esta tese se propõe a questionar. Antes, penso realçar alguns aspectos “essencialistas estratégicos” que adotam e praticam vendedoras como

⁹⁸ Aliás, em *Os Pescadores* são tantas as referências de Brandão às mulheres que, se fossem compiladas e editadas à parte, bem comporiam uma obra intitulada *As Pescadoras*.

“Helena”, das que encontramos às milhares nas ruas, mercados e feiras livres de Viana do Castelo, Póvoa de Varzim, Espinho, Aveiro, Porto e em praticamente todos os centros urbanos do litoral português. Elas insistem em trabalhar ainda que sua atividade recorra a ilegalidades do ponto de vista sanitário e fiscal, além de ter nuances de trabalho infantil, como o caso de “Helena”, daí o pseudónimo.

Todos os dias em que se pratica pesca (quando ela é possível, sendo mais rara entre Outubro e Fevereiro dado o mau tempo do outono-inverno europeu), “Helena” é responsável pela venda de peixe de uma das quatro companhias em atividade no Bairro Piscatório de Espinho. É ela quem conduz a “lota”, a venda do peixe diretamente na praia, a quem der mais por uma caixa que contem de 10 a 15 quilos de determinada espécie, previamente selecionada pelos homens assim que a rede chega à terra. Nos dias sem assistência de clientes na praia, “Helena” aguarda em seu ponto de venda, localizado numa zona do Bairro, a mesma que compartilha com uma dezena de outras mulheres (geralmente na faixa dos 40 a 70 anos).

Entre os meses de Setembro e Novembro de 2009, em que estive quotidianamente no bairro até que as chuvas prolongadas cessaram minhas incursões, “Helena” invariavelmente se fazia acompanhar de sua irmã, uma década mais nova, e de sua neta, “C”, de 25 anos (que tratava a avó por “mãe”). Junto a elas estava sempre “L”, uma criança de apenas três anos de idade, filha de “C”. Sem vaga numa creche local, “L” ficava sob os cuidados da mãe que auxiliava à avó “Helena” e à tia-avó na venda do pescado. Apesar da tenra idade, a criança, “L”, muitas vezes “brincava” de trabalhar ao levar sacos plásticos de um canto a outro para armazenar peixe a ser vendido. Sua mãe, “C”, encontrou na aliança familiar e na herança cultural “vareira” (ou “varina”, para mulheres) um meio de vida para minimizar a falta de emprego para si e para o próprio marido, desempregado. Juntas, as quatro gerações recorriam a procedimentos que vão da ancestral oscilação do preço, anunciado de acordo

com a procura, à simulação de qualidade do produto, ornando com areia e algas o peixe pescado há horas para ofertá-lo como sendo fresco a clientes mais desatentos.

“Helena” e sua família levam a reconsideração de uma concepção comum a muitos autores (Moreira, Kovacs entre outros) de que na pesca a mulher tem um papel “complementar”. Tal interpretação não é de todo equivocada, mas é um tanto influenciada pela análise restrita aos complexos imbricamentos do trabalho dentro e fora do ambiente doméstico. Na pesca, o papel da mulher como “mãe” de facto é muito importante enquanto fator de coesão social e familiar. Entre populações piscatórias é frequente regimes do tipo “matrilocal”, nos quais mesmo em casos de rompimento de relações (casamentos ou relações estáveis), os filhos continuam a trabalhar com os pais mas vivem com as mães ou mantem assistência para com elas. Porém, no mundo do trabalho da pesca, é preciso olhar para além das atividades do tipo “dupla jornada”, mesmo em termos puramente economicistas, as mulheres tem um papel final, além de que, assumindo elas esse papel, geram aspectos subjetivos a serem considerados para complexificar e extrapolar a “tradicional percepção de uma divisão sexual do trabalho – pesca de homem / peixe de mulher” (Amorim, 2005: 659).

Ao venderem o produto da pesca e assim arrecadarem elas próprias o dinheiro proveniente do trabalho (que muitas vezes é de seus próprios maridos ou filhos), as mulheres evitam desvios gerados por um problema comum ao meio aos pescadores artesanais: o consumo excessivo de álcool (ao qual pode ser acrescentado hoje o das drogas ilegais). Tanto no Bairro Piscatório quanto na Redonda, os pontos de vendas direta do pescado localizam-se à beira de zona de bares. A presença das mulheres nos pontos de venda é, pois, decisiva, e minimiza os efeitos danosos do que parece ser um problema antigo e frequente na pauperização dos pescadores, como já narrava Brandão:

Vai longe o tempo em que a mulher ia casar de capa, lenço de seda e um casaco chamado roupinha, e ele ao lado de calção, meia de seda e chapéu alto. Estão pobres. Bebem tudo quanto ganham e deitam-se na areia (...). As mulheres só levantam a cabeça depois de eles morrerem. Aqui há anos, num naufrágio, perderam-se no mar alguns pescadores de Nazaré. Fez-se uma subscrição que deu para as viúvas viverem algum tempo. E as outras com inveja lá diziam: - Foi pena o meu não ter morrido também... (...). Tive sempre a ideia de que quem manda em todo o país é a mulher. (...) Valem mais que o homem, sacrificam-se mais que o homem. (...) Eles, saindo do barco, metem-se na taberna e bebem. Sóbrios na comida, gastam quase tudo que ganham a beber. (...) Se as mulheres lhes batem, como corre, na verdade acho bem feito. – Eles merecem-no.... (Brandão, 2002: 59-63).

Se a presença da mulher é cada vez mais evidente, há casos ainda por se explorar, quando a presença feminina invade diretamente o local do trabalho dos homens, não só no aspecto final, o da venda, mas também o da produção. É o caso de Sidnéia Lusía, pescadora, jogadora de futebol, apanhadora de coco no pé, que narra a própria história no vídeo *“Uma pescadora rara no litoral do Ceará”*⁹⁹. No vídeo há vários momentos em que se constata o preconceito, velado ou explícito, da presença de uma mulher na pesca. Abaixo destaco alguns deles, indicando o tempo em que aparecem no vídeo (que tem aproximadamente 15 minutos de duração):

3’10”- Sidnéia: “O mar pra mim tem muitos riscos, mas eu procuro não pensar nisso”.

3’ 36”- Sidnéia: “Tem uma coisa que meu pai sempre falava: ‘minha filha eu não quero te levar por que o mar não tem cabelo [*não tem onde se agarrar*], vai que um barco desses acontece de virar. (...). ‘Pai eu quero saber, quero ver’ ”.

4’ 15”- Raimundo Sebastião, pai de Sidnéia: “Eu comecei a pescar de bote e aí ela pediu pra eu levar. ‘Minha filha, lá é meio complicado, no mar, porque, pra mulher principalmente, porque na hora de fazer as

⁹⁹ Documentário, 2004, acessível em <http://revistatpm.uol.com.br/tv-tpm/uma-rara-pescadora.html>. Acessado em 17-10-2009.

necessidades, fica muito difícil'. Aí ela pegou e insistiu, insistiu...e como o outro pescador também era irmão dela, aí eu peguei e levei".

5'20"- Vanderlei Bezerra, morador da Redonda: "É muito impróprio uma mulher no mar, isso eu não aconselho não, uma mulher pescar não. Uma criança ir lá, andar vai e vem, né? Criança é criança agora uma mulher não dá não, pró mar não, é uma loucura (ri)".

7'30"- Sidnéia: "Muita gente me critica pelo meu jeito de ser".

9' 30" até 10'11"- Cenas de Sidnéia jogando futebol na praia com rapazes da Redonda.

10'25"- Dona Germana, avó de Sidnéia: "Toda vida ela foi danada (...), de pequenininha ela pegou a pescar mais os menino no mar. (...) Nasci me crie criei meus filhos, hoje sou viúva graças a deus [ri]. Eu gosto da minha neta, tá muito trabalhadora, pescadora, subidora de coqueiro [ri]. Faz todo serviço do mundo [rindo, orgulhosa da neta], todo serviço ela faz".

10' 25"- Regilene da Costa, amiga e moradora da Redonda: "O diferente sempre causa atrito, sempre chama atenção e ela é diferente porque ela pesca, ela vai pro alto mar, ela faz coisa que só quem faz perante a sociedade é o homem, mas ela faz também. É isso que faz as pessoas criticar tanto ela. Às vezes até minha mãe diz assim, às vezes quando eu digo que vou lá pra casa de Sidnéia: ' Que que 'cê vai fazer na casa de Sidnéia, Sid pode te agarrar, Sid é sapatão [*gíria comum no Brasil para designar "lésbica", equivalente a "fufa" na gíria - calão - em Portugal,*]. Sabe, as pessoas criticam muito ela por isso, por causa desse jeito dela forte, guerreira, é uma mulher guerreira, Sidnéia. Ela não mede esforço pra ela buscar o que ela quer, sabe? Respeitando o limite dos outros, ela respeita o limite das pessoas, ela faz as coisas dela dentro do espaço dela".

12'20"- Cena de Sidnéia subindo coqueiro.

12'40"- Sidnéia: "Tem uns que elogia outros criticam, essa maneira de eu ser. (...) É muito difícil eu encontrar um homem aqui na comunidade porque os homens aqui não aceitam. (...) Eu queria encontrar um cara aqui pra eu construir meu próprio barco e dizer assim: ' vou pescar com meu marido' ".

O *não-dito* emerge da fala dos homens, onde o preconceito é dissimulado, mas evidente. Sebastião (aliás, “Palmário”), o pai de Sidnéia, diz que concordou em levar a filha porque o outro pescador era também filho seu, irmão da então menina, e perante ele não haveria problema de ela “fazer as necessidades”, ou seja, despir-se. Vanderley Bezerra diz que “mulher no mar é uma loucura”, e inicia sua fala atribuindo o papel que “pode” caber a uma criança, mas não a uma mulher.

Sidnéia remete a possibilidades múltiplas de discutir a inserção da mulher na pesca. Ela “invade” o mundo dos homens não só no campo de trabalho, mas também no campo do imaginário e do espaço lúdico (no que o futebol é o melhor exemplo). Ela força a discussão de uma pedagogia para além da escola e da família pescadora, onde os campos da mulher e do homem são demarcados pela diferença sexual desde a infância. Em seu vídeo, Sidnéia e os demais protagonistas pouco falam na infância da pescadora, mas é de se supor que ela preferia as regatinhas às bonecas.

É importante entender os diversos movimentos contra-hegemônicos no campo da diferença sexual no sentido de reforçar seu potencial emancipatório na mesma proporção que “as diferenças de classe reforçam as diferenças de género” (Rodrigues e Santos, 2003: 24). São cada vez mais notórias as reivindicações dos movimentos feministas no sentido de

conseguir o reconhecimento da contribuição do trabalho feminino no desenvolvimento económico, e promover a incorporação das mulheres nos processos de desenvolvimento através de políticas que aliviem a dupla carga do trabalho doméstico e do trabalho assalariado que implica a entrada da mulher na força laboral (Rodrigues e Santos, 2003: 42) .

São “linhas abissais” abertas pelo capitalismo e assimiladas pelos sindicatos entre trabalhadores, heterossexuais e homossexuais, homens e mulheres, interditando a solução de problemas como a diferença salarial entre

os sexos e o impedimento de progressão profissional para homossexuais. As “linhas abissais” surgem tanto no seio das lutas contra-hegemónicas como na globalização hegemónica, por influência do pensamento moderno ocidental “abissal” que divide

a realidade social em dois universos distintos: o universo ‘deste lado da linha’ e o universo ‘do outro lado da linha’. A divisão é tal que ‘o outro lado da linha’ desaparece enquanto realidade, torna-se inexistente, e é mesmo produzido como inexistente. Inexistência significa não existir sob qualquer forma de ser relevante ou compreensível (Santos, 2006b: 2).

O “heterocapitalismo” incorporou o que Foucault chamou de sexualidade economicamente útil e politicamente conservadora, que se reproduz em vários setores do mundo do trabalho, segundo Ana Cristina Santos para quem, “ainda nos nossos dias há trabalhadores homossexuais que são despedidos ou bloqueados na sua progressão da carreira (ou ‘ficar na prateleira’)” (Santos, 2003: 267).

Com a emergência dos “novíssimos movimentos sociais” no campo da diferença sexual, questões como a diferença salarial vem diminuindo gradativamente, mas permanecem graves. Pesquisa recente do Instituto de Pesquisa e Estratégia Económica do Ceará (Ipece), indica que em 1996 os homens recebiam cerca de dois reais (R\$ 2,00) por cada hora trabalhada, contra um real (R\$ 1,00) pago para uma mulher trabalhadora, proporção que em 2006 passou de R\$ 2,90/hora para homens e R\$ 2,50/hora para mulheres, numa redução de 60% da diferença em 10 anos¹⁰⁰. Na Europa, os homens ganham 15,9% a mais que as mulheres, índice que chega a 25,4% em Portugal, a segunda maior diferença nos 27 países membros da União Europeia¹⁰¹. Recentemente, a Organização Mundial do Trabalho (OIT)

¹⁰⁰ “Mudanças no Ceará. Mulher ganha mais e tem menos filhos”, jornal *O Povo*, Fortaleza, 12/08/2008.

¹⁰¹ “União Europeia. Portugal é o segundo país europeu com maior diferença salarial entre homens e mulheres”, jornal *Público*, Lisboa, 21-08-2008.

constatou que as mulheres recebem menos do que homens – 78% do salário masculino – em cargos equivalentes em todo mundo¹⁰².

Romper esta “linha abissal” que é a diferença no campo da sexualidade exige atenção, cautela e coragem, pois “quem combate a monstruosidade deve cuidar para que não se torne um monstro. E se você olhar longamente para um abismo, o abismo também olha para dentro de você” (Nietzsche, 2001a, aforisma 146). Considerar, pois, o corpo e a diferença é uma necessidade comum a todos os movimentos contra-hegemônicos, e almejada por aqueles que os integram e constroem, homens e mulheres, homo ou heterossexuais, na luta contra o “heterocapitalismo”.

Essa luta também se faz presente no cotidiano das populações marítimas – como demonstrado pelos casos de “Helena” e Sidnéia –, e, apesar das tensões entre homens e mulheres, não os tem separado ao ponto de impedir o compartilhamento de referenciais identitários comuns que os unem na conquista do poder “local”.

5.3 – Identidades e poder local.

Como foi cá descrito, as populações marítimas aqui abordadas tem que ser entendidas em contextos imbricados pois, por estarem no bojo de atividade económica expressiva, convivem com regulação estatal de maneira diferente de populações “autóctones”. Devem ser encaradas, portanto, como sociedades onde as normas não são definidas em sua totalidade pela tradição ou pelas relações étnicas, e não podem ser abordadas como “sociedades sem estado”, como as analisadas por Pierre Clastres¹⁰³.

¹⁰² “Salário das mulheres ainda é 20% menos do que os dos homens no mesmo cargo, indica pesquisa”, in http://oglobo.globo.com/vivermelhor/mulher/mat/2008/09/01/salario_das_mulheres_ainda_20_menor_do_que_dos_homens_no_mesmo_cargo_indica_pesquisa-548033051.asp.

¹⁰³ Ver Clastres, Pierre (2007), *A Sociedade Contra o Estado*, São Paulo, Editora Cosac Naify.

O produto final de seu trabalho – o pescado de mais diversas espécies – depende do preço de mercado, sendo esse determinado por dimensões amplas, podendo ir ao de uma feira municipal ao mercado internacional (como é o caso da lagosta, por exemplo), principalmente com o advento da pesca industrial, que se dá no Brasil em meados do século XX e em Portugal ainda no século XIX. Sujeita (e mesmo “dependente”) da regulação de cima para baixo do Estado e do mercado, estando distante das instâncias e organismos de decisão e não sendo populações regidas exclusivamente pelos costumes e tradições, as populações piscatórias sinalizam, hoje, um interesse especial e uma intervenção direta na conquista do poder ao nível local, de modo a ter ao alcance “da mão e da voz” seus representantes institucionais.

A identidade é importante e decisiva na escolha e na eleição dos representantes, mas há indícios de que as populações marítimas, sem deixar de ter a identidade como premissa, tenham assimilado que “a representação política não deve ser pensada como uma relação de identidade ou substituição, mas como um processo que envolve uma relação mediada dos eleitores entre si e com um representante” (Young, 2006: 148). É o que tentarei demonstrar numa análise do exercício de poderes locais numa relação direta com o poder “central” com base na experiência de vilas de populações marítimas como Redonda e o Bairro Piscatório, para compreender como se dá o movimento de alternâncias, avanços e recuos da descentralização e da recentralização na relação entre poderes.

Na Redonda a conquista do poder local se dá, a princípio, com a organização comunitária para a seguir ocupar o poder institucional no município a partir de 1988 (eleição de vereadores). No Bairro Piscatório o processo de ocupação do poder institucional local é posterior (2009) e não há organização comunitária consistente antes disso. Contudo, em ambas as localidades o fator que motiva a conquista do poder institucional é a estreita ligação com a pesca que tem a população e os representantes eleitos.

Convém lembrar a “circularidade do poder” analisada por Foucault. Especificamente ao que aqui interessa – relação de poder circunscrita (ou não) na esfera do Estado, do “centro”, e do “local” –, é preciso concordar com Foucault quando ele diz:

Uma das primeiras coisas a compreender é que o poder não está localizado no aparelho de Estado e que nada mudará na sociedade se os mecanismos de poder que funcionam fora, abaixo, ao lado dos aparelhos de Estado a um nível muito mais elementar, quotidiano, não forem modificados (Foucault, 1996: 150).

Foucault também é referência importante – aqui e em outros momentos deste texto – para que se compreenda que “saber é poder”, ou seja, que o poder é constituído *também* e a *partir de* construções narrativas e de discursos dominantes.

É bem provável que as grandes máquinas do poder sejam acompanhadas de produções ideológicas. (...) Mas, na base, no ponto em que se determinam as redes de poder, o que se forma, não acho que sejam ideologias. É muito menos e, acho eu, muito mais. São instrumentos efetivos de formação e de acúmulo de saber, são métodos de observação, técnicas de registro, procedimentos de investigação e de pesquisa, são aparelhos de verificação. Isto quer dizer que o poder, quando se exerce em seus mecanismos finos, não pode fazê-lo sem a formação, a organização e sem por em circulação um saber, ou melhor, um aparelho de saber que não são acompanhamentos ou edifícios ideológicos (Foucault, 2005: 39-40).

Faz-se necessário perguntar, como Sfez (1975): Por que uma reflexão sobre o objeto local hoje? Sfez demonstra como a confrontação de discursos centrais (“de fora”) com discursos locais nem sempre constitui uma cacofonia, um diálogo dissonante, podendo vir a ser um a repetição do outro, mudando-se os termos mas não os sentidos. Essa repetição do mesmo leva também a

equivocos de análises, desconsiderando que apropriar-se do poder não é o mesmo que apropriar-se da linguagem do poder, o mesmo que libertar-se do discurso do opressor ou que elaborar um discurso outro onde a diferença se reafirme enquanto tal para se contrapor à postura hegemônica do poder central.

Nem sempre o “representado” – o “povo” – tem suas necessidades reais contempladas pelo “representante”, a partir do momento em que este não traduz mais a linguagem daquele. É quando abre-se o abismo entre ambas as partes porque o “representante” distancia-se do discurso “original” dos representados e abdica de continuar propagando-o diante do discurso do poder central. Dá-se assim o casamento entre o poder central hegemônico e o poder de líderes locais, que adequam seus próprios interesses ao discurso do centro em detrimento do bem comum e coletivo, silenciando novamente o *subalterno*. Em tais contextos, a “descentralização” do poder é apenas aparente, é uma “recentralização” onde a defesa do local é uma farsa, e possibilita a perpetuação do poder central (Sfez, *idem*).

Tais constatações, porém, não se constituem em becos sem saída. Dessa reprodução do discurso do centro e das elites locais “recentralizadas” é que emerge o coro dos descontentes, com reivindicações supostamente silenciadas. Afinal, as lideranças locais, ainda que reproduzam as normas e determinações sobrepostas, encontram-se num território diferente daquele do poder central, estão numa relação de proximidade com os representados onde não é possível deixar de ouvir suas vozes, seus gritos, por mais que sejam sufocados e sussurrantes. Estando ao alcance da voz, os reprodutores locais do poder central deixam de ser “anônimos” e inatingíveis. Os *subalternos*, apropriando-se da linguagem adequada e de seus meios de expressão para se contrapor ao poder dominante, terão maiores possibilidades de articular um discurso-outro, de impor uma nova cartografia territorial, de elaborar um projeto coletivo. Reconfigura-se assim um campo de relação que Daniel Francisco

(2007) chama de “cenários territoriais”, “espaços infra-nacionais”, onde é alargada a abordagem sobre o que é visto apenas como relação “dominador x dominado”. Sfez aponta para mobilidade e transversalidade do “local”, que é intercambiável com outros campos e experiências, e Daniel Francisco atenta para a importância de “produção de territórios coletivos”, onde discursos dissensuais e diferenças emergem e se fazem ouvir e se degladiam para construção do consenso. Nesse plano, o Estado (o “centro”, incapaz de dar resposta que correspondam aos anseios silenciados) será legado um papel-outro, o de “parceiro”, oposto ao de produtor de normas hierarquizantes.

Esse movimento, porém, não exclui o risco de “recentralização”. Por mais que as relações passem a um nível “horizontal, cooperantes e consensuais”, a dissolução do Estado e a diversificação de interesses públicos e privados “condicionam as opções públicas, num cenário onde a fragmentação e o individualismo do intervenientes, em permanente atitude de ‘sócios-rivais’, imperam” (Francisco, 2007: 180). É neste cenário em que se dá a “recentralização”, interesses múltiplos se chocam e, sem a presença do Estado, não conseguem elaborar um projeto de aliança que leve a uma “governança” coerente com as necessidades e anseios diferenciados mas co-existentes.

Assim os discursos, quanto mais se afastam nas aparências, mais se aproximam na essência, pois abdicam do controle do Estado em vez de apropriar-se dele. Este se impõe novamente, transmutado em “descentralização”, fomentando relações de poder que reforçam velhas elites e hierarcas locais. Mas esse movimento “recentralizador” é também “relocalizador”, onde não foram de todo eliminadas as manifestações minoritárias, dos diversos “actores coletivos” que outrora emergiram sem se impor. Elas podem igualmente reconfigurar-se, tecendo novas ligações e “alianças” que elaboram um “tipo ideal de projeto de território” associado à governança que enfim possibilite o encontro de múltiplas linguagens e

discursos para novamente se contrapor (e se possível, suplantam) o discurso hegemónico do centro. Tal aliança

implica assim, pela parte das figuras do terreno, a capacidade de obter recursos, partilhar ideias e elaborar consensos para trabalhar em conjunto. Contribui para debater em que medida cada cidade ou região encontra nas suas entidades e figuras representativas meios e vontades (...) para assumir colectivamente projetos modernizadores. (...) A ideia é a de que será de 'fóruns deliberativos' nos territórios que poderão emergir, cada vez mais, as regras para enquadramento dos agentes e intervenções no terreno, criando-se hábitos de trabalho em conjunto que desaguarão na formulação de acordos válidos para o desenvolvimento e a resolução de problemas em cada contexto territorial. (...) Na verdade interesses e identidades não são imutáveis. (...) Nos territórios há condições para erigir quadros de ajustamento de identidades e interesses concorrenciais (...) onde o poder do estado se resume, quando muito, à convocação dos actores (Francisco, *idem, ibidem*: 182-183).

Expostas tais considerações, é possível agora focar no estudo de caso de política local proposto por esta tese: a participação, nas eleições, dos moradores de Redonda e do Bairro Piscatório, na Junta de Freguesia de Silvalde, Espinho. Ambas as localidades vivem contextos sociais onde saberes ancestrais sobre pesca artesanal convivem com técnicas modernas e modalidades capitalistas próprias da indústria da pesca. Porém, prevalecem as relações socio-políticas determinadas por sistemas típicos das sociedades institucionalizadas.

A análise a seguir vai se centrar na participação das populações do Bairro Piscatório nas eleições Autárquicas (municipais) de 2009 em Espinho, e em aspectos gerais da trajetória político-eleitoral da Redonda nos últimos anos, considerando as diferenças entre ambas as experiências locais em organização e intervenção no poder institucional municipal (que é mais antiga na Redonda). A comparação se dá porque são acontecimentos que, embora ocorram em contextos político-eleitorais de temporalidades diferentes (iniciou-

se há mais de 20 anos na Redonda, e em 2009 no Bairro Piscatório), demonstram como as populações marítimas tem hoje uma perspectiva de protagonismo efectivo na busca pelo controle do Estado e do seu próprio território na pós-colonialidade, conforme a definição de Ribeiro, no início desta tese, para o pós-colonialismo: “a revolução dos povos do mundo no sentido da reconquista do controlo da sua própria história e do seu próprio espaço” (Ribeiro, 2004: 16).

5.3.1 - As eleições de 2009 em Espinho.

Para fins de esclarecimento a leitores brasileiros e portugueses: ao nível municipal a representação política se dá diferenciadamente. Se no Brasil o Legislativo é eleito à parte do Executivo e tem função limitada a criar leis e fiscalizar o prefeito (cargo máximo do Executivo), em Portugal o Legislativo e Executivo se confundem. O Legislativo é exercido por vereadores dos partidos mais votados, que ocupam proporcionalmente as vagas da Câmara, cabendo a liderança do Executivo ao Presidente da Câmara. Outra grande diferença é que as administrações regionais dentro do município (as Freguesias, conjunto de bairros de determinadas regiões do mesmo município) tem seus representantes eleitos diretamente em Portugal, enquanto que no Brasil são indicados pelo Executivo.

As eleições autárquicas de 2009 em Espinho, realizadas em 11 de Outubro, colocaram termo a 16 anos de maioria do Partido Socialista (PS, centro-esquerda) frente à Câmara Municipal e há 20 anos frente à Junta de Freguesia de Silvalde (zona em que se localiza o Bairro da Marinha). O Partido Social-Democrata (PSD, centro-direita) conquistou a Câmara Municipal por uma diferença de 1% dos votos, e a Junta de Freguesia de Silvalde pela diferença de apenas um voto (1.556 para o PSD a 1.555 votos para o PS). Em ambos os casos, os eleitores do Bairro Piscatório foram protagonistas decisivos, sobretudo na Junta de Freguesia onde o presidente eleito foi um político local, o médio empresário da construção civil José Marco da Cunha

Rodrigues, ou “Marco *Gastão*”, alcunha pela qual é conhecido, pois é filho de ex-pescador, manteve e reivindica a identidade de “vareiro”, nasceu e reside no Bairro Piscatório.

Para além de episódios que desgastaram, perante a população do Bairro, a antiga administração da Junta encabeçada por Abel Gonçalves (PS), um trecho de reportagem do *Jornal de Espinho* traduzia a importância da identificação que os eleitores tiveram com o candidato eleito: “Ninguém contava que um vareiro tirasse o Abel lá de cima’, referiam algumas pessoas, ao mesmo tempo que outras afirmavam que ‘o candidato do PS nunca quis saber do voto dos moradores do bairro e agora sofreu as consequências” (*Jornal de Espinho*, edição 222, 15-10-2009: 5).

Quando da posse, na sede da Junta (situada fora do Bairro), os jornais destacaram a assistência da população ‘vareira’. O jornal *Maré Viva* anunciou que “houve até um autocarro exclusivo que viajou do Bairro Piscatório, de onde Marco Gastão é natural e onde terá recebido maior número de votos”, (edição 1.601, 03-11-2009: 3), enquanto o jornal *Defesa de Espinho* ampliou a presença dos “vareiros”: “Perante uma sala completamente cheia (três autocarros vieram do Bairro Piscatório), o novo presidente da Junta de Freguesia de Silvalde foi recebido em tom de festa, com aplausos na cerimónia de instalação da nova Assembleia de Freguesia da Vila de Silvalde” (*Defesa de Espinho*, edição 4.049, 05-11-2009: 7).

Os resultados eleitorais também comprovam essa identificação local, e não necessariamente ideológica, com o candidato. Pois no caso de Silvalde, a candidatura do PSD obteve votação maioritária.

Pelos números da tabela 1, abaixo, comprova-se que a maciça vantagem do candidato Marco Gastão se deu nas mesas eleitorais do Bairro Piscatório (mesas A1, A2 e A3). Das sete mesas da Freguesia de Silvalde, Gastão venceu em quatro (na mesa 4, para além das mesas do bairro), mas foi

nas mesas do Bairro que obteve uma vantagem significativa no número de votos (53 votos a mais na mesa A1, 101 votos a mais na mesa A2 e 128 votos a mais na mesma A3). Se a diferença final entre os candidatos foi pela margem mínima entre todos os votos da Freguesia (um voto apenas de vantagem para Gastão), no Bairro Piscatório o candidato do PSD obteve 252 votos a mais que o seu adversário direto (826 a 574).

TABELA 1 – VOTAÇÃO DO PSD E DO PS PARA JUNTA DE FREGUESIA DE SILVALDE¹⁰⁴.

SILVALDE	Mesa 1	Mesa 2	Mesa 3	Mesa 4	Mesa A1 (BP)	Mesa A2 (BP)	Mesa A3 (BP)
Inscritos	1000	1000	1000	1000	840	820	772
Votantes	766	747	673	468	671	578	519
Abstenção	234	253	327	532	169	242	253
PSD	170	167	197	156	299	293	174
PS	364	287	200	130	146	182	146

Olhando a tabela 2, percebe-se que a disputa para a Câmara Municipal favoreceu também ao PSD no Bairro, mas não na Freguesia.

TABELA 2 – VOTAÇÃO DO PSD E DO PS CÂMARA MUNICIPAL DE ESPINHO – SOMENTE VOTOS OBTIDOS EM SILVALDE

SILVALDE	Mesa 1	Mesa 2	Mesa 3	Mesa 4	Mesa A1 (BP)	Mesa A2 (BP)	Mesa A3 (BP)
Inscritos	1000	1000	1000	1000	840	820	772

¹⁰⁴ BP = Bairro Piscatório. Os resultados foram obtidos junto a Câmara Municipal de Espinho. Excluí das tabelas os resultados de candidatos independentes e dos demais partidos concorrentes (CDS-PP, CDU e Bloco de Esquerda), por terem obtido votação inexpressiva, ficando a disputa polarizada entre PSD e PS.

Votantes	766	747	673	468	671	578	519
Abstenção	234	253	327	531	169	242	253
PSD	233	231	246	195	241	255	228
PS	406	338	238	155	289	223	190

Mas as diferença no Bairro foi significativa de uma eleição para outra (eleição para Junta e eleição para Câmara). A vantagem do PSD sobre o PS nos votos obtidos para Câmara nas mesas A1, A2 e A3, foi de apenas 24 votos (11,5 vezes menor que a diferença obtida na disputa pela presidência da Junta).

Ou seja, para a Câmara, o distanciamento dos eleitores para com o PS não se deu tanto quanto na disputa local. Em número totais, na eleição para Câmara, o PS teve mais votos que o PSD em Silvalde, mas não para presidência da Junta. O que comprova o que aqui quero demonstrar: quando o voto é por identificação direta da população com um candidato do seu próprio estrato social, ela é determinada antes pela identidade local que pela ideologia.

TABELA 3 – VOTAÇÃO DO PSD E DO PS PARA CÂMARA MUNICIPAL DE ESPINHO – VOTOS DE TODAS AS FREGUESIAS DO MUNICÍPIO

FREGUESIA	ANTA	ESPINHO	GUETIM	PARAMOS	SILVALDE
Inscritos	9537	10859	1341	3373	6432
Votantes	6050	6888	999	2279	4422
Abstenção	3487(36,5%)	3971(36,5%)	342(25,5%)	1094(32,4%)	2010(31,2%)
PSD	2241	3025	394	740	1629
PS	2457	1896	443	1153	1981

A disputa pelo voto e pela simpatia dos “vareiros” teve lugar no programa de governo do PSD de Espinho. No material de campanha, condensado no prospecto *Acreditar. Eixos de Desenvolvimento do Concelho de Espinho*, o que virá a ser o *Programa Espinho Viva* dedica uma linha à xávega:

TRADIÇÕES: Recuperar e preservar os elementos identitários da nossa comunidade. Aproveitar e auxiliar o excelente trabalho das nossas colectividades etnográficas. Requalificar a feira semanal e interagir com o comércio tradicional. ***Apoiar a arte xávega e acarinhar a actividade piscatória e das varinas de Espinho [grifo meu].***

Igual superficialidade constava no prospecto *Acreditar Silvalde*, onde o “Objectivo Silvalde Feliz” menciona a xávega no item “Limpeza, Praia e Turismo”:

O espaço público cuidado é essencial à qualidade de vida da comunidade. A nossa praia e o golfe tem de ser um ponto de atracção de desenvolvimento. Uma praia limpa, organizada e segura segue os silvaldenses e dinamiza o comércio local. ***A preservação da Arte xávega e do típico espetáculo que lhe está associado, em condições de higiene e limpeza serão uma prioridade [grifo meu].***

Compromissos ténues, sem densidade ou conteúdo, que podem, ou não, vir a ser cumpridos. O certo é que a população do bairro Piscatório alinou-se com esse discurso, e em se tratando de um bairro sem qualquer associação de moradores ou entidade que agregue os trabalhadores locais para além de instâncias distantes e quase sempre ausentes, como Capitania dos Portos ou Sindicatos, pela primeira vez estabeleceu-se uma identificação direta com o presidente da Junta de Freguesia. Uma nova experiência em curso, e que merecerá atenção futura.

5.3.2 - O cenário político-eleitoral na Redonda.

Com o fim da ditadura militar no Brasil, expandiu-se o modelo “descentralizador” das chamadas “democracias participativas”, que esboçava-se desde o início da década de 1980 e ganha corpo com o fim do regime totalitário e a ascensão de partidos de centro-esquerda ao poder nos municípios e estados. Um desses municípios foi Icapuí, criado em 1985, desmembrado de seu vizinho, Aracati. Foi eleito como primeiro prefeito José Airton Cirilo, pelo PMDB, hoje um partido de centro-direita. Três anos depois, antes de finalizar seu mandato, ele migrou para o emergente Partido dos Trabalhadores (PT), hoje configurado como partido de centro-esquerda.

Icapuí vivia então um momento efervescente, onde o poder central (a prefeitura) implantou e estimulou fóruns comunitários para discutir os mais variados aspectos administrativos. Dividido em 32 pequenos núcleos populacionais diferentes, sobressaiu a importância do segundo maior deles, o de Redonda (o maior núcleo é o da sede administrativa, Icapuí), que detinha (e detem) cerca de 25% da população e do eleitorado, contando, em 1988, com representação de um dos sete vereadores na Câmara Municipal.

Como boa parte do litoral cearense, a economia de Icapuí gira em torno da pesca de lagosta. E, sobretudo em localidades como a Redonda, onde praticamente todos os habitantes dependem direta ou indiretamente da pesca da lagosta e convivem com os benefícios e os problemas decorrentes de seu trabalho, estabeleceram-se novas e singulares relações econômicas, relações de poder e de gestão dos problemas locais descentralizadas do poder institucional.

No campo econômico, as famílias se organizam como pequenas empresas, onde vários irmãos pescam sob os auspícios de um patriarca que não tem mais condições (ou mesmo necessidade) de ir ao mar, sendo este o responsável pela remuneração, armazenamento e escoamento do resultado do trabalho daqueles. As famílias gerem suas próprias economias e intercambiam

o saldo de sua produção. O incremento monetário fortalece a economia e o comércio local – multiplicam-se os pontos de venda de gêneros alimentícios, acelera-se a chegada de bens de consumo antes inalcançáveis (eletrodomésticos, motocicletas, antenas parabólicas).

Mantem-se, contudo, a carência de serviços básicos ainda sob controle do Estado, ao mesmo tempo que impõem-se alguns ritmos de trabalho típicos da sociedade urbanas. Focando em dois desses aspectos – a Saúde e os ritmos de trabalho – podemos entender como permanecem e são valorizados saberes e práticas tradicionais relacionadas com a medicina ou a religião, por exemplo, em localidades marcadas pela tradição como a Redonda conforme descrita acima. Mas essa temporalidade tradicional seria alterada profundamente por um problema comum enfrentado pela população pescadora desde os anos de 1970, que será marcante na reorganização institucional da Redonda e na recentralização do poder: a pesca ilegal de mergulho, em que a lagosta capturada em armadilhas submersas usadas pela pesca legal é roubada pelos mergulhadores.

Os conflitos na Redonda são emblemáticos (ver a seguir). Os habitantes passaram a ser referência na organização comunitária no combate à pesca predatória. É também a partir da organização contra a pesca ilegal que se deu um movimento de recentralização, via institucionalização do poder local em torno da Associação de Moradores, de um “tribunal local” e da adesão de famílias rivais a partidos políticos, inserção essa que passou a definir os contornos do conflitos locais, antes calcados mais na tradição do que na institucionalização.

Em torno da Associação de Moradores, controlada majoritariamente por grupos familiares e políticos ligados ao partido da Prefeitura, o PT, passaram a ser tomadas as principais decisões da vila, sejam as voltadas para a gestão territorial, sejam voltadas para o ordenamento da pesca (controle de fluxo das

embarcações locais, quase monopólio do fornecimento de gelo e da comercialização externa, estabelecimento do “tribunal popular” para julgar contendas entre pescadores).

A aparente heterogeneidade imposta pelas famílias aliadas em torno do partido majoritário não dissimulou discordâncias locais, que se manifestaram nos agrupamentos em torno do principal partido de oposição ao PT no município (no caso, o PSDB, Partido da Social Democracia Brasileira, de centro-direita). Os descontentamentos surgiram sobretudo diante de decisões contraditórias da Associação de Moradores. Esta, embora sustentasse um discurso de “desenvolvimento e representação igualitária”, centralizava a captação e redistribuição de recursos financeiros externos para fomentar a pesca local. Também limitava a autogestão familiar sobre terrenos e casas, com o argumento de que haveria o conseqüente desalojamento de famílias pela especulação imobiliária provocada pela incipiente indústria do turismo, o que era contradito pela permissão dada a aliados políticos externos da mesma Associação para que adquirissem moradias na vila.

A associação deteve o poder institucional local até 2002, quando o PT, depois de 15 anos no poder, perdeu a Prefeitura para seu maior rival, o PSDB, no que o eleitorado da Redonda foi decisivo: pela primeira vez, o PT não teve a maioria dos votos na vila. Enfraquecidos, os grupos familiares que até então eram hegemônicos na associação se viram obrigados a dividir o poder institucional local e conviver com a perda de espaço no território político, geográfico e econômico. Um vereador do PSDB foi eleito, com mais votos que o do PT, novas associações com outros interesses surgiram, a escassez da pesca levou algumas famílias a venderem seus terrenos e casas (o que aliás se deu em pequena escala, sem que houvesse a debandada temida outrora), os conflitos tornaram-se explícitos e a partir de então não haveria mais espaço para dominação de um grupo sobre outro.

Porém, essa reconfiguração das relações de poder local não inviabilizou a vila política, social e economicamente. Apareceram novos grupos (permanentes ou efêmeros) cujos discursos outrora eram silenciados ou inviabilizados: um festival de reggae aconteceu sem que fosse centralizado por este ou aquele grupo político e/ou familiar, jovens pescadores começaram a manifestar o desejo de reagruparem-se em busca de alternativas à pesca tradicional, que já não correspondia mais a anseios de consumo e a rentabilidade outrora proporcionada pela captura da lagosta. O vereador do PT eleito sucessivamente em 1992, 1996 e em 2000, foi deslocado, a partir de 2003, para o comando de um órgão ambiental federal¹⁰⁵, o que viabilizou, entre outras questões, a atividade da única embarcação que fiscaliza o mar na Redonda e proximidades, barco esse que foi adquirido pelos próprios pescadores e era mantido em convênio com órgãos públicos. Tanto esse agente político quanto os outros dois vereadores (um do PSDB e um do PT, este irmão do antigo vereador) moram na própria vila, ao alcance direto das vozes de seus eleitores.

A divisão política institucional não arrefeceu o ímpeto comunitário na fiscalização do território local contra a pesca ilegal. A experiência local, por mais ligada que tenha sido ao poder central, fundou aspectos auto-gestionários que não deve ser desconsiderados. Embora viva um momento de certa estagnação e ainda de dificuldade de diálogos entre as diferenças internas, a intensa prática política dos “redondeiros” e “redondeiras” parece apresentar condições para que surjam alianças e um “tipo ideal de projeto de território” (Francisco, 2007) que aponte a novas perspectivas de convivência entre as dissensões. Isso se superarem o paradigma da relação institucional, no qual

¹⁰⁵ Raimundo Bonfim Braga, o “Kamundo”, foi nomeado superintendente do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama) no Ceará, sendo afastado em 2009 sob acusação de conceder licenciamentos irregulares a empreendimentos turísticos e de carcinicultura (criação de camarão em cativeiro). As investigações, no âmbito da Polícia Federal, nada comprovaram até Dezembro de 2010.

as redes envolvidas nestas lógicas tem ainda uma tendência grande para reproduzir o 'idêntico'. Isto é, que o 'antigo' e o 'novo' andam juntos sem grandes estorvos. Quem nem o clientelismo desapareceu nem as redes se tornaram mais transparentes porque 'localizadas' (...), nem a velha 'regulação cruzada' se evaporou. Ou seja, os atores se apoiam em grande parte, nas convicções e modos de actuar com que se familiarizam (Francisco, 2007: 193).

Na Redonda, a experiência local parece ter fundado as bases para uma "ecologia de produtividade", que pode levar a

recuperação e valorização dos sistemas alternativos de produção, das organizações económicas populares, das cooperativas operárias, das empresas autogeridas, da economia solidária etc., que a ortodoxia produtivista capitalista ocultou ou descredibilizou (Rodrigues e Santos, 2003 :19).

São objetivos atingíveis se os actores coletivos conseguirem romper o paradigma meramente institucional na gestão das relações locais e se os muitos olhares externos sobre a experiência local incidirem fora da lógica da "ortodoxia produtivista capitalista". Exigindo, contudo, uma reconfiguração do papel de investigadores e tradutores em contextos como o da Redonda, que podem ser abordados dentro das perspectivas da "Sociologia das Ausências" que, segundo Santos,

visa revelar experiências, iniciativas e concepções que tenham sido eficazmente suprimidas enquanto expressão de necessidades ou aspirações emancipatórias pelos instrumentos hegemónicos da globalização. (...) A sociologia das ausências permite identificar as condições que criam a aparente fatalidade da inadequação das lutas contra-hegemónicas locais num mundo globalizado (Santos, 2006c: 184).

Experiências em curso como a do Bairro Piscatório de Espinho e a da Redonda são originais de populações que até recentemente tinham pouco ou nenhum acesso à gestão de aspectos político e/ou territorial dos locais onde vivem. Mas não tinham, principalmente, gestão da atividade piscatória e do território marítimo, palco e pretexto para elaboração de discursos e ações de

dimensões políticas e históricas que extrapolam o cotidiano da pesca local, o mesmo que lhes possibilita criar e inventar inovações na luta contra-hegemônica que travam ao longo dos séculos. É o caso, por exemplo, da longa “guerra dos redondeiros contra os compressores”.

5.3.3 - As revoltas.

O Estado hoje, se for uma ausência completa, desfavorece às populações marítimas na luta que essas travam diariamente contra abusos da pesca industrial e da pesca ilegal de mergulho, no que as revoltas na Redonda são o melhor e mais frequente exemplo. O mais notório acontecimento de revolta contra o mergulho já registrado foi em Junho de 1989, quando

um clima de guerra rondava a então pacata comunidade (...). Cansados de esperar providências das autoridades competentes, os pescadores resolveram expulsar do mar os escafandristas que faziam uma devassa na lagosta (...). Naquela noite mais de 70 homens deixaram a praia armados para render os predadores. A guerra em alto-mar teve o saldo de quatro feridos e um morto a bala¹⁰⁶.

Do conflito resultou um célebre poema de cordel, *A Guerra dos Redondeiros contra os Compressores*, de Chico de Marina, do qual compilo algumas estrofes que descrevem os seus muitos aspectos. Primeiro, a “guerra” contra os “escafandristas” (mergulhadores) e suas causas e consequências:

Com esse arraso na pesca / a lagosta foi acabando/ de manzuá,
rede, tudo/ o escafandrista roubando / foi dando fome na terra/ e o
povo foi revoltando (:11).

Pescador ia pró mar, / à tarde nada trazia, / os escafandristas
roubavam / toda a sua pescaria, / e as mulheres perguntavam ao
homem: / - O que come nossa família? (:12).

¹⁰⁶ In “ A luta dos povos do mar”, revista *universidade pública*, ano III, número 09, UFC, Dezembro 2001/Janeiro2002.

Zé Pedro, Pinto e Forro / fizeram uma reunião: / - Vamos tomar providência / dessa situação / pegando todo esse povo / pra uma revolução (:17).

Gritaram: Então, quem combina? / Todos levantaram a mão / e um dizia: - Meu nome / chama-se Sebastião, / e eu vou matar todos eles / na ponta do meu facão (:19).

Mascaro disse: - Eu vou logo / preparar o meu canhão / Zé-pé-torto: - Pronto / já está feita a confusão, / e com arma a gente dava / pra enfrentar até Sansão (:20).

Assim ficou combinado / Só faltava acertar / dia, hora, mês e ano, / pra que todos pudessem entrar / dentro do oceano / começar o fogo no mar (:21).

Barcos sem ordem dos donos / os redondeiros pegaram / Pedra, pontapé e foice, / até cadeado quebraram! / O tumulto foi tão grande, / que os armadores se assustaram (:25).

Com nove dias depois / os pescadores encontraram / mais um barco em sua área. / Outra vez se irritaram. / Foi um tiroteio tão grande / que até os peixes se assustaram (:37).

Quarenta homens atiraram. / Foi chumbo pra derreter! / O rosto ficou olhando, / todo aquele fuzuê / teve gente que não viu / nem a hora de morrer (:39).

Entre mortos e feridos, / tinha mais de vinte e seis. / Os que não tinham atirado disseram. /- Agora é a nossa vez, que o mundo todo saiba / o que o pescador fez (:40).

O senhor vereador / ligou logo pra justiça: / Senhores por caridade / venham logo sem preguiça / quem em vez de lagosta temos / é um monte de carniça (:42).

O secretário de justiça / também ficou assustado / quando viu tanto defunto / e um tumulto danado, disse: / - Deus que me defenda, / que povo amaldiçoado (:44).

O olhar arguto de Chico de Marina não deixa de notar a negligência e omissão das autoridades. Antes do espoletar do conflito, os pescadores reivindicaram, em vão, a intervenção do Estado:

Mandavam abaixo-assinado / para a Capitania. / Davam tudo quanto era parte / Em todas as delegacias, / Mas ninguém os escutava / por eles nada faziam (:16).

Um avisou a polícia dizendo: - Venham ligeiro! / Os homens ficaram loucos, / por falta desse dinheiro, / em vez de pescador / vamos todos virar cangaceiros (:22).

A polícia nem ligou. Disse: - O diabo é quem vai lá! / Deixe aqueles redondeiros / começar guerra no mar, / depois que morrerem uns dez / aí nós chegamos por lá (: 22).

Encerrando o cordel, uma estrofe cujo anunciado ainda hoje não se concretizou:

A paz é a felicidade / voltou praquele lugar, / os pescadores continuam / operando com manzuá / porém de escafandrista / nunca mais se ouviu falar (:50)

Pois duas décadas depois do primeiro grande conflito, em 1989, os redondeiros são ativos e temidos por outros pescadores e os combates permanecem frequentes. Ao longo de 2009, pelos menos seis barcos foram apreendidos pelos redondeiros, à revelia das autoridades, e três foram queimados, dois em Junho e um em Novembro. A tensão foi crescente ainda no primeiro semestre:

Três barcos que faziam pesca de lagosta por compressor foram apreendidos e queimados ontem por pescadores da Praia de Redonda, em Icapuí, Litoral Leste do Ceará. (...) Cerca de três mil pessoas da comunidade estiveram na praia acompanhando a 'operação'. Setenta pescadores estariam envolvidos diretamente na ação, dentro dos barcos que renderam os outros três. Segundo a Polícia, os pescadores que estavam nas embarcações apreendidas contaram que foram rendidos por homens encapuzados e armados com escopetas e revólveres. As vítimas também disseram ter sido deixadas na Praia de Peroba, próximo a Redonda, onde os barcos, duas jangadas e uma lancha, teriam sido queimados. Segundo o relato dos policiais, quando chegaram à praia da Redonda, enfrentando 'barricada' feita pelos moradores, não encontraram mais ninguém. A entrada da comunidade teria sido isolada com um barco

e pedaços de madeira (...). ‘Os policiais deverão apurar os possíveis responsáveis para instaurar o inquérito policial, e aí cabe à Polícia Civil’, afirmou o major Fernando Rocha Albano, comandante da Companhia da Polícia Militar Ambiental.¹⁰⁷

Nota-se no final da matéria acima que a polícia aparece com a premissa de reprimir aos manifestantes, antes de falar em reprimir aos praticantes da pesca ilegal. Um mês depois do incidente de Junho de 2009, os “redondeiros” se unem e realizam um protesto fechando trecho da rodovia BR 304, principal ligação entre Natal (Rio Grande do Norte) e Fortaleza (Ceará). O trecho interditado fica a cerca de 20 quilômetros de distância da vila da Redonda, mas os pescadores não mediram esforços e levaram mesmo um bote (foto abaixo) para fechar a estrada, além de queimarem pneus em protesto.

FOTO XII

“Redondeiros” protestam em Julho de 2009 fechando uma rodovia (foto de autoria de um informante desta tese ao qual opto por não identificar)



O protesto de Julho não gerou nenhuma ação das autoridades. Dois meses depois, em 20 de Setembro de 2009, um outro informante desta pesquisa me relatava, por correspondência, contornos dramáticos que o

¹⁰⁷ Jornal O Povo, 22-06-2009, matéria “Pescadores põem fogo em dois barcos”, acessado em 22-06-2009 in <http://www.opovo.com.br/opovo/ceara/887210.html>.

conflito tomou. Reproduzo abaixo um trecho da correspondência, suprimindo alguns nomes devido a acusações graves, mas sem provas, contra autoridades locais:

E o conflito da pesca da lagosta continua, cada vez mais grave. Os piratas estão ficando desesperados, encorajados do próprio xxxxxxx, que acha que ele pode mudar as leis em favor da pesca ilegal, para os coitados pais da família poder sobreviver do mesmo jeito de que antes, ganhando muuuito dinheiro acabando com tudo que é lagosta; predatória, miúda, intoxicada, roubada, tanto faz. Mesmo que eles tiveram a chance outro ano de vender o equipamento ilegal para o governo, e os redondeiros fabricando manzuas [covos] para vender para eles. Os redondeiros na sua vez ficando impacientes com a fiscalização fraca demais, só corrupto ou só incompetente quem sabe, mas as autoridades não estão conhecendo quem é quem lá no mar do mesmo jeito do que os nativos, que conseguiram capturar pelo menos duas lanchas dos piratas, o dono de uma o próprio xxxxxxx! e da outra um xxxxxxx de Icapuí! Imagine o escândalo e as emoções nos dois lados! Muitas reuniões com as autoridades, que agora finalmente está começando entender a verdade das coisas, mas até hoje não conseguiram acalmar os piratas, que até queimaram alguns veículos outra dia na praça de Icapuí. O xxxxxxxxx encorajando a compra de armas, até para matar um ou outro líder daqui!

Trecho de reportagem do jornal *O Povo* acerca do terceiro barco queimado em 2009 demonstra que trata-se de um problema persistente que pode vir a ter desfechos trágicos para os pescadores:

Tensão em Icapuí, litoral leste do Estado, a 200 quilômetros de Fortaleza, depois que um pescador da sede do Município foi lesionado à bala por pescadores da praia de Redonda, na manhã do último sábado, durante uma abordagem em alto mar. As estradas de acesso entre as duas localidades foram fechadas à altura da praia de Barrinha, por pescadores da sede. Um pescador de Redonda, que tentou furar o bloqueio, teve a moto queimada. O comandante

do destacamento de Icapuí, cabo Antônio Sobrinho, solicitou reforço policial de Aracati. (...) “Há armas e muita revolta nos dois lados. A situação aqui é tensa”, comentou o comandante do policiamento, que agora conta com 10 policiais.¹⁰⁸

Em contato telefônico (16-11-2009), um pescador, informante deste trabalho, descreve um cenário típico de guerra civil, pois os conflitos presentes se dão entre populações do mesmo município (Icapuí) e faz crescer a hostilidade para com os redondeiros, que viveram em “estado de sítio”, ameaçados de agressão por outros icapuienses e mesmo morte caso se desloquem à sede do município.

Em Maio de 2010, apenas uma semana depois de reiniciada a pesca, um combate armado no mar deixou dois feridos em uma embarcação que, supostamente, praticava pesca ilegal de mergulho. Apesar de não ter sido comprovada a origem do barco que atacou os “ilegais”, a suspeita imediatamente recaiu sobre os redondeiros, taxados de “criminosos” pelo discurso jornalístico, conforme explicitou a edição do jornal *Diário do Nordeste*, de 21-05-2010:

“Dois pescadores ficaram feridos, a tiro, durante mais um conflito no Litoral leste do Estado. Mais uma vez o palco das cenas de violência foi o mar na altura do Município de Icapuí. O caso ocorreu na tarde de quarta-feira, quando desconhecidos que estavam em barco interceptaram outra embarcação onde havia cinco pescadores. (...) Segundo o relato das vítimas, elas ainda passaram cerca de 10 horas como reféns **dos criminosos**” [grifo meu].

As revoltas extrapolam a espaço de mediação política institucional quando esta falha ou desaparece, e faz com que as populações marítimas, para evitarem os conflitos, busquem conquistar espaço político através da

¹⁰⁸ In www.opovo.com.br, acessado em 16-11-2009.

disputa eleitoral. Pois, levando à máxima a analogia que Foucault estabeleceu entre o poder e a guerra, aprenderam que

o poder é a guerra, é a guerra continuada por outros meios. E neste momento, inverteríamos a proposição de Clausewitz e diríamos que a política é a guerra continuada por outros meios. O que significaria (...) que as relações e poder, tais como funcionam numa sociedade como a nossa, tem essencialmente como ponto de ancoragem uma certa relação de força estabelecida em dado momento, historicamente precisável, na guerra e pela guerra. (...) a política é a sanção e a recondução do desequilíbrio das forças manifestado na guerra. (Foucault, 2005: 22-23).

De facto, em todo o mundo, onde a política não é exercida, o cenário é de guerra e de desfavorecimento da população de trabalhadores. É esse o caso hoje da Somália e da Guiné-Bissau, por exemplo. Comum a ambos, além de serem países africanos e com pouca ou nenhuma institucionalidade consolidada, está a pobreza das populações, boa parte composta por pescadores artesanais. Na Guiné, eles tem a concorrência desleal dos barcos industriais chineses. Com autorização do governo, um único navio chinês pesca por dia o que um barco artesanal não capturaria em um ano. Da Somália, conforme narrei na I Parte, os meios de comunicação praticamente não informam que muito dos piratas são ex-pescadores que perderam território e estoque de peixe para a poluição.

Se os pescadores da Redonda intervêm na disputa pelo poder, também não hesitam em partir para o confronto quando as alternativas “legais” fracassam. Aprenderam com a História que o Estado brasileiro é quase sempre um ausente e somente em conflitos de grande escala intervêm com rapidez que exigem situações graves, como fez nos anos de 1960, na “guerra da lagosta”. São práticas das quais as populações marítimas tem de se valer e o fazem não apenas para sobreviver, mas também para enfrentar as adversidades a que estão sujeitas a cada temporada de trabalho, com as oscilações negativas de produção registradas no setor das pescas nos últimos

anos. Os atos de revolta das populações marítimas e seus movimentos em busca da conquista democrática do poder institucional reforçam a concepção de multiterritorialidade marítima que anunciei anteriormente, onde o elemento humano e um determinado “saber-local” tem de ser considerados, senão antes, ao menos em concomitante aos planejamentos teóricos, políticos e económicos da intervenção estatal. O que há, penso, é a ausência de diálogo e “tradução intercultural” entre ações locais e o poder central, no que eclodem as revoltas. Falta formação e informação acerca do potencial “local”, no sentido de orientar e mesmo estimular as populações marítimas para que assumam e elaborem consistentemente o seu protagonismo “local”, para que ele seja considerado pelo poder central com maiores possibilidades de êxito, inclusive com argumentos teóricos advindos da prática cotidiana, e sobretudo da ética e não do desespero que leva a conflitos violentos.

Tais junções são um ponto de partida para discorrer acerca da proposta de educação ecosófica, visando uma alternativa que viabilize a multiterritorialidade marítima a partir das populações locais, numa perspectiva de alargamento para as sociedades nacionais.

III PARTE

A educação ecosófica, baseada em “Oito Ecologias”.

1 -Educação, racismo e biopoder.

Macedo (2008) demonstrou como o espaço da Educação foi o intercessor privilegiado pelo Estado Novo português para aplicação de políticas normatizadoras e reguladoras. Entretanto, tal tipo de pedagogia é um modelo a ser superado em praticamente todo o mundo, numa perspectiva que considere os saberes e as práticas locais. Pois é cada vez mais evidente que nos primórdios do século XXI

é insustentável que a situação de, por exemplo, as ciências sociais continuarem a descrever e interpretar o mundo em função de teorias, de categorias e de metodologias desenvolvidas para lidar com as sociedades modernas do Norte, quando a maioria das sociedades, existentes, não só apresenta características e dinâmicas históricas diferentes, como tem gerado as suas próprias formas de conhecimento das suas experiências sociais e históricas e produzido contribuições significativas para as ciências sociais, ainda que remetidas para as margens destas. A vitalidade cognitiva do Sul não deixou de ter consequências para o saber científico moderno, obrigado a reconhecer a existência de outros saberes, mesmo quando procura circunscrever a sua relevância, apodando-os de "conhecimentos locais" ou de "etnociências". Não será surpreendente, por isso, que nos confrontemos, hoje, com uma crise epistemológica da ciência moderna (Santos, 2004a: 21).

Crise que se estende à escola ocidental em diferentes níveis, sobretudo no que se refere à educação dos jovens. A divisão celular de salas/séries, o uso de ‘fardas’, os sinais de marcação do tempo, a permanência de referências religiosas, todos esses sintomas de disciplinarização dos corpos perpetradas por educadores e gestores colocam em cheque o modelo de funcionamento da escola hodierna e leva à questão: o que nos legou essa escola de hoje? Há alternativas a ela? Michel Foucault ajuda a compreender o momento atual e

pode indicar novos caminhos, ao construir sua análise sobre o estreitamento entre biopolítica e Educação, sem deixar de estabelecer diálogos com questões pertinentes à dominação, à disciplinarização, à normatização e à resistência.

Será prudente iniciar esta análise considerando que muitas das raízes do sistema educacional hoje podem ser encontradas no surgimento da ‘população’.

O grande crescimento demográfico do Ocidente europeu durante o século XVIII, a necessidade de coordená-lo e de integrá-lo ao desenvolvimento do aparelho de produção, a urgência de controlá-lo por mecanismos de poder mais adequados e mais rigorosos fazem aparecer a ‘população’ – com suas variáveis, seus números de repartição espacial ou cronológica, de longevidade e de saúde – não somente como problema teórico mas como objeto de vigilância, análise, intervenções, operações transformadoras, etc. Esboça-se o projeto de uma tecnologia da população: (...) diversas incitações ao casamento e à natalidade, desenvolvimento da educação e da formação profissional (Foucault, 1996: 198).

Remeto à reflexão de Foucault sobre a população porque, se considerarmos outras fontes, podemos ver que o início de massificação da escola se dá bem antes. Ainda no século XVI, quando se registrou um rápido crescimento económico em Portugal, ocorre a proliferação das Escolas de Primeiras Letras que, segundo Carvalho (2003), somavam mais de 30 em Lisboa em meados daquele século. Segundo ele, a expansão do ensino em Portugal nesta época atenderia à necessidade de dotar o país de mão-de-obra minimamente letrada diante de uma nova necessidade: a expansão da máquina do Estado diante dos “descobrimientos”, e o gradual deslocamento da educação da esfera clerical para o ensino público. Tanto que Carvalho (idem) aponta a Prússia e Portugal como os primeiros Estados (e então grande impérios) a organizarem um modelo de ensino público.

O enunciado da escola de hoje pode ser encontrado já no início dessa

expansão, algo que Foucault não deixou de perceber: por ter surgido das mãos da Igreja, a Escola já nasce normatizada, regulada, controlada, para que não permitisse a “perda de tempo”: “O horário: é uma velha herança. As comunidades monásticas haviam sem dúvidas sugerido seu modelo restrito (...), trata-se de constituir um tempo integralmente útil” (Foucault, 1987: 175). Em outras palavras, um modelo de Educação é ‘profissionalizante’ desde sua origem, e, portanto, passível de controle sobre os corpos e sobre seu tempo de trabalho. Afinal, “um corpo disciplinado é a base de um gesto eficiente” (Foucault, idem), e como diz o ditado popular, *cabeça vazia, oficina do diabo*, algo a ser combatido inicialmente pelos religiosos e posteriormente, pelo capitalismo.

Se deve procurar intensificar o uso do mínimo instante, como se o tempo em seu próprio fracionamento, fosse inesgotável. Como se, pelo menos, por uma organização interna cada vez mais detalhada, se pudesse tender para um outro ponto ideal em que o máximo de rapidez se encontra o máximo de eficiência. (Foucault, 1987: 180).

O modelo ideal de escola, a partir do século XVII, seria o da Escola Mútua a qual, segundo Foucault, “foi disposta como um aparelho para intensificar a utilização do tempo” (Foucault, 1987: 180). Através dos dispositivos da Disciplinarização e da Norma, a Escola Mútua sobrevive até os dias atuais, operando por um

tempo disciplinar que se impõe pouco a pouco à prática pedagógica, especializando o tempo de formação e destacando-o do tempo adulto, do tempo do ofício adquirido; organizando diversos estágios separados uns dos outros por provas graduadas; determinando programas que devem desenrolar-se cada um durante uma determinada fase, e que comportam exercícios de dificuldades crescente; qualificando os indivíduos de acordo com uma maneira como percorreram essas séries (Foucault, 1987: 180).

O aparelho escolar que conhecemos deriva, pois, de uma matriz religiosa que mais tarde encontraria amparo num sistema econômico-social (o

capitalismo) que não só mantem suas origens como recrudesce no controle dos corpos e das mentes de seus integrantes: professores, gestores e estudantes. Assim começou a ser pavimentado um caminho seguido até hoje pela Educação ocidental. Pública ou privada, a escola é a instituição por excelência da iniciação de tutela e sujeição que o poder impõe à sociedade, ao indivíduo, “um efeito do poder e é, ao mesmo tempo, na mesma medida em que é um efeito seu, seu intermediário: o poder transita pelo indivíduo que ele constituiu” (Foucault, 2005: 35).

A partir do século XX a Educação pode reivindicar para si o estatuto de ciência criadora de conceito. Se aquele “breve século” (Hobsbawn) trouxe à humanidade novas formas de guerra, de arte, de circulação do poder, de repressão, nele também a Educação passa ser vista como não necessariamente sujeita ao poder institucional. Tem início uma época em que ‘pensar a Educação’ significa inverter a relação de sujeição que essa área mantem com o Estado, que tem de dialogar com a escola e não apenas impor regras para seu funcionamento. Pois a Educação, no século XX, adota contornos outros, é objeto de reflexão em todo o mundo, incorpora a Psicologia, e a Psicanálise em suas formulações, dialoga com outras áreas de pensamento, sobretudo com a Filosofia, a História e a Sociologia. De objeto passa a sujeito, a formuladora de conceitos que não só explicam o mundo, mas também o questiona.

Prevalece, porém, o problema original: a Escola não deixa, completamente, de atender às diretrizes do Estado, ainda é local de retransmissão de tradições e de normas, de formação de mão de obra, sob pena de que incida sobre os que dela estão ‘excluídos’ a consequência máxima do biopoder: submeter-se ao poder que permite que se sobreviva, desde que a ele obedeça. Estar fora da escola é não existir. Estar ‘incluído’ hoje é ‘ser alguém’ dentro do sistema capitalista, é interagir com o biopoder, “elemento indispensável ao desenvolvimento do capitalismo, que só pode ser

garantido à custas de inserção controlada dos corpos no aparelho de produção e por meio de um ajustamento dos fenômenos de população aos processos econômicos” (Foucault, 1984: 132).

Mantem-se na escola o axioma perverso dos operadores do biopoder, e o “deixar viver - fazer morrer” deve ser entendido como “escolarizado tem lugar na sociedade, do contrário, não”. A Escola que temos hoje não é lugar para as questões locais, para as diferenças, para a diversidade sexual ou de gênero, as novas tecnologia. O saber que ela produz e transmite é tão somente o saber disciplinarizado e disciplinarizador, fora dele não há lugar para os saberes *subalternizados*.

Eis que se faz necessária uma nova escola, que seja concebida e gerida considerando a genealogia foucaultiana:

uma espécie de empreendimento para dessujeitar os saberes históricos e torná-los livres, isto é, capazes de oposição e de luta contra a coerção de um discurso teórico unitário, formal e científico. A reativação dos saberes locais – ‘menores’, talvez dissesse Deleuze – contra a hierarquização científica do conhecimento e seus efeitos de poder intrínsecos, esse é o projeto dessas genealogias em desordem e picadinhas (Foucault, 2005: 15-16).

Dos tantos “edifícios ideológicos” que sustentam o poder institucionalizado, a escola tornou-se terreno fértil e ideal para aplicação do que Foucault chama de “racismo de estado (...), um racismo que uma sociedade vai exercer sobre ela mesma, sobre seus próprios elementos, sobre os seus próprios produtos; um racismo interno, o da purificação permanente, que será uma das dimensões fundamentais da normalização social” (Foucault, 2005: 73).

Segregadora e selecionadora, a escola julga as capacidades e aptidões dos futuros cidadãos, aplicando sobre crianças e jovens mecanismos (‘dispositivos’, diria Foucault) inibidores da criatividade, da autonomia e da

auto-determinação; limitando as capacidades individuais e singularidades classificando-as por 'notas'; impondo sinais para controle do tempo, para a postura e do comportamento dos corpos, mantendo punições (reprovações, suspensões etc). A escola 'moderna', definitivamente, não promove movimentos de desterritorialização-reterritorialização. Não o faz por não poder-lo, mas por não querer, para que tudo se mantenha como é ou como quer que seja o sistema.

Entramos no século XXI com uma escola do século XVI. A diferença, porém, e que hoje temos instrumentos para refutá-la e repensá-la como nunca antes se viu. Tratemos, pois, de fazê-lo. Em toda parte, eclode o anseio dos jovens frente ao contato com novos conhecimentos: para eles, o que Charlot chama de "processo Aprender" (Charlot, 2001), só é interessante, ou melhor, é mais interessante, mais intenso, se existir uma relação direta com o que se aprendeu (e se aprende) também fora da escola, pois

Toda relação com o saber é também uma relação com o mundo. (...). A relação com o mundo constitui-se nessa co-construção (seletiva) do sujeito e de seu mundo. Existem, para o sujeito, objetos, situações, pessoas, formas de atividades, formas relacionais que, para ele, são mais importantes, são mais interessantes, tem mais valor que outras, correspondem melhor àquilo que ele é, àquilo que ele é e pode ser – e que portanto valem mais a pena ser aprendidos. (...) O sentido e o valor de um saber (de um aprender), e portanto, também, a mobilização do sujeito neste aprender, são indissociáveis dessa relação com o mundo (Charlot, 2001: 27-28).

Acredito que é o 'mundo do jovens' que não está dentro da escola de hoje. Praticamente inexitem experiências e tentativas de se estabelecer uma relação do ensino formal com um certo saber tradicional, 'local', que os jovens levam para a escola.

Antes de tudo é preciso entender quando aqui se fala em relação de ensino formal com transmissão de saber tradicional não é no sentido de reificar

a concepção (um tanto anacrônica) de que à escola cabe o papel de lugar legitimador de costumes e práticas que devem ser impostos de uma geração à outra sem alterações e atualizações, pelo contrário. Sobretudo entre populações rurais e marítimas, onde o “velho” e “o novo” se imbricam aceleradamente com a chegada de novos referenciais de comportamento (principalmente com a indústria do turismo), a escola, mais do que nunca, deve ser encarada como “um espaço constituidor de novas identidades, posições e legitimidades” (Albuquerque, 2004: 185), onde o “*ethos* pedagógico pode ser reconstruído” (idem).

Um *bom* começo da busca dessa ‘nova escola’ seria tentar compreender como se dá o desenvolvimento de uma cultura escolar específica num lugar onde circulam costumes tradicionais e saberes ‘modernos’. Seria interessante compreender como os jovens levam para as escolas um saber local que praticam onde vivem e trabalham, e também como são afetados pelo contato cotidiano com a escola, pois

a sociedade contemporânea é marcada por uma conjuntura ao mesmo tempo tão rica de informações, quanto caótica em termos de valores, e normas de conduta. Tal situação afeta a todos os segmentos sociais; contudo, nenhum grupo social é atingido de forma tão particular por essas mudanças aceleradas quanto os jovens (...). Um dos problemas da atualidade reside no fato da juventude viver um momento particularmente crítico, no que diz respeito à possibilidade de concretização de seus projetos, da realização dos seus sonhos e de sua inserção na sociedade (Damasceno, 2000:130).

Para se compreender como uma determinada relação do saber tradicional com o ensino formal se dá numa perspectiva histórico-pedagógica, é preciso destacar a importância da interdisciplinaridade, tão cara à Escola dos Annales e a importantes pensadores da Educação, como Charlot. Ele afirma, com propriedade, que as “problemática da relação com o saber ultrapassa os limites de uma disciplina sem, com isso, anulá-los” (Charlot, 2001: 20).

Passemos a um exemplo, que relata nuances do cotidiano de crianças membros de populações marítimas no interior do Ceará. Através de algumas práticas, é possível compreender algo que a escola tem que incorporar (ou pelo menos, deveria): a relação lúdica entre brincar e aprender. Entre os jovens de populações marítimas, podemos admitir uma “classificação filosófica do brinquedo”, conforme Walter Benjamin (1996). É comum a realização de ‘regatinhas’, onde as embarcações que competem são réplicas em miniaturas das embarcações de grande porte. O que parece mera brincadeira traz uma representação de realidade. As miniaturas geralmente são confeccionadas por pescadores adultos que as fazem de presente para seus filhos, meninos. As crianças desde cedo se familiarizam com o que pode vir a ser seu instrumento de trabalho no futuro, algo como o incentivo que se faz às meninas para brincar de casinha ou de boneca. São brincadeiras sérias, direcionam as crianças para papéis sociais que, supõe-se, assumirão no futuro, pois

mesmo quando não imita os utensílios dos adultos, o brinquedo é uma confrontação – não tanto da criança com o adulto, como deste com a criança. Não são os adultos que dão em primeiro lugar os brinquedos às crianças? (...) o brinquedo infantil não atesta a existência de uma vida autônoma e segredada, mas é um diálogo mudo, baseado em signos, entre a criança e o povo (Benjamin, 1996: 250).

Nesse sentido, me parece apropriado delimitar os ambientes de sociabilidade, de Educação, de trabalho e de relações familiares, entendendo que esses ambientes envolvem a relação dos jovens com a escola, a família e a natureza, extrapolando assim o campo de relações econômicas inerente ao mundo do trabalho. Mais do que simplesmente “escolas”, os locais de ensino e educação devem ser também lugares de encontro, de circulação de saberes variados, de trocas de experiências profissionais e de vida, daí merecerem atenção de educadores, gestores e pesquisadores, porque “para apropriar-se de um saber, é preciso introduzir-se nas relações que permitiram produzi-lo” (Charlot, 2001: 28).

Nesse sentido, proponho a emergência de uma educação ecosófica, alinhada a “escola rizomática” (Lins, 2005), que desencadeie um tipo de “Devir-pedagógico e sentidos bárbaros” (Lins, 2005: 1238), e onde se possa

cultivar, como experimentos e não como normas ou modelos, os sentidos bárbaros não ainda domesticados, e não apenas as significações ou os significados ordenados – aquilo *que é*, a saber, uma série significada, e aquilo *que deveria ser*, isto é, uma série significante –, pensados de antemão, triturados e servidos como potinhos requentados às crianças e aos alunos, quase sempre alheios, porque criativos, a todo processo pedagógico ancorado no triângulo do desejo niilista: *papai-mamãe-bebê!* Experimentar, mas nunca oficializar (uma *minoría*, uma vez oficializada, torna-se uma *maioría*) ou impor, como modelo esta ou aquela pedagogia, porém contaminar os processos pedagógicos com ‘costumes bárbaros’ (Lins, 2005: 1239).

2 - As “Oito Ecologias”.

Creio ter demonstrado, até aqui, aspectos da relação das populações marítimas com o Estado, que sempre foi constante e conflituosa. Para não retomar uma cronologia que, como narrei anteriormente, é secular, vou me ater primeiro a uma breve consideração sobre o que parece ser imperioso: uma concertação internacional de Estados visando dar respostas democráticas às muitas questões ligadas ao meio ambiente marítimo (tendo sempre o “humano” em perspectiva). A seguir, lanço uma proposta visando potencializar a presença do Estado entre as populações “locais” considerando suas particularidades, através da escola.

As últimas décadas do século XX e as primeiras do século XXI tem sido marcadas por cimeiras variadas para discutir a questão ambiental no âmbito das relações internacionais. Os acontecimentos e encontros mais notórios foram a Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento (Eco-92, no Rio de Janeiro, Brasil, 1992), a cimeira de Copenhague em 2009, na Dinamarca, e a Conferência Mundial dos Povos

sobre Mudança Climática, em 2010 na Bolívia. Em que pese a importância desses eventos, e por mais evidentes e amplos que sejam os problemas ambientais urbanos, rurais e oceânicos que afligem a todo o planeta, poucos compromissos e avanços concretos resultaram deles. Talvez por estar em jogo interesses capitalistas e territoriais díspares que alargam a distância entre o Norte e o Sul globais. Sobretudo está em questão o controle territorial do planeta, na qual o Norte mantém a premissa típica do DPC, como é o caso do Golfo de Aden, exposto nesta tese, mas também os casos da ocupação do Iraque e do Afeganistão pelo consórcio liderado pela NATO.

Paradoxalmente, enquanto mantem efetivos militares para ocupar territórios estrangeiros, países membros da NATO negligenciam quanto a problemas que atingem populações marítimas de seus próprios espaços nacionais ou de espaços limítrofes. Pois neles também as populações piscatórias vem sendo gradativamente impelidas à criminalidade, dada a precariedade de políticas de incentivo à pesca local e a ausência de políticas sociais consistentes. No decorrer desta pesquisa obtive informes acerca de uma determinada zona litorânea da Andaluzia, Espanha, onde o turismo se expandiu com caracteres de indústria nos últimos 30 anos, e os pescadores artesanais abandonam seu trabalho para dedicarem-se, entre outras atividades mais rentosas, a recolherem fardos de drogas variadas lançadas à praia a partir de lanchas provavelmente oriundas do Norte de África, repassando a carga a traficantes em terra. Com isso podem obter até seis mil euros em uma única operação, o que equivaleria ao apuramento líquido de meses de pesca. A situação é grave também no espaço marítimo situado entre a Florida (EUA) e Cancun, México. Em Quintana Roo, México, amontoam-se nas cadeias ex-pescadores colombianos, oriundos da ilha de Providencia, “presos por ser piezas claves en el trafico de la ruta Colombia - Mexico por mar, que se hace en lanchas muy rapidas que llevan hasta una tonelada y requieren de buenos pilotos, los pescadores, y sin miedo” (Dachary, 2009). Dachary não tem

dúvidas em associar a atividade à indústria do turismo e à expansão do mercado pesqueiro internacional:

Los pescadores son victimas del proceso de cambio que genera el turismo que les cambia la vida sedentaria y casi de autosuficiencia por un consumo masivo, ello lo empuja a buscar mas dinero. Por otro lado la Globalizacion del mercado pesquero hace que los peces finos del sur se vendan mas baratos que los de menos calidad del Caribe. Ambos temas inciden en la ruptura de los pescadores con la vida legal y entren al mundo del trafico de drogas. Al comienzo van a recuperar las pacas que se tiran en el mar cerca de la costa y luego se hacen transportistas (Dachary, *idem*)¹⁰⁹.

Concordo com Dachary, e acrescento, a partir de minha pesquisa no Ceará (Brasil), que também a subjetividade capitalista advinda do turismo de massa e dos *media* incute novos desejos e necessidades financeiramente inacessíveis aos pescadores, se depender somente do que se arrecada com a pesca local. Geram-se momentos de crise social e ética quando da queda da produção e, conseqüentemente, do distanciamento de mercadorias e fetiches que então se tornam imprescindíveis por via do consumo. Creio que esse duplo movimento, de necessidade e impossibilidade do consumo, leva os pescadores à procura por drogas pesadas, que servem como lenitivo efêmero para suprir a falta de determinado bem material desejado. É essa uma das causas da dependência crescente de *crack* (derivado da cocaína) entre os pescadores brasileiros, alguns passando de consumidores a traficantes de uma droga pesada, relativamente barata e potencialmente viciante, que se alastra como um veneno social nos contextos urbanos do Brasil e da América Latina.

Portanto, para além da questão da poluição dos mares, urge uma concertação global dos Estados Nações para combater uma degradação ambiental, humana e ética. Embora não haja sinais de que tal concertação seja visível num horizonte próximo, há ao menos uma iniciativa importante que pode

¹⁰⁹ Trecho de correspondência que mantive, por e-mail, com o professor Alfredo Dachary, em 12 de Abril de 2010, a quem reitero meus agradecimentos.

inspirar a união em torno da recuperação e preservação do território marítimo e de suas populações. Relembro a proposta lançada pelo governo do Equador em 2009, no sentido de o país manter intocada uma vasta área de floresta amazônica onde há petróleo, e cuja exploração emitiria cerca de 400 toneladas de carbono na atmosfera, proporcionando rendimentos de cerca de quatro bilhões de euros. O Equador aceita não extrair o petróleo se receber uma compensação de dois bilhões de euros de outros países e fundos internacionais. Lentamente, a proposta progride¹¹⁰. Tal como a proposta concreta e multiterritorial do Equador para seu território amazônico, a multiterritorialidade marítima, alicerçada em saberes e as análises acerca das intervenções humanas na natureza, pode ser uma proposta prática de ação.

Se na atualidade são imensas as dificuldades no âmbito das relações internacionais, em campos internos não é mais cômoda a posição dos Estados diante de suas populações marítimas. Talvez por a história demonstrar que as intervenções estatais nem sempre atendem, prioritariamente, aos interesses locais. Trata-se de uma condição a ser superada, pois o Estado mais que nunca é um intercessor necessário, através de ações que visem a proteção de populações e ecossistemas importantes e vulneráveis. Mas a figura do Estado ainda não contornou a ancestral desconfiança das populações marítimas quanto às políticas de controle e ordenação territorial. Prova disso é a tentativa, ora em curso, de remoção de habitações nas ilhas da Ria Formosa, entre os municípios de Faro e Olhão, no Algarve, sul de Portugal. A Secretaria de Estado do Ordenamento do Território argumenta, com efeito, que a remoção é necessária para que sejam repostas as condições naturais das dunas e seja contido avanço gradativo do mar. Contudo, a população resiste, pois há décadas convive com o alastramento de condomínios voltados ao turismo,

¹¹⁰ Para maiores informações ver artigo de Boaventura Sousa Santos, "De Copenhague a Yasuni", 23-11-2009, in http://www.cartamaior.com.br/templates/colunaMostrar.cfm?coluna_id=4478, acessado em 24-11-2009.

implantados, geralmente, com aval ou omissão do Estado, em zonas antes ocupadas pelos moradores locais¹¹¹.

É preciso então que o Estado restaure algo que perdeu junto às populações: a credibilidade. Mas, como fazê-lo? Creio que uma das respostas pode ser dada na busca pela adoção da multiterritorialidade marítima, sobretudo a partir da escola, um dos mais importantes intercessores entre Estado e populações locais. Tal estratégia exige, contudo, novas concepções pedagógicas, e nesse sentido é que proponho a educação ecosófica.

Mas é preciso incorporar à multiterritorialidade marítima e à educação ecosófica outros conceitos para lhes fortalecer enquanto instrumentos, ferramentas a serem apropriadas pela sociedade, para que não fiquem no campo das “novas utopias” e sim no de “outras utopias” (Grosfoguel, 2008). Para tanto, proponho, a seguir, o cruzamento aparentemente improvável de duas teorias que se encontram justamente pela diferente trajetória intelectual e política de seus elaboradores: a ecologia dos saberes, de Boaventura Sousa Santos (2002), e a ecosofia, de Félix Guattari (1991).

Se antes corroborei a necessidade de o pensamento se associar à ação, é para dizer que o pensamento deve compreender a ação, deve se alicerçar nela mas também reforçar suas bases. Quanto a multiterritorialidade marítima, acredito ser seja uma possibilidade de promover o diálogo intercultural Sul-Norte onde importantes pensadores se ocupam de desconstruir dicotomias e oposições, sobretudo se encarada como uma “epistemologia do Sul global”:

A ‘epistemologia do Sul’ que tenho vindo a propor visa a recuperação dos saberes e práticas dos grupos sociais que, por via do capitalismo e do colonialismo, foram histórica e sociologicamente postos na posição de serem tão só objecto ou matéria-prima dos saberes dominantes, considerados os únicos válidos. (...) Ao contrário das epistemologias do Norte, as epistemologias do Sul

¹¹¹ Conforme matéria jornalística “Os últimos dias na Fuseta”, jornal *Expresso*, 02-04-2010, Lisboa, pgs. 20 e 21.

procuram incluir o máximo das experiências de conhecimentos do mundo. Nelas cabem, assim, depois de reconfiguradas, as experiências de conhecimento do Norte. Abrem-se pontes insuspeitadas de intercomunicação, nomeadamente com as tradições ocidentais que foram marginalizadas, desacreditadas ou esquecidas pelo que no século XIX passou a vigorar como o cânone da ciência moderna (Santos, 2008: 1).

Penso que esse diálogo pode começar nos locais que tem muito a oferecer em experiência e alternativa contra-hegemónica, como as populações marítimas aqui narradas. Antes, contudo, para embasar a educação ecosófica como conceito, tentarei mostrar os paralelismos da ecologia dos saberes de Boaventura Santos e da ecosofia de Guattari, nos campos do diálogo intercultural e do que Santos denomina de fascismo social, um tipo de regime no qual predomina a lógica dos mercados financeiros em detrimento de grandes setores das populações, gradativamente distanciados e excluídos do campo de direitos sociais adquiridos nas últimas décadas (*in* “Nuestra América”, Santos, 2006c). O risco, alerta Santos, é o da ingovernabilidade.

É evidente que entre os dois pensadores há diferenças de posicionamento: Santos é um intelectual engajado quase que no sentido “orgânico” de Gramsci, extremamente ativo nos movimentos sociais do Sul, sempre apontado pela busca de ressignificações coletivas, conhecedor de África e da América Latina (notadamente de Moçambique, Brasil, Equador e Bolívia), onde sua obra é referência para ação de muitos movimentos e é reconhecida e premiada¹¹². Guattari (morto precocemente em 1992) foi um dos grandes pensadores das subjetividades, individuais e coletivas, averso a ressignificações – termo que certamente ele igualaria à “reificações”, dada sua postura anti-psicanalítica – e a estruturas, embora se alinhasse com engajamento sindical de esquerda. Praticante de um “saber-nômade” que visava os *sentido* antes que a *significação* dos acontecimentos, Guattari é igualmente um pensador que busca conhecer realidades do Norte e do Sul

¹¹² Prêmio Jabuti 2001, e Comenda do Ministério da Cultura do Brasil, 2009.

vivenciando-as, como fez, por exemplo, com a “rádio Alice” em Bolonha, com o Maio de 1968 em Paris, ou na América do Sul. *As Três Ecologias*, livro no qual desenvolve o conceito de ecosofia, é concluído após um giro de vários meses pelo Brasil na companhia de sua amiga e parceira Suely Rolnik, viagem que resultou noutro belíssimo livro, *Micropolíticas, Cartografias do Desejo*, retrato singular de um país recém-saído da ditadura ao qual ele voltaria muitas vezes. “Guattari foi e é um intercessor para muitos de nós, no Brasil, mas é bom lembrar que o Brasil também foi um intercessor privilegiado de Guattari”, escreveu Rolnik¹¹³.

Antes de terminados os anos de 1970, a partir de sua própria obra e da parceria intelecto-afectiva com Gilles Deleuze, Guattari propõe o conceito de “Capitalismo Mundial Integrado”, ou CMI, outro nome possível para “globalização”:

Podemos considerar que el capitalismo ya ha colonizado todas las superficies del planeta y que lo esencial de su expresión reside actualmente en las nuevas actividades que pretende sobrecodificar y controlar. Este doble movimiento, el de una extensión geográfica que se encierra sobre sí misma y el de una expansión molecular proliferante, es correlativo de un proceso general de desterritorialización. El Capitalismo mundial Integrado (CMI) no respeta las territorialidades existentes; tampoco respeta los modos de vida tradicionales, como los de la organización social de aquellos conjuntos nacionales que parecen hoy en día firmemente establecidos. Recompone tanto los sistemas de producción como los sistemas sociales en sus propias bases, sobre lo que podríamos llamar su axiomática propia (“axiomática” en contraposición, en este caso, a “programática”). En otras palabras, no hay un programa definido de una vez por todas: siempre es posible, en el contexto de una crisis o de una dificultad imprevista, agregar axiomas funcionales suplementarios o sustraer otros. Ciertas formas capitalistas parecen derrumbarse frente a una guerra mundial o una

¹¹³ “A dama de negro”, artigo de Suely Rolnik acessível em <http://www.pucsp.br/nucleodesubjetividade/Textos/SUELY/damanegro.pdf>. Acessado em Setembro de 2009.

crisis como la de 1929, pero luego renacen bajo otras formas, encontrando otros fundamentos (Guattari, 2004: 57-58).

Arrisco-me pois a apontar as simetrias entre o pensamento de Santos e Guattari, delimitados num campo essencial para concretização da educação ecosófica e da multiterritorialidade marítima enquanto “outras epistemologias”, um campo ao mesmo tempo de confronto e de encontro: o do diálogo intercultural não numa busca de opor conhecimentos rivais, e sim de torná-los complementares. Nesse sentido, vejo a interceção dos pensamentos de ambos quando Santos afirma, acerca da Sociologia das Ausências, a procura de “uma nova articulação entre o princípio de igualdade e o princípio da diferença”, sendo a Sociologia das Ausências “uma ecologia de diferenças e reconhecimentos recíprocos”. Mais adiante, Santos diz que a resistência está na desglobalização do local frente à globalização hegemónica, pois “a desglobalização do local e a sua eventual reglobalização contra-hegemônica ampliam a diversidade das práticas sociais ao oferecer alternativas ao globalismo localizado” (Santos, 2002: 19). Num raciocínio similar, ao falar de “ecologia social”, Guattari afirma:

As formações políticas e as instâncias executivas parecem totalmente incapazes de apreender essa problemática no conjunto de suas implicações. Apesar de estarem começando a tomar uma consciência parcial dos perigos mais evidentes que ameaçam o meio ambiente natural de nossas sociedades, elas geralmente se contentam em abordar o campo dos danos industriais e, ainda assim, unicamente numa perspectiva tecnocrática, ao passo que só uma articulação ético-política – a que chamo *ecosofia* – entre os três registros ecológicos (o do meio ambiente, o das relações sociais e o da subjetividade humana) é que poderia esclarecer convenientemente tais questões. (...) A ecologia social deverá trabalhar na reconstrução das relações humanas em todos os níveis, do *socius*. Ela jamais deverá perder de vista que o poder capitalista se deslocou, se desterritorializou, ao mesmo tempo em extensão – ampliando seu domínio sobre o conjunto da vida social, econômica e cultural do planeta – e em ‘intenção’ – infiltrando-se no seio dos mais inconscientes estratos subjetivos (Guattari, 1991: 07-08).

Um outro ponto importante para além do diálogo intercultural que aproxima os dois autores – e que deve ser objeto de preocupação no âmbito da multiterritorialidade marítima – é o “fascismo social” (Santos, 2006c). Em *As Três Ecologias*, Guattari alerta que

uma implosão bárbara não está de jeito nenhum excluída. (...) Se não houver uma rearticulação dos três registros fundamentais da ecologia, podemos infelizmente pressagiar a escalada de todos os perigos: os do racismo, do fanatismo religioso, dos cismas nacionalitários caindo em fechamentos reacionários, os da exploração do trabalho das crianças, da opressão das mulheres (Guattari, 1991: 15-16).

Guattari parece corroborar o que Santos vê, em “Nuestra América”, como uma possibilidade real nos dias de hoje:

Penso que vivemos um momento de perigo. (...) No nosso tempo, o perigo é a ascensão do fascismo como regime social. Contrariamente ao fascismo político, o fascismo social é pluralista, coexiste facilmente com o Estado democrático, e o seu espaço-tempo privilegiado, em vez de ser nacional, é simultaneamente local e global (Santos, 2006c: 180).

Ambos apontam para soluções frente ao fascismo social e à globalização hegemónica:

Guattari: “Uma imensa reconstrução das engrenagens sociais é necessária para fazer face aos destroços do CMI. Só que essa reconstrução passa menos por reformas de cúpula, leis, decretos, programas burocráticos do que pela promoção de práticas inovadoras, pela disseminação de experiências alternativas, centradas no respeito à singularidade e no trabalho permanente de produção de subjetividade, que vai adquirindo autonomia e ao mesmo tempo se articulando ao resto da sociedade. (...) Não se trata aqui de propor um modelo de sociedade pronto para usar mas tão somente de assumir o conjunto de componentes ecosófico cujo objetivo será, em particular, a instauração de nossos sistemas de valorização” (Guattari, 1991: 44-45).

Santos: “A Sociologia das Ausências consiste na recuperação e valorização dos sistemas alternativos de produção, das organizações económicas populares, das cooperativas operárias, das empresas autogeridas, da economia solidária etc., que a ortodoxia produtivista capitalista ocultou ou descredibilizou. (...) A Sociologia das Ausências visa reconstruir o que são essas formas para além da relação de subalternidade” (Santos, 2002: 19).

Justamente por terem trajetórias diferenciadas, por elaborarem abordagens transversais, Santos e Guattari pensam problemas mundiais com muita sintonia. Ambos parecem sugerir a emergência de novas formas de a sociedade lidar com novos problemas, também ao nível do “local”, e é nesse sentido que proponho a educação ecosófica, para chamar à reflexão educadores e gestores escolares quanto a possibilidade de eclodirem processos *ético-políticos* que mudem a escola atual, estreitando a relação das escolas com o mundo ao seu redor, do qual vem os jovens que nelas estudam. Priorizando o “local” antes do geral, me distancio da perspectiva pretensamente holística que tenta se apropriar da ecosofia de Guattari assemelhando-a à interpretação mística-religiosa dos acontecimentos. Distancio-me ainda mais da falta de perspectiva contida em certas tendências fatalistas, recalcadas e niilista que vem tomando corpo nas Ciências Humanas nas últimas décadas. Essas tendências por vezes se calcam em valores e referências morais e estáticas antes de buscarem práticas de ação, e menosprezam o potencial de reinvenção das sociedades, sejam estas globais ou locais.

3 - Educação ecosófica: para desterritorializar a escola.

A educação ecosófica me parece possível considerando, sobretudo, a importância da História local e da História do Tempo Presente no cotidiano de escolas como as que existem em vilas citadas neste texto (Redonda, Estêvão, Bairro Piscatório de Espinho, Canoa Quebrada), que se inserem num contexto social em que os saberes tradicionais se manifestam imbricados com o ensino

formal. Pois nem sempre a História “local” é considerada conforme recomenda Guattari:

É preciso mais uma vez invocar a História! No mínimo pelo fato de que corremos o risco de não mais haver história humana se a humanidade não reassumir a si mesma radicalmente. (...) Novas práticas estéticas, novas práticas de si na relação com o outro, com o estrangeiro, com o estranho: todo um programa que parecerá bem distante das urgências do momento! E, no entanto, é exatamente na articulação da subjetividade em estado nascente, do socius em estado mutante, do meio ambiente no ponto em que pode ser reinventado, que estará em jogo a saída das crises maiores de nossa época (Guattari, 1991: 55-56).

O aquecimento global, por exemplo, prenuncia um desastre que exige novas posturas que não se encontram nas análises fatalistas, apocalípticas e/ou comodistas ora apresentadas pelas vias formais de educação. Nos meios de comunicações, nas ciências, na política, proliferam-se as discussões em torno do tema. É como se o mundo acordasse de um sono hipnótico diante do problema que afecta a toda humanidade. Cabe, contudo, questionar: o colapso atual não será fruto do silêncio e das inações das mais diversas instituições – sobretudo da escola – e agentes sociais diante de um problema que, de fato, é conhecido há décadas? O enfoque fatalista desta questão por alguns teóricos das ciências sociais, humanas, exatas e biológicas não termina corroborando, deliberadamente ou não, o Capitalismo Mundial Integrado (CMI), principal responsável pelo desastre? E qual seria o papel da escola diante do problema? A tudo isso se impõe uma discussão urgente: o desenvolvimento e disseminação de uma educação ecosófica, que considere em primeiro lugar a diversidade e singularidade cultural de cada lugar, a interação sócio-cultural, mental e ético-estética com o meio-ambiente e o potencial de desterritorialização e reterritorialização de cada indivíduo:

A noção de território é entendida aqui num sentido muito amplo, que ultrapassa o uso que dela fazem a etologia e a etnologia. (...) O território pode se desterritorializar, isto é,

abrir-se, engajar-se em linhas de fuga e até sair de seu curso e se destruir. A espécie humana está mergulhada num imenso movimento de desterritorialização, no sentido de que seus territórios 'originais' se desfazem ininterruptamente com a divisão social do trabalho, com a ação dos deuses universais que ultrapassam os quadros da tribo e da etnia. (...) A reterritorialização consistirá numa tentativa de recomposição de um território engajado num processo desterritorializante (Guatarri e Rolnik, 1986: 323).

É possível a escola abrir-se para a educação ecosófica, para o surgimento de uma nova perspectiva ética, de uma nova estética, de nova postura diante da vida por parte de seus integrantes, educadores e estudantes. Muros precisam ser derrubados, e não só os que cercam a escola, mas sobretudo as mentes de alguns segmentos que dela fazem parte. Pois não cabe aos educadores hodiernos a pretensão de se conhecer o todo para igualá-lo e 'dominá-lo', pelo contrário: devem incentivar a eclosão do particular, do singular, do diferente, do livre, de novos "territórios existenciais". Estabelecer padrões igualitários de comportamento não é tarefa de professores e professoras, nem da escola. Para isso temos, em demasia, as religiões e os meios de comunicação de massa.

É preciso extrapolar o discurso identitário na prática educacional, não se apegar a um lugar para não correr o risco de ficar sem lugar algum; fazer o oposto do discurso do 'amigo da escola', o do voluntarismo que beira a missão religiosa e não proporciona contestações duradouras; priorizar o dissenso (Guattari), a guerra foucaultiana¹¹⁴, a busca de "epistemologias do Sul" (Santos, 2008); incentivar aos jovens estudantes e aos educadores a valorização da individualidade em oposto ao discurso de "turma", ao "senso de rebanho", sem que isso impeça de construir relações coletivas duradouras, mas, adaptando Vinícius de Moraes, "que sejam eternas somente enquanto

¹¹⁴ "Foucault rejeita, portanto, uma concepção do poder inspirada pelo modelo econômico, que o considera como uma mercadoria. E se um modelo pode ser elucidativo de sua realidade é na guerra que ele pode ser encontrado". Roberto Machado, na "Introdução" de Foucault, Michel (1996), *Microfísica do Poder*, pg. 15.

tiverem de durar”, ensinando aos jovens a lidar com o distanciamento, transformando perdas em presenças, aprendendo a lidar com a *boa* memória que advem do esquecimento, antídoto eficaz contra o sofrimento.

Citei, nesta sessão, uma constatação óbvia: o planeta agoniza. Os sinais não são recentes. “Nos últimos cinquenta anos, as novas tecnologias, e o desenvolvimento industrial decorrente alteraram muito mais profunda e rapidamente os ténues equilíbrios dos ecossistemas que sustentam a vida sobre a terra” (Dupas, 2005: 224). Presenciamos o auge do perigo que Nietzsche anunciou há mais de um século. “Estamos num tempo cuja civilização se vê em perigo de perecer pelos meios de civilização” (Nietzsche, 1973: 351, aforisma 520).

E a escola com isso? Ora, poucas instituições estão tão aptas a discutir a relação entre o humano e a natureza com a particularidade exigida. Os problemas enfrentados pela humanidade são vários, vão da desertificação à poluição dos oceanos, da superpopulação à extinção de espécies (conhecidas ou não), mas cada lugar tem um problema que é *seu* e que se for evidenciado, discutido e enfrentado pode colaborar com o retrocesso do caos ou pelo menos com seu retardamento. E existem hoje mais estabelecimentos escolares que qualquer outro equipamento social, talvez mais do que igrejas ou postos de saúde.

Ocorre que nem sempre a escola leva a reflexão sobre as singularidades de um lugar e de sua população “local”. A escola ainda tende a reprodução de uma memória forjada por livros didáticos que trazem uma realidade-outra, escrita muitas vezes nas grandes cidades. Torna-se uma escola que reafirma tradições das ‘classes dominantes’, mantendo no silêncio a história dos ‘de baixo’, como outrora invisibilizaram-se os costumes dos negros e dos índios no Ceará.

Penso, para orientar a esta discussão, num breve recorte geográfico e histórico do município de Aracati (onde está a população marítima dos Estêvão e de Canoa Quebrada, muitas vezes presente nesta tese). Fundado no século XVIII, mantido a custa de comércio e mão de obra escrava, o município de Aracati assistiu a todos os ciclos econômicos do Ceará nos últimos 250 anos, do algodão à indústria do turismo, da charqueada (técnica de produção de carne-seca bovina) à manipulação genética de camarões e ao estabelecimento da pesca industrial. Em sua área, encontramos os mais diversos ecossistemas: caatinga, mangue, dunas. Ligadas diretamente à natureza, dezenas de vilas e aldeias se estabeleceram ao longo dos séculos e sobrevivem interagindo seu mundo do trabalho com o meio ambiente, seja no cultivo planejado de frutas no sertão, seja na pesca, num passeio de jangada ao mar, ou pelas dunas.

Por que levantar pontos aparentemente desconexos? Ao falar da relação escola-trabalho-meio ambiente e na relação escola-tradição-população, remeto diretamente aos princípios ecosófico de Guatarri, que consistem em estabelecer uma intersimbiose das três esferas ecológicas, a mental (no caso, as tradições), a social (o trabalho) e a ambiental (a natureza). Remeto ainda à “Sociologia das Ausências” de Santos, na sua perspectiva transversal, acerca do que o capitalismo tende a combater ou desconsiderar. A escola é lugar privilegiado para (re)discutir a maneira como se dá o intercâmbio entre essas esferas e também lugar de se estabelecer novas e singulares relações entre elas. Contudo, a escola, local de excelência do encontro da população com o Estado (gestão municipal e conselhos escolares), do institucional com o formal, do político com o não-governamental, dos saberes estruturados e dispersos, vem sendo concebida e conduzida, em geral, pela lógica *toyotista* dos “planejamentos estratégicos”, pelos quais metas e resultados interessam mais que os acontecimentos; visa a modelização dos jovens em vez de fortalecer a criatividade individual e coletiva, vedando o potencial de devir dos saberes locais.

A escola tem papel importante na discussão da devastação ambiental, do lixo produzido pelo turismo e pela navegação que o mar devolve às praias e que causa a morte de espécies como as tartarugas, que comem plástico ao confundi-lo com alga. Pode a escola discutir problemas como a seca em populações do dito sertão. É possível o engajamento de

todos aqueles que estão em posição de intervir nas instâncias psíquicas individuais e coletivas (através da educação, saúde, cultura, esporte, arte, mídia, moda etc.). Tudo deveria ser sempre reinventado, retomado do zero, do contrário os processos se congelam numa mortífera repetição. (...) Da mesma maneira, cada instituição de atendimento médico, de assistência, de educação, cada tratamento individual deveria ter como preocupação permanente fazer evoluir sua prática tanto quanto suas bases teóricas (Guatarri, 1991: 22-23.)

As tradições sedimentadas nas vilas e representadas na escola nas datas festivas e comemorativas, entram no bojo dessa discussão, estabelecendo-se assim uma relação entre a ecologia social e a ecologia mental *na* e *a partir da* escola. É notório, no Ceará, a ausência do índio e do negro em comemorações oficiais. Contudo, nas praias e demais sítios do Aracati é notável a presença de ambos os elementos, seja na cor da pele, seja nos saberes contidos em práticas agrícolas e pesqueiras ou nas atividades solidárias em regime de mutirão. Mas não há uma festa ou comemoração que evoque a presença do negro na história local, tampouco dos índios. Ao passo que a memória é reservada para a história de personagens e famílias 'nobres', para os 'grandes acontecimentos' (exemplo: a efêmera participação na Confederação do Equador), e mesmo para seres e eventos religiosos e hagiográficos que nada dizem à própria História do Tempo Presente.

Evidentemente, não se trata de reificar a '*cultura do negro*', a '*cultura do índio*', de promover um anacronismo, uma imposição do que não existe mais, mas também não é o caso de 'resgate cultural', de reafirmação de certa 'cultura

popular' imbuída de religiosidade e preconceitos. Trata-se de, a partir da escola, rediscutir a cultura e as histórias locais.

Para a 'boa' memória é preciso o 'bom' esquecimento. Pois “esquecer não é uma simples *vis inertiae* (...) mas uma força inibidora ativa, positiva no mais rigoroso sentido” (Nietzsche, 2001a: 19). Para reforçar essa argumentação, recorro a uma discussão mais elaborada sobre Cultura, História e Educação proposta por Rosa Dias a partir de algumas leituras de Nietzsche. Ela reitera que o filósofo alemão não desconsidera a importância da História para natureza humana. Nietzsche criticou o “excesso” de História. “Não se trata de negar o sentido histórico, mas de conter seu domínio, de conduzi-lo a uma justa medida”, destaca Rosa Dias.

A cultura, repassada como fruto da tradição, das conquistas e das glórias do passado, torna-se um agente inflacionário de História, resultando numa educação cujo objetivo seria formar cidadãos servis à ordem e ao Estado. O desafio é fazer emergir uma nova educação e novas mentalidades nos educadores, que tragam vida à História “com uma nova concepção de educação e cultura”. Como? Segundo Rosa Dias, será na arte e na estética que Nietzsche encontra o caminho pois, para o filósofo, “a cultura é antes de tudo a unidade de estilo artístico em todas as manifestações vitais de um povo”¹¹⁵. Fora disso, não há Cultura, apenas uma compreensão de mundo baseada no senso comum, na ‘cultura jornalística’, tão rasa quanto vasta (como demonstrei acerca do DPC).

É preciso, portanto, coragem para se rediscutir determinadas tradições, pois tradição também é renovação, não pode ser enclausurada em referenciais identitários estanques, forjados pela religião, pela história, pela família. Reinventar, *a partir de e na* escola, novas memórias, novos comportamentos,

¹¹⁵ As citações de Rosa Dias e de Nietzsche constam em Dias, Rosa Maria (2006) “A Educação e a incultura moderna”, in *Revista Educação, Nietzsche Pensa a Educação*, São Paulo, Editora Segmento.

instigar a criatividade de cada indivíduo, sem medo, sem culpa. Afinal, afirma Lins, “esquecer não é crime”:

O que fazer então? Como escapar à memória dos pesadelos cristalizada pela História, deificada numa identidade, numa Pátria, numa Nação? Como criar uma memória-outra, uma segunda memória que recorde apenas o futuro? Recordar o futuro, concluem Deleuze e Guatarri, é o projeto da memória, da memória das falas e não da memória das marcas que asfixiam e congelam tudo (Lins, 2000: 59).

Nos últimos anos tenho desenvolvido pesquisa no campo da História junto a populações de pescadores artesanais de Icapuí e Aracati, municípios do extremo litoral leste do Ceará, onde arrisquei uma análise sócio-históricográfica da pesca artesanal e industrial de lagosta, e boa parte dessa pesquisa embasa esta tese. Continuo a tentar compreender como se dá a relação do ensino formal com o saber tradicional. Um dos desafios é perceber, a partir da visão de jovens moradores de Canoa Quebrada e dos Estevão, as interseções do mundo do trabalho e do mundo da escola. Nesse quesito, os jovens tem um papel fundamental, posto que sobre eles incidem diretamente o repasse de saber tradicional do mundo do trabalho da pesca e as práticas pedagógicas.

Os jovens dessas populações vivenciam transversalmente os costumes imbricados de diferentes gerações. Entre eles, os saberes ancestrais da pesca coexistem com a indústria do turismo. Ouvem músicas do mais tradicional ritmo ‘coco de embolada’ ao *reggae* e *tecno-pop*. Eles incorporam novas tecnologias (como GPS) à pesca e ao dia-a-dia da casa, do trabalho, e *novas memórias* surgem na cultura local. Em seu cotidiano, esses jovens operam e vivenciam as interseções que aqui exponho.

Mas não se pode afirmar com certeza que nas escolas eles tem oportunidade de expressão artística, de discussão de temas que trazem de seu próprio mundo, e não dos temas que lhe são impostos. Questões relativas a

sexualidades, drogas, experimentações, *affectos*, participação política continuam obscuras para os jovens, silenciadas, veladas e, em muitas escolas, são tabu. Tão pouco entram na escola as experiências locais do mundo do trabalho das populações marítimas em que vivem esses jovens. São nesses quesitos em que vejo espaço para se estabelecer uma educação ecosófica, que ouça aos jovens como nos recomenda Charlot, que proporcione a eles prazer num espaço físico e mental em que compreendam os sentidos de História e Cultura que vivem e assim possam ter perspectivas para o futuro, ou melhor, construir suas próprias perspectivas, suas próprias “*linhas de fuga*”.

Nesse sentido, há uma ligação da educação ecosófica com a multiterritorialidade sugerida por Haesbaert, a qual considera o potencial de estabelecimentos de redes do mundo contemporâneo, sobretudo através da Internet. Sabe-se que os jovens das populações marítimas brasileiras e portuguesas hoje estão familiarizados com tecnologias de comunicação, particularmente as ligadas à informática e telemática (internet e telefones portáteis). As escolas tem de assimilar essas tecnologias e oferecer acesso a equipamentos aos jovens, para incentivar a criatividade e adicionar conhecimento e aprendizagem aos recursos que elas proporcionam.

Entre as populações marítimas, é preciso considerar a importância da Educação como fator de fixação dos jovens em vilas detentoras de potencial económico que advem da pesca e do turismo, mas de cujos resultados eles nem sempre participam. Pois tanto no Brasil em Portugal é comum a constatação do inquérito que Kovacs aplicou, no anos de 1990, entre 1.050 jovens de diversas populações piscatórias portuguesas, concluindo:

Os jovens apresentam preferências em relação a actividades ligadas ao mar e gostariam ficar no local onde vivem ou na região. Essa vontade de ficar na região podia ser reforçada tomando medidas para melhorar aqueles aspectos que são menos satisfatórios do ponto de vista dos jovens, nomeadamente: as oportunidades de emprego particularmente nas áreas mais desejadas pelos jovens; os

equipamentos culturais; (...) a preservação do meio ambiente; os serviços e equipamentos de saúde; a arquitectura urbana; a segurança pública (Kovacs, 1999: 71).

A escola pode ser o local deste *bom encontro*, e não somente palco de políticas e projetos efêmeros com o verniz de “arte-educação”, que não colocam em xeque uma questão crucial na educação pública brasileira e portuguesa: a gestão escolar, invariavelmente determinada por gestores indicados por critérios políticos e não por meritocracia. O Estado é necessário enquanto mantenedor da escola pública, mas não como único determinante de diretrizes pedagógicas e gestionárias. A ação estatal junto a populações marítimas, seja no Brasil onde ela se dá tardiamente, seja em Portugal onde foi um dos pilares do Estado Novo, tentou, em maior ou menor grau, imiscuir-se na gestão das pescas e da vida das populações piscatórias, fosse pelas habitações, pela saúde e assistência social e, sobretudo, pela educação. A gestão estatal veio no sentido de contemplar não o interesse local, mas interesses gerais de determinados governos (Vargas e Salazar, nos “Estados Novos”, e João Goulart e os militares nos anos de 1960 a 1980), ou de mercados capitalistas (a União Européia hoje, por exemplo). O que se deu com resistência das populações marítimas, rejeitando aspectos políticos que não condiziam necessariamente com suas realidades. Isso leva a crer que ainda não houve uma junção ideal entre o campo institucional e o local, visando o estabelecimento de práticas pedagógicas novas e duradouras, e de uma nova racionalidade ambiental a partir da escola. Por outro lado, embora raras, existem iniciativas locais de complementar a ação Estatal nos campos do Social e da Educação. Eis o cenário que possibilita propor, através da escola, a emergência da educação ecosófica enquanto uma nova pedagogia *não-estruturada*.

Tive a oportunidade, no Brasil, de conhecer e participar¹¹⁶ de algumas experiências que se aproximam de um escola ecosófica, em aldeias indígenas, assentamentos de sem-terra, vilas de pescadores. No Ceará, as mais profícuas dependem de iniciativas coletivas não-estatais, e aqui posso citar a ONG Associação de Amigos do Recicriança (www.recicrianca.org.br), nos Estevão, e a escola da Prainha do Canto Verde (<http://www.prainhadocantoverde.org/educacao/projetos/cvd/>), município de Beberibe. No Recicriança, entidade fundada em 1992 por iniciativa do professor da rede municipal de ensino de Aracati, Tercio Vellardi, professores e estudantes de escolas públicas e privadas de diferentes regiões do Ceará são recebidos no programa de Educação Ambiental "Uma aula diferente". A aula se passa em campo, nas dunas, falésias e praias dos Estêvão, em contato direto com a natureza. Paralelamente o Recicriança mantém atividades desportivas para crianças e jovens da própria vila, e uma oficina de tecelagem coordenada por mulheres dos Estêvão. Há ainda uma biblioteca com temática ambiental, implantada via programa "Sala Verde" do Ministério do Meio Ambiente, contando também com livros de temas gerais e literatura provenientes de doações. O Recicriança foi o embrião de uma escola formal de educação infantil, entre 1998 e 2006, atividade posteriormente assumida por outra ONG da vila, a "Crianças de Luz" (<http://criancasdeluz.org>), fundada por antigos colaboradores do Recicriança tendo a educação infantil como finalidade específica.

Para concluir, vou focar a discussão aqui proposta, no sentido de o próprio Estado fomentar novas formas de interação com as populações locais através da escola. Há uma experiência interessante em curso no Ceará,

¹¹⁶ Em 1994 permaneci por cerca de dois meses (Maio e Junho) na reserva dos índios Tapirapé, Mato Grosso, realizando documentário fotográfico para o Museu do Índio da Universidade Federal de Uberlândia (UFU - MG) e ministrando aulas de "conhecimentos gerais" para sala multisseriada na escola local (5ª a 8ª classes), estatal. E em 2000 e 2001 coordenei, em Aracati, a implantação dos Sistemas de Comunicação Escolar (SICE), do Projeto Zumbi, Secretaria Municipal de Educação/Fundação Kellogg, em escolas da zona urbana e rural, inclusive na Escola Municipal Zé Melancia, em Canoa Quebrada. Desde 1997 sou membro e colaborador da Associação de Amigos do Recicriança, nos Estevão, Aracati.

visando implantar uma nova prática pedagógica. Através do Conselho Estadual de Educação, uma organização integrada por representantes do governo do Estado do Ceará e da sociedade civil, desde 2008 acontece o Programa de Formação para Executivos Escolares da Educação Básica. Nos dois primeiros anos, o Programa agiu em Fortaleza e Horizonte (região metropolitana da capital), sendo alargado para 37 municípios em 2010, contado com a participação de cerca de 1.200 gestores escolares, estimulados a inventarem novas posturas gerenciais que escapem ao convencionalismo burocrático e à pedagogia formal. O sociólogo e filósofo Daniel Lins, um dos coordenadores e formadores que atuam no Programa, publicou recentemente um artigo dando conta dos resultados:

A primeira etapa do curso, considerada de [sensibilização](#), tem uma carga horária de 110 horas, em um semestre, seguida de mais três outras etapas de mesma duração. Os múltiplos saberes dos formadores - pedagogos, educadores, psicólogos, psicanalista, filósofos e sociólogos - , o desejo de enfrentar o novo, o que está por vir na educação, segundo as exigências do mundo contemporâneo, instiga-os a nutrir o desejo de transmutação e desconstrução de hábitos duradouros vinculados a uma pedagogia da repetição alheia, em muitos casos, à diferença e aos hábitos curtos, inventivos. É neste sentido, e segundo uma metodologia inserida às realidades e diversidades, que os formadores são antes pesquisadores, experimentadores de uma educação para o hoje e para o porvir, do que “missionários da educação”. Abertos ao novo, inserem em suas práticas uma relação direta com pensamento, com a prudência necessária para não perdurar na opinião ou na mesmice, pois, como no futebol, no Brasil parece que todo mundo é técnico em educação! Confrontados com uma prática sem maquiagem, os formadores encontram uma escola tal qual ela é, nem sempre correspondendo às idealizações ou a retórica à respeito da educação. Embora as estatísticas assustem e a realidade aponte a um quase-gestor, uma quase-escola, um quase-professor, um quase-aluno, um quase-salário, uma quase-inclusão; em síntese, uma escola do quase. Nem crença, nem ingenuidade. Apoiados por uma longa experiência, alguns formadores, inclusive, com conhecimento e práticas aprofundadas de educação no Brasil e no [exterior](#), tem seus

intercessores e parceiros onde a educação logrou sucesso (Lins, 2010)¹¹⁷.

A escola estatal, geralmente, tem resistência em interagir com o que lhe é derredor e exterior. Por exemplo, a multiplicidade de Canoa Quebrada não ecoa nos entre-muros cada vez mais altos da escola municipal local. Povoadas por população marítima e uma gama de estrangeiros e brasileiros de outras regiões do país que lá se instalam permanente ou temporariamente, Canoa Quebrada é lugar em que “o tempo se desloca para atender os diversos modos de apreensão dos símbolos e bens culturais marcados, prioritariamente, pela força da natureza e ação do multiculturalismo. São imagens do tempo sobrecarregadas de inúmeros arquétipos em movimento, que a cidade passa a compor” (Vasconcelos, 2005: 97).

Penso que em Portugal os vários Museus e núcleos museológicos da pesca, vinculados nas histórias locais (Espinho, Ílhavo, Póvoa de Varzim, Olhão, Buarcos, Peniche) podem cumprir papel decisivo nas populações marítimas, junto aos jovens e ainda mais à população adulta que não recebeu educação formal e que dela necessita. Os Museus podem suprir essa demanda de ensino para população adulta e também servirem de locais de repasse de conhecimento “não científico” de antigos pescadores a gerações mais jovens. Experiência nesse sentido está em andamento em Buarcos, na Figueira da Foz (Portugal), onde

Marco Contente e Sónia Andrade, dois estagiários da Escola Superior de Educação de Coimbra, do Curso de Animação Sócio-educativa estão a promover diversas iniciativas no Núcleo Museológico (...) para cerca de 20 crianças dos ATL's da escola do Vais e do Centro Paroquial de Buarcos (...). Com actividades todas elas ligadas ao mar, os jovens estudantes (...) divulgam, com ajuda de 'mestres' da terra, a actividade da pesca.¹¹⁸

¹¹⁷ Lins, Daniel, artigo “Quase escola?”, em *O Povo*, 11-04-2010.

¹¹⁸ “Jovens dinamizam museu de Buarcos”, in *Diário de Coimbra*, edição de 02-04-2009, pg. 18.

Nesse sentido, Peralta (2008: 257) destaca a importância da Associação dos Amigos do Museu de Ílhavo enquanto articuladora entre diferentes gerações, da “identidade colectiva”. São ações onde o elemento “humano” tem prerrogativa¹¹⁹, e devem ser fortalecidas e expandidas. Pois organizações como os museus, sejam públicas ou privadas, são espaços de encontro de diferentes gerações, principalmente de adultos que estão fora do universo escolar. Museus podem também ser equipamentos importantes para complementação da educação de adultos que não tiveram acesso à escolarização quando jovens. Um papel semelhante caberia às escolas e ONG’s brasileiras aqui elencadas. Na prática, essa proposta visa fortalecer a necessidade de abertura das gerências dessas entidades (conselhos escolares, museus ou Ong’s) à participação direta de representantes das populações marítimas, que tem comprovado interesse no controle do poder político local e demonstram capacidade de auto-gestão das instituições ligadas ao seu cotidiano, conforme demonstrei na parte II.

Entretanto, para educadores e gestores de escolas ‘oficiais’ persiste um certo temor em partir ao encontro do novo, às individualidades e singularidades dos jovens, à História do Tempo Presente de cada local onde suas escolas funcionam. Operar o inverso seria de grande valia para iniciar a transformação aqui sugerida. O medo tem de cessar, pois nos tempos atuais, onde o desastre global nos impele ainda mais a lutar contra o desespero, “ninguém está dispensado de jogar o jogo da ecologia do imaginário” (Guattari, 1991: 42).

Uma postura que abra espaço e mentes de jovens e adultos, estudantes ou gestores, será a melhor contribuição da escola contemporânea no sentido de ofertar-lhes possibilidades de desterritorializações e apontar-lhes novos rumos. Mais do que impor às populações locais a cultura e o saber tradicional,

¹¹⁹ Ao contrário do que ocorre em Fortaleza nos últimos cinco anos, em que as discussões acerca da implantação de um Museu do Mar se pautam em torno da escolha do melhor lugar paisagístico e do projeto arquitetônico, mais do que a concepção do que virá a ser o seu “Centro de Referência do Homem do Mar”. A construção do Museu tem um custo estimado de R\$ 24 milhões (ver *O Povo*, 21-06-2006, www.opovo.com.br).

mais do que ensinar-lhes algo, é preciso que o Estado e a escola (gestores e educadores) também aprendam com eles.

CONCLUSÃO

Dados os aspectos múltiplos e transversais da abordagem desta tese, inicio as reflexões finais pelo que foi tratado nas II e III Partes, relevando a concepção da multiterritorialidade marítima através da ecologia dos saberes e da ecosofia, visando uma educação ecosófica, e suas relações com o DPC (I Parte).

Há muita semelhança entre as formas de estruturação e permanência de discursos do tipo DPC como a escola que aqui se critica, enquanto que é possível o surgimento, entre populações locais, discursos outros, capazes de se contrapor à normatização e regulação, seja estatal, seja pedagógica. Nota-se que tanto na emergência e aplicação de discursos do tipo DPC quanto na escola “formal” não se considera, em primeiro plano, os saberes locais subalternizados. O que se pretende aqui relevar é a necessidade e a possibilidade de dar espaço, na escola, às “reviravoltas do saber”, às “insurreições dos saberes sujeitados”, que são

blocos de saberes históricos que estavam presentes e disfarçados no interior dos conjuntos funcionais e sistemáticos (...), toda uma série de saberes que estavam desqualificados como uma série de saberes não conceituais, como saberes insuficientemente elaborados: saberes ingênuos, saberes abaixo do nível de conhecimento ou de cientificidade requeridos (Foucault, 2005: 10-13).

Ou ainda, para mais uma vez concordar com a ecologia dos saberes de Santos: “O confronto e o diálogo entre os saberes é um confronto e diálogo entre diferentes processos através dos quais práticas diferentemente ignorantes se transformam em práticas diferentemente sábias (Santos, 2002: 16).

A escola deve ser encarada como espaço de desconstrução de discursos pedagógicos do tipo DPC, espaço de reconhecimento e reafirmação

de diferenças para diálogo das práticas locais com demais contextos, tendo em conta que “pensar multiterritorialmente é a única perspectiva para construir uma outra sociedade, ao mesmo tempo mais universalmente igualitária e mais multiculturalmente reconhecedora das diferenças humanas” (Haesbaert, 2004: 19).

Entre as populações marítimas, o que se percebe, ao longo do século XX e de certa maneira ainda hoje, é a inexistência, a quase impossibilidade de diálogos entre discursos de governação e discursos pedagógicos com as populações locais. Penso, no entanto, que a escola, sítio híbrido de encontro do social com o governamental, é um espaço propício para se conceber uma multiterritorialidade marítima, considerando que cada local tem suas especificidades naturais, institucionais, informais, subjetivas enfim, que o saber e o poder circulam também fora da esfera oficial. Ou seja, através da escola pode-se, talvez, aplicar o que preconiza o relatório final da CMIO, pois “a mudança e a inovação no seio dos sistemas governamentais e intergovernamentais podem também ser facilitadas através de iniciativas tomadas fora desses sistemas” (CMIO: 160).

Seguindo propostas da CMIO, Brasil e Portugal promoveram iniciativas semelhantes, de âmbito nacional: a Comissão Estratégica do Oceanos (CEO), de Portugal (2004), e a Comissão Nacional Independente sobre o Oceano (2000), no Brasil. Em que pese o carácter oficial da constituição dessas Comissões, integradas também por representantes formais dos governos (o que não se deu na CMIO), sugestões ao mesmo tempo amplas e generalizadoras não deixaram de considerar as populações marítimas e a Educação. O relatório final da CEO dá particular atenção à importância da escola, ao sugerir a continuidade, reformulada, do programa “Oceanofilia”, pelo qual, nos anos de 1990, eclodiram, no âmbito do “Rede de escolas, estudos e experiências de jovens estudantes voltadas à maritimidade” (CEO, 2004: 24).

A presente proposição de dar continuidade ao lema “Os Oceanos, um património para o futuro”, através do envolvimento das escolas na temática dos Oceanos, exige um novo Programa vocacionado para o ensino em Portugal. Fundamental na criação de um programa temático desta abrangência e com objectivos a longo prazo é, em primeiro lugar, que ele seja centrado na *escola*. Em segundo lugar, é igualmente determinante que tal programa seja pensado na sua estrutura, de forma a não ser apenas mais um projecto que chega à *escola*, mas que é externo ou paralelo às actividades curriculares. Ele deverá permitir contacto directo com o Oceano e suas actividades e ter reflexos nos *curricula*, principalmente nas disciplinas que abordam os Oceanos, a água ou o ambiente, que tratam da nossa história, da nossa cultura ou da nossa geografia (CEO, 2004: 24).

A indicação do relatório da CEO considera importante “ter-se em atenção experiências já desenvolvidas junto das escolas por entidades sectoriais ligadas ao Mar, que assim podem transmitir informações sobre a realidade das actividades marítimas em Portugal” (CEO, *idem*), mas não prescreve uma ruptura de gestão e concepção pedagógica, mantendo-a circunscrita ao Estado:

Idealmente, ele traduzirá uma estratégia de qualificação e animação curricular suficientemente motivadora e interdisciplinar, que consiga o envolvimento fácil de professores e alunos e que venha até a constituir estímulo à participação da comunidade envolvente, incluindo, em particular, a comunidade marítima, nela se empenhando também as autarquias. Os alunos conhecerão os Oceanos através das suas aprendizagens curriculares, aprenderão a gostar do Mar pelo uso de métodos diferenciados, inovadores e, como tal, motivantes e, naturalmente, ficarão sensibilizados para a observação, protecção e preservação do meio marinho, ficando, assim, disponíveis para intervir mais tarde em sua defesa, individualmente ou no âmbito da sociedade em que estão inseridos. O objectivo é envolver os jovens, torná-los responsáveis pelo futuro dos Oceanos e torná-los orgulhosos pela descoberta do seu contributo. Um tal programa pedagógico e educativo sobre os Oceanos pressupõe o envolvimento dos ministérios com a tutela da Educação e da Ciência, devendo dar origem a uma rede de escolas que aceitem, com particular empenhamento, o convite à inclusão do

tema dos Oceanos nos planos de actividade dos seus projectos educativos. Para dar vida e implementar uma tal estratégia educativa torna-se, pois, crítico o envolvimento daqueles ministérios. Será determinante a intervenção dos respectivos Serviços Pedagógicos e a criação de um Grupo de Trabalho para se pensar em estruturar e pôr em marcha um novo Programa de Oceanos, como aqui se advoga, que envolva as escolas, dinamize os *curricula*, desenvolva materiais pedagógicos de apoio e contemple, igualmente, as actividades dos tempos livres, as visitas de estudo e o desporto (CEO, 2004:25).

Apesar de estimulantes, as prescrições do relatório da CEO são um tanto controversas, eivadas de obstáculos para interação entre políticas de governação e práticas locais, estando estas sujeitadas àquelas, quando trata das “comunidades marítimas”, cuja participação e integração no “Programa de Oceanos” é uma condicional (“..que consiga o envolvimento fácil de professores e alunos e que venha *até* [*grifo meu*] a constituir estímulo à participação da comunidade envolvente...”). Portanto, separam e classificam as práticas locais como uma “cultura” à parte, sem considerar que as populações marítimas, a partir de meados do século XX, são afectadas e dialogam com outros contextos da “modernidade”.

São, entretanto, dificuldades passíveis de superação, através de uma educação ecosófica que tenha a “multiterritorialidade” em perspectiva, que considere, em primeiro plano, as práticas e os saberes locais, agregando demais acontecimentos que lhes sejam inerentes e transversais.

Conceitos como os que aqui propus – dispositivo pós-colonial, multiterritorialidade marítima, recolonização ambiental, educação ecosófica – não são lançados com a pretensão excludente de explicarem por si as questões que tocam, e sim numa perspectiva dialógica e de fortalecimento de outros conceitos importantes e afins (colonialidade, racionalidade ambiental, pedagogia rizomática, entre outros). E os conceitos que proponho só fazem sentido se traduzirem-se em práticas e ação, se levarem a uma nova

governança internacional dos oceanos, isonômica, assegurando a países mais vulneráveis política e tecnologicamente o usufruto de seus recursos naturais. Multiterritorialidade marítima e terrestre pode vir a ser importante para assegurar livre tráfego de pessoas e saberes pelas fronteiras nacionais, que muitas vezes separam povos, ou que impedem encontros de diferenças. Uma expressiva iniciativa dos países sul-americanos seria adotar essa concepção de multiterritorialidade que pode ter reflexo também no espaço terrestre, derrubando fronteiras não só mercantis, mas também de cidadania, garantindo acesso direto a serviços públicos independente da nacionalidade do cidadão, como fazem os serviços de Saúde no Brasil voltados ao atendimento de portadores de AIDS / SIDA, que não discriminam entre cidadãos nacionais ou estrangeiros, mesmo que sejam estrangeiros em situação ilegal¹²⁰. Os países sul-americanos diferenciariam-se assim de outros blocos económicos hegemónicos do Norte, que rumam para o que Santos chama de fascismo social.

Para dispor de mão-de-obra barata e para garantir o acesso do grande capital industrial a mercados de países integrantes, blocos como União Europeia vem tornando profundamente anti-democráticos ao, por exemplo, não consultar a maioria de sua população em questões como o recente Tratado de Lisboa (2008-2009), onde o único país que ousou levar o tratado a referendo popular foi a Irlanda e a negativa da população evidenciou o espectro de “desunião Européia”, e a centralização cada vez maior do poder de decisão no Estado. Há, na União Européia, uma crescente centralização do poder de decisão nas mãos dos políticos, inclusive na definição das políticas comuns de pesca. Os poucos países onde a esquerda está no governo (Portugal entre eles), vem perdendo conquistas sociais, com restrições ao acesso à Saúde e Educação públicas, para atender às demandas economicistas da UE e particularmente da Zona Euro, controlada, maioritariamente, por políticos de

¹²⁰ “Estrangeiros tratam Aids de graça no Brasil”, jornal *Folha de S. Paulo*, 08-06-2008, www.folha.com.br, acessado em 10-06-2008.

direita e centro direita. A Europa hoje merece atenção e vigilância, pois grassa não só o fascismo social apontado por Santos, mas um crescente nacionalismo e xenofobia nas fronteiras nacionais. Pois os ideais fascistas, longe de terem sido erradicados, dão sinais evidentes disso, entre os quais cabe destacar:

- A restrição à liberdade religiosa (nomeadamente da prática do Islã), tendência crescente entre políticos e eleitores de direita na Suíça, Bélgica, Holanda e França.

- A perseguição em praça pública a imigrantes africanos em zonas de Itália, resultando em execuções na rua, à luz do dia (Nápoles, 2009), atribuídas à máfia e com impotência cúmplice das autoridades;

- A ascensão da centro-direita aliada a partidos de extrema-direita, alguns assumidamente nacional-socialistas (nazistas) e fascistas, como foram as eleições regionais italianas, em 2010, e a eleição recente para o parlamento da Hungria, onde o partido Jobbik, com propostas abertamente nacionalistas e anti-semitas, se constituiu na terceira força política, com 17% dos votos, e participa do governo de coalizão.

- Partidos ditos “socialistas” adotando políticas sociais espoliantes aos pobres e à classe média, configurando um novo tipo de esquerda, uma espécie de *esquerda ambidestra*.

Entretanto, é a mesma Europa onde surgiu a luta de classes e onde a ampliação dos direitos civis se deu primeiro e mais rapidamente que em qualquer outro continente (legalização do aborto, casamento entre pessoas do mesmo sexo, descriminalização de drogas leves, etc.), e que tantas e tantas vezes demonstrou ao mundo que, se há retrocessos e tendências fascistas, há alternativas. Estas são muitas vezes imprevisíveis, e para elas devemos estar igualmente atentos no sentido de fortalecê-las, pois há que se considerar o potencial das

bruscas tomadas de consciência das massas, que continuam sempre possíveis; a recomposição dos processos de trabalho sobre os escombros dos sistemas de produção industriais do início do século, o que reclama uma crescente produção de subjetividade 'criacionista', tanto no plano individual quanto no plano coletivo. Através da formação permanente, o incremento de mão-de-obra, as transferências de competência, etc (Guattari, 1991: 47-48).

Em Junho de 2010, Boaventura Santos, em artigo no *Carta Maior*¹²¹, afirmou que

A luta de classes está voltando sob uma nova forma mas com a violência de há cem anos: desta vez, é o capital financeiro quem declara guerra ao trabalho. O que fazer? (...) A resistência ou é europeia ou não existe. (...) As lutas nacionais serão um alvo fácil dos que clamam pela governabilidade ao mesmo tempo que desgovernam. Os movimentos e as organizações de toda a Europa tem de se articular para mostrar aos governos que a estabilidade dos mercados não pode ser construída sobre as ruínas da estabilidade das vidas dos cidadãos e suas famílias. Não é o socialismo; é a demonstração de que ou a UE cria as condições para o capital produtivo se desvincular relativamente do capital financeiro ou o futuro é o fascismo e terá que ser combatido por todos os meios (Santos, 2010).

No âmbito das pescas, permanece o conflito da regulação institucional com os saberes e interesses diretos dos trabalhadores sem, contudo, eliminar a resistência. Pescadores portugueses levantam sua vozes contra as políticas nacionais e comunitárias (UE) que lhes são impostas sem que eles sejam ouvidos ou consultados previamente. Foi assim em 2009, nos Açores, quando a representação local do Sindicato Livre dos Pescadores protestou contra o aumento do limite do território de pesca de três para seis milhas, em vez de se estabelecer uma maior fiscalização para o limite anterior¹²². Igualmente em fins de 2010, a representação nacional do Sindicato protestou contra uma redução

¹²¹ Santos, Boaventura Sousa (2010) "Cidadãos Europeus, Uni-vos!", artigo publicado em 01 de Junho de 2010, acessível in http://www.cartamaior.com.br/templates/materiaMostrar.cfm?materia_id=16656, acessado em 01-06-2010.

¹²² Jornal Correio dos Açores, edição de 28 de Janeiro de 2009, acessível in <http://www.correiodosacores.net/view.php?id=18545>, acessado em 30-11-2010.

nos dias de pesca ao longo do ano, prevista em acordo assinado pelo governo com a União Europeia. Segundo afirmou o presidente do Sindicato, Joaquim Piló,

"é mais uma machadada na pesca nacional em virtude das paragens que vão ser obrigados a fazer". Joaquim Piló defendeu que a redução dos dias de atividade das embarcações de pesca de pescada e lagostim irá ter reflexos nos direitos dos trabalhadores e dos armadores, considerando que "o acordo serve os grandes 'lobbies' da União Europeia para exportarem o seu pescado para Portugal. Para Joaquim Piló, "a Zona Económica Exclusiva de Portugal não pode ser tratada da mesma forma que os nórdicos. Temos mais a ver com o Mediterrâneo do que com o Atlântico Norte. (...) Os pescadores portugueses vão pescar em 2011 uma quota quatro por cento maior de bacalhau e sete por cento no caso da palmeta, uma das preocupações de Lisboa antes do início das negociações. Um segundo objetivo de Portugal tinha a ver com o plano de recuperação da pescada e do lagostim, em que a Comissão Europeia queria uma "redução drástica" dos dias de pesca das embarcações portuguesas, espanholas e francesas. As 120 embarcações portuguesas de pesca destas duas espécies, que em 2010 podiam laborar apenas durante 158 dias, passam em 2011 para 98 (uma redução de 18 por cento) barcos que irão pescar durante 142 dias. Por seu lado, a quota de pescada aumenta em 15 por cento, mas a de lagostim diminui 10 por cento¹²³.

Quanto ao dispositivo pós-colonial, me parece plausível considerá-lo como sendo uma ideologia de longa duração que, longe de ter sido erradicada, é latente, e contra ela devemos buscar alternativas. É preciso, portanto, considerar novas configurações possíveis para os *media*, para combater o DPC percebendo onde, como e quando se dá sua eclosão, mesmo porque estamos numa época em que a informática possibilita o surgimento de outras vias de expressão para além da comunicação social convencional. Em países como o Brasil, de alta concentração da propriedade dos *media* no meio privado, entre grupos capitalistas e familiares, estes seguem sendo a "quintacoluna" contra a democracia, como se viu, mais uma vez, às vésperas das

¹²³ Entrevista à Agência Lusa, em 15 de Dezembro de 2010, veiculada pelo jornal Diário de Notícias, acessível in http://www.radiolatina.lu/index.php?option=com_content&view=article&id=12800:sindicato-contesta-acordo-europeu-das-pescas&catid=14:portugal-e-comunidades&Itemid=7, acessado em 23-12-2010.

eleições presidenciais¹²⁴. Intelectuais e ativistas tem, nesse quesito, papel decisivo e potencial (como nos casos do *Sin Permiso* e *Carta Maior*, citados antes). Mas é preciso sobretudo entender e evidenciar que populações de trabalhadores, como as marítimas, também tem condições de fazer frente ao DPC, e é preciso compreender, incentivar e fortalecer as formas das manifestações dessas populações. Hoje é comum o acesso à Internet pelos jovens e adultos das populações mais interioranas dos países aqui tratados. Esse pode ser (e vem sendo) um instrumento importante de contra-posição ao discurso hegemónico dos *media*. Outras alternativas são as rádios-livres (frequentemente criminalizadas como “piratas”), que podem ser implantadas a baixo custo junto a pequenas vilas, podem ser operadas por moradores das próprias vilas e romper a prerrogativa do discurso midiático¹²⁵.

Quanto ao DPC, cabe destacar ainda a emergência de discursos científicos que, se muitas vezes ocorre para sustentá-lo, pode também vir a desestabilizá-lo, indo de encontro às normatizações e fortalecendo posições contra-hegemónicas. O relatório da CMIO é um exemplo.

Quanto aos muitos aspectos comparativos entre Brasil e Portugal, gostava de reiterar minha preocupação com uma postura corrente entre pesquisadores brasileiros na abordagem de outros contextos que não os do próprio espaço histórico-geográfico nacional, sobretudo no momento em que o país tem condições reais de tornar-se uma potência económica e, conseqüentemente, bélica. Persiste, no meio académico brasileiro, uma recusa em considerar a alteridade, a diferença do “outro”, prevalecendo uma perspectiva subimperialista no pensamento nacional. A posição do Brasil hoje é cada vez

¹²⁴ “Na situação atual, em que os partidos de oposição estão muito fracos, cabe a nós do jornais exercer o papel dos partidos. Por isso estamos fazendo”, discurso golpista de Judith Brito presidente da Associação Nacional dos Jornais, in “Venezualização da Mídia Brasileira”, 05-04-2010, in <http://www.midiaindependente.org/pt/blue/2010/04/469132.shtml>, acessado em 10-04-2010.

¹²⁵ Em Canoa Quebrada, a FM Malazartes opera desde 1998, com transmissor de baixa potência e veiculando, sobretudo, músicas e informações de carácter geral e local de Canoa e dos Estêvão.

mais “semicentral” (Ribeiro, 2004: 13), e convém que seja assumida pelos pensadores brasileiros ou estrangeiros que tem o país em suas considerações. Assimilação necessária, sobretudo, aos brasileiros, para que cesse a dissimulação acobertada sob o véu da “cordialidade”, que tanto mascara discursos e posturas subimperialistas quanto invisibiliza categorias de trabalhadores relegados à margem do pensamento, como me parece ser a condição das populações marítimas. E também para que o Brasil potencialize “experiências desperdiçadas”, como é a da população da Redonda na participação política local, em risco permanente de se perder dada a fragilidade da relação com o poder central, que não garante proteção efetiva contra a pesca predatória.

Acerca da abordagem do “local” (onde inseri alguns dos aspectos pós-coloniais mencionados) cabem algumas indagações finais: qual seria o papel dos pesquisadores “de fora” inseridos em contextos locais? Como atuar de maneira a elaborar uma tradução adequada que crie “condições para emancipações sociais concretas de grupos sociais concretos num presente cuja injustiça é legitimada com base num maciço desperdício de experiência” (Santos, 2002: 45)?

A tradução por si só não gera a transformação, esta pode também convocar aquela. O estabelecimento de uma diferença diante de determinado poder hegemônico provoca e exige uma tradução eficiente, que rompa com o antigo poder dominante e se expresse pelos novos (e por vezes inesperados) termos que emergem do *subalterno*, desse “sujeito autônomo” (Sader, 1992), capaz de reelaborar um discurso coerente. Ao tradutor cabe extrapolar a condição de mero observador, colocando-se ao lado das populações subalternizadas, interpretando *com* elas, e não *por* elas os novos territórios que podem emergir de seus anseios e aspirações, indicando possíveis maneiras de elaboração e de expressão de um discurso próprio advindo da compreensão das oposições entre o discurso dominante e o das vozes silenciadas. E,

sobretudo, aos tradutores cabe frisar a importância do reconhecimento das diferenças, dos dissensos como ponto de partida, ainda que tenham de romper barreiras próprias do pensamento académico, que tenham de “livrar-se do mau gosto de querer estar de acordo com muitos” (Nietzsche, 2001a: 47).

Entendo, ainda seguindo a concepção de tradução intercultural de Santos, que ao tradutor cabe um papel potencialmente ativo, sendo ao mesmo tempo intelectual, político e afectivo. As reflexões sobre o local, se compartilhadas com os agentes sociais diretamente envolvidos (seja nas escolas, nas reuniões comunitárias e mesmo em encontros informais), podem contribuir para que ocorram mudanças positivas num contexto dinâmico e incerto, numa intervenção ativa, calcada sobretudo na partilha da experiência do objeto de estudo e dos resultados práticos da tradução efetuada, pois

o intelectual não tem mais que desempenhar o papel daquele que dá conselhos. Cabe àqueles que se batem e se debatem encontrar eles mesmos, o projeto, as táticas, os alvos de que necessitam. O que o intelectual pode fazer é fornecer os instrumentos de análise, e é este hoje, essencialmente, o papel do historiador. Trata-se, com efeito, de ter do presente uma percepção densa, de longo alcance, que permita localizar onde estão os pontos frágeis, onde estão os pontos fortes, a que estão ligados os poderes (...). Em outros termos, fazer um sumário topográfico e geológico da batalha. Eis aí o papel do intelectual. Mas de maneira alguma, dizer: ‘eis o que vocês devem fazer’ (Foucault, 1996: 151).

Portanto, o estudo comparado adotado se baseou na tradução intercultural e na sociologia das ausências por crer, como Santos (2003c) que

são recursos essenciais para evitar que a reconstrução de discursos e práticas emancipatórios caia na armadilha de reproduzir, de forma alargada, concepções e preocupações eurocêntricas. Tal como acontece na discussão sobre os direitos humanos, também aqui importa identificar as preocupações e concepções isomórficas daquelas que, no Ocidente, conferem um conteúdo emancipatório a noções como “cultura”, “multiculturalismo”, “direitos” ou “cidadania”. (...) A teoria da tradução permite igualmente identificar as diferentes formas sociais que assumem as lutas emancipatórias e os diferentes vocabulários que elas mobilizam. A

defesa da diferença cultural, da identidade colectiva, da autonomia ou da autodeterminação podem, assim, assumir a forma de luta pela igualdade de acesso a direitos ou a recursos, pelo reconhecimento e exercício efectivo de direitos de cidadania ou pela exigência de justiça. Ela pode tomar a forma de defesa e promoção de quadros normativos alternativos, locais ou costumeiros, de formas locais e comunais de resolução de conflitos ou de exigência de integração plena, como cidadãos, no espaço do Estado-nação e de acesso, sem discriminações, à justiça oficial, estatal. Ganha sentido mais preciso, assim, a ideia da “cidadania multicultural” como lugar privilegiado de lutas pela articulação e potenciação mútuas do reconhecimento e da redistribuição. Esse é o caminho para a proliferação de esferas públicas locais e, simultaneamente, capazes de se articular de modo translocal, umas vezes com, outras contra os Estados nacionais, como pontos nodais de formas de globalização contra-hegemónica, de subpolíticas globais de sentido emancipatório e de cidadanias genuinamente cosmopolitas (Santos, 2003c, 43-44).

Pois as populações marítimas portuguesas e brasileiras (e as de outras partes do mundo) estão sujeiras “aos efeitos e consequências das dinâmicas culturais, económicas e políticas translocais” (Santos, 2003c: 31). Comparar suas histórias (passadas e presentes), pode, talvez, construir pontes e diálogos visando um “projeto multicultural”,

assegurando o reconhecimento e visibilidade das culturas marginalizadas ou excluídas da modernidade Ocidental; o reconhecimento das diferenças culturais e de experiências históricas, do diálogo intercultural com vista a forjar alianças e coligações políticas para a promoção das culturas e grupos subalternos; a promoção de um “contraponto de perspectivas” históricas e culturais, de modo a produzir uma história relacional, que inclua os subalternos; a denúncia de que as manifestações de “correção política” ocorrem em todos os sectores e quadrantes da sociedade e do espectro político, mas só são atacadas quando estão associadas à defesa da igualdade ou do reconhecimento das diferenças (Santos, 2003c: 29).

Num contexto como o da Redonda a tradução pode ser uma alternativa ao “desperdício de experiência” que tanto desagrega quanto enfraquece, localiza e circunscreve os movimentos populares no Brasil. Portanto, posicionar-se favoravelmente por uma busca de autonomia e alianças entre populações subalternizadas não deve ser uma postura meramente ontológica e interpretativa. É preciso ação e movimento para não incorrer no erro de se

elaborar uma análise vazia ou totalizante. É preciso uma relação de “intensidade e paixão” que resulte numa intervenção ativa em contextos localizados.

Este estudo se colocou no campo dos estudos Pós-Coloniais também na perspectiva de evidenciar “projetos multiculturais”, abordando, ainda que brevemente, aspectos transversais e múltiplos que afectam as populações marítimas (religiosidade, diferença sexual, turismo, desporto, etc), pois,

o conceito de multiculturalismo tende a ser tratado, no âmbito dos estudos culturais e dos estudos pós-coloniais e das ciências sociais, através de uma associação privilegiada à mobilidade e à migração, com ênfase na dos intelectuais, e no silenciamento das situações de mobilidade forçada ou subordinada (refugiados, trabalhadores migrantes, migrantes regressados) ou dos que, não sendo móveis, são sujeitos aos efeitos e consequências das dinâmicas culturais, económicas e políticas translocais (Santos, 2003c: 31).

Cabe destacar ainda que a perspectiva de análise Pós-Colonial possibilitou reunir e confrontar discursos científicos, literários, jornalísticos e orais. Em um estudo como esse, que não teve um foco específico de análise como foram por exemplo as obras de Martins (Póvoa de Varzim), Peralta (Ílhavo) e Sarmento (Aveiro), a abrangência de diferentes narrativas pode, espero, minimizar deficiências de um estudo comparado executado em tempo relativamente exíguo, focado, em Portugal, no Bairro Piscatório de Espinho, e em incursões em Castelo do Neiva (Viana do Castelo), Buarcos (Figueira da Foz), Peniche, Faro e Olhão. A adoção de variadas e diferentes análises de discurso, aliado à observação direta e participante, conduziram a escrita numa perspectiva alargada, e não holística, que demandaria de mais tempo e de outra metodologia, posto que as rivalidades e diferenças são reais, tanto no interior de cada um dos núcleos de populações marítimas, por conta de divisões de classe, e também nas relações inter-regionais, por conta dos aspectos identitários. Portanto, das obras e autores citados foram compilados e analisados trechos mais generalizadores que específicos de cada caso, para evidenciar mais as semelhanças que as diferenças nas estratégias de enfrentamento e de saber local existentes nos locais distintos.

Pois nenhuma vila, aldeia ou bairro de população marítima é socialmente homogénea, há muitos conflitos mesmo nas companhas, na prática religiosa, há divergência em questões políticas e económicas, há os conflitos de diferença sexual. Mas é evidente que há aspectos identitários agregadores que se sobrepõem aos demais, dependendo do acontecimento a se confrontar. As eleições para Junta de Freguesia de Silvalde e a “guerra” dos redondeiros são exemplos disso. Para além de serem elementos de coesão interna ou dissensões externas, também são essas especificidades identitárias que podem apontar a enfrentamentos e soluções comuns para problemas translocais, eles próprios com causas e impactos semelhantes entre si, como a especulação imobiliária em Buarcos, na Ria de Faro ou no Nordeste brasileiro, provocada pela indústria do turismo.

Se faz necessário, mais que nunca, lembrando Mignolo, “pensar e agir”, pois assim se podem aproximar diferentes experiências que estão acontecendo simultaneamente no mundo onde os atores sociais envolvidos tem muito o que partilhar, seja no enfrentamento de seus problemas, seja nas soluções para eles. Nesse quesito se fará necessário cumprir um dos mais importantes indicativos da CMIO: a concertação internacional das ações governamentais e intragovernamentais com eventos importantes como, por exemplo, o Fórum Mundial Social (FMS), que completou 10 anos em Janeiro de 2010, reunindo experiências contra-hegemônicas ao nível global.

Pois a globalização não é um processo uno. Para resistir à globalização, hegemónica, que impõe, indistintamente, valores mercantis e de cariz económico neo-liberais, empobrecendo grande parte da população mundial que “mantem economias relativamente tradicionais” (Santos, 2001b: 77) é preciso a “promoção das economias locais e comunitárias, economias de pequena escala, diversificadas, auto-sustentáveis, ligadas a forças exteriores, mas não dependentes delas” (Santos, *idem*).

Uma das alternativas é a adoção de um

novo proteccionismo: a maximização do comércio local no interior de economias locais, diversificadas e auto-sustentáveis e a minimização do comércio de longa distância (Hines e Lang, 1996: 490). O novo proteccionismo parte da ideia de que a economia global, longe de ter eliminado o velho proteccionismo, é, ela própria, uma tática protecionista das empresas multinacionais e dos bancos internacionais contra a capacidade das comunidades locais de preservarem a sua própria sustentabilidade e da natureza (Santos, 2001b: 78).

Por fim, resta dizer que a colonialidade do pensamento está viva não só entre os antigos colonizados, mas também, e sobretudo, entre os antigos colonizadores, seja através da ação e discurso estatal tipo DPC, seja na prática de entidades do chamado “terceiro setor” (cf. Meneses, 2003). Na medida em que antigos Estados colonizadores mantem a conquista de território pela força do capital e das armas, e impõem à autoridades locais parâmetros de governabilidade e ação, creio que há espaço e mesmo necessidade de se conceber outros paradigmas, como o do dispositivo pós-colonial, que ampliem a compreensão das novas estratégias de subalternização em curso, visando sua superação.

BIBLIOGRAFIA

Abreu, Berenice (2007), *O Raid da Jangada São Pedro. Pescadores, Estado Novo e Luta de Direitos*, tese de doutoramento na Universidade Federal Fluminense/Niterói, acessível em http://www.bdttd.ndc.uff.br/tde_busca/arquivo.php?codArquivo=2200. Acessado em Dezembro de 2008.

Águas, Carla Ladeira Pimentel (2008), "A palavra de Antonio Mulato", in *Novos mapas para as Ciências Sociais e Humanas: artigos pré-Colóquio, e-Cadernos CES*, número 2/2008, acessível em <http://www.ces.uc.pt/e-cadernos/pages/pt/numeros/02--2008-ndash-novos-mapas-para-as-ciencias-sociais-e-humanas-artigos-pre-Colóquio.php>, acessado em 10-03-2008.

Aguiló Bonet, A. J. (2009), "Pensamiento abismal, diferenciación sexual desigual y homofobia eclesial", *Nómadas, Revista Crítica de Ciencias Sociales y Jurídicas*, núm. 23, 5-26.. Acessível em www.ucm.es/info/nomadas/23/antoniaguilo.pdf.

Albuquerque, Luiz Botelho (2004), "Cultura e Educação Escolar", in *Formação Humana: liberdade e historicidade*, Olinda, Ercília Maria Braga de (org.), Coleção Diálogos Intempestivos, Fortaleza, Editora UFC, 166-188.

Alexandre, Valentim (1995), "A África no imaginário político português (séculos XIX-XX)", *Penelope*, 15, Lisboa, 39-52.

Amorim, Inês (2008), "Homens da terra ou homens do mar? Um percurso historiográfico", in Nunes, Francisco Oneto (coord.), *Culturas Marítimas em Portugal*, coord. Francisco Oneto Nunes, Lisboa, Âncora, 25-70.

_____ (2005) "Mulheres no sector das pescas na viragem do século XIX. Formas de participação na organização do trabalho", in *ARQUIPÉLAGO. HISTÓRIA*, 2ª série, IX, Ponta Delgada, Universidade dos Açores/Departamento de História, Filosofia e Ciências Sociais, 657-680.

Andrade, Odorico Monteiro e Goya, Neusa (1992), *Sistemas Locais de Saúde em Municípios de pequeno porte: a resposta de Icapuí*, Fortaleza, Instituto Cidadania.

Azevedo, Roberto de, Rivas, Alexandre A. F. e Melo, Rosemeiry (1989/90), *Análise Económica de Produção da Pesca Marítima na Região Nordeste do Brasil: Período 1980 A 1988*, Fortaleza, LABOMAR-UFC.

Barroso, Sónia e Moniz, António Brandão (2000), "Condições de vida e de trabalho dos profissionais da pesca", in Godinho, Manuel Mira; Kovacs, Ilona; Moniz, António Brandão (orgs. 2000), *Pesca e Pescadores. Futuros para o Emprego e os Recursos*, Oeiras, Celta Editora, 81-108.

Bauman, Zygmunt (2007), *Modernidad Líquida*, Buenos Aires, Fondo de Cultura Económica de Argentina S.A., tradução de Mirta Rosenberg.

Becker, Howards S. (1997), *Métodos de Pesquisa em Ciências Sociais*, São Paulo, Editora Hucitec.

Becker, Howards S. e Faulkner, Robert (2008), "Criatividade e cooperação na arte: o caso do jazz norte-americano", palestra em 25 de Setembro 2008, Centro de Estudos Sociais / Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra.

Bellei, Sérgio Luiz Prado (2001), "Pós-Colonialismo: Culturas em diálogo", in *Revista Ilha do Desterro: Revista de Língua Inglesa, Literaturas em Inglês e Estudos Culturais*, número 40, 107-122, jan./jun./2001, Florianópolis, Universidade Federal de Santa Catarina. Artigo acessível em www.periodicos.ufsc.br/index.php/desterro/article/viewFile/7630/9436, acessado em 10-01-2010.

Benjamin, Walter (1996), *Magia e técnica, arte e política, Obras Escolhidas, volume 1*, Editora Brasiliense.

Bernier, Enrique Torres (2009), "Estratégias para el desarrollo de productos y destinos culturales: especial atención a los países iberoamericanos", palestra proferida no Seminário "Patrimônio cultural, turismo y cooperación con Iberoamérica", 20 a 24 de Julho de 2009, Centro Extremenho de Estudos Ibero-Americanos da Universidade da Extremadura, Cáceres, Espanha, *mimeo*.

Bezerra, Roberto Cláudio F., e Costa, Raimundo Saraiva (1970), *Influência de Métodos de Pesca Sobre a Eficiência dos Covos na Captura de Lagosta no Ceará*, Fortaleza, Labomar/UFC, *mimeo*.

Bhabha, Homi (2007), *O local da Cultura*, Belo Horizonte, Editora UFMG. Tradução Myriam Avila, Eliana Lourenço de Lima Reis e Gláucia Renate Gonçalves.

_____ (1994), *The Location of Culture*. London/ New York: Routledge.

Bloch, Marc (1980), *Introdução à História*, Mem Martins, Publicações Europa America Lda.

Bouçon, Armando (2006, coord.), *A Vida Rural no Concelho de Espinho*, Espinho, Câmara Municipal.

Bouçon, Armando, e Ribeiro, Liliana (2007, orgs.), *A Arte da Xávega em Espinho*, Espinho, Fundação Navegar – Centro Multimeios – Câmara Municipal de Espinho.

Bourdieu, Pierre (2005), *Razões Práticas – Sobre a teoria das ações*, Campinas, Editora Papirus.

_____ (1998) "A dominação masculina revisitada", in Lins, Daniel (org.), *A dominação masculina revisitada*, Campinas, Editora Papirus, 11-26.

Braga, Cláudio da Costa (2004), *A Guerra da Lagosta*, Rio de Janeiro, edição do autor.

Brandão, Raul (2002), *Os Pescadores*, Lisboa, Projeto Vercial. Acessível in http://docs.paginas.sapo.pt/raulbrandao/Os_Pescadores.pdf.

Braudel, Fernand (1985), *Fernand Braudel e a História. Chateauvallon. Jornadas Fernand Brudel 18,19 e 20 de Outubro de 1985*. Organização do Centro de Encontros de Chateauvallon (Toulon-Ollioules), Lisboa, Teorema, tradução de Pedro Jordão.

Bucho, Domingos (2009), "Património e turismo: a necessidade de um regresso as origens", palestra proferida no Seminário "Patrimônio cultural, turismo y cooperación con Iberoamérica", 20 a 24 de Julho de 2009, Centro Extremenho de Estudos Ibero-Americanos da Universidade da Extremadura, Cáceres, Espanha, *mimeo*.

Burke, Peter (Org. 1992), *A Escrita da História*, São Paulo, Unesp.

Cabanas, Luiz Carlos (1990), *Pequena História de Canoa Quebrada*, Fortaleza, edição do autor, sem numeração de páginas.

Capelato, Maria Helena R. (1988), *Imprensa e História do Brasil. Imprensa Oficial e Imprensa Contestadora. O jornal como documento. O papel do jornal na História*, São Paulo, Contexto.

Carvalho, Gustavo de Lemos Campos (1999), "O mar territorial brasileiro de 200 milhas: estratégia e soberania, 1970-1982", in *Revista Brasileira de Política Internacional*, vol.42 no.1 Brasília Jan./Jun. 1999, 110-126, acessível em <http://www.scielo.br/pdf/rbpi/v42n1/v42n1a05.pdf>, acessada em Dezembro de 2010.

Carvalho, Rômulo de (2003), *História do Ensino em Portugal. Desde a fundação da nacionalidade até o fim do regime Salazar-Caetano*, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian.

Cascudo, Luís Câmara (1957), *Jangadeiros*, Rio de Janeiro, Ministério da Agricultura, Serviço de Informação Agrícola. In "Breve história da jangada no Brasil", in <http://www.jangadabrasil.com.br/revista/dezembro97/a197012a.asp>, acessado em março de 2005.

Castro e Silva, Sonia Maria Martins de, e Rocha, Carlos Arthur Sobreira (1999), *Embarcações, Aparelhos e Métodos de Pesca Utilizados nas Pescarias de Lagosta no Estado do Ceará*, Fortaleza, Labomar-UFC.

Cavalcante, Gustava Bezerril (2004), *Mulheres do Manguê: Trabalho, memória e cotidiano das marisqueiras de Fortim-CE*, dissertação de mestrado em História Social do Trabalho no Departamento de História da Universidade Federal do Ceará (UFC), mimeo.

CEO- Comissão Estratégica dos Oceanos (2004), *Relatório da Comissão Estratégica dos Oceanos*, Lisboa, Costa & Valério Ltd.

Charlot, Bernard (2001), "A noção de relação com o saber: bases de apoio teórico e fundamentos antropológicos", in *Os jovens e o saber. Perspectivas mundiais*, Charlot, Bernard (org. 2001), Porto Alegre, Artmet Editora, 15-31.

Chauí, Marilena (2004), *Convite à Filosofia*, São Paulo, Ed. Ática.

Chomsky, Noam (2002), *A Manipulação dos Media. Os efeitos extraordinários da propaganda*, Lisboa, Editorial Inquérito.

Clastres, Pierre (1988), *A sociedade contra o Estado*, Rio de Janeiro, Francisco Alves.

Clifford, James (1997), *Routes. Travel and Translation in the Late Twentieth Century*, cap. 10, "Diasporas", Londres, Harvard University Pres.

CMIO - Comissão Mundial Independente sobre os Oceanos(1998), *O Oceano, nosso futuro. Relatório da Comissão Mundial Independente sobre os Oceanos*, Lisboa/Rio de Janeiro, Fundação Mário Soares/Comissão Nacional Independente sobre os Oceanos.

Coelho, Petrônio A. (1962), *Bases Para Regulamentação da Pesca da Lagosta*, Recife, Sudene, Depto. de Estudos Especiais, Divisão Pesca, mimeo.

Conceição, Rafael da, (2005), "A Resolução de Conflitos nas Comunidades de pescadores da zona de Angoche/Moma", in *Conflito e transformação social. Uma paisagem das Justiças em Moçambique*, Santos, Boaventura Sousa & Trindade, João Carlos (2005, orgs.), Porto, Edições Afrontamento, 501-524.

Da Silva, Márcia Regina (2004), *Povos de Terra e Água: A comunidade pesqueira Cato do Manguê, Canguaretama (RN) – Brasil*, São Paulo, tese de mestrado Universidade de São Paulo, mimeo.

Da Silva, Maria Cecília Silvestre (2004b), *Organização e Autonomia da Comunidade de Redonda, Icapuí (CE)*, dissertação de mestrado em Desenvolvimento e Meio Ambiente no Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento e Meio Ambiente (PRODEMA), Fortaleza, Universidade Federal do Ceará, mimeo.

Dachary, Alfredo César, (2006), *De la sociedad del espectáculo a la globalización*, Guadalajara, Universidad de Guadalajara, Centro Universitario de la Costa.

Damasceno, Maria Nobre (2000), “Entre o sonho e a realidade – os jovens e as relações com o mundo do trabalho”, in *Educação em Debate, Revista da Faculdade de Educação da Universidade Federal do Ceará*, Ano 21, vol. 1- nº 39, Fortaleza, Edições UFC,130-142.

Dean, Warren (1998), *A Ferro e a Fogo: a História e a Devastação da Mata Atlântica Brasileira*, São Paulo, Companhia das Letras.

Dias, Maria Odília Leite da Silva (1988), *Política e Sociedade na Obra de Sérgio Buarque de Holanda*, São Paulo, Fundação Perseu Abramo.

Dias, Rosa Maria (2006) “A Educação e a incultura moderna”, in *Revista Educação, Nietzsche Pensa a Educação*, São Paulo, Editora Segmento, 16-25.

Diégues, Antonio Carlos (1989, org.), *Pesca artesanal: tradição e modernidade*, III Encontro de Ciências Sociais do Mar, São Paulo, USP, mimeo.

Dietrichh, Gabriele e Nayak, Nalini (2005), “Explorando as possibilidades da globalização contra-hegemônica do movimentos dos trabalhadores da pesca na Índia e as suas interações globais”, in Santos, Boaventura de Sousa (org.) *Trabalhar o Mundo. Os caminhos do novo internacionalismo operário*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, pgs.313-356.

Dupas, Gilberto (2005), *O Mito do Progresso*, São Paulo, Unesp.

Elmandjra, Mahdi (1994), “Post-colonialisme”, in www.afrology.com, publicação eletrônica acessível em www.afrology.com/pol/postcolonial.html, acessado em 07-03-2009.

Fanha, José, e Letria, José Jorge (2003, orgs.), *Cem poemas portugueses sobre Portugal e o mar*, Lisboa, Terramar.

Fanon, Frantz (1975), *Pele Negra, Máscaras Brancas*, Porto, Editora Paisagem.

Felismino, Pedro Henrique de M., Moreira, Fernanda Mara Penaforte e Santos, João Bosco Feitosa (coord.1989), *As Condições de Trabalho e as Repercussões na Vida e na Saúde dos Pescadores do Estado do Ceará*, Fortaleza, SINE-CE, mimeo.

Filho, Antonio Luiz Macedo Silva (2002), *Paisagens do Consumo, Fortaleza no Tempo da Segunda Guerra*, Museu do Ceará/Secretaria de Cultura e Desporto do Ceará, Fortaleza.
_____(2001) *Fortaleza, Imagens da Cidade*, Museu do Ceará/Secretaria de Cultura e Desporto do Ceará, Fortaleza.

Filho, Djalma Lima Paiva, e Filho, Pedro de Alcântara (1975), *Pescarias comerciais de lagostas com redes de espera no estado do Ceará (Brasil)*, Fortaleza, Labomar/UFC, mimeo.

Filho, Antonio Aduino Fontenele, e Guimarães, Maria Socorro Sobral (2000), *Diagnóstico da Situação Econômica da Indústria Lagosteira no Estado do Ceará*, Fortaleza, Labomar/UFC, mimeo.

Foucault, Michel (2005), *Em defesa da Sociedade. Cursos no College de France (1975-1976)*, São Paulo, Martin Fontes.

_____ (1996), *Microfísica do Poder*, Rio de Janeiro, Edições Graal.

_____ (1987), *Vigiar é punir: nascimento da prisão*, São Paulo, Vozes.

_____ (1984), *A História da Sexualidade, Vol. I, A vontade de Saber*, Rio de Janeiro, Edições Graal.

Francisco, Daniel (2007), "Territórios chamados desejo: da largueza de conceitos a contenção de experiências", in *Revista Crítica de Ciências Sociais*, nº 77, 2007, CES-UC, 165-199.

Freitas, Sonia Maria (2002), *História Oral, possibilidades e procedimentos*, São Paulo, Humanitas/FFLCH-USP.

Freyre, Gilberto (sem data), "Três Antonios de Portugal – vistos por Gilberto Freyre: António de Oliveira Salazar. António Sardinha", in *Aventura e Rotina*, Lisboa (sem data), Livros do Brasil, pgs. 21-23; 91-96; 191-194. Artigo acessível em http://www.angelfire.com/pq/unica/il_efc_gilberto_freyre.htm. Acessado em 10-03-2008.

Funes, Eurípedes António (1995), "*Nasci nas matas, nunca tive senhor*". *Histórias e Memórias dos mocambos do baixo Amazonas*, tese de Doutorado, São Paulo, USP.

Garrido, Álvaro (2009), *Henrique Terreiro, uma Biografia Política*, Lisboa, Círculo de Leitores.

_____ (2006), *Economia e Políticas das pescas portuguesas. Ciência, Direito e Diplomacia nas pescarias do bacalhau (1945-1974)*, Lisboa, Imprensa de Ciências Sociais, Universidade de Lisboa.

_____ (2004), *O Estado Novo e a Campanha do Bacalhau*, Casais de Mem. Martins, Círculo de Leitores.

Geertz, Clifford (1997), *O Saber Local. Novos ensaios em antropologia interpretativa*, Petrópolis, Vozes.

Gil, José (2007), *Portugal Hoje. O medo de Existir*, Lisboa, Relógio D'Água.

_____ (2004), "Metafenomenologia da invejas: magia e política", in *Nietzsche e Deleuze, bárbaros e civilizados*, Gil, José e Lins, Daniel (orgs.), São Paulo, Annablume, 83-102.

Ginsburg, Carlo (2006), *O queijo e os vermes*, São Paulo, Editora Schwarcz.

Godinho, Manuel Mira; Kovacs, Ilona; Moniz, António Brandão (orgs. 2000), *Pesca e Pescadores. Futuros para o Emprego e os Recursos*, Oeiras, Celta Editora.

Goeldner, Chares R.; Ritchie, J. Brent; McIntosh, Robert W. (2000), *Turismo. Princípios, Práticas e Filosofia*, Porto Alegre, Artmed Editora S.A.

Grosfoguel, Ramón (2008), "Para descolonizar os estudos de economia política e os estudos pós-coloniais: transmodernidade, pensamento de fronteira e colonialidade global", in *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 80, Março-2008, Coimbra, Centro de Estudos Sociais, 115-147.

Guattari, Félix (2004), *Plan sobre el planeta. Capitalismo mundial integrado y revoluciones moleculares*, Madrid, Traficante de Sueños. Acessível em <http://www.scribd.com/doc/49837/Felix-Guattari-Plan-Sobre-El-Planeta-Capitalismo-Mundial-Integrado>. Acessado em 12-12-2009.

_____ (1991), *As Três Ecologias*, Campinas, Papirus Editora.

Guattari, Felix, e Rolnik, Suely (1996), *Micropolítica. Cartografias do Desejo*, Petrópolis, Vozes.

Hall, Stuart (1996), "Introduction: Who needs 'Identity'?", in Hall, Stuart e Gay, Paul (orgs.), in *Questions of Cultural Identity*, New Delhi, Sage Publications, 1-17.

_____ (1990), "Culture Identity and Diaspora", in Jonathan Rutherford (ed.), *Identity: Community, Culture, Difference*, London, Lawrence and Wishart.

Haesbaert, Rogério (2004), "Dos múltiplos territórios á multiterritorialidade", palestra proferida em Porto Alegre, Setembro de 2004, in <http://www6.ufrgs.br/petgea/Artigo/rh.pdf>, acessado em Abril de 2009.

Hardman, Francisco Foot (2002), *Nem Pátria Nem Patrão*, São Paulo, Editora Unesp.

Hardt, Michael e Negri, Antonio (2004), *Império*, Lisboa, Editora Livros do Brasil.

Hoggart, Richard (2001), "'Nós' e 'Eles'", in Oliveira, Paulo de Sales (org.), *O Lúdico na Cultura Solidária*, São Paulo, HUCITEC, 87-122.

Holanda, Sérgio Buarque de (2003), *História Geral da Civilização Brasileira: Do Descobrimento A Expansão Territorial*, Volume I, São Paulo, Editora [Bertrand](#) Brasil.

_____ (2001), *Raízes do Brasil*, São Paulo, Companhia das Letras.

Lassance, Antonio (2010), "O legado dos amaldiçoados: uma breve história do Haiti", in <http://www.cartamaior.com.br>, acessado em Junho de 2010.

Leff, Enrique; Argueta, Arturo; Boege, Eckart; Porto Gonçalves, Carlos Walter (2004). *Más Allá del Desarrollo Sostenible: La Construcción de una Racionalidad Ambiental para la Sustentabilidad: Una visión desde América Latina*, in www.ingentaconnect.com/content/iieal/meda/2003/00000059/00000001/art00007, acessado em Junho de 2008.

Lessa, António Carlos (1999), "A Guerra da Lagosta e Outras Guerras: Conflito e Cooperação Nas Relações França-Brasil (1960-1964)", in *Cena Internacional*, Ano I, Número 1, Brasília, UNB, 109-120. Acessível em http://www.mundorama.info/Mundorama/Cena_Internacional_files/Cena_1999_1.pdf. Acessado em 10-10-2005.

Linhares, Maria Yelda (1997), "História Agrária", in Cardoso, Ciro, e Vainfas, Ronaldo (orgs. 1997), *Domínios da História. Ensaios de Teoria e Metodologia*, Rio de Janeiro, Ed. Campus, 165-184.

Lins, Daniel Soares (2010), "Quase escola?", artigo em editoria "Opinião", jornal *O Povo*, Fortaleza, 11-04-2010, pg. 08.

_____ (2008a) "Encontro em Barcelona", artigo em editoria "Opinião", Fortaleza, jornal *O POVO*, 08-06-2008, pg. 08.

_____ (2008b) "A alegria como força revolucionária", in Furtado, Beatriz e Lins, Daniel (orgs. 2008), *Fazendo Rizoma*, São Paulo, Hedra, 45-58.

_____ (2005), "Mangue's School ou por uma pedagogia rizomática", in *Educação e Sociedade*, vol. 26, n. 93, Set./Dez. 2005, Campinas, UNICAMP, 1229-1256, disponível em <http://www.scielo.br/pdf/es/v26n93/27277.pdf>, acessado em Maio de 2007.

_____ (2001) "Memória, Esquecimento e Perdão (Per-Dom)", in Lemos, Maria Teresa Troibio Brittes e Moraes, Nilson Alves, *Memória e construção de Identidades*, Rio de Janeiro, 7 Letras, 9-16.

_____ (2000) "Esquecer não é crime", in *Nietzsche e Deleuze Intensidade e Paixão*, Costa, Sylvio S. Gadelha; Lins, Daniel e Veras Alexandre (orgs), Rio de Janeiro, Relume Dumará, 45-62.

_____ (1999 org.), *O Campo Econômico. A dimensão simbólica da dominação*, Campinas, Papius.

_____ (1997), *Lampião, o homem que amava as mulheres*, São Paulo, Anna Blume.

Loforte, Ana (2005), "A Gestão e o maneio de recursos marinhos num contexto de conflito: o caso da Ilha de Moçambique", in *Conflito e transformação social. Uma paisagem das Justiças em Moçambique*, Santos, Boaventura Sousa e Trindade, João Carlos (orgs.), Porto, Edições Afrontamento, 479-499.

Lourenço, Eduardo (2004), *A Nau de Ícaro, seguido de Imagens e Miragem da Lusofonia*, Lisboa, Gradiva Publicações.

Macedo, Joana Marques (2008), *A Casa dos Pescadores e a Política Social do Estado Novo (1933-1968)*, dissertação de mestrado em História Contemporânea, na Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Lisboa, Universidade Nova de Lisboa, mimeo.

Maldonado, Simone C. (1989), "A Caminho das Pedras: Percepção e Utilização do Espaço na Pesca Simples", in *Pesca Artesanal: Tradição e Modernidade, III Encontro de Ciências Sociais do Mar*, Diégues, Antonio Carlos S.(Org.), São Paulo, USP, 29-36.

Marini, Ruy Mauro (1977), "La acumulacion capitalista mundial y el subimperialismo", in *Cuadernos Políticos* n. 12, Ediciones Era, México, abril-junio de 1977, disponível em http://www.marini-escritos.unam.mx/006_acumulacion_es.htm, acessado em Junho de 2008.

Martins, Luis (2007), *Mares Poveiros. Histórias, Ideias e Estratégicas de pescadores da Póvoa de Varzim*, Póvoa de Varzim, Câmara Municipal da Póvoa de Varzim.

Matos, Ana Raquel, e Neves, Daniel (2008), "[Participação pública, capacitação e sistemas de accountability: experiências de Orçamento Participativo na América Latina e na Europa em comparação](#)", in Martins, Catarina et al (orgs.), *Novos mapas para as Ciências Sociais e Humanas: Artigos pré-colóquio, e-Cadernos 02/2008*, Coimbra, CES, acessível em www.ces.uc.pt/ecadernos/media/documentos/ecadernos2/ANA_RAQUEL_MATOS_E_DANIEL_NEVE_S.pdf, acessado em Junho de 2009.

Mendes, José Manuel de Oliveira (2003), "Perguntar e observar não basta, é preciso analisar: algumas reflexões metodológicas", in *Oficinas do CES 194*, Setembro de 2003, Coimbra, CES, acessível em <http://www.ces.uc.pt/publicacoes/oficina/194/194.php>, acessado em Maio de 2009.

Meneses, Maria Paula (2008), "Saberes e traduções em África: desafios à interculturalidade", anotações acerca da palestra proferida no Colóquio Caminhos do futuro, 18 a 21 de Junho de 2008, Coimbra, CES, mimeo.

_____ (2007) "Os espaços criados pelas palavras – racismos, etnicidades e o encontro colonial", in N. Gomes (org.), *Formação de professores e questão racial*, Belo Horizonte, Autêntica Editora, 55-76.

_____ (2003), "Agentes do conhecimento? A consultoria e a produção do conhecimento em Moçambique" in Santos, B. S. (org.). *Conhecimento Prudente para uma vida decente: 'um discurso sobre as ciências revisitado'*. Porto: Afrontamento, 683-715.

Meneses, Maria Paula e Santos, Boaventura Sousa (2009, orgs.), *Epistemologias do Sul*, Coimbra, CES/Almedina.

Meneses, Ulpiano Bezerra de (1994), "Museus Históricos: da Celebração à Consciência Histórica", in *Como Explorar Um Museu Histórico*, São Paulo, Museu Paulista/USP, 07-10.

Mignolo, Walter D. (2003). "Os esplendores e as misérias da 'ciência': colonialidade, geopolítica do conhecimento e pluri-versalidade epistémica," in Santos, B. S. (org.). *Conhecimento Prudente para uma vida decente: 'um discurso sobre as ciências revisitado'*. Porto: Afrontamento, 667-710.

_____ (2003b), *Histórias Locales / Diseños Globales. Colonidad, conocimientos subalternos y pensamiento fronterizo*, Madrid, Akal Ediciones.

_____ (2000), *Local Histories, Global Designs. Colony, Subaltern Knowledges, and Border Thinking*, Princeton, N.J, Princeton Univ. Press.

Moeller, Susan (1999), *Compassion Fatigue, How the Media Sell Disease, Famine, War and Death*, London, Routledge, cap. 1, 7-53.

Moreira, Carlos Diogo (1987), *Populações marítimas em Portugal*, Lisboa, Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas / Universidade Técnica de Lisboa.

Morris, Aldon; Braine, Naomi (2001), "Social Movements and Oppositional Consciousness", in Jane Mansbridge e Aldon Morris, *Oppositional Consciousness. The Subjective Roots of Social Protest*, Chicago: The University of Chicago Press, 20-37.

Mouffe, Chantal (2008), "Política Agonística num Mundo Multipolar", palestra proferida no Colóquio Caminhos do Futuro, 18 a 21 de Junho de 2008, Coimbra, CES, *mimeo*.

Mudimbe, [Valentin \(2008\)](#) "E Simónides disse: 'É a cidade que educa os Humanos.'" – Sobre a alma da Universidade de hoje, uma visão pessoal", palestra proferida no Colóquio Caminhos do Futuro, 18 a 21 de Junho de 2008, Coimbra, CES, *mimeo*.

Muniz, Cellina Rodrigues (2005), "De aldeia a não-aldeia: cenas de enunciação de uma cidade do Nordeste brasileiro na publicidade turística", in *Coisas de Cidade*, Adad, Shara Jane Holanda Costa, e Vasconcelos, José Gerardo (orgs), Coleção Diálogos Intempestivos, Fortaleza, Editora UFC, 05-115.

Muniz, Túlio de Souza (2009), "[As impossibilidades da lusofonia nas](#) narrativas acerca do 'outro' e do 'eu' entre Brasil e Portugal", in *Revista Brasileira de História e Ciências Sociais (RBHCS)*, Volume 1, Número 2, Dezembro de 2009. Publicação eletrônica in http://www.rbhcs.com/index_arquivos/Page973.htm, acessado em 10-01-2010.

_____(2005), *O Ouro do Mar. Do surgimento da indústria da pesca da lagosta no Ceará à "guerra da lagosta": uma narrativa sócio-histórico marítima*, dissertação de mestrado em História, Fortaleza, Universidade Federal do Ceará / UFC, *mimeo*.

Natrajan, Balmurli (2003), "Masking and Veiling Protests. Culture and Ideology", in *Representing Globalization*, Dheli/London, *Cultural Dynamics*, Vol.15 (2), 213-235.

Neves, Berenice Abreu (2001), *Do Mar ao Museu. A Saga da Jangada São Pedro*, Fortaleza, Museu do Ceará.

Nietzsche, Friederich (2001a), *Genealogia da Moral – Uma polémica*, São Paulo, Companhia das Letras.

_____(2001b), *Além do Bem e do Mal. Prelúdio a uma filosofia do Futuro*, São Paulo, Companhia das Letras.

_____(1973), *Humano Demasiado Humano*, Lisboa, Editora Presença.

Nunes, Francisco Oneto (2008, coord.), *Culturas Marítimas em Portugal*, Lisboa, Ancora Editora.

_____(2008), "Dois séculos da Arte Xávega: Capitalismo, Decadência e Organização do Trabalho", in Nunes, Francisco Oneto (2008, coord.), *Culturas Marítimas em Portugal*, Lisboa, Ancora Editora, 121-151.

Oliveira, Lúcia Helena (1989), "Espaço e Territorialidade no Universo da Pesca Artesanal", in Diégues, Antonio Carlos S.(1989, org.) *Pesca Artesanal: Tradição E Modernidade, III Encontro de Ciências Sociais do Mar*, São Paulo, USP, 103-118.

Oliveira, Roberto Cardoso de (2000), "Os (des)caminhos da identidade", in *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, vol.15 n.42, São Paulo, ANPOCS, Fevereiro. 2000, pags. 07 a 21. Acessível in www.scielo.br/pdf/rbcsoc/v15n42/1733.pdf , acessado em Dezembro de 2010.

ONU - Organização das Nações Unidas (1991), *Comissão Mundial Sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento das Nações Unidas, Nosso Futuro Comum*, Rio de Janeiro, Fundação Getúlio Vargas.

Pádua, José Augusto (2002), *Um Sopro de Destruição*, Rio de Janeiro, Jorge Zahar Editor.

Paiva, Melquíades Pinto (1973), *Pescarias experimentais de lagostas com redes de espera no estado do Ceará, Brasil*, Fortaleza, Labomar, mimeo.

_____(1969) *Sobre os recursos pesqueiros do Estado do Ceará*, São Paulo, Anuário da Pesca.

_____(1966) *Estudo Sobre a Pesca de Lagosta no Ceará Durante o Ano de 1965*, Estação de Biologia Marinha, Fortaleza, Universidade Federal do Ceará /UFC, mimeo.

Palhares-Burke (1996), Maria Lúcia Garcia, *As muitas faces da História*, Campinas, Editora do IFCH-Unicamp.

Peralta, Elsa (2008), *A Memória do Mar. Património, Tradição e (Re) imaginação Identitária na Contemporaneidade*, Lisboa, Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas.

Pérez, Xerardo Pereira (2009), *Turismo Cultural. Uma visão antropológica*, Tenerife, Asociación Canaria de Antropología, Colección Passos Edita n. 2.

Pesavento, Sandra Jatahy (2003), *História e História Cultural*, Belo Horizonte, Autêntica.

Ponte, Sebastião Rogério (1999), *Fortaleza Belle Époque: Reformas Urbanas e Controle Social 1860-1930*, Fortaleza, Edições Demócrito Rocha.

Porter, Roy (1992), "História do Corpo", in Burke, Peter (1992, org.), *A Escrita da História*, São Paulo, Unesp, 291-326.

Pureza, José Manuel (2002), "Portugal e o novo internacionalismo: o caso da Comissão Mundial Independente para os Oceanos", in *Estudo Geral. Repositório Digital*, Coimbra, FEUC, 01-13, acessível em <https://estudogeral.sib.uc.pt/jspui/handle/10316/13279>, acessado em 15-12-2010.

_____(1998), *O Património Comum da Humanidade: rumo a um direito internacional de solidariedade?*, Porto, Edições Afrontamento.

Quijano, Anibal (2009), "Colonialidade do Poder e Classificação Social", in Meneses, Maria Paula e Santos, Boaventura Sousa (2009, orgs.), *Epistemologias do Sul*, Coimbra, CES/Almedina, 73-117.

Reigota, João (2000), *A Gândara Antiga, Catanhede-Mira-Vagos*, Centros de Estudos do Mar Luis de Albuquerque.

Ribeiro, António Sousa (2005), "A tradução como metáfora da contemporaneidade. Pós-colonialismo, fronteiras e identidades", in Macedo, Ana Gabriela; Keating, Maria Eduarda (2005, orgs.), *Colóquios de Outono, Estudos de Tradução. Estudos pós-coloniais*, Braga, Universidade do Minho, 79-87.

Ribeiro, Margarida Calafate (2004), *Uma História de Regressos: Império, Guerra Colonial e Pós-Colonialismo*, Porto, Editora Afrontamento.

Rodrigues, César e Santos, Boaventura de Sousa (2003) "Introdução: para ampliar o cânone da produção", in Santos, Boaventura de Sousa (2003, org.), *Produzir para viver: os caminhos da produção não capitalista*, Porto, Edições Afrontamento, 21-66.

Rolnik, Suely (1997), "Toxicômanos de identidade. Subjetividade em tempo de globalização", in Daniel Lins (1997 org.), *Cultura e subjetividade. Saberes Nômades*, Papirus, Campinas, 19-24.

Sader, Eder (1992), *Quando novos personagens entram em cena: experiências e lutas dos trabalhadores da grande São Paulo. 1970-1980*, São Paulo, Paz e Terra.

Sader, Emir (2008), "Cartografando futuros", anotações acerca da palestra proferida no Colóquio Caminhos do Futuro, 18 a 21 de Junho de 2008, Coimbra, CES, *mimeo*.

Said, Edward W. (2000), *Representações do Intelectual. As Palestras de Reith de 1993*, Lisboa, Edições Colibri.

_____(1990), *Orientalismo. O Oriente como invenção do Ocidente*, São Paulo, Companhia das Letras.

Sahlins, Marshall (1990), *Ilhas de História*, Rio de Janeiro, Jorge Zahar.

Sánchez, Fabiola Velásquez (2009), "La revalorización del patrimonio cultural Quechua y Aymara y el turismo en las comunidades campesinas del Puno. Las experiencias de Chucuito y Capachica", palestra proferida no Seminário "Patrimônio Cultural, Turismo y Cooperación Con Iberoamérica", 20 a 24 de Julho de 2009, Centro Extremenho de Estudos Ibero-Americanos da Universidade da Extremadura, Cáceres, Espanha, *mimeo*.

Santana, Agustin (2009), *Antropologia do Turismo*, São Paulo, Editora Aleph.

Santana, Thiago (2000, org.), *Mar de Luz-Litoral do Ceará*, Fortaleza, Tempo d'Imagem.

Santos, Ana Cristina (2003), "Orientação sexual em Portugal: para uma emancipação", in Santos, Boaventura Sousa (2003,org.), *Reconhecer para Libertar: os Caminhos do Cosmopolitismo Multicultural*, Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 335-379.

Santos, Boaventura Sousa (2010), "Cidadãos Europeus, Uni-vos!", artigo in http://www.cartamaior.com.br/templates/materiaMostrar.cfm?materia_id=16656 , acessado em 01-06-2010.

_____(2009), "De Copenhague a Yasuni", site *Agência Carta Maior*, de 23-11-2009, (www.cartamaior.com.br, acessado em 24-11-2009), s/pg..

_____(2008), "A filosofia à venda, a douda ignorância e a aposta de Pascal", in *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 80, Março de 2008, Coimbra, Centro de Estudos Sociais (CES), 11-43.

_____(2006a) *Crítica da Razão Indolente. Contra o desperdício da experiência*, Porto, Edições Afrontamento.

_____(2006b) *Para além do Pensamento Abissal: Das linhas globais a uma ecologia de saberes*, *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 78, 3-46, acessível em http://www.ces.uc.pt/myces/UserFiles/livros/147_Para%20alem%20do%20pensamento%20abissal_RCC_S78.pdf, acessado em Abril de 2008.

_____(2006c), *A Gramática do Tempo: Por uma nova cultura política*, Porto, Edições Afrontamento.

_____(2006d), "As dores do pós-colonialismo". Artigo publicado no jornal *Folha de S. Paulo* em 21 de Agosto de 2006, acessível em <http://www.ces.uc.pt/opiniao/bss/163en.php>, acessado em 08-03-2010.

_____(2004a) *Semear outras soluções: os caminhos da biodiversidade e dos conhecimentos rivais*, Porto, Edições Afrontamento.

_____ (2004b), "Do Pós-Moderno ao Pós-Colonial. E para além de um e outro", conferência de abertura do VIII Congresso Luso-Afro Brasileiro de Ciências Sociais, Coimbra/2004, in http://www.ces.uc.pt/misc/Do_pos-moderno_ao_pos-colonial.pdf, acessado em 10/02/2008).

_____ (2003a) *Conhecimento Prudente para uma vida decente: 'um discurso sobre as ciências revisitado'*. Porto: Afrontamento.

_____ (2003b), *Introdução a uma Ciência Pós Moderna*, São Paulo, Graal.

_____ (2003c, org), *Reconhecer para libertar: os caminhos do cosmopolitismo cultural*, Rio de Janeiro, Civilização Brasileira.

_____ (2002), *Por uma sociologia das ausências e uma sociologia das emergências*, Coimbra, CES, in http://www.ces.uc.pt/bss/documentos/sociologia_das_ausencias.pdf.

_____ (2001), "É chocante a resignação do brasileiro", in *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, acessível em http://jbonline.terra.com.br/destaques/bienal/entrevista_boaventura.html. Acessado em Fevereiro de 2008.

_____ (2001b), "Os Processos da globalização", in Santos, Boaventura de Sousa (org.), *Globalização: fatalidade ou utopia?*, Porto: Edições Afrontamento, pg. 31-105.

_____ (1995), *Pela Mão de Alice: o social e o político na pós-modernidade*, São Paulo, Cortez Editora.

Sarmento, Clara (2008), *Cultura Popular Portuguesa. Práticas, Discursos e Representações*, Porto, Edições Afrontamento.

Schurmans, Fabrice (2008), "[De Hannah Arendt a Nicolas Sarkozy: leitura poscolonial do discurso africanista](#)", in Martins, Catarina; Matias, Marisa; Peixoto, Paulo; Pereira, Tiago Santos e Ribeiro, Margarida Calafate (2008, orgs.), *Novos Mapas para as Ciências Sociais e Humanas: artigos pré-Colóquio, e-Cadernos*, Coimbra, CES, acessível in <http://www.ces.uc.pt/e-cadernos/pages/pt/numeros/02--2008-ndash-novos-mapas-para-as-ciencias-sociais-e-humanas-artigos-pre-Coloquio.php>, acessado em Setembro de 2009.

Sfez, Lucien (1975), "Préface. Le local en question", in Sfez, Lucien (org.), *L'Objet local*, Paris 10 /18, 9-15.

Silva, Gláucia Oliveira da (1989), "Água, Vida e Pensamento: Um Estudo de Cosmovisão Entre Trabalhadores da Pesca", in Diégues, Antonio Carlos S. (2000, org.), *A imagem das Águas*, São Paulo, Hucitec, 27-37.

Silva, Luiz Geraldo (1988, coord.), *Os pescadores na história do Brasil, Vol I, Colônia e Império*, Recife, Comissão Pastoral dos Pescadores.

Silva, Maria Cecília Silvestre (2004), *Organização e Autonomia da Comunidade de Redonda, Icapuí (CE)*, dissertação de mestrado no Programa de Pós Graduação em Desenvolvimento e Meio Ambiente (PRODEMA) da Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, mimeo.

Silvestre, Mari C. (2007, org.), "*A guerra dos redondeiros contra os compressores*", de Chico de Marina, Fortaleza, Art & Cores Gráfica e Editora.

Silvino, Amanda Sousa (2007), *Etnobiologia dos Jangadeiros da Praia do Mucuripe, Fortaleza-CE*. Monografia de Graduação em Ciências Biológicas Fortaleza, Universidade Federal do Ceará /UFC, mimeo.

Siqueria, Sílvia Márcia Alves (2004), "Construção social da realidade e relações de género", Tese de Doutorado na Universidade Estadual de São Paulo (Unesp), in http://www.athena.biblioteca.unesp.br/exlibris/bd/bas/33004048018P5/2004/siqueira_sma_dr_a_ssis.pdf, acessado em Abril de 2009.

_____ (2003), “Considerações sobre o tema da mulher na Antiguidade”, comunicação na Unesp, Assis, in http://www.miniweb.com.br/historia/Artigos/i_antiga/Mulher_antiguidade.html, acessado em Abril de 2009.

Sloterdijk, Peter (2008), *Palácio de Cristal, Para uma Teoria Filosófica da Globalização*, Lisboa, Antropos, Relógio d'Água.

Sodré, Muniz (1971), *A Comunicação do Grotesco*, Rio de Janeiro, Editora Vozes.

Souto, Henrique (s.d.), “Recursos Vivos Marinhos, o setor das pescas”, in *Atlas de Portugal*, Lisboa, Instituto Geográfico Português, acessível in http://www.igeo.pt/atlas/Cap3/Cap3c_2.html, acessado em Dezembro de 2010.

Spivak, Gayatri Chakravorty (1999), *A Critique to Postcolonial Studies. Toward a History of the Vanishing Present*, Cambridge e London, Harvard U.P.

Tejerina, Benjamin; Albeniz, Iñaki Martínez de; Cavia, Beatriz; Izaola, Amaia e Seguell, Andrés G. (2005), “O Movimento pela Justiça Global na Espanha: Ativistas, Identidade e Cartografia Política da alterglobalização”, Porto Alegre, XXV Congresso ALAS, Ago. 2005, mimeo.

Talavera, Agustin Santana (2003a), “Patrimonios culturales y turistas: Unos leen lo que outros miran”, *Pasos – Revista de Turismo y Patrimonio Cultural*, vol. 1, nº 1, La Laguna, Universidad de La Laguna, 1-12. Acessível em www.pasosonline.org, acedida em 07-12-2010.

_____ (2003b), “Turismo Cultural, Culturas Turísticas”, *Horizontes Antropológicos*, 9, nº 30, Porto Alegre, UFRS, 31-57.

Thompson, E.P.(1998), *Costumes em Comum: Estudos Sobre a Cultura Popular Tradicional*, São Paulo, Companhia das Letras.

_____ (1987) *A Formação da Classe Operária Inglesa*, Rio de Janeiro, Paz e Terra.

Thompson, Paul (1992), *A voz do Passado: História Oral*, São Paulo, Paz e Terra.

Vasconcelos, José Gerardo de (2005), “Tempo de orgia na cidade de Canoa Quebrada”, in *Coisas de Cidade*, Adad, Shara Jane Holanda Costa, e Vasconcelos, José Gerardo (2005, orgs.), Coleção Diálogos Intempestivos, Editora UFC, Fortaleza, 94-104.

Vakil, Abdool Karim (2004), “Do Outro ao Diverso – Islão e Muçulmanos em Portugal: história, discursos, identidades”, in “Minorias étnicas e religiosas em Portugal: História e actualidade”, *Revista Lusófona de Ciência das Religiões – Ano III, 2004 / n.º 5/6*, 283-312, acedível in <http://cienciae religioes.ulusofona.pt>, acessado em Março de 2008.

Weber, Max (2002), *A Ética Protestante e o Espírito do Capitalismo*, São Paulo, Martin Claret, tradução de Pietro Nassetti.

Wesseling, Henk (1992), “História de Além-Mar”, in Burke, Peter (Org.), *A Escrita da História*, São Paulo, Unesp, 97-131.

Young, Íris Marion (2006), *Representação Política, Identidade e Minorias*, São Paulo, Lua Nova.

PERIÓDICOS

Jornal *Defesa de Espinho*, várias edições de Setembro a Novembro de 2009, Espinho, Portugal.

Jornal *Diário de Coimbra*, edição de 02-04-2009, Coimbra, Portugal.

Jornal *Diário do Nordeste* (www.diariodonordeste.com.br), várias edições, Fortaleza-CE, Brasil.

Jornal *Folha de S. Paulo* (www.folha.com.br), várias edições, São Paulo, Brasil.

Jornal de Espinho, várias edições de Setembro a Novembro de 2009, Espinho, Portugal.

Jornal *Maré*, edição 67, Setembro de 2009, Boletim do NAPESMAT – Núcleo de Amigos dos Pescadores de Matosinhos, Matosinhos, Portugal.

Jornal *Maré Viva*, várias edições de Setembro a Novembro de 2009, Espinho, Portugal.

Jornal *O Democrata*, várias edições, acervo da Biblioteca Pública Menezes Pimentel, Fortaleza-CE, Brasil.

Jornal *O Globo* (www.oglobo.com.br), várias edições, Rio de Janeiro, Brasil.

Jornal *O POVO* (www.opovo.com.br), várias edições, Fortaleza-CE, Brasil, e acervo da Biblioteca Pública Menezes Pimentel, Fortaleza-CE, Brasil.

Jornal *A BOLA*, edição de 29-05-2010, Lisboa, Portugal.

Revista *Carta Capital*, São Paulo, (www.cartacapital.com.br), várias edições, São Paulo, Brasil

Revista *Courrier International*, Maio de 2009, Edição número 159, Lisboa, Imprensa Publishing.

Revista *Educação* (2006), número 2, “Nietzsche Pensa a Educação”, São Paulo, Editora Segmento.

Revista *universidade pública*, ano III, número 09, Fortaleza, UFC, Dezembro 2001/Janeiro2002.

Vídeo: Vídeo-Documentário, “Uma pescadora rara no litoral do Ceará”, 2004, realização de Sidnéia Lusía da Silva, acessível em <http://revistatpm.uol.com.br/tv-tpm/uma-rara-pescadora.html>. Acessado em 17-10-2009.

SITES E LINKS (por ordem de citação no texto da tese)

- http://www.rbhcs.com/index_arquivos/Page973.htm
- <http://vagalume.uol.com.br/joao-bosco/corsario.html>
- <http://www1.folha.uol.com.br/folha/dinheiro/ult91u108141.shtml>
- <http://www1.folha.uol.com.br/folha/brasil/ult96u78119.shtml>
- http://www.brasilwiki.com.br/noticia.php?id_noticia=3432
- <http://www.ces.uc.pt/bss/pt/entrevistas.htm>
- <http://www.ces.uc.pt/publicacoes/rccs/artigos/76/RCCS76-Introd-003-015.pdf>
- <http://www1.folha.uol.com.br/fsp/mais/fs2510200901.htm>
- <http://www.collectors.com.br>
- <http://www.lavozdegalicia.es/portada/index.htm>
- <http://www.ionline.pt/conteudo/32733-piratas-espanha-propoe-nova-intervencao-europeia-na-somalia> .
- www.cartamaior.com.br
- www.observatoriodaimprensa.com.br
- www.sinpermiso.info/
- http://www.cartamaior.com.br/templates/materiaMostrar.cfm?materia_id=1644.
- <http://embaixada-portugal-brasil.blogspot.com/2008/03/cavaco-silva-do-brasil-8-de-marco.html>
- <http://www.estadao.com.br/noticias/internacional,franca-liberta-refens-de-piratas-na-costa-da-somalia,353010,0.htm>

- <http://maierovitch.blog.terra.com.br/2010/01/21/o-haiti-dos-contrastes-cruzeiro-maritimo-praias-privadas-e-champagne-a-153-dolares-a-garrafa/>
- http://www.agenciabrasil.gov.br/media/videos/2008/05/27/venda_amazonia.flv/view
- http://o.globo.globo.com/blogs/ny/post.asp?cod_post=100540
- www.arvores.brasil.nom.br
- www.mdn.gov.pt/NR/rdonlyres/ADA363C1-0BE6.../0/Livro_Verde_Uma_Visao_Europeia_para_os_Oceanos_e_os_Mares.pdf
- www.publico.pt/.../cinco-vitimas-mortais-buscas-terminaram-na-praia-maria-luisa_1397138 e <http://diariodonordeste.globo.com/materia.asp?codigo=746364> .
- <http://planetasustentavel.abril.com.br/noticia/ambiente/calamidade-anunciada-angra-reis-vejarario-526452.shtml>
- http://www.rr.pt/informacao_detalle.aspx?fid=1203&did=92808
- <http://www.fundacaogileannes.pt>
- <http://www.jangadabrasil.com.br/revista/dezembro97/a197012a.asp>
- http://www.ufes.br/~mlb/multiteorias/pdf/WilberthClaython_PorUmaEstetica.pdf
- www.historia.ufc.br/Pos-graduacao.htm
- <http://revistatpm.uol.com.br/Ttv-tpm/uma-rara-pescadora.html>
- http://oglobo.globo.com/vivermelhor/mulher/mat/2008/09/01/salario_das_mulheres_ainda_20_menor_do_que_dos_homens_no_mesmo_cargo_indica_pesquisa-548033051.asp
- <http://www.cosacnaify.com.br/noticias/clastres.asp>
- <http://www.opovo.com.br/oPovo/ceara/887210.html>
- <http://www.pucsp.br/nucleodesubjetividade/Textos/SUELY/damanegro.pdf>.
- www.recicrianca.org.br
- http://www.agenciabrasil.gov.br/media/videos/2008/05/27/venda_amazonia.flv/view..
- http://pt.wikipedia.org/wiki/Trag%C3%A9dia_dos_comuns
- <http://opiniaoenoticia.com.br/interna.php?id=14961>, 03-03-2008.
- http://www.cartamaior.com.br/templates/colunaMostrar.cfm?coluna_id=4478
- http://criancasdeluz.org/quem_somos_nos/quem_somos_br
- <http://www.pucsp.br/nucleodesubjetividade/Textos/SUELY/damanegro.pdf>
- http://www.cartamaior.com.br/templates/materiaMostrar.cfm?materia_id=16656
- [htmlhttp://www.midiaindependente.org/pt/blue/2010/04/469132.shtml](http://www.midiaindependente.org/pt/blue/2010/04/469132.shtml)

ENTREVISTAS E CONVERSAS

Melquíades Pinto Paiva, se deu em 11-11-2004, por telefone, pois então o professor vivia no Rio de Janeiro há 28 anos. Pinto Paiva é um dos fundadores do Labomar (Laboratório das Ciências do Mar da UFC).

Ezequiel Honorato dos Santos, 60 anos, em 2003; pescador e morador dos Estevão, recentemente deixou de pescar devido ao desgaste físico.

Amadeu Pereira da Silva, 56 anos, em 2003; pescador e morador dos Estevão, ainda em atividade.

Genésio dos Santos Caraça, o 'Tibiro', 66 anos, em 2003; morador de Canoa Quebrada, foi um dos primeiros a intermediar a compra e venda de lagosta entre pescadores e exportadores.

Antonio Madureira, em 2003; morador da Redonda (Icapuí-CE), 56 anos, era criança quando a pesca industrial teve início, e tem relatos interessantes sobre as formas de armazenamento e escoamento do pescado.

Margarida Pereira da Silva, 65 anos, em 2003; moradora dos Estevão. Em uma conversa informal, uma breve frase de Margarida chamou atenção pela maneira como uma mulher via certas extravagâncias cometidas nos primeiros anos da pesca.

Vicente Viana, morador de Canoa Quebrada, em 2003. Faleceu em Outubro de 2005, com 80 anos. "Sêo" Vicente foi, ao longo dos últimos anos, um interlocutor importante, sempre disposto

a falar sobre outras épocas da pesca em longas conversas que mantivemos em seu bar, em Canoa Quebrada, onde trabalhou na sua última década de vida.

Luciano Rocha Freire, 52 anos, em 2002; pescador nascido em Canoa e atualmente morador dos Estevão. Luciano é um exímio construtor de jangadas e seus relatos demonstram tanto a permanência de determinados saberes ancestrais relacionados à pesca artesanal quanto às alterações ambientais mais evidentes nas últimas décadas. Uma longa entrevista com ele é reproduzida como anexo desta dissertação.

Natanael Crispim, (o “Tana”), em 2003; pescador da Redonda, 40 anos.

José Barros, 60 anos, em 2009; atualmente trabalha como “arranjador” de redes em Espinho.

José Carlos Félix, o “Zé Grande”, 48 anos, em 2009; antigo pescador, atual comerciante no Bairro Piscatório de Espinho.

ANEXO I. Entrevista com Luciano Rocha Freire, 50 anos, morador dos Estevão, pescador e construtor de jangadas. A entrevista foi gravada e transcrita no segundo semestre de 2002, nos Estevão (Aracati-CE).

Pergunta- Você pesca desde quando?

Luciano Rocha Freire- Eu pesco desde os 9 anos, comecei a pescar com meu pai. Deixei até de estudar. Nesse tempo é difícil aí eu estudava particular, meu irmão pagava para mim. Ele pagava com pesca, ele pescava. Eu, menino, prestava muita atenção nas coisas, mas no tempo da lagosta (meu pai tinha jangada), eu e minha irmã...No tempo que meu pai pescava tinha muita jangada, nesse tempo era só jangada, né? Aí, o que eu fazia: eu e minha irmã, a gente ia pro mato buscar lenha para jangada levar para o mar. Nós, nesse tempo era barrica, e a água nós botava quando era de manhã assim uma hora dessas [*eram 11h da manhã*] já tinha mais ou menos quase todo mundo no seco já, porque ia num dia e voltava no outro e quem fornecia a lenha e a água pra jangada do meu pai era eu e ela e quando chegava o pescador pegava assim cinco, seis, lagosta, pegava e botava pra gente, pagava o serviço pra nós. A gente vendia a lagosta, pegava o dinheiro e dava pra mãe da gente, não ficava com o dinheiro porque era menino e não sabia, não precisava de dinheiro. Me lembro que o pessoal pegava a lenha, a água e cozinhava as cabeças. Muitas vezes, fazia o que, sobrava, fazia o que: enterrava, cavava um buraco, jogava dentro e enterrava. Pegava muito. E nesse tempo era dois por um, duas lagosta valia por um. E não era lagosta pequena não. E a compra deles era dois por um.

P-E era jangada de que?

LRF- De piúba, era jangada de piúba

P- E era madeira daqui?

LRF – Não rapaz, meu pai pegava de Manaus, o navio trazia até Fortaleza, né? Aí de Fortaleza pra cá vinha de caminhão. Aí vinha para Majorlandia. Aí nesse tempo para passar era cancela, pra passar pagava um bom dinheiro. A gente pegava uma jangada pequena, chegava lá amarrava seis pau, sete, oito, amarrava e fazia uma balsa, a gente chamava uma

balsa. Chegava aqui encostava, aí quando a maré enchia, agente vinha bolando os pau grande, pesado. Aí a gente colocava no ombro, pro rapaz, e ali mesmo ele construía a jangada.

P- Você aprendeu assim?

LRF- A fazer jangada? Não nesse tempo dessas eu nunca fiz, quem fez foi Raimundo, meu irmão. Meu pai pagava pra fazer aí Raimundo foi olhando, logo aprendeu e fez. Agora era jangadinha pequenininha

P- E com quantos se fazia uma jangada?

LRF- Uma jangada grande? Era uma faixa de que? Uns oito pau...

P- E quanto tempo durava.

LRF- Durava mais legal mesmo era um ano. Mas pesava, viu? Agora tinha uma qualidade de madeira que era também piúba mas era madeira do Sul. Essa era maneirinha, era leve, mas não era grossa que nem essa outra. E meu pai falava que só emendava os pau e os boi arrastava aquilo de dentro da mata até chegá.

P- E quando passaram a utilizar isopor? LRF- Que eu me lembre, acho que mais ou menos 20 anos.

P- Por que não usaram mais piuba?

LRF- Porque era mais difícil, mais dificuldade. Foi aparecendo isopor e aí fomo testá vê se dava certo. Aí deu certo e continuamô. A piúba era toda torneada, não era prego nem ferro não, era torno. Eu ia mais meu pai lá pros mato buscá uns mói de pau, de pau-ferro, pra tazer, quer era os torno, de torneá. Aí pra furar era difícil.

P- E quando chegaram as lanchas?

LRF- Depois que começou as lancha aí foi o destroço de lagosta. Mais ou menos o que? Uns 18 anos mais ou menos. A jangada ia e voltava e a lancha ia e ficava lá. Eu pesquei muito, passava até de 15 dias lá mas o total mesmo era de 12 dias a viagem completa. A lancha chega e não respeita o barco, não respeita ninguém, leva o material... Nesse tempo a embarcação a pano, da jangada, ainda usava gérére, e aí era mais difícil e lagosta morria. Cada pescador daquele ia com dois gérére, era só gérére, não tinha negócio de cangaia não, levava gêrêrê e trazia. Fazia de fio, a rede de fio, e o arco grande e tinha gente que dizia que no puxar vinha, cinquenta, sessenta lagosta. E as vezes não vinha porque ele [*lagosta*] é ligeiro, e é aberto o gérére, é aberto por cima.

P- E as lanchas usavam guincho.

LRF- Tinha umas que tinha guincho. Aí nós pescava o quê? Com mais ou menos 300 côvo. Nesse tempo era covo. Um navio grande era seis pessoas, era o motorista e quatro para trabalhar e o cozinheiro. Dependendo do tamanho da embarcação, se for de deis metro pra riba, aí leva mais.

P- E o compressor?

LRF- Rapaz, o compressor.... Quando vem, vem acabando com tudo. Se acabar o compressor a gente ainda vai vê lagosta ainda, mas se não acabar o compressor não vai ter. A gente que é pescador pega seis, sete, cinco lagosta, e o compressor não, ele cerca tudo. E você deve saber que adonde tem gente véi [velha] não tem gente só véi, tem os minino também. Arrasta tudo e deixa que quando chega em cima o peso dos grande já mata os pequeno, e lagosta é uma coisa muito fraca pra morrer e, mesmo que quêra soltar, não adianta mais. É uma coisa que atrapalha demais. O ano passado deram um combate bom, mas aí abandonaram e quando abandona o pessoal do Rio Grande do Norte chegou, quem tá invadindo é o pessoal do Rio Grande do Norte.

P- Pescando embarcado, ia muito distante?

LRF- Não, só no mar daqui, tem muito que sai fora, vai para Recife, isso aí os barco grande, aí eles vão pra fora. Mas antigamente não precisava não, era lagostim demais aqui mesmo, mesmo com muito barco mas todo mundo pegava. A pescaria, pra levar o pescador pra frente, é o lagostim, a pescaria é a lagosta. Se for pro mar e trazer cem quilo de peixe e vender a treis real dá 300 real. Dadonde você vê que se pega quatro quilo de lagostim mesmo, se você pega, dá 300 real, porque tão pagando até oitenta e dois real [preço do quilo em Setembro 2003]. Você vê: um tantinho de lagosta é tanto dinheiro quando uma ruma de peixe. É muita coisa, né?

P- Sempre foi essa diferença?

LRF- Toda vida, lagosta nunca chegou no preço do peixe não, nunca, não tem nem condição. Agora, no tempo que era dois por um eu não sei como era o preço, sei que meu pai tinha jangada e tinha um que era nativo, o Sebastião, tinha o Morgan. Nesse tempo era bom demais, era ir e vir, ia no dia e voltava no mesmo dia e quando não era ia hoje e voltava amanhã. Eu era tão pequeno nesse tempo que eu e minha irmã, nós ia buscar, nós trazia assim, nós era pequeno e não tinha condição de nós trazê duas lata d'água, nós trazia, nós duas, uma só. Botava um pau e botava no ombro e aí nós trazia pra encher uma barrica, né, que não levava nem duas lata de água. Aí nós trazia uma lata cheia ou senão menos que cheia, a gente pegava mais ou menos uma lata e meia e a gente se baseava, mas sempre sobrava um pouco. E pagava também porque a água quando nós pegava na bomba, nós pagava né? Nesse tempo era bomba.

P- Vinha gente de fora para pescar?

LRF- Vinha, mas era pescador também. A jangada não era legal e mandava chamar o carpina, mandava ajeitá o calço. Aí depois que Raimundo meu irmão aprendeu quem fazia muito era ele. Aí, se sabe, a gente, minino, gosta muito de tá observando as coisa. É que nem eu: Eu faço minhas jangadas e ninguém nunca me ensinou, eu também nunca pedi para ninguém me ensinar. Eu só de olhar eu vi e aí eu mesmo faço. Minhas rede de pescaria nunca ninguém me ensinou a remendar, eu vi fazer e eu mesmo fiz, quem remenda sou eu. Outra coisa que aprendi: tem gente que aprende fazendo, eu aprendi desmanchando. Sabe o que foi? Amarrar o anzol, encastoá que nós chama. Eu achei uma vez um anzol e, aí, cê sabe, minino é muito curioso, aí eu fui, olhei, olhei, observei bem, deixei, vi como é que era, né? Aí fui desenrolei

tudo para ver como é que era. Aí eu fiquei: então se eu for fazer esse trabalho agora eu faço. Aí fui fazer e deu certo. Não foi fazendo, foi desmanchando. Também tem uma coisa: tem muito pescador aqui que não faz nada, não sabe pra onde é que vai, tem gente que sabe fazer a rede mas não sabe remendá.

ANEXO II

Lei Federal, 10.779, a mais recente regulamentação do seguro desemprego para pescadores artesanais no Brasil

LEI N o 10.779, DE 25 DE NOVEMBRO DE 2003

Dispõe sobre a concessão do benefício de seguro desemprego, durante o período de defeso, ao pescador profissional que exerce a atividade pesqueira de forma artesanal.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º - O pescador profissional que exerça sua atividade de forma artesanal, individualmente ou em regime de economia familiar, ainda que com o auxílio eventual de parceiros, fará jus ao benefício de seguro-desemprego, no valor de um salário-mínimo mensal, durante o período de defeso de atividade pesqueira para a preservação da espécie.

§ 1º- Entende-se como regime de economia familiar o trabalho dos membros da mesma família, indispensável à própria subsistência e exercido em condições de mútua dependência e colaboração, sem a utilização de empregados.

§ 2º- O período de defeso de atividade pesqueira é o fixado pelo Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - IBAMA, em relação à espécie marinha, fluvial ou lacustre a cuja captura o pescador se dedique.

Art. 2º Para se habilitar ao benefício, o pescador deverá apresentar ao órgão competente do Ministério do Trabalho e Emprego os seguintes documentos:

I- registro de pescador profissional devidamente atualizado, emitido pela Secretaria Especial de Aqüicultura e Pesca da Presidência da República, com antecedência mínima de um ano da data do início do defeso;

II comprovante de inscrição no Instituto Nacional do Seguro Social - INSS como pescador, e do pagamento da contribuição previdenciária;

III comprovante de que não está em gozo de nenhum benefício de prestação continuada da Previdência ou da Assistência Social, exceto auxílio acidente e pensão por morte; e

IV atestado da Colônia de Pescadores a que esteja filiado, com jurisdição sobre a área onde atue o pescador artesanal, que comprove:

a) o exercício da profissão, na forma do art. I o desta Lei;

b) que se dedicou à pesca, em caráter ininterrupto, durante o período compreendido entre o defeso anterior e o em curso; e

c) que não dispõe de outra fonte de renda diversa da decorrente da atividade pesqueira.

Parágrafo único. O Ministério do Trabalho e Emprego poderá, quando julgar necessário, exigir outros documentos para a habilitação do benefício.

Art. 3º - Sem prejuízo das sanções civis e penais cabíveis, todo aquele que fornecer ou beneficiar-se de atestado falso para o fim de obtenção do benefício de que trata esta Lei estará sujeito:

I a demissão do cargo que ocupa, se servidor público;

II a suspensão de sua atividade, com cancelamento do seu registro, por dois anos, se pescador profissional.

Art. 4º - O benefício de que trata esta Lei será cancelado nas seguintes hipóteses:

I início de atividade remunerada;

II início de percepção de outra renda;

III morte do beneficiário;

IV desrespeito ao período de defeso; ou

V comprovação de falsidade nas informações prestadas para a obtenção do benefício.

Art. 5º - O benefício do seguro-desemprego a que se refere esta Lei será pago à conta do Fundo de Amparo ao Trabalhador FAT, instituído pela Lei n o 7.998, de 11 de Janeiro de 1990.

Art. 6º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 7º - Fica revogada a Lei nº 8.287, de 20 de dezembro de 1991.

Brasília, 25 de novembro de 2003; 182º da Independência e 115º da República.

LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA

Jacques Wagner